

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL-PUCRS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL: DOUTORADO

MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO

BATALHA DO JENIPAPO: REMINISCÊNCIAS DA CULTURA MATERIAL EM UMA
ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA

PORTO ALEGRE

2014

MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO

BATALHA DO JENIPAPO: REMINISCÊNCIAS DA CULTURA MATERIAL EM UMA
ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, na Área de Concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Arno Alvarez Kern

Porto Alegre

2014

MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO

BATALHA DO JENIPAPO: REMINISCÊNCIAS DA CULTURA MATERIAL EM UMA
ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, na Área de Concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em 01 de Julho de 2014 pela Banca Examinadora:

Arno Alvarez Kern – (Orientador)

Mariano Sergio Ramos (UNLu)

Gislene Monticelli (ULBRA)

Klaus Hilbert (PUCRS)

Marçal de Menezes Paredes (PUCRS)

À minha mãe, Cacilda Rufina, e ao Padrinho Bento;

À Rosilda e José Manoel, *in memória*.

AGRADECIMENTOS

A experiência vivida no doutorado marcou profundamente a minha vida. Este desejo foi sendo gerado e maturado ao longo de minha existência pessoal e profissional: estudar, investigar, observar, interrogar, questionar, analisar. Sempre manifestei o desejo e aptidão para a pesquisa. E, nesse período, o reconhecimento de que eu estava no caminho certo vinha do sentimento de realização pessoal a cada conquista. A cada desafio vencido, um novo impulso era dado ao próximo passo. Foi assim, com o coração aberto aos recursos do amor, da gratidão, do respeito e da valorização que iniciei esta grande trajetória, e, dessa forma, as tristezas, a solidão, os sofrimentos, as angústias não encontraram espaços e foram dando um tempo. Essa trajetória não foi apenas intelectual, foi também de conhecimento pessoal e de humanização. Um novo tempo, novas luzes, novos ares, novos prazeres, novas aprendizagens.

Sinto essa plenitude.

Esta grande realização não é um ato solitário e egoísta, nem um arvorar-se de vaidade, mas é uma aquisição e soma de esforços, colaboração, dedicação e empenho de muitas pessoas com as quais compartilho e devoto a mais sincera estima e gratidão. Sem esse apoio nenhuma conquista seria possível.

A maior gratidão é a Deus e à minha mãe, de quem eu herdei essa coragem e que sempre me disse: “você é quem sabe o que é melhor pra você”, e isso me ajudou a sempre ouvir a intuição. E, como herdamos dos nossos pais e mães a genética emocional dos nossos antepassados, assim acredito que estou realizando um desejo que também era o da minha mãe: viver e poder se aprofundar nos estudos. No caso dela, porém, seus pais, vivendo as vicissitudes do seu tempo, não permitiram sua saída de casa. Minha gratidão pelo apoio incondicional e pela sua vida, que é muito cara a toda nossa família. Estendo esses agradecimentos a todos os meus familiares: irmãos, tios, primos e sobrinhos, pelo apoio e incentivo que me dispensaram nessa trajetória e na vida, sempre. Um agradecimento especial às minhas irmãs Dodô e Lucélia pelo apoio e compreensão por estar tão ausente nos momentos de compartilhar os cuidados com nossa mãe. Ao meu tio querido Bento, que sei o quanto fica feliz com as minhas conquistas, pois sempre amou e valorizou o estudo; ele mudou o seu próprio destino.

A primeira leitura que eu fiz sobre arqueologia histórica foi um texto a respeito das Missões Jesuíticas no livro de André Prous sobre “Arqueologia brasileira”. Lembro que era um texto muito pequeno e resumido, em comparação com o tamanho do livro. Porém, mesmo sendo minúsculo falou mais forte em mim e acendeu ali uma centelha que não mais se apagou. Um desejo inconsciente se instalou. E, ao ingressar no doutorado, sob a orientação de Arno Alvarez kern, considero ter tirado a sorte grande, sem desmerecer os demais profissionais competentes da PUCRS, mas ali residia uma maior afinidade. Desde os primeiros contatos, se mostrou generoso e prestativo, um grande promotor do conhecimento. Uma pessoa que se dedica à sua profissão como a um sacerdócio. Sou grata e honrada estimada amizade e companheirismo.

De igual modo, cultivei uma amizade com a Professora Conceição Lage, da UFPI, muito antes do doutorado, e foi a ela a quem recorri quando desejei cursar arqueologia histórica. Uma pessoa íntegra, meiga e dedicada, incentivadora, me lançou o desafio de trazer o tema da Batalha do Jenipapo para o universo da arqueologia. Era o que eu precisava, um desafio aproximando história e arqueologia.

Sou muito grata pela luz que tem trazido ao meu caminho, pelos contatos durante o curso, pelas orientações nos trabalhos de campo e pela indicação de tão valiosa contribuição de graduando e pós-graduandos, Árlon Facinek, Josinaldo Bitencout e Luzia Leal, a quem devoto meus préstimos de gratidão.

Ao amigo professor Carlos Vieira, que providenciou com alguns amigos a visita ao encontro dos rios Jenipapo, Surubim e Longá e às Fazendas Jatobazal e Trabalhado, minha estima e gratidão.

Minha gratidão a todos os amigos e alunos que deixei em Teresina, no Colégio Diocesano e em Timon, no Colégio Benedito Silvestre, que lamentaram a minha ausência, mas me apoiaram e entenderam a necessidade da minha partida.

Um agradecimento especial a Paulo Lima, psicólogo, companheiro de trabalho, amigo, terapeuta que me deu forças para partir em busca dos meus sonhos; eterna gratidão também à Dra. Cristiani Moreira, um anjo a me conduzir e acompanhar em um momento difícil. Minha gratidão também a Mariano Deni, que se mostrou amigo no momento oportuno e me apoiou na minha decisão.

Em Porto Alegre, alguns laços de amizade foram significativos com Iara Rodrigues e Ana Sortica. Outros vínculos afetivos não se dissolverão jamais. Assim é amizade com Camila Heberhardt e seus pais Miguel e Ingrid, vivendo em seu paraíso na Vila Lothammer; com Carmem e sua adorável família, Rogério e Bibi, de quem me orgulho pela amizade, ao tempo em que agradeço a acolhida deliciosa e divertida; A Vanessi Reis minha amiga e vizinha, nos visitávamos sempre e fazíamos aqueles lanches e almoços caprichados; agradeço aos colegas de corredores, de bate papo nos cafezinhos, de pesquisas e estudo na biblioteca; ao Rafael Petry, Thiago Orben, Fabian Filatow, Tiago Machado e Saul, meu afeto, carinho e gratidão pela presença em horas importantes; a todos os colegas da PUCRS dos cursos de inglês e espanhol do NELE, assim como os professores, os quais não mencionei o nome, mas que se fizeram presente e compartilharam comigo essa trajetória, sintam-se contemplados; e mesmo com aqueles (as) com quem a afinidade não foi tamanha, o aprendizado e amadurecimento também foram necessários.

Agradeço o apoio psicológico, acolhida e orientação do setor de acompanhamento psicossocial da PUCRS, um espaço para aliviar o coração, as angústias e fazer amizades. Poucos são os que dispõem desse serviço gratuito por medo e preconceito. De igual modo, agradeço à Eunice, psicoterapeuta, que me ajudou a fazer discernimentos importantes. Especial gratidão também à Luciana Luso de Carvalho e Aline Pires.

Um agradecimento especial a Nelcir André Varnier pelo o encontro casual transformado em amizade, cuidado, ternura e presença constante e valiosa. A todos esses amigos e amigas, minha gratidão eterna.

Agradeço, de modo particular, ao professor Mariano Ramos, de La Universidad Nacional de Luján, pela atenção, incentivo e acolhida, assim como de toda a sua equipe na “Campanha Vuelta de Obligado” de maio de 2013, em San Pedro, na Argentina. A experiência no Campo de Batalha trouxe clareza ao meu trabalho.

Outra importante colaboração foi a da Professora Teresinha Queiroz, minha admirada professora de longa data, que me disponibilizou sua biblioteca pessoal para a

pesquisa da História do Piauí. Sou muito grata e lisonjeada pela amizade, por você acreditar em mim e por fazer as pazes com a arqueologia.

Minha gratidão às pessoas que me concederam entrevista ou com quem apenas conversei: Francisco José Soares da Paz, vulgo “Artes Paz”; João Alves Filho, Presidente da Academia Campomaiorense de Letras; José Omar Araújo Brasil, *in memória*; Antonio Miranda de Sousa; Sr. Josias de Carvalho, tio de minha amiga Conceição, a quem agradeço o empenho na concessão dessa entrevista; Sr. Teodoro, da localidade Retiro, em seus 90 anos, quanta lucidez; ao Senhor Otacílio, morador solitário do Soinho, vizinho do Cemitério do Batalhão, que indicou a Passagem do Batalhão e a Passagem das Pedras; ao Dr. Brigadeiro; ao Senhor Raimundo Nonato e a Geraldo Magela, todos parentes, por permitirem a entrada em suas propriedades, onde está localizado o Capão do Fidié e a Fazenda Angelim; E ao Senhor Zé Didôr por contar histórias da cidade e do seu acervo particular e permitir fazer imagens da espingarda Nº 13, usadas nesta tese, que ele julga ter sido usada na Batalha do Jenipapo pelas tropas do Fidié. Agradeço, de forma especial, à dona Maria Osório Pinto, simpática senhora de 85 anos, cuidadora do Cemitério do Boqueirão, que me contou a história desse Cemitério e que, segundo ela, é uma história a ser transmitida de geração em geração para que todos possam conhecer. Ela mostrou o local onde supostamente foi enterrado o escravo Damião, que teria sido ferido na Batalha do Jenipapo e morreu em consequência disso.

Agradeço ao Sargento Martins, grande amigo, que foi uma grande luz ao me conduzir aos seus amigos Sargentos Valburg e Silva Melo e Emerson Alves Cavalcante, que prestaram a valiosa colaboração de fazer a identificação das armas do Museu do Jenipapo; ao Subcomandante João Sousa de Sá Filho e ao Subtenente STen. Wilberçon de Sousa Freitas, que dispensaram seu apoio nessa empreitada. A vocês, meus sinceros votos de gratidão.

Minha gratidão a amigas tão preciosas como Elsa Portela, Francisca Brito, Rejane Magalhães, pela amizade, colaboração e presença. E a Paulo Rogério de Sousa Brito, velho companheiro das pesquisas de campo e da finalização da tese, tão solícito e capaz com as imagens.

Agradeço de forma especial a valiosa colaboração do Arquivo Público do Piauí, através do corpo de funcionários e, de igual modo, ao Arquivo Público do Maranhão, ao Museu do Jenipapo, ao Museu Zé Didôr, ao Instituto Histórico de Oeiras, ao Memorial da Balaiada, em Caxias, ao Museu Militar de Porto Alegre, na pessoa do Segundo Sargento e historiador Ianko, colega de curso e grande colaborador na concessão e envio de material para estudo sobre as armas. E ao Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba, na pessoa de Diderot Mavignier e Rinaldo Júnior, que me orientou sobre como chegar à localidade maranhense de Carnaubeiras. À Biblioteca Marion Saraiva, em Campo Maior, na pessoa de Moacir Ximenes. A Biblioteca da PUCRS e da UFPI. Aos que dirigem essas Instituições, muito obrigada pelo valioso serviço cultural prestado à sociedade.

Agradeço a todos os que colaboraram com a pesquisa, cedendo materiais e contando histórias do passado de Carnaubeiras, como os professores Adailton Serejo (Dadau), Érica Gomes Carvalho, Marcos Antonio de Oliveira e a Dorance Serejo da Cunha (Beré), que gentilmente nos conduziu em sua Toyota transformada em pau-de-arara, único transporte capaz de vencer as areias do Delta. E a Zezé do Leonor, mãe do Dadau que providenciou as cópias do inventário da igreja de São José. Agradeço à FUNDAC, na pessoa de Patrícia Mendes, que me cedeu material sobre a planta do Monumento, Museu do Jenipapo e sobre o Museu do Couro de Campo Maior. E, de igual modo, ao Museu do Piauí.

Um agradecimento especial a todo corpo docente do PPGH da PUCRS, às funcionárias da Secretaria Carla e Henriët; ao Luis, responsável pelo Laboratório de Imagem e Som e às demais funcionárias do Laboratório de História Oral.

Agradeço o empenho e dedicação de Everton Quadros na transformação dos pontos de GPS e na elaboração dos mapas. E à acolhida do professor Regis Lahn. Ganhei mais amigos nessa jornada.

E finalmente à concessão de bolsa da CAPES a partir da qual foi possível a realização dessa pesquisa.

À Secretaria de Educação de Timon, pela liberação, apoio e incentivo nesta fase de capacitação.

Às Filhas de Santa Teresa, Irmãs Júlia e Natividade, residentes em Campo Maior, que me deram grande apoio e acolhida. À Antonia Costa, minha catequista da adolescência, grande amiga, o reencontro em Porto Alegre, ambas cursando o doutorado, selou novamente nossa amizade estendida à sua linda família: Ângelo, Alisson e Naiara.

Agradeço aos revisores dos textos Bruna Summer, Washington Ramos e Ilza Cardoso o empenho e dedicação. A Adê pela análise formal dos quadros de Artes Paz.

Um agradecimento especial à vida por ter me proporcionado tantas aquisições maravilhosas, as quais desejo retribuir cumprindo o meu papel de educadora de forma ética, respeitosa e sem preconceitos.

Nessa trajetória, não há o caminho certo. “O caminho se faz ao andar.”

A arte dos antigos é conciliar com essa característica essencial do histórico a energia das expressões, o brilho das imagens, a vivacidade dos sentimentos. Suas narrativas tão simples, tão ingênuas, produzem, no entanto, os três efeitos da arte de escrever: esclarecer, retratar, comover.

Pierre Daunou

RESUMO

O pensamento principal que norteia esta tese constitui-se de uma abordagem histórica arqueológica da Batalha do Jenipapo, notadamente a partir dos vestígios materiais remanescentes desse acontecimento histórico. A batalha ocorreu em 13 de março de 1823, na vila de Campo Maior, no Piauí, no contexto dos acontecimentos que marcaram o processo de Independência do Brasil. Um aspecto singular dessa batalha foi a expressiva participação de populares, os quais formaram um exército improvisado sob a liderança das autoridades militares locais que os convocaram às pressas, sem prover tempo necessário para seu devido treinamento. O objetivo principal desse exército independente era impedir a marcha das tropas lideradas pelo Major português João José da Cunha Fidié, que havia sido enviado de Portugal para o Piauí com a incumbência de assumir o Governo das Armas dessa Província em agosto de 1822 e, dessa forma, evitar a disseminação do movimento independente e manter as províncias do Norte aliadas a Portugal. Os vestígios materiais, aos quais se faz referência nesta tese, tratam-se especificamente dos objetos bélicos, que sempre foram reportados como sendo da Batalha do Jenipapo. Além de permanecerem expostos no Museu do Jenipapo sem a devida identificação e em péssimo estado de conservação, não havia nenhum estudo sobre tais objetos. Nesta análise, além dos objetos remanescentes, os espaços e os lugares de memória da batalha são também considerados como vestígios materiais, como o Cemitério do Batalhão, que se constitui espaço por excelência dessa materialidade e lugar de devoção às almas dos soldados mortos. Para uma melhor compreensão sobre a batalha, buscou-se o estudo do contexto de formação da vila de Campo Maior desde o seu povoamento e colonização, quando os índios da redondeza foram afugentados de suas terras, cedendo espaço para centenas de fazendas de gado instaladas nas campinas. O Cemitério do Batalhão constitui-se hoje a principal referência do Patrimônio Cultural do Piauí, estado que reclama urgência na efetivação de políticas públicas de conservação do seu patrimônio.

Palavras-chave: Batalha do Jenipapo. Vestígios materiais. Lugares de memória. Povoamento. Cemitério do Batalhão.

ABSTRACT

The main thought that guide this thesis is constituted by an historical archaeological approach of Battle of Jenipapo, notably from the remaining material traces of this historic event. It occurred on March, the 13th 1823, in Campo Maior village, Piauí, in the context of the events which marked the process of Independence of Brazil. A singular aspect of this battle was the expressive participation of common people, which formed an improvised army under the leadership of local military authorities that convoked them urgently, without providing the necessary time to their correct training. The main objective of this independent army was preventing the marching of the troops led by the Portuguese major João José da Cunha Fidié, which had been sent from Portugal to Piauí with the incumbency of assuming the Arms Government of the Province in August 1822 and, this way, avoiding the dissemination of the independent movement and maintaining the provinces from the North allied to Portugal. The material traces, to which there is reference in this thesis, are specifically about bellicose objects, which were reported as derived from the Battle of Jenipapo. In addition to remaining exposed in the Museum of Jenipapo without proper identification and in a poor conservation status, there were no studies about these objects. In this analysis, besides the remaining objects, the memory spaces and places of the battle are also considered as material traces, such as the Battalion Cemetery, which is constituted as the space for excellence of this materiality and as the place of devotion to the souls of dead soldiers. For a better comprehension about the battle, it was sought the study of formation context of Campo Maior village since its settlement and colonization, when Indians were chased away from their lands, ceding space to hundreds of cattle farms installed in the plains. The Battalion Cemetery is constituted today as the main reference of Piauí Cultural Heritage, state which claims urgency in the effectiveness of public politics of patrimony conservation.

Keywords: Battle of Jenipapo. Material traces. Memory places. Settlement. Battalion Cemetery.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Capitania do Piauí, destacando as primeiras vilas, os caminhos e o movimento das tropas portuguesas.....	62
Figura 2 – Mapa do município atual de Campo Maior	63
Figura 3 – Mapa da Província do Piauí - vilas, rios, serras e caminhos das tropas.....	66
Figura 4 – Desembocadura dos rios Jenipapo e Surubim, no Longá.....	86
Figuras 5 – Paisagem e vista da Serra de Santo Antonio, a partir do encontro dos rios Surubim, Jenipapo e Longá.....	87
Figura 6 – Mapa da Província do Piauí, vilas e limites com as províncias vizinhas.....	89
Figura 7 – Igreja de Santo Antonio e atual Praça Bona Primo.....	91
Figura 8 - Pórtico sobre a BR 343 visto de frente do Monumento.....	93
Figura 9 – Detalhe do Pórtico.....	94
Figura 10 – Entrada do Cemitério, Monumento e Museu do Jenipapo.....	94
Figura 11 – Monumento visto da BR.....	94
Figura 12 – Capão do Fidié - acampamento das tropas antes da batalha, na Fazenda Canto do Silva.....	95
Figura 13 – Fazenda Angelim - acampamento do Fidié.....	96
Figura 14 – Cemitério do Boqueirão.....	96
Figura 15 – Local do antigo Pelourinho instalado no Largo da Igreja de Santo Antonio a partir de 1762.....	97
Figura 16 – Morro das Tabocas, ou Morro do Alecrim, em Caxias, no Maranhão.....	99
Figura 17 – Lagoa do Jacaré, do lado esquerdo da linha ferroviária, na direção norte.....	100
Figura 18 – Lagoa do Jacaré, do lado direito da linha ferroviária, na direção norte.....	100
Figura 19 – Mapa “A”, sinalizando os pontos denominados de Espaços arqueológicos da Batalha do Jenipapo.....	101
Figura 20 – Mapa “B”, sinalizando os pontos denominados de Espaços arqueológicos da Batalha do Jenipapo.....	102
Figura 21 – Mapa dos Espaços arqueológicos da Colonização.....	108
Figura 22 – Espingarda de pederneira inglesa, que substituiu o mosquete no século XVI...	122

Figura 23 – Espingarda Clavina inglesa, capaz de receber baioneta.....	124
Figura 24 - Carabina Beker com baioneta, alcance 300 metros, cano raiado, inédito para a época.....	125
Figura 25 – Alabarda, uma das armas de haste mais antigas, com lâmina em forma de meia-lua	125
Figura 26 – Machadinha usada a bordo nos navios. Saiu de serviço em 1892.....	126
Figura 27 – Sabres de dragão.....	126
Figura 28 – Sabres oficiais espadas-Rabo de galo.....	127
Figura 29 – Povoado Carnaubeiras e Porto dos Jacarandás - entrada para o Delta do Parnaíba no Maranhão.....	130
Figura 30 – Igreja de São José, que fazia parte da propriedade do Coronel Felipe José das Neves.....	131
Figura 31 – Espada Rapieira do Conde de Bobadela.....	137
Figura 32 – Modelo de Chuço antigo em forma de lança de infantaria.....	138
Figura 33 – Arma Nº 01 - Fuzil calibre 7,62mm.....	143
Figura 34 – Arma Nº 02 - Fuzil calibre 7,65mm.....	144
Figura 35 – Arma Nº 03 - Carabina “WINCHESTER” Calibre .44’’.....	144
Figura 36 – Arma Nº 04 - Espingarda calibre 11 mm.....	144
Figura 37 – Arma Nº 05 - Fuzil Mauser calibre 7,0mm.....	145
Figura 38 – Arma Nº 06 - Espingarda calibre 20,0mm.....	145
Figura 39 – Arma Nº 07 - Espingarda calibre 11,0mm.....	145
Figura 40 – Arma Nº 08 - Espingarda calibre 11,0mm.....	146
Figura 41 – Arma Nº 09 - Espingarda calibre 12,0mm.....	146
Figura 42 – Arma Nº 10 - Espingarda calibre 11,0mm.....	146
Figura 43 – Arma Nº 11 - Espingarda calibre 11,0mm.....	147
Figura 44 – Arma Nº 12 - Espingarda calibre 11,0mm.....	147
Figura 45 – Arma Nº 13 - Espingarda do Museu “Zé Didor”.....	147
Figura 46 – Cartuchos de diversos calibres.....	148
Figura 47 – 01 peça Cal 111,0mm, medindo 1,35m, alma lisa, antecarga, sem inscrições.....	149
Figura 48 – 01 peça Cal 90,0mm, medindo 1,55m, alma lisa, antecarga, sem inscrições legíveis.....	149
Figura 49 – 01 peça Cal 110.5mm de alma lisa, antecarga, com inscrições na parte	

posterior “F SOLID”.....	150
Figura 50 – 01 peça Cal 75.0mm de alma raiada, antecarga, com inscrições na parte posterior “2.2.17”.....	151
Figura 51 – Projétil de canhão. Diz-se ter sido encontrado no bolso da roupa do Major Fidié.....	151
Figura 52 – Cemitério do Batalhão no período chuvoso.....	157
Figura 53 – Cemitério do Batalhão no período sem chuvas.....	157
Figura 54 – Tela de Chico Bruno. Batalha do Jenipapo, 1973, óleo sobre tela, 80 cm por 1,30 m, exposta no Palácio de Karnak, Teresina-PI.....	165
Figura 55 – Tela de Almir Gadelha. Batalha do Jenipapo, 1972, óleo sobre tela, 1,50 m por 3,00m, exposta no Palácio de karnak, Teresina-PI.....	165
Figura 56 – Tela de Almir Gadelha. Batalha do Jenipapo, 1973, pintura mural, 1,80 m por 4,00m, exposta no Monumento do Jenipapo, Campo Maior-PI.....	166
Figura 57 – Capas de livros ilustradas por Antonio do Amaral, publicação FUNDAPI, 2006.....	168
Figura 58 – Projeto do Monumento do Jenipapo, 1972, exposto na FUNDAC. Acervo próprio, 2014.....	170
Figura 59 – Detalhes da lateral esquerda do Monumento.....	170
Figura 60 – Visão frontal do Monumento.....	171
Figura 61 – Monumento visto do Cemitério.....	171
Figura 62 – Visão de cima do Monumento com detalhes do obelisco na esquerda e do rio Jenipapo à direita.....	172
Figura 63 – Tela de Francisco J. S. da Paz. “Batalha do Jenipapo”, 2003. Óleo sobre tela, 1,70 m por 3,00 m, exposto no Museu Monumento do Jenipapo.....	180
Figura 64 – Tela de Francisco J. S. da Paz. “Batalha do Jenipapo”, 2003. Óleo sobre tela, 1,40m por 3,00 m, exposta no Palácio das Carnaúbas, Campo Maior.....	182
Figura 65 – Tela de Francisco J. S. da Paz. “Batalha do Jenipapo”, 2003, óleo sobre tela, 0,70 cm 1,40 m – propriedade particular. Teresina – PI.....	183
Figura 66 – Selo alusivo aos Cemitérios Brasileiros Patrimônio Cultural.....	190
Figura 67 – Ex-votos depositados aleatoriamente no Cemitério do Batalhão.....	208
Figura 68 – Placa em bronze, em nicho, no Obelisco.....	209
Figura 69 – Obelisco manchado pela fuligem da cera das velas.....	209
Figura 70 – Mapa aéreo do Campo da Batalha do Jenipapo, caminhos das tropas,	

desembocadura e encontro dos rios Jenipapo, Surubim e Longá e a cidade de Campo Maior.....	212
Figura 71 – Detalhe lateral do Museu do Couro.....	214
Figura 72 – Visão ampliada do Casarão no qual foi instalado o Museu do Couro.....	214
Figura 73 – Tela de Marcos Vila. Simplício Dias da Silva, 1974. Óleo sobre tela, 88 cm x 1,10m, Museu do Piauí.....	218
Figura 74 – Tela de Marcos Vila. Manoel de Sousa Marins, 1974. Óleo sobre tela, 88 cm x 110 m, Museu do Piauí.....	218
Figura 75 – Tela de Marcos Vila. José Francisco Miranda Osório, 1974 óleo sobre tela.....	219
Figura 76 – Tela de Marcos Vila. João José da Cunha Fidié, 1974. Óleo sobre tela.....	219
Figura 77 – Lateral e frente do prédio da Empresa FRIPISA, em Campo Maior.....	223
Figura 78 – Visão geral das ruínas do Curtume Repuxo.....	224
Figura 79 – Visão parcial dos tanques do Curtume Repuxo.....	224
Figura 80 – Visão parcial do poço tubular do Curtume Repuxo.....	225
Figura 81 – Estação ferroviária de Campo Maior, de 1952.....	226
Figura 82 – Linha Férrea na Lagoa do Jacaré, poço e caixa d’água.....	227
Figura 83 – Piso que compõe a calçada no local da antiga Fazenda tombador.....	228
Figura 84 – Restos do piso no interior do terreno da antiga Fazenda Tombador.....	228
Figura 85 – Primeira Igreja de Santo Antonio, que foi construída no século XVIII e demolida com 250 anos, em 1944.....	229
Figura 86 – Atual Igreja de Santo Antonio, inaugurada em 1962.....	230
Figura 87 – Igreja do Rosário, construída em 1892.....	230
Figura 88 – Fazenda colonial Abelheiras.....	231
Figura 89 – Fazenda colonial Trabalhado.....	232
Figura 90 – Fazenda colonial Jatobazal.....	232
Figura 91 – Sobrado no antigo lugar da Fazenda Boa Esperança na Cidade de José de Freitas vista do Morro do Fidié.....	233

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A BATALHA DO JENIPAPO: POSSIBILIDADES E LIMITES DE LEITURA A PARTIR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA.....	25
2.1	PRINCIPIANDO INVESTIGAÇÃO.....	25
2.2	DESCRIÇÕES METODOLÓGICAS	31
2.2.1	HISTÓRIA ORAL.....	32
2.2.2	A CIDADE DE CAMPO MAIOR NO CONTEXTO DA BATALHA DO JENIPAPO.....	35
2.2.3	VESTÍGIOS DA BATALHA DO JENIPAPO.....	38
2.2.4	A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA.....	40
2.2.5	O CONTEXTO HISTÓRICO DA BATALHA DO JENIPAPO.....	49
3	A CIDADE DE CAMPO MAIOR: DOS PRIMÓRDIOS DO POVOAMENTO AOS ESPAÇOS ARQUEOLÓGICOS DA BATALHA DO JENIPAPO.....	60
3.1	A CIDADE COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	61
3.2	A ANCESTRALIDADE DE UM LUGAR.....	64
3.2.1	PIAUÍ: O SERTÃO DE DENTRO E CORREDOR DE MIGRAÇÕES.....	65
3.2.2	CAMPINAS DOS ALONGARES.....	77
3.3	ESPAÇOS ARQUEOLÓGICOS DA BATALHA DO JENIPAPO.....	90
3.4	ESPAÇOS ARQUEOLÓGICOS DE REMINISCÊNCIAS DA COLONIZAÇÃO... ..	105
4	CULTURA MATERIAL DA BATALHA DO JENIPAPO.....	110
4.1	ARQUEOLOGIA E CULTURA MATERIAL.....	110
4.2	A MATERIALIDADE DA BATALHA DO JENIPAPO.....	119
4.3	AS REMINISCÊNCIAS BÉLICAS DO MUSEU DO JENIPAPO.....	139
5	IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA BATALHA DO JENIPAPO.....	153
5.1	ENTRE HISTÓRIA E IMAGEM.....	153
5.2	AS RECORDAÇÕES DO ARTISTA.....	175
5.3	A BATALHA POR UMA IMAGEM.....	178
5.4	IMAGENS E MEMÓRIA DA BATALHA.....	188
6	PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO.....	193
6.1	O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	194
6.2	A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL.....	197
6.3	O PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPO MAIOR, NO PIAUÍ.....	205
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	235
	REFERÊNCIAS.....	240
	ANEXO I – DISCURSO DO DEP. PINHEIRO MACHADO – 1973.....	260
	ANEXO II – ENTREVISTA COM ANTÔNIO MIRANDA DE SOUSA.....	267
	ANEXO III – PLANTA DO MONUMENTO MUSEU DO JENIPAPO.....	283
	ANEXO IV – PLANTA DO SÍTIO HISTÓRICO.....	284
	ANEXO V-A – MANUSCRITOS – OFÍCIO.....	285
	ANEXO V-B – MANUSCRITOS – LISTA.....	286
	ANEXO V-C – MANUSCRITOS – FINAL DA LISTA.....	287
	ANEXO VI – MAPA BARRAS DO RIO PARNAÍBA.....	288
	ANEXO VII – IMAGEM DO INTERIOR DO MUSEU.....	289

1 INTRODUÇÃO

A ideia de pesquisar a Batalha do Jenipapo¹ a partir do viés arqueológico permitiu aprofundar a análise dessa temática como possibilidade de investigação no campo específico da Arqueologia Histórica² e, dessa maneira, se materializava uma espécie de afinidade teórica e metodológica entre a História e a Arqueologia. Dessa forma, já desde o princípio, faz-se um esclarecimento a respeito de qual lugar acadêmico se situa a construção deste objeto de pesquisa. Esse campo será mais bem explicitado na medida em que se for aprofundando a discussão teórica.

Adentrar nessa área era um desejo que permaneceu latente durante anos. Aos poucos, ele foi ressurgindo depois de uma valiosa experiência docente³ na qual se ministrou, ininterruptamente, dentre outras disciplinas, “Introdução à Arqueologia Brasileira”, disciplina cujos conteúdos estavam mais voltados para as temáticas relacionadas à Pré-história. Entretanto, apenas dois temas eram relacionados à Arqueologia Histórica: tratava-se da Arqueologia Histórica das Missões Jesuíticas e dos estudos de áreas de Quilombos. Com a leitura desses textos, foram feitos os primeiros contatos com essa vertente arqueológica que geraram especial interesse em estudar.

Aquela temporada representou uma gratificante experiência. Ela significou estímulo a um maior aprofundamento da inter-relação entre História e Arqueologia, assim como suscitou a superação de alguns desafios, como o de tornar aquele conteúdo mais acessível aos estudantes e tentar desmistificar aquele aspecto, especialmente sobre o qual muito ainda se imagina que o arqueólogo é: sobretudo, um profissional que trabalha apenas em escavações

¹ A Batalha do Jenipapo ocorreu em 13 de março de 1823, na travessia do Rio Jenipapo, que dista nove quilômetros da Cidade de Campo Maior, no Estado do Piauí. A luta se deu quando as tropas brasileiras, adeptas da separação entre Brasil e Portugal, confrontaram as tropas portuguesas que desciam da Vila de São João da Parnaíba em direção à cidade de Oeiras, então capital da Província do Piauí. Na Vila da Parnaíba, o então Juiz de Paz João Cândido de Deus e Silva e o Coronel Simplício Dias da Silva haviam proclamado a independência daquela localidade em 19 de outubro de 1822, seguindo o exemplo de algumas localidades, especialmente as mais próximas da Província do Ceará, que também fizeram o mesmo. O ocorrido desencadeou a mobilização do Major Fidié com sua tropa a fim de reprimir aquele movimento separatista, uma vez que ele havia sido enviado à Província do Piauí com a incumbência de mantê-la, assim como o Maranhão e o Pará, vinculados ao governo de Lisboa.

² Atualmente a Arqueologia Histórica é definida por autores como Arno Kern e Tânia Andrade Lima como um ramo da Arqueologia que combina seus métodos com outros próprios das Ciências Sociais, especialmente os da História. Dessa forma, as pesquisas se voltam sobre as temáticas do mundo moderno que incluem nessa vertente os estudos sobre as cidades e seus territórios, bem como sobre o urbanismo missionário, além de incluir a análise espacial e a conjunção dos elementos da cultura europeia, africana e indígena, considerando especialmente os elementos sociais marginalizados.

³ Essa experiência docente ocorreu entre os anos de 2007-2008 na Universidade Estadual do Piauí-UESPI como professora em regime temporário do Departamento de História.

para buscar fósseis de animais pré-históricos ou tesouros perdidos⁴. Nesse sentido, pode-se assegurar que no trabalho do arqueólogo o maior tesouro é sem dúvidas a aventura em busca do conhecimento. Dessa forma ministrar a disciplina Introdução à Arqueologia Brasileira em várias turmas representou muito além de uma mera tarefa acadêmica. A essa experiência se somaram outras, ainda como discente, quando frequentava os cursos de extensão em “Introdução à Pré-História e às técnicas arqueológicas” paralelamente à graduação em História e, posteriormente, no curso de “Especialização em Conservação em Arte Rupestre”, quando se concretizou a experiência de profissionalização nesta área. Apesar disso, finalizado o curso, não houve nenhum investimento por parte das instituições responsáveis no sentido de aproveitar aqueles profissionais recém-qualificados, de modo a parecer que o curso tinha um fim em si mesmo. Aquela experiência apontava que as possibilidades de atuação nessa área pareciam remotas. Contudo, como professora de história, tanto na universidade como na educação básica, se procurou priorizar uma abordagem arqueológica da História em sala de aula.

Passados alguns anos dessas experiências e seguindo a dinâmica do tempo, aqueles conhecimentos foram se encarregando de transmutar as experiências acadêmicas em campo fértil, forjando além de uma nova consciência, uma nova perspectiva de investigação. Essas vivências foram aos poucos se delineando e se constituindo em uma possível explicação para o interesse pelos vestígios mais antigos do passado histórico. Naquela ocasião, tinha apenas uma certeza como docente: a experiência acadêmica fora gratificante e havia proporcionado a essa pesquisadora uma experiência profissional relevante.

Nessa perspectiva resolveu-se investir nessa carreira e, certo dia, numa reunião especialmente marcada para esse fim, esse propósito foi manifestado à professora Conceição Lage⁵, que prontamente assinalou a necessidade de se fazer uma abordagem da Batalha do Jenipapo a partir da cultura material, o que poderia incluir também o mapeamento do campo do combate. Essa proposta causou surpresa inicialmente e, ao mesmo tempo, suscitou valiosas

⁴ A imagem do arqueólogo como aventureiro em busca de relíquias do passado tem povoado a imaginação e fertilizado a imaginação de uma geração, especialmente a partir do lançamento dos filmes da série “Indiana Jones”, produção de Frank Marshall. Em 1982, conquistou os Oscars de Direção de Arte, Efeitos Visuais, Edição, Som, Prêmio de Realização Especial (edição de efeitos e sonoros) e foi indicado aos de Fotografia, Direção, Trilha Sonora e Melhor Filme. No mesmo ano, conquistou o Bafta Filme Award de Direção de Arte e foi indicado ao Globo de Ouro de Melhor Diretor. Direção de Steven Spielberg. Roteiro de George Lucas, Lawrence Kasdan, Philip Kaufman. Fotografia de Douglas Slocombe. Trilha sonora de John Williams. Estados Unidos: Estúdio Lucasfilm Ltd/Paramount Pictures, 1981. Filme (115 min.) son. Color. Dublado. Série: 1- 1981- Indiana Jones e os caçadores da Arca Perdida; 2- 1984 – Indiana Jones e o Templo da Perdição; 3- 1989 – Indiana Jones e a Última Cruzada; 4- 2008 – Indiana Jones e o Reino da Caveira de Cristal.

⁵ Professora da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Foi coordenadora do curso de Especialização em Conservação de Arte Rupestre; coordenadora da Pós-Graduação em Arqueologia e Antropologia da UFPI.

reflexões de aspectos os quais não havia percebido como os relacionados à Arqueologia Histórica, quando a investigação possui uma estreita relação com um fato histórico. Talvez a surpresa em relação à temática estivesse relacionada ao pouco conhecimento do vasto campo de expansão da arqueologia histórica e ao fato de ainda não perceber como a pesquisa sobre a Batalha do Jenipapo poderia ser incluída numa análise arqueológica histórica dos campos de batalha, especialmente no contexto do século XIX, quando as nações europeias expandiam seus mercados de consumo, especialmente das louças e porcelanas para áreas periféricas como o Brasil (SYMANSKI, 2002, p. 38-47). Dessa forma esta investigação aponta caminhos investigativos que se somam às pesquisas sobre a história do Piauí e do Brasil na primeira metade do século XIX, no que diz respeito às condições sociais nas quais se encontrava a população piauiense daquele período, a qual permaneceu sem grandes alterações a partir da chegada da Família Real ao Brasil. Outras ponderações foram importantes como aquelas relacionadas aos fatores de mudança da elite burguesa brasileira das primeiras décadas do século XIX e perceber como essas alterações atingiu a elite piauiense. Importante também é compreender as consequências do movimento pela independência em terras piauienses. A partir dessas questões se percebeu que muito ainda se poderia acrescentar sobre a Batalha do Jenipapo, além do que já se publicou, mesmo considerando que os historiadores ainda têm muito a investigar sobre esse contexto, por ser um tema que tem despertado o interesse de pesquisadores, também de outras áreas como o Jornalismo, a Sociologia, a Arqueologia, a Antropologia e até mesmo a Informática⁶.

Desse modo se compreendeu o quanto era superficial o conhecimento que se tinha sobre a Batalha do Jenipapo e sobre a Arqueologia Histórica. Com essa constatação, houve a necessidade de se mergulhar profundamente nos estudos para compreender em que ponto as pesquisas dessa natureza estavam se desenvolvendo. Depois daquela conversa marcada para discutir os possíveis encaminhamentos para o doutorado, esse enfoque já se parecia mais claro, além de desafiador. A partir daquele momento o pensamento e as leituras se convergiam para o aprofundamento dessa temática no sentido de direcioná-la a uma perspectiva de análise que tivesse como foco a cultura material e o território da batalha, abordagem ainda não trabalhada pelos pesquisadores. Nessa investida, se considerou importante e pertinente o aspecto metodológico da História Oral para auxiliar no levantamento de dados dessa investigação. Por conseguinte, esta pesquisadora era sabedora de que uma tarefa bastante prolongada e árdua a aguardava. Naquele fim de tarde, quando o

⁶ O interesse pela pesquisa sobre a Batalha do Jenipapo se manifesta em diversos trabalhos como: Muniz (2013); Sousa Junior (2010); Carvalho Junior (2003).

tempo convidava para o recolhimento, pois anunciava o fim do ciclo de mais um dia, fazendo-se perceber o prenúncio de uma nova etapa que se anunciava a partir daquele ato solitário de ruminar as ideias expressas durante a conversa. Estava com uma firme determinação e a mente impregnada de questionamentos: como começar? O que fazer primeiro diante daquela responsabilidade? Como desenvolver essa temática pelo viés da Arqueologia Histórica? Como relacionar Arqueologia e História? Como delimitar os dois campos e ao mesmo tempo fazer essa inter-relação? Quais seriam as teorias e as metodologias adequadas para essa abordagem? Esses questionamentos contribuíram para o aprofundamento e o delineamento da temática. Nessa fase, foi determinante a leitura das “obras clássicas” sobre a Batalha do Jenipapo de autores como Monsenhor Chaves (2005), Abdias Neves (2006), Wilson Brandão (2006), assim como as de outros autores que tratavam sobre o Piauí Colonial como Luiz Mott (1976), Odilon Nunes (2007) e Tânia Brandão (1995), além de outros visíveis na bibliografia consultada.

Até então se deveria admitir que não fosse boa conhecedora do assunto, e isso fazia parecer nebulosa a possibilidade de estudar novamente sobre violência e conflito (CARVALHO, 1998, p. 59), uma vez que, da graduação ao mestrado, as investigações giraram em torno da memória daqueles que vivenciaram os conflitos no período da ditadura militar em Teresina (CARVALHO, 2006, p. 61-122). Essa experiência havia sido grandiosa no sentido de possibilitar o compartilhamento das memórias de pessoas que sofreram prisões e torturas psicológicas⁷, e então se delineava a possibilidade de continuação de tal viés de estudos no doutorado⁸.

Naquele período, tal escolha se parecia um tanto adversa, não conseguia fazer importantes conexões, apenas em um aspecto havia atrelamento: a análise de dois momentos de violência e conflitos. Contudo, ao aprofundar as leituras do campo teórico da arqueologia histórica foi se encontrando relações relevantes dessa temática com a abordagem sobre arqueologia da violência (CLASTRES, 2004, p. 159). O aspecto que esteve mais associado à investigação sobre a violência entre os povos primitivos atualmente está sendo reabilitado e compreendido, no sentido de que a arqueologia bélica abrange um longo período que compreende desde a pré-história até a atualidade (RAMOS, 2011, p. 14). Entretanto, a

⁷ Entre o fim da graduação e o fim do mestrado foram nove anos pesquisando a temática da ditadura militar. Na graduação houve enfoque sobre as relações entre a Igreja e o Estado e, no Mestrado, houve enfoque na memória dos que sofreram repressão do governo militar. Esse é um trabalho que ainda merece atenção por meio da exploração das fontes, ou seja, das entrevistas que no final somaram dezoito.

⁸ Essa é uma daquelas temáticas investigativas, como tantas outras em que o pesquisador se dedicará toda a sua existência e ainda assim haverá sempre uma janela por onde o historiador poderá vislumbrar novos elementos a serem apreciados em razão da amplitude temática.

interação entre os pesquisadores em torno desse viés investigativo vem ocorrendo de forma tímida e bem específico a partir do interesse por temas sobre a violência e conflitos no mundo moderno e contemporâneo.

Esse enfoque investigativo ganhou novo contorno na segunda metade do século XX, quando as investigações foram sendo direcionadas para o campo de batalha⁹ das grandes guerras mundiais e, mais recentemente, para o período das ditaduras políticas, especialmente na América Latina, configurando-se também, em uma “Arqueologia dos Desaparecidos” (BASTOS, 2010). Dessa forma e estabelecida essa importante conexão, se pretendeu seguir a perspectiva de análise da Arqueologia em Campo de Batalha, que será mais bem compreendida ao longo do desenrolar dessa trama.

Ao encontrar esse caminho investigativo, aquele impacto inicial se desfez quando se considerou que as temáticas investigadas fossem assim tão divergentes. Todavia, aquele anseio na tentativa de aproximar a Arqueologia e a História atualmente encontra-se em um campo bem consolidado a partir da abordagem Pós-Processualista¹⁰ da Arqueologia, na qual se considera que tanto o arqueólogo quanto o historiador poderiam conjugar competência e habilidade (FUNARI, 1998, p. 18) no trânsito entre essas duas abordagens¹¹.

Em relação ao aspecto estereotipado da Arqueologia, acredita-se que a literatura em torno das grandes descobertas arqueológicas do passado¹² e especialmente o impacto dessas notícias sobre a população somaram-se às representações da ficção para contribuir sobremaneira para que se instituísse, em torno da Arqueologia, esse imaginário do misterioso

⁹ Esse subcampo da Arqueologia se dedica ao estudo dos territórios e dos vestígios materiais em campos nos quais ocorreram guerras pela defesa ou ocupação do território. No Brasil, esse ainda é um campo incipiente. Na Argentina, entretanto, o Campo de Batalha da Guerra do Paraná, vem sendo investigado por mais de dez anos. Esse ramo da Arqueologia se funde com o da Arqueologia da violência entendido no passado com o extermínio dos indígenas. Dessa forma, torna-se difícil desvincular o estudo dos campos de batalha do mundo moderno, sem considerar a violência sofrida por essas populações autóctones.

¹⁰ A Arqueologia Pós-Processualista, cujo principal representante é Ian Hodder, é identificada como Arqueologia Contextual e Interpretativa, em cuja abordagem se podem observar três enfoques diferentes de interpretação: Hermenêutica, Marxista e Fenomenológica. Nessa linha investigativa, a análise perpassa o pensamento e os valores do passado no qual o ser humano é um ser ativo e a cultura material se assemelha a um texto dentro do seu contexto. Para maiores informações, consultar Hodder (1994).

¹¹ Sobre essas questões, Pedro Paulo Funari aponta que as pesquisas da arqueóloga Gabriela Martín seriam um protótipo desse modelo de pesquisador. Ela, natural da Espanha, fez seus estudos em Arqueologia Clássica na sua terra natal, e no Nordeste brasileiro realizou pesquisa bastante extensa sobre a Pré-História, classificando a pintura rupestre em três grandes tradições: Nordeste, Agreste e Itaquatiaras. Atuou na Universidade Federal de Pernambuco orientando trabalhos de Arqueologia Histórica e como avaliadora da CAPES no Curso de Pós-Graduação em História. Ela incorpora esse arquétipo de como no campo da arqueologia se podem aproximar as fronteiras existentes entre a abordagem da Arqueologia e da História, fato esse considerado bem peculiar, uma vez que a formação acadêmica tende a reforçar essa disparidade.

¹² Fala-se das descobertas arqueológicas espetaculares que mudaram as concepções da história da humanidade e da ocupação de determinados territórios como no Egito Antigo, na Síria e na Mesopotâmia e sua relação com a narrativa bíblica. E, por que não dizer das ruínas das Missões Jesuíticas no sul do Brasil e além-fronteiras, além do Sítio do Boqueirão da Pedra Furada no Piauí, que guarda os vestígios mais antigos da presença humana nas Américas.

a ser desvendado. Em parte, essa visão alimenta a curiosidade da comunidade e a aproxima da arqueologia. Essa aproximação da comunidade com a Arqueologia é um aspecto que precisa ser cada vez mais cultivado, tendo em vista a conservação do patrimônio (FUNARI, 2005, p. 118). Todavia, se entende que qualquer investigação traz em si uma natureza emblemática que prescinde a investigação de qualquer objeto, mesmo que este não seja de cunho arqueológico. Entretanto, geralmente as pesquisas arqueológicas despertam nas pessoas certo fascínio, os quais estão associados a esse lado mítico, romântico e aventureiro da Arqueologia. Atualmente, se compreende que o romantismo está presente na relação que esta pesquisadora estabelece com essa área do conhecimento e com o projeto que a mesma tem abraçado, pois se reconhece o quanto essa temática se tornou oportuna para que esse enlace ocorresse.

No que diz respeito ao desenvolvimento da Arqueologia Histórica no Brasil, alguns autores como Funari, Symanski e Tânia Andrade são unânimes em afirmar que somente a partir da década de 1960 do século XX começaram a aparecer os primeiros trabalhos de forma mais sistematizada (ANDRADE LIMA, 1993, p. 226). A década de 1960 a 1980 foi entendida como um período de formação da disciplina e os anos de 1980 a 1990 o momento da sua consolidação (SYMANSKI, 2009, p. 1-8). Para Pedro Funari, foi a partir da década de 1960 em que os arqueólogos começaram a elaborar reflexões, a organizar fóruns e congressos nacionais e internacionais para debater questões relacionadas à teoria e aos métodos da Arqueologia Histórica, fatos esses que contribuíram consideravelmente para a consolidação da disciplina (FUNARI, 1998, p. 1-6). Tânia Andrade Lima, ao elaborar um balanço bibliográfico da Arqueologia Histórica no Brasil dos anos de 1960 a 1991, considera que as investigações se desenvolveram e permaneceram durante alguns anos polarizados nos dois extremos do país, no Nordeste e no Sul do Brasil. Impulsionada pela Lei 3.924 de 26 de julho de 1961 que dispunha sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, a Arqueologia Histórica se manteve até a década de 1980 vinculada à preservação e restauro de monumentos arquitetônicos representativos dos segmentos dominantes da sociedade. No Nordeste, o foco das pesquisas foram as fortificações e igrejas de Pernambuco e, no Sul, as investigações ocorreram nas Missões Jesuíticas. No princípio essas pesquisas foram realizadas por arqueólogos pré-históricos em razão do pequeno número de arqueólogos históricos. Entretanto, a partir dos anos de 1990 quando já se contava com um número considerável de arqueólogos com formação voltada para a Arqueologia como campo teórico, essa área abriu-se em novas perspectivas:

Para dar voz a minorias étnicas e a segmentos subalternos, oprimidos, desfavorecidos, ou marginais, que não puderam registrar sua própria história; recuperar memórias sociais, reinterpretar a História Oficial, resgatar elementos e práticas da vida cotidiana, sobre os quais normalmente não se escreve, e assim por diante. Campos de batalha, quilombos, simples unidades domésticas, becos urbanos, quintais, caminhos, povoados, fazendas, senzalas, tecnologias de processamento de determinados materiais, entre outros, passaram a ser valorizados como objetos de investigação (ANDRADE LIMA, 1993, p. 228).

Dessa forma, a Arqueologia Histórica apontou diversas possibilidades de pesquisa e se revelou um campo fértil de atuação do arqueólogo. Os novos campos abertos permitiram uma aproximação mais estreita da Arqueologia com as Ciências Sociais e ao mesmo tempo exigiu que os pesquisadores desenvolvessem uma reflexão crítica sobre sua prática e seus métodos em campo e em laboratório, permitindo que a disciplina alicerçasse e fortalecesse seu campo teórico, aspecto este que se tornou muito caro para a Arqueologia considerada uma disciplina auxiliar. Com importantes ferramentas ao seu dispor, os arqueólogos históricos se tornaram capazes de contribuir efetivamente na produção de conhecimentos novos, especialmente a partir da interpretação adequada da cultura material que apenas as fontes escritas não eram suficientes para esclarecer determinados fenômenos sociais, havendo a necessidade da conjugação das fontes materiais e escritas. Nessa fase de formação da disciplina, importantes trabalhos são reveladores do potencial da Arqueologia Histórica como uma “reinterpretação da História do Brasil”, a exemplo dos trabalhos de Marcos Albuquerque (2006), no Pernambuco: “a recuperação da Feitoria de Cristóvão Jacques, a localização exata do Arraial Velho do Bom Jesus, o estudo estratigráfico da fortaleza do Orange, as pesquisas nos Montes Guararapes, as escavações na Igreja Quinhentista”, os quais são representativos dos contatos entre os portugueses e índios (ANDRADE LIMA, 1993, p. 233); os estudos de Tânia Andrade realizados no Rio de Janeiro na “Casa dos Pilões, no Jardim Botânico; Sítio do Major, em Angra dos Reis; Paço Imperial e o antigo Cais da Praça XV” (ANDRADE LIMA, 1993, p. 236). Todo o material recolhido permitiu traçar um panorama da sociedade brasileira das primeiras décadas do século XIX e do seu processo de ascensão burguesa. É importante notar em trabalhos posteriores dessa autora, assim como de outros como Symanski (2002) e Fernanda Tocchetto (2010), em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, que também são reveladores desse processo social burguês que vai se disseminando por todo o Brasil a partir das primeiras décadas do século XIX. Trabalhos também relevantes dizem respeito aos realizados por Arno Kern (2006), no contexto das missões Jesuíticas no Sul do Brasil e que atualmente compreende o Patrimônio Mundial dos Trinta Povos das Missões em área que

abrange o Brasil, o Paraguai e a Argentina. O campo da Arqueologia Histórica tem se desenvolvido e se consolidado nesses últimos vinte anos como um campo do conhecimento em expansão.

Esta tese se desenvolveu tendo como objetivo principal compreender a Batalha do Jenipapo a partir dos vestígios materiais, dos seus espaços e lugares de memória, na tentativa de abranger aquilo que se convencionou chamar de cultura material. Dessa forma, se consideraram os equipamentos bélicos remanescentes do Museu do Jenipapo e o Cemitério do Batalhão como o lugar por excelência da referida batalha, além de outros lugares vinculados ao referido acontecimento histórico.

A estrutura deste trabalho compreende sete capítulos. O primeiro, introdutório, delinea e contextualiza o objeto de pesquisa. O segundo tem como fio condutor a apreensão do campo teórico da Arqueologia Histórica e seus reflexos no desenvolvimento da Arqueologia brasileira. Para se compreender as mudanças ocorridas no campo da Arqueologia, faz-se necessário perceber as mudanças de paradigmas ocorridos na disciplina a partir dos anos de 1960, como pré-requisitos para entender as diferentes abordagens: Histórico-Culturalismo, Processualismo e Pós-Processualismo. Dessa forma, o campo da Arqueologia Histórica tem caminhado para se solidificar como campo teórico.

O terceiro capítulo possibilita uma compreensão sobre a cidade de Campo Maior na qual se considera os aspectos do povoamento e da colonização do lugar como elementos importantes da construção social e cultural, os quais se consideraram como espaços da colonização e espaços da Batalha do Jenipapo. Esses lugares, também são considerados como elementos da cultura material, compreendidos dessa forma como espaços construídos pelo ser humano.

Os artefatos propriamente ditos de reminiscência bélica são discutidos no quarto capítulo, ao tempo em que se apresenta a identificação das armas existentes no Museu do Jenipapo constituídas por 12 espingardas, quatro canhões, um projétil e 20 cartuchos de munição. Além dessas armas, foi também objeto de análise a arma nº 13, que se encontra no Museu “Zé Didôr”.

O quinto capítulo apresenta uma abordagem bem específica do campo da relação da história e das imagens. Essa abordagem surgiu no contexto da pesquisa depois de conhecer o quadro “Batalha do Jenipapo” de um artista popular da cidade de Campo Maior que ao se descobrir como artista e pintor de telas desejou construir um quadro para deixá-lo exposto no Museu do Jenipapo, como forma de atrair o olhar do visitante para a imagem, a qual é

representativa de uma construção criada ao longo do tempo sobre a batalha. Esse capítulo narra a trajetória de Artes Paz em torno da construção desse quadro.

No sexto capítulo, se apresenta uma discussão em torno das questões pertinentes à preservação do Patrimônio Cultural da Batalha do Jenipapo e da cidade de Campo Maior, a partir da qual se constatou encontrar-se em um verdadeiro estado de abandono. O Museu do Jenipapo não oferece condições mínimas necessárias condizentes com o que determinam as diretrizes museológicas e ainda abriga peças do antigo Museu do Couro, representativo das fazendas coloniais na lida com o gado, outro patrimônio também destruído. No sétimo capítulo, fazem-se nas considerações finais um apanhado do que foi analisado dentro dos objetivos propostos.

A presente tese pretende abrir caminhos e novas possibilidades de abordagens históricas e arqueológicas sobre a Batalha do Jenipapo no contexto piauiense do princípio do século XIX.

2 A BATALHA DO JENIPAPO: POSSIBILIDADES E LIMITES DE LEITURA A PARTIR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

O gosto dos conhecimentos históricos é talvez o mais perseverante de todos os gostos literários.
Daniela Kern

2.1 PRINCIPIANDO A INVESTIGAÇÃO

A elaboração do primeiro esboço das ideias daquilo que viria a ser esta tese foi motivada por um interesse determinado da pesquisadora por seu objeto. Nesse caso, foi imperativo ampliar a percepção a respeito da extensão da temática e nessa fase uma boa dose de leitura foi uma atitude decisiva para alçar voos. Com esse empenho deu-se continuidade à coleta de todas as publicações possíveis sobre a Batalha do Jenipapo e uma tentativa de acompanhar as discussões mais recentes. Nessa fase a realização da prospecção de reconhecimento do local onde se encontra o Cemitério do Batalhão e no qual foi erguido o Monumento aos Heróis do Jenipapo em honra aos que foram mortos naquela batalha ampliaram as perspectivas de análise. O referido Monumento encontra-se nas proximidades do campo onde se julga ter ocorrido a batalha. Nesse mesmo local, situado nas adjacências da cidade de Campo Maior, às margens do Rio Jenipapo, encontra-se, entre árvores e pedras, um antigo cemitério, atualmente inativo, mas carregado de significados¹³. Esses dois exercícios, no princípio da pesquisa, foram de fundamental importância para se perceber como aquele tema era tão desconhecido. Entretanto, o mesmo foi se impregnando na medida em que o aprofundamento foi suscitando ampliações do campo de visão e possibilitando maior definição da abordagem. Em princípio, com um conhecimento pouco aprofundado no assunto, parece óbvio repetir que tudo naquele lugar chamava a atenção e despertava o interesse desta pesquisadora. Cada detalhe concebia uma potencialidade e, dessa forma, nesse momento se estava pondo em prática a operação historiográfica de Michel de Certeau (2000, p. 76) e conduzindo a investigação, tendo em mente o método indiciário de Carlo Ginzburg (1989, p. 151). Todavia, como um caçador em busca da sua presa, procurou-se considerar todos os

¹³ O Cemitério dedicado aos Heróis do Jenipapo recebeu enterramento até meados da década de 1970 e chama a atenção pela religiosidade itinerante dos peregrinos que buscam auxílio divino através da devoção às almas dos soldados. Nesse espaço, foi construído um obelisco por ocasião do primeiro centenário da Batalha. No cruzeiro central, onde os devotos depositam seus ex-votos, muitos acreditam ter sido ali o local em que foram enterrados alguns dos soldados mortos. Entretanto, essa certeza somente poderá ser evidenciada por escavações arqueológicas realizadas no local. A variedade dos ex-votos; cabeças, pernas, braços e até cópias de trabalhos universitários evidenciam as maiores devoções ali ocorridas na atualidade. A incidência de incineração de velas, misturadas aos papéis deixados pelos devotos e o capim seco do entorno são fatores que têm contribuído para a ocorrência de incêndios no cemitério.

possíveis indícios que pudessem evidenciar os rastros incrustados naquele espaço com o objetivo de resolver em princípio uma questão: onde se localiza o Rio Jenipapo? Com o auxílio de um segurança do respectivo Sítio Histórico procedeu-se ao reconhecimento do entorno do Cemitério e Museu do Jenipapo assim como das margens do referido rio. Essa primeira prospecção de reconhecimento realizada por caminhamento seguiu-se por uma trilha, logo desaparecendo em meio aos arbustos e carnaubeiras. Ao atravessar entre poças lamacentas, enfim se alcançava às margens, por onde se foi costeando até aproximar-se da ponte sobre o rio na BR 343. Muitas vezes, esta pesquisadora já o havia atravessado, assim como muitos outros piauienses, sem saber que se tratava do referido Rio Jenipapo, próximo à antiga travessia das tropas, local onde se diz ter ocorrido a Batalha. Esse local permanece sem identificação. Uma vez alcançadas às margens, seguiu-se no sentido contrário à correnteza, onde era melhor o acesso. Muitas vezes, no campo metodológico, o pesquisador precisa considerar a direção oposta às evidências. Essa metáfora se aplica ao ofício do historiador e do arqueólogo pós-processualista, quando procura vincular o método moreliano (GINZBURG, 1989, p. 150) ao seu objeto investigativo, ao indagar sobre os indícios menos relevantes que poderão proporcionar conclusões mais abrangentes, ou ainda não elucidadas. A relação do método indiciário com esse ato investigativo possui uma aproximação com um método de prospecção de reconhecimento ou de superfície (BICHO, 2012, p. 89), utilizado na Arqueologia quando se pretende conhecer o território, ou até realizar a coleta de alguns artefatos, observar as mudanças da paisagem. Igualmente importante foi estar atenta às falas daqueles que contam as histórias sobre a batalha, ou mesmo perceber, nas entrelinhas da bibliografia, elementos dignos de uma boa análise, como é o caso dos equipamentos bélicos usados na batalha – que são descritos na bibliografia – e assim poder verificar a correspondência desses objetos com outros remanescentes no Memorial ou em poder de particulares. A convergência e boa aplicabilidade dos métodos são profícuas na pesquisa da Arqueologia Histórica.

Instrumentalizada por esse aporte teórico, continuou-se o caminhar pelas margens do rio, enquanto a reflexão sobre aquele ato estimulava o pensamento e o transportava para outro momento, conduzido pela velocidade da imaginação, que é capaz de tornar presente muitas outras memórias (PORTELLI, 2010, p. 19)¹⁴. Aqui se faz uma referência à memória sobre a narrativa da batalha ocorrida em 13 de março de 1823. Essas memórias partilhadas pelas atuais gerações se assemelham às da narrativa historiográfica e que também estão bem

¹⁴ Fazem-se referências a memórias sobre a Batalha do Jenipapo compartilhadas pela população de Campo Maior, conceito este trabalhado por Alessandro Portelli em substituição ao conceito de memória coletiva.

representadas no quadro do pintor Artes Paz¹⁵, que se encontra no pequeno Memorial de vidro no interior do Monumento. A memória sobre um acontecimento em particular é possível de ser compartilhada por uma determinada geração ao tempo em que também é capaz de sofrer alterações, incluindo ou omitindo elementos; quando essa mesma geração é submetida a circunstâncias bem específicas, como a vivência de uma ocorrência traumática poderá até mesmo modificar aspectos importantes da história humana (VALENSI, 1994, p. 89-92).

Lembranças, especialmente de acontecimentos relevantes, sejam pela duração dos mesmos, ou pelas atrocidades cometidas, são impregnadas de significados para um grupo de indivíduos em determinada época e contexto social específico, mas também de forma bem peculiar para cada vivência pessoal. O ato de lembrar é sempre individual. O entrelaçamento das lembranças conduz a alguns sentidos que estão mais próximos do mito como uma possível resposta que transcende aos fatos. O sentido do mito ao qual me refiro se aproxima daquele que diz respeito ao estudo das fábulas que têm seu fundamento nas análises arquetípicas da existência humana, pois os mesmos encontram seu contraponto nas representações do imaginário humano. Todavia, refiro-me a acontecimentos que, de tão extraordinários e inesperados e, são, portanto, considerados quase inacreditáveis devido ao choque produzido na população. Dada a dificuldade da sua aceitação como realidade, tais acontecimentos permaneceram na lembrança como algo memorável, pois, além dos relatos sobre o ocorrido, outros elementos foram sendo incorporados para melhor serem aceitos e, dessa forma, se perpetuarem na história, como ocorreu com a Batalha de Alcácer Quibir¹⁶. Temos exemplos mais recentes como as memórias sobre o holocausto ocorrido na Segunda Guerra Mundial e outros ainda mais próximos relacionados aos períodos de governos autoritários no continente latino-americano.

O mito do sebastianismo permaneceu tão presente na realidade humana portuguesa que passou a ser incorporado como parte da história. Nesses casos, cabe ao historiador

¹⁵ Francisco José Soares da Paz, vulgo Artes Paz, é artista nascido na cidade de Campo Maior e desde a sua adolescência vem se dedicando à pintura de letreiros. Na vida adulta, redescobriu seu dom para a pintura de quadros e paisagens. Esse quadro ao qual faço referência será mais bem explicitado no capítulo quatro desta tese.

¹⁶ A Batalha de Alcácer-Quibir ocorreu em quatro de agosto de 1578, em uma planície desértica do Marrocos. É também conhecida como a batalha dos três reis, o rei de Portugal, o do Marrocos e um príncipe destronado que almeja subir ao trono depois de vencida essa batalha. Depois de quatro horas de luta, haviam morrido os três reis. Do lado português, o exército contava com aproximadamente 17 mil soldados contra 60 mil do lado muçulmano, os quais esperaram os portugueses se afastarem da costa, local onde se concentrava seu maior poder. Em um campo raso, a cristandade portuguesa sofreu a maior derrota para o Islã, além de perder o rei sem deixar herdeiros e, conseqüentemente, dois anos depois perder a independência para a Espanha por longos 60 anos; enquanto no Marrocos os muçulmanos escreviam a sua página mais gloriosa. Esse episódio perdurou por mais de quatro séculos e passou a ser recordado de diferentes maneiras pelos dois povos. Para saber mais, consulte Valensi (1994).

desenvolver a habilidade para compreender como certos acontecimentos se processam em determinada realidade e, dessa forma, estabelecer a distância entre a história e o imaginário, ao mesmo tempo em que percebe o estreito limite entre os dois. Nos casos relacionados às memórias sobre a Segunda Guerra (WHITE, 2006, p. 198-9) e sobre os regimes totalitários, estas são carregadas de culpa e vergonha, produzindo traumas que são em muitos casos irreversíveis (CARVALHO, 2006, p. 125). Uma geração inteira pode sofrer direta ou indiretamente um trauma social, e por essas e outras razões cada pessoa seleciona não de forma arbitrária, mas inconscientemente, os fatos a serem recordados. Grande parte dos acontecimentos históricos pode guardar algo de trágico, de mítico, de imaginário. Outro aspecto, também importante, diz respeito à temporalidade. Sobre esse assunto, Lucília Neves (2004, p. 276-7) destaca, em seu estudo sobre a história oral, as questões “[...] da relação entre os múltiplos tempos, realidades, pois em uma entrevista ou depoimento fala o jovem do passado, pela voz do adulto ou do ancião do tempo presente”. O adulto traz em si memórias de suas experiências e também memórias a ele repassadas, mas filtradas por ele mesmo, ao disseminá-las. Fala-se em um tempo sobre outro tempo. Enfim, registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações, em uma narrativa encontrada pelas emoções de ontem, renovadas ou avaliadas pelas emoções de hoje.

Dessa forma, o pesquisador precisa ser um conhecedor dessas peculiaridades no tratamento da memória. A memória se mantém viva, porém a forma de lembrar se modifica com o tempo. Nesses casos, pode-se inferir que os acontecimentos cativos da memória fazem parte das experiências vividas e repassadas entre as gerações. Essas memórias armazenadas são conteúdos do universo simbólico das lembranças. A intensidade e influência dessas memórias na vida de cada indivíduo ou na vida social de uma comunidade vão depender do seu impacto sobre a realidade, como o ocorrido em épocas de catástrofes. Dessa forma, o historiador, empenhado em fazer reviver determinadas memórias, cumpre um papel particular: “impedir que a história seja somente história” (LE GOFF, 1994, p. 47). A memória é um “fenômeno social e coletivo construído, submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. Os elementos que as constituem são os acontecimentos vividos pessoalmente e os “acontecimentos vividos por tabela” ou, “pela coletividade” (POLLAK, 1992, p. 2-6), considerados dessa forma como parte de uma memória enquadrada¹⁷ cujas características conferem uma identidade coletiva.

¹⁷ Por memória enquadrada ou aquela que sofreu um enquadramento, se subentende um termo mais adequado que o de memória coletiva. A ela se relaciona a memória coletiva que se constituiu como memória nacional, ou de grupos específicos como associações, igrejas, clubes, sindicatos etc, e que coloca em jogo a defesa de uma

No caso da Batalha do Jenipapo, essa também parece combinar alguns desses elementos apontados acima. Fazer uma abordagem dessa batalha, considerando o aspecto do imaginário e do simbólico, não é o objetivo específico desta tese. Contudo, será difícil desviar de tal aspecto, uma vez que a memória está povoada de simbolismos.

Retomando à primeira prospecção de reconhecimento realizada pelas margens do Rio Jenipapo, era o princípio do mês de junho de 2010, quando o terreno nas suas mediações já se encontra seco, porém o rio ainda permanecia com água corrente. Em Campo Maior a população festejava o Padroeiro Santo Antônio, ocasião em que a cidade costuma receber os seus filhos ilustres, assim como os devotos do padroeiro e todos aqueles que estão em busca de diversão ou ainda de outros objetivos, como é o caso desta pesquisadora. Ali, naquela caminhada, margeando o rio, imbuída de um turbilhão de memórias sobre o fato ocorrido naquele lugar, a percepção contemplava inúmeras imagens, em especial aquela do rio raso, mas ainda corrente, que traziam à memória a metáfora do tempo: como estaria aquele lugar em 13 de março de 1823? Como estavam suas margens e seu leito atualmente tão assoreados? O rio, em seu ciclo normal, experimenta as cheias, que provocam mudanças que se acentuam com a repetição anual das enchentes. Suas margens estreitas vão se alargando, fazendo novos contornos, aprofundando o seu leito, enterrando antigos depósitos à mostra, trazendo à superfície toda sorte de sedimentos, que se misturam aos aparentes e vão modificando a paisagem (BONAMETI, 2004, p. 108), de modo a tornar o trabalho do arqueólogo, nesses casos, ainda mais complexo. Sobre o aspecto das cheias, ouviram-se alguns habitantes, como o Sr. Otacílio, morador ribeirinho e vizinho do Cemitério do Jenipapo, quando todo o terreno às margens do rio, incluindo o local onde mora atualmente e cria seus animais, era coberto pelas águas, permitindo a passagem apenas com canoas que se deslocavam da Fazenda Poções (atualmente indústria cerâmica ao lado direito do rio) até a cidade de Campo Maior. Outra moradora, Maria das Dores, relatou que sua bisavó morreu afogada quando atravessava o rio com uma criança ao perder o controle da canoa. Atualmente, também, ocorrem cheias. Porém, as condições para o tráfego das pessoas são bem diferentes, assim como muitas transformações ambientais têm se registrado ao longo dos anos.

identidade comum, incluindo nesse caso a identidade de um território, de um Estado. Sua visibilidade pode ser percebida pela produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens e também dos rastros visíveis nos objetos materiais como monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória assim compreendida se solidifica nas pedras, nos vestígios arqueológicos, nas construções arquitetônicas neoclássicas, nos cemitérios e mausoléus. Os filmes testemunhos e documentários são instrumentos por excelência de uma memória imposta, porém com o consenso social.

Esse processo de alterações dos contornos e do leito do rio se torna ainda mais violento quando a essas mutações se somam as interferências naturais com as antrópicas¹⁸. Considerando o espaço onde possivelmente tenha ocorrido a Batalha, esses aspectos podem ser facilmente observados, pois o mesmo tem sofrido profundas modificações ao longo dos anos, como a construção de pontes, empreendimentos industriais, residenciais, agrícolas e agropastoris na área da linha férrea, atualmente desativada. Essa imagem da paisagem modificada é familiar, especialmente porque se vive em um período de grandes catástrofes e transformações da paisagem.

Aqui nos apropriamos da metáfora do rio para apreender melhor a realidade e os fatos. Com a memória, podemos dizer que ocorre algo semelhante. O rio é o leito da vida sobre a qual vivemos e na qual construímos as nossas histórias, lhe atribuímos sentidos sobre os sedimentos do passado, mas não o passado apenas como ele foi vivido pelos nossos ancestrais, mas especialmente como nós o apreendemos na atualidade e o incorporamos em meio às nossas peculiaridades, ora agregando elementos novos, ora soterrando outros. Nesse exercício entre a memória e o esquecimento (POLLAK, 1989, p. 1-2), poderíamos examinar quais elementos da memória em relação à Batalha do Jenipapo estão sendo soterrados e quais estão sendo evidenciados? Quais deles estão sendo ofuscados e com o tempo desaparecerão? Nesse ponto, se poderia ressaltar a imprescindível importância dos conhecimentos arqueológicos nas pesquisas históricas, pois a arqueologia investiga um passado que está soterrado e do qual não ficaram registros. Com essa percepção, a Arqueologia Histórica vem se consolidando como um campo de pesquisa distinto que intermedeia as relações entre a História e a Arqueologia e que vem sendo definida como “o estudo do mundo moderno a partir da expansão europeia, coincidindo com a consolidação do sistema capitalista e de uma nova ordem social” (ZARANKIN, 2002, p. 8). A Arqueologia Histórica, em especial nas pesquisas sobre as cidades, possibilita o contato com vestígios materiais do passado, os quais, em alguns casos, foram registrados de forma equivocada pelos documentos escritos e, assim, permaneceram preservados no ventre da terra, como foi o caso do “Cais do Valongo”, no Rio de Janeiro¹⁹.

¹⁸ Diz-se de todas as interferências precipitadas pela ação do ser humano no ambiente natural que provocam a mudança da paisagem natural de forma irreversível e muitas vezes catastrófica.

¹⁹ Para um maior esclarecimento sobre as escavações no Cais do Valongo no Rio de Janeiro, realizadas por Tânia Andrade Lima, a partir de 2011, consultar os seguintes endereços eletrônicos: http://www.4shared.com/document/VFmCIGN5/Ossos_que_falam_.html e <http://www.cidadeolimpica.com/nas-obras-do-porto-a-historia-e-desenterrada-2/>

Retomando o exposto, o fato de estar investigando um novo tema e um novo lugar tem tornado o ato exploratório ainda mais instigante. Ressalta-se esse aspecto porque até aquele momento nenhuma visita havia sido feita por esta pesquisadora àquele monumento, nem tampouco havia identificado o Rio Jenipapo, mesmo tendo-o atravessado tantas vezes. Depois de ter realizado algumas leituras, conversado com algumas pessoas e percorrido aquele ambiente, algumas possibilidades investigativas pareciam acender uma centelha. A cada tarefa cumprida, outras eram suscitadas. E, dessa maneira, ia se concretizando a operação historiográfica para qual o pesquisador deve dominar certas habilidades de coletar informações, ou seja, distinguir entre um amontoado de objetos ou histórias e tentar reconhecer o que é mais condizente com as reminiscências do passado que correspondem aos seus propósitos e objetivos. Dessa forma, ele pode conjugar as informações com as evidências e unir os objetos, os fatos, os relatos orais e todos os demais documentos para compor a sua trama. Com essa perspectiva foram dados os primeiros passos na busca pelos vestígios materiais da Batalha do Jenipapo.

2.2 DESCRIÇÕES METODOLÓGICAS

Em princípio, não se teve a pretensão de realizar muitas entrevistas, mas especialmente as que se mostrassem necessárias ao levantamento de dados. Quem investiga neste campo da História Oral (CONSTANTINO, 2004, p. 63-64) sabe que uma entrevista sempre motiva outra, mas cabe ao entrevistador definir os limites e as possibilidades de cada uma. A procura de referências na cidade sobre pessoas para realizar entrevistas expressivas sobre esse tema representou um momento árduo, no qual se fez necessário percorrer a cidade nos meses de julho e agosto de 2012 debaixo de um sol escaldante, fazendo visitas e contatos ao tempo em que se esboçava o projeto para realizá-las. Essa investida foi bastante proveitosa, pois as referidas entrevistas forneceram elementos relevantes que contribuiram para ampliar e ao mesmo tempo delinear o objeto da investigação.

2.2.1 HISTÓRIA ORAL

Nos aspectos relacionados aos estudos da cidade, a ênfase do Sr. João Alves, membro da Academia Campo-maiorense de Letras (ACALE) a respeito da instalação das primeiras fazendas de gado no Piauí instigou a investigação sobre o contexto colonial. Dentre as fazendas mais antigas, o destaque foi a Fazenda Bitorocara (CARVALHO, 2009, p. 36), a partir da qual foi fundada a Freguesia de Santo Antônio do Surubim ainda no final do século XVII. A referência sobre o lugar exato da sua instalação se perdeu no tempo, especialmente quando a mesma foi paulatinamente cedendo o lugar para a criação da Vila de Campo Maior e sua posterior evolução como cidade no período republicano. A identificação do local onde foi erguida a sede dessa fazenda ainda está para ser realizada. Até o momento, os documentos escritos sinalizam o possível local na confluência dos rios Surubim, Jenipapo e Longá, entretanto essa evidência poderá ser mais bem elucidada a partir de sondagens arqueológicas no centro histórico da cidade, especialmente através da investigação dos seus marcos de fundação. No entanto, mesmo não sendo possível aprofundar a pesquisa nessa perspectiva, assinala-se o registro dessa importante e necessária investida, uma vez que a história dessa cidade está agregada aos primeiros núcleos urbanos do Piauí (MOTT, 2010, p. 57) e carecem de um olhar mais apurado dos historiadores e arqueólogos. A cidade de Campo Maior conserva na sua materialidade arquitetônica (SILVA FILHO, 2007, p. 67) ²⁰ indícios da sua antiguidade colonial, que tem desaparecido constantemente com as mudanças contínuas da paisagem urbana. O espaço central da Praça Bona Primo, no centro, foi o palco onde ocorreram as inúmeras reuniões, os planejamentos, as primeiras ideias que arquitetaram o plano para impedir que o Major Fidié ²¹ atravessasse o Rio Jenipapo e marchasse até Oeiras ²² para conter o movimento pela independência que irrompia na capital. Desse modo, pode-se perceber como o espaço onde ocorreu a Batalha guarda uma relação com o espaço da cidade. Nessa investida, procurou-se identificar algumas pessoas interessadas, amantes e

²⁰ A arquitetura da cidade de Campo Maior encontra-se detalhada no livro *Casa de Pedra e barro*, do arquiteto Olavo Pereira da Silva.

²¹ João José da Cunha Fidié foi um general do governo português que havia participado das guerras napoleônicas e era conhecido pela sua bravura. Ele chegou à Província de São José do Piauí em 08 de agosto de 1822 com a missão de conter o movimento separatista na região norte da colônia brasileira que, naquela época, correspondia especialmente aos contornos do antigo Estado do Maranhão (que incluía o Piauí, o Maranhão e o Grão-Pará). Em vista da iminência do movimento pela independência, o governo português pretendia manter essa região do Brasil anexada ao seu governo, razão pela qual se desencadeou a guerrilha interna na província do Piauí para se fazer independente de Portugal.

²² Oeiras constitui-se o primeiro núcleo urbano do Piauí e também a primeira capital da Província de São José do Piauí. Com a chegada dos colonizadores (NUNES, 2007, p. 98-106) no brejo da Mocha, é feita a bênção da capela e estabelecimento da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, que se tornou mais tarde Vila da Mocha. Em 1697, no Piauí, já se computavam 129 fazendas de gado.

investigadoras da história da cidade e, para tanto, lançou-se mão da metodologia da história oral com o objetivo de abrir trilhas investigativas, pois um competente historiador aprende que, com a História Oral, poderá captar bem mais do que dados; poderá captar experiência dos narradores, suas tradições, mitos, porventura narrativas de ficção que se encontravam no fundo da memória, assim como as crenças existentes no seu grupo (CONSTANTINO, 2004, p. 63-4).

E assim foi a experiência com os entrevistados. Cada entrevista constituiu-se em uma experiência particular e contribuiu de maneira bem específica. Um reproduziram as histórias da Batalha do Jenipapo já conhecida nos livros, porém filtradas pelas vivências pessoais, e outras ainda recheadas de muitas leituras e pesquisas. Porém, os entrevistados se mostraram pessoas apaixonadas pela sua cidade e pela sua história ao tempo em que se sentiam como herdeiros e coadjuvantes dessa histórica batalha e responsáveis pela transmissão dessa memória às novas gerações, cada um ao seu modo, fosse através da oralidade, da escrita ou da arte. Dessa maneira, foi se reproduzindo uma memória por tabela, ou uma memória herdada (POLLAK, 1992, p. 5) a partir da qual o indivíduo se recorda ou se reporta à memória de acontecimentos dos seus antepassados dos quais ele não participou, mas herdou dos mais velhos, numa estreita relação entre memória individual e sentimento de identidade coletiva. A memória é constituída de maneira individual e social e também seletiva, de forma que o indivíduo lembra-se de determinados fatos com mais precisão e esquece-se de outros que para ele não foram tão significativos. De cada história, sobrevivem apenas fragmentos de um passado que atravessou vários crivos da história pessoal e socialmente construídos em contextos específicos.

O Senhor Francisco, jovem artista popular, manifestou o seu desejo de perpetuar a batalha por meio da sua arte em um mural do Monumento e ali deixá-lo exposto como um presente ao olhar do visitante, especialmente daquele que desconhece esse fato histórico. Entretanto, esse desejo não pode se concretizar porque não dispunha de financiamento nem de condições materiais suficientes para tal empreendimento. O seu esforço e os recursos adquiridos até o momento lhe garantiram a construção de um quadro em tamanho médio, exposto no memorial. Para a construção desse quadro, o autor se inspirou nas narrativas históricas que ele ouviu dos pesquisadores sobre a Batalha do Jenipapo, na observação da paisagem do rio, especialmente nos períodos de cheia, além dos filmes de faroeste e banguê-bangue a que assistiu quando criança e lhe forneceram elementos que o auxiliaram na elaboração das cenas de explosão e uso de canhões. Com esses elementos sob seu domínio e seguindo a sua intuição, pôe-se a construir a sua obra. A partir desse contato com o artista e

ao perceber o seu empenho na elaboração da sua obra, avigorou-se ainda mais a possibilidade de se abordar na tese essas imagens construídas sobre a Batalha. Na sequência das entrevistas, José Omar, professor de matemática e biologia, pesquisador e autor de livros sobre a batalha, mesmo encontrando-se fragilizado por problemas de saúde, não hesitou em colaborar e revelou aspectos peculiares de histórias como aquela relacionada ao Cemitério do Boqueirão, local no qual se julga ter iniciado o povoamento a partir do enterramento de um escravo ferido que fugia da batalha. Existem várias versões dessa história. Em uma delas, se diz que o seu dono, ao saber do ocorrido, ordenou que o enterrassem em meio ao matagal, possivelmente para que aquele fato caísse no esquecimento. A outra diz que o homem ferido foi visto por pessoas que passavam pelo local e, ao ouvirem os gemidos à beira do caminho, ficaram sensibilizados e se comprometeram de voltar trazendo o socorro necessário. Todavia, ao retornarem ao local, aquele homem já havia falecido. E ali mesmo, à beira do caminho, foi enterrado como havia pedido a aqueles que o encontraram ainda com vida, pois supunha que não haveria de resistir. Entretanto, essas histórias se espalharam entre a população daqueles arredores e alguns fragmentos permanecem vivos na memória. Após a batalha, o sofrimento daqueles que perderam seus parentes perdurou ao longo da sua existência. O caos provocado pelos saques instalou-se na Vila de Campo Maior e em toda a porção norte da Província de São José do Piauí, e a população, sem esperanças de ser socorrida em suas necessidades pelos vivos, apegam-se àqueles que morreram injustamente, acreditando na intervenção e justiça divina para aliviar o sofrimento nas calamidades. O enfrentamento das calamidades exige, em certos casos, uma grande dose de transcendência para que as pessoas possam continuar a viver. O túmulo do escravo ferido representou e ainda representa para a população um socorro espiritual e psicológico seguro nas suas aflições e, a partir daquele episódio, a população passou a fazer promessas e peregrinação à sepultura. A cidade do Boqueirão nasceu a partir e vinculada à história do cemitério.

Outro episódio narrado pelo professor José Omar diz respeito a uma entrevista, gravada e realizada por ele com Cosme Borges da Silva, um negro que teria vivido por mais de cem anos de idade. Ele teria ocupado toda a sua vida com a lida do gado em fazendas da região, e sua profissão de vaqueiro herdada dos seus antepassados. Ele lhe contara as histórias narradas pelos seus pais sobre a participação dos seus antepassados na Batalha do Jenipapo. Infelizmente essa entrevista não havia sido transcrita, e a fita cassete foi extraviada. Fato lamentável. Esse foi um dos aspectos sobre os quais se havia levantado vários questionamentos: seria possível encontrar em Campo Maior algumas pessoas cujos antepassados lhes teriam deixado alguma histórica lembrança da sua participação nos

episódios da batalha? Como esse episódio pode ser silenciado totalmente pelos descendentes? Ele estaria na categoria dos acontecimentos trágicos que teriam causado culpa e vergonha àqueles envolvidos, justificando assim o seu silenciamento? Ou o tempo transcorrido de aproximadamente quase duzentos anos seria o argumento que melhor justificaria o silêncio sobre esse episódio? Poderia ter havido algum ato político de caráter privado que tenha imposto o silêncio a esses descendentes, especialmente aqueles que receberam alguma espécie de indenização? Houve alguma indenização? Todavia deve-se recordar que um número considerável daquelas pessoas que participaram daquele episódio não era apenas oriundo da Vila de Campo Maior e suas adjacências. Talvez investigar em outras cidades próximas como Piripiri, Jatobá, Castelo, Valença, Piracuruca, Parnaíba, Oeiras, assim como no Estado do Pernambuco, no Ceará, no Maranhão e até mesmo em Portugal fosse uma alternativa a se recorrer em procura de alguma história desses descendentes. Porém, essa possibilidade não está descartada de se realizar em um momento oportuno. A entrevista com o Sr. Miranda mostra um homem simples, sem grandes estudos e amante das histórias relacionadas à batalha, histórias essas que ele afirma tê-las compartilhado com o Monsenhor Chaves e o mesmo havia concordado e o estimulado a continuar a sua investigação e a sua escrita. Seu grande desejo seria publicar essas histórias e toda a sua investigação em livro, assim como refazer todo o percurso do comandante português, o Major Fidié. Contudo, lamenta que a sua idade, a saúde e as condições não permitam a concretização de tal desejo. O Sr. Miranda conta, com muita ênfase, várias histórias que ouviu de alguns descendentes dos que lutaram na batalha e de visitantes do Cemitério do Batalhão, quando foi presidente do mesmo e ali permanecia observando o movimento dos viandantes.

Ouvir essas histórias possibilitou compreender que a batalha teve um alcance e impacto sobre a vida das pessoas em uma intensidade muito maior do que se possa imaginar. O mais admirável foi perceber que o grande diferencial não estava apenas em alguns detalhes das histórias contadas, mas nas experiências vivenciadas por cada um dos entrevistados e perceber como as histórias da batalha permearam suas vidas.

2.2.2 A CIDADE DE CAMPO MAIOR NO CONTEXTO DA BATALHA DO JENIPAPO

Quando, naquele mês de junho de 2010, se programou a visita à cidade de Campo Maior pela primeira vez, ainda em fase de coleta de dados, alguns questionamentos tinham caráter fundamental: como abordar questões sobre a Batalha do Jenipapo sem relacioná-la à história da cidade de Campo Maior? Entender como a cidade foi formada é uma questão

fundamental para se obter maior clareza sobre os grupos sociais que estiveram envolvidos naquela batalha. A Arqueologia Histórica tem revelado histórias desconhecidas e surpreendentes com as escavações em centros históricos de algumas cidades brasileiras como Recife, na qual foram constatados os sete pisos na Igreja Quinhentista (ALBUQUERQUE, 1980, p. 89-90) e a existência da Sinagoga Hahal Zur Israel; no Rio de Janeiro, Tânia Andrade Lima e sua equipe redescobrem recentemente o “Cais do Valongo” sobre o qual se havia construído o Cais da Imperatriz Tereza Cristina (HAAG, 2011, p. 2-3); e, em Porto Alegre, as pesquisas realizadas a partir da década de 1990, em quatro unidades domésticas, são representativas da evolução da sociedade e da área urbana da cidade no século XIX (TOCCHETTO, 2010, p. 26). Nessa perspectiva, poder-se-ia perguntar: como se caracterizava a sociedade piauiense da primeira metade do século XIX? Pouco se sabe sobre as histórias das cidades coloniais piauienses e esse desconhecimento tem suas origens na insuficiência das pesquisas. Com tal exercício metodológico, percebeu-se o quanto ainda se precisa investigar sobre a história dos primeiros núcleos de povoamentos do Piauí, especialmente o município de Campo Maior, no qual ocorreu a Batalha do Jenipapo. Com essa percepção, se fez necessário também ampliar o tempo de abrangência da pesquisa para se compreender como foi constituído o espaço que deu origem à freguesia de Santo Antônio do Surubim, lugar que ainda guarda muitas reminiscências dos trezentos anos de colonização portuguesa, aglutinando elementos que vão desde a chegada dos bandeirantes à escravização de negros e aculturação de índios violentados. Esses vestígios do passado estão ora visíveis, ora despercebidos, porém de diferentes maneiras permanecem inertes à espera de quem os reabilite. Com esse nexo complementar de métodos investigativos e de análise entre os campos da História e da Arqueologia Histórica, propôs-se esboçar essa importante empreitada.

Durante o desencadear da investigação, a tentativa de coletar as publicações sobre a Batalha do Jenipapo constituiu-se na fase menos trabalhosa. A grande maioria das publicações de Abdias Neves (2006), Monsenhor Chaves (2007) e Wilson Brandão (2006) são conhecidos entre os historiadores piauienses. Outras referências, como ofícios e demais documentos oficiais, ainda podem ser pesquisadas no Arquivo Público do Piauí, embora a grande maioria não esteja mais em condições de consulta em razão da deterioração dos documentos. Outras publicações sobre a cidade de Campo Maior e especialmente sobre a História do Piauí trazem elementos de valiosa contribuição para compor outras narrativas. Ainda que uma pesquisa histórica e arqueológica seja apenas de cunho documental e bibliográfico, considera-se que a mesma traga grandes vantagens para o pesquisador se o mesmo se utilizar de alguma

referência material para poder ampliar seu campo de investigação e, ao mesmo tempo, perceber essa intermediação entre o objeto da pesquisa e as coisas materiais, sejam elas edificações ou outros objetos remanescentes de sociedades do passado.

Ponderando que a presente pesquisa está centrada sobre a investigação dos vestígios materiais, dentre eles o material bélico da Batalha do Jenipapo, hão de se considerar outros elementos que também estão inter-relacionados como, por exemplo, o cemitério em honra aos soldados mortos em batalha e um obelisco construído no primeiro centenário. Este último pode sinalizar, possivelmente, a direção do confronto das tropas ou um enterramento comum, além de supostamente identificar o próprio campo de batalha e outros lugares associados a esse acontecimento, assim como também marcar o momento anterior e o posterior da batalha. A partir dessas reflexões, outras merecem consideração: naquela época, quem habitava a localidade? Como estava organizada a sociedade campomaiorense? Como as lideranças políticas conseguiram arrebanhar tantas pessoas para lutar contra os portugueses? Será possível identificar o local exato da batalha? Havia promessas para os que lutaram? Depois da batalha, como as famílias que perderam seus provedores conseguiram sobreviver? Houve alguma indenização? Se houve, quem a recebeu? Essas questões serviram como apoio e foco dessa investigação numa tentativa de aprofundamento sobre a questão ligada às tramas políticas da cidade.

Nessa perspectiva, considerou-se importante fazer uma abordagem sobre a cidade de Campo Maior no primeiro quinquênio do século XIX, no qual está inserida a batalha, de modo a retroceder no tempo para compreender como se processou a ocupação daquele lugar. A maneira como se deu a colonização do lugar e o modo de organização da sociedade na época lançou centelhas de luz para se compreender como uma parcela da população pobre, dentre eles, camponeses, vaqueiros, mestiços, caboclos, índios e escravos, entraram na defesa do último território brasileiro sob o domínio do governo português. Com essa perspectiva, procedeu-se à investigação sobre os referenciais de reminiscências do passado na cidade de Campo Maior que remetem ao tempo da colonização e que se perpetuaram por séculos a fio.

Assim se propôs perpetrar um mapeamento dos espaços arqueológicos da Batalha do Jenipapo e, dessa forma, a praça central que delinea o centro histórico da cidade se configurou como um lugar emblemático, um lugar com muitos significados e atribuições políticas, militares, religiosas, sociais, culturais e comerciais; um lugar a partir do qual se gestaram as ideias que engendraram a Batalha do Jenipapo com o objetivo de impedir a marcha das tropas portuguesas até Oeiras, a capital da província.

2.2.3 OS VESTÍGIOS MATERIAIS DA BATALHA DO JENIPAPO

Certa ocasião, em Teresina, pesquisando no Arquivo Público do Piauí, especialmente no momento em que folheava alguns manuscritos referentes aos anos de 1820 a 1824 (INDEPENDÊNCIA, 1822), uma página chamou bastante atenção. Tratava-se de uma lista, na qual estavam discriminados alguns equipamentos bélicos necessários à Companhia de Artilharia da Província de São José do Piauí. Naquele pedido, estava explícita a necessidade pela qual a infantaria da Província do Piauí estava passando e carecendo de um reforço na sua artilharia, fato este que justificava aquela petição. A partir de então, essa lista se constituiu em uma importante referência, pois sinalizava o tipo de material bélico da época e ainda poderia servir como contraponto na identificação de alguns dos materiais bélicos remanescentes desse período ou ainda de outros que pudessem apresentar alguma semelhança. Na pesquisa cujo objeto principal diz respeito às coisas materiais, o contato com esses objetos, assim como a realização de prospecções em campo, foram pontos decisivos para que algumas hipóteses fossem levantadas, outras fossem confirmadas, argumentos fossem postos em dúvida ou, ainda, para que novas possibilidades de construção da narrativa pudessem ser apontadas. Essa particularidade da Arqueologia Histórica requer do pesquisador a devida atenção às particularidades metodológicas.

Na tentativa de identificar mais facilmente alguns objetos remanescentes da Batalha, a visita ao Museu do Jenipapo mostrava-se sugestiva. Naquela ocasião, o mais impactante foi perceber que quase a totalidade dos objetos ali expostos não possuía nenhuma identificação, com exceção de um projétil o qual possuía uma descrição pouco legível, desgastada pela ação da claridade e, portanto, de difícil verificação. O referido Museu constitui-se em um pequeno espaço no interior do Monumento, onde é possível observar objetos bélicos como espingardas, canhões, munição, além de outros artefatos oriundos do antigo Museu do Couro, que existiu na Cidade de Campo Maior, os quais são representativos de uma época áurea das fazendas de criação do gado e da cultura do couro. No interior do pequeno Museu, ao observar suas paredes de vidro e uma abertura considerável entre o vidro e o teto, tornou-se impossível não levantar de imediato pelo menos duas questões: o estado de conservação daqueles artefatos e a segurança dos mesmos. Em se tratando de um monumento erguido às margens da BR 343, a construção do Museu de vidro facilita que o visitante visualize as peças pelo lado de fora do referido Museu embora as condições não sejam adequadas à preservação daquele acervo. Entretanto, conclui-se que a construção daquele Monumento e Museu não tenha seguido as orientações básicas e necessárias para a preservação daquele patrimônio,

uma vez que ele se impõe ao verdadeiro patrimônio que é o Cemitério e o campo de batalha. A primeira percepção foi a de que os objetos expostos naquele espaço fossem os remanescentes do antigo Museu do Couro, ou provenientes da Batalha, não possuíam nenhuma identificação. Naquela ocasião, permaneciam no Monumento um segurança e outra funcionária responsável pelo memorial, que atendia aos visitantes com distinção. Embora não fosse especialista na área museológica, assegurava que as espingardas, a munição e os canhões haviam sido utilizados na Batalha do Jenipapo. Com essa ressalva, observa-se a necessidade de projetos que visem à capacitação de pessoal qualificado e de investimentos no sentido de promover a preservação daquele patrimônio histórico e da memória da Batalha do Jenipapo, um dos marcos históricos da Independência do Brasil.

Depois dessa primeira apreciação, retornou-se ao Monumento um ano e meio depois, por ocasião da celebração de aniversário da Batalha, em 13 de março de 2012. Ao se aproximar essa ocasião, algumas providências foram tomadas na cidade: os campos externos e o cemitério recebem tratamento especial para as honras fúnebres com uma limpeza esmerada, faixas, cartazes, palanques para os discursos, espaço para os artistas que encenam a Batalha e para a multidão espectadora. Nesse cenário, transitam centenas de visitantes, dentre eles políticos, populares, devotos, artistas e pesquisadores que se aglomeram motivados por objetivos bem peculiares. Esse foi um momento no qual se pôde contemplar e perceber como as pessoas que ali chegavam por motivos pessoais diferenciados se movimentavam e atribuíam significados àquele lugar.

Em meio à multidão, procurou-se em vão pelo presidente do memorial com quem desejava coletar algumas informações, porém o mesmo, com ar cansado por tantas atribuições, sugeriu que se procurasse o guia de turismo, pois o mesmo teria todas as informações necessárias. Desencorajada pela falta de atenção do presidente do Monumento, a solução foi tentar uma conversa com o guia para sondar algumas informações apenas na qualidade de turista, e o mesmo foi prontamente explicando que a Batalha não tinha acontecido da forma como se conta. Um exemplo seria a versão sobre os canhões que estavam expostos; eram apenas figurativos. A versão do guia, em um primeiro momento, causava insatisfação, pois se percebeu que, além de ele ser de outro estado fora do Nordeste e ter sido designado para aquela atividade, de certa forma ele estava atribuindo pouca importância ao acontecimento. Havia, assim, uma desordem de informações, pois a literatura sobre a batalha faz referência à existência de bocas de fogo, artilharia e cavalaria (NEVES, 2006, p. 117-118). Sendo assim, qual era o fundamento das conclusões do guia? Aquele momento foi um tanto decepcionante, entretanto, pensando com mais calma, o ocorrido poderia ser analisado sob

outro ângulo e concluiu-se que episódios como esses devem chamar a atenção de historiadores e arqueólogos, para a necessidade de se desenvolver mais pesquisas e de se publicar mais resultados, além de se cobrar dos órgãos competentes a efetivação de políticas de preservação do patrimônio com profissionais especializados na área.

A partir das experiências vividas na realização da pesquisa por meio de conversas e entrevistas gravadas, percebeu-se que ainda não houve tempo suficiente para se encontrar algum equipamento bélico remanescente da Batalha do Jenipapo. Considera-se que essa não seja uma tarefa tão fácil. Entretanto, uma identificação dos objetos naquele Museu, em respeito à história e aos visitantes, seria necessária. Como poderia um lugar tão relevante para a memória e história do Piauí não dispor dos cuidados devidos por parte dos órgãos responsáveis pelo patrimônio? Tal aspecto sobre a cultura material, que não abrange apenas os objetos em si, está sendo tratado nesta tese no capítulo seis, bem como o aspecto referente ao patrimônio histórico e arqueológico daquele lugar. Essas constatações instigaram ainda mais a realização dessa abordagem.

Outro aspecto relevante observado no Museu foi o quadro “Batalha do Jenipapo”, pintado por Artes Paz e exposto no Museu especialmente por ser este representativo da narrativa histórica da Batalha do Jenipapo. Acredita-se que as condições de calor e claridade excessiva já estão contribuindo para a rápida deterioração do mesmo. Depois de conhecer o quadro, seria imprescindível conhecer o artista e compreender o processo da elaboração dessa obra. A entrevista posteriormente realizada com o autor da obra foi um momento no qual se mesclou experiência e determinação em torno de um objetivo. Por conseguinte, pela importância conferida a essa obra de arte e a outras igualmente relevantes, foi realizada uma abordagem sobre imagens da batalha no capítulo cinco desta tese.

2.2.4 A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Nesse princípio, ao tentar um maior aprofundamento dos aspectos teóricos da Arqueologia, torna-se imprescindível ressaltar o quão vasto e polissêmico é esse campo do conhecimento, pois a própria origem da Arqueologia está vinculada a várias outras áreas do conhecimento como a História, a Filologia, as Artes e a Antropologia. A Arqueologia entendida apenas como uma prática de campo e serva da história foi um aspecto bem conhecido e debatido, assim como superado não havendo mais necessidade de prolongá-lo. O grande debate atual diz respeito ao aprofundamento do campo teórico específico da Arqueologia e Arqueologia Histórica e a sua inter-relação com as Ciências Sociais. A

Arqueologia Histórica é por natureza um campo inter e pluridisciplinar do conhecimento, prescindindo, dessa forma, da conjugação de teorias e métodos das Ciências Sociais aplicados à Arqueologia como requisito para contrapor as grandes questões da atualidade. Dessa forma, se compreende que a interconexão entre a História e a Arqueologia têm trazido grandes benefícios à produção do conhecimento. A sua aproximação com o campo da historiografia francesa (FUNARI, 1998, p. 8), especialmente a partir da valorização da história das mentalidades (LE GOFF, 1998, p. 160), na qual se concebe o mundo a partir do contexto temporal de curta, média e longa duração, sancionou e estendeu seus horizontes de tal forma que se poderia aplicar uma máxima da história e dizer que existem praticamente “tantas maneiras de fazer arqueologias quanto existem arqueólogos” (CONSTANTINO, 1993, p. 119). Por conseguinte, o *métier* do historiador e do arqueólogo é convergente no sentido de que ambos buscam estudar e compreender o ser humano no seu tempo (FUNARI, 1998, p. 8). Essa teoria sobreveio muito bem entre os cientistas sociais, porém o arqueólogo histórico nutriu especial apreço pelas mentalidades, de forma a conduzir a uma visão de mundo que contemplava os “sistemas coletivos de crenças, as atitudes mentais, a vida cotidiana” (LIMA, 2002, p. 13).

A aproximação entre História e Arqueologia ainda está longe de existir na sua totalidade, porém o desejável é que essas relações sejam cada vez mais estreitas e fecundas. A partir de tais considerações se poderiam dizer que qualquer definição traz em si sempre alguma incompletude, própria dessas áreas sociais e também das definições em geral. De maneira que a Arqueologia Histórica, como é compreendida na atualidade por um considerável número de arqueólogos (TIGGER, 2004, p. 340), estuda, além dos monumentos e dos vestígios materiais, também investiga os sentidos e os significados que estes exerceram sobre uma determinada sociedade em seu tempo, além das questões relacionadas à formação do mundo moderno e contemporâneo (NOELLI, 2005, p. 1). Já na área da História, os fatos são apreendidos não somente através do olhar, mas também por meio dos documentos de uma determinada época, das experiências vivenciadas e das memórias compartilhadas²³, que são na sua quase totalidade imbuídas de escolhas pessoais (MALERBA, 2011, p. 26).

Ao longo do desenvolvimento desses campos teóricos, os diferentes métodos de apreensão do conhecimento histórico e arqueológico mantiveram um estreito nível de interação entre si, embora essas áreas tenham permanecido isoladas durante um longo período

²³ O conceito de memórias compartilhadas é trabalhado por Alexandre Portelli em substituição ao conceito de memória coletiva, pois o pesquisador entende que o mesmo é mais adequado ao seu trabalho com a memória da comunidade italiana Civitella Val di Chiana, que sofreu violência quando da retirada dos alemães em 1944.

(TIGGER, 2004, p. 10). Entretanto, esse distanciamento não impediu que se “compartilhassem numerosos conceitos interpretativos” os quais também foram se modificando a partir das diferentes maneiras com as quais o ser humano foi se ajustando às transformações sociais, mentais e científicas de sua época. No campo da arqueologia, a modificação de uma prática de campo e de laboratório para a prática de uma ciência ocorreu por meio de um longo percurso. O contexto no qual a arqueologia ampliou seu raio de influência e ação até atingir o nível de maturação atual, capaz de interagir com os diversos campos do saber, ocorreu em época recente e no bojo das mudanças paradigmáticas da ciência.

Para se compreender melhor sobre essas questões, Tigger (2004, p. 5 e 30) afirma que, até a década de 1960 do século XX, a arqueologia conservou-se como um “feixe desconexo de subteorias não compatibilizadas”. Dessa forma, podemos constatar que o desenvolvimento sistemático do pensamento e das práticas arqueológicas são apanágios da nossa contemporaneidade. No princípio da Arqueologia, cada arqueólogo trabalhava isoladamente e era o grande responsável pela adoção das técnicas que lhe convinham como mais adequadas. Esse procedimento decorria de falhas na formação do arqueólogo, o que é verificado por meio da afirmação de que “até o século XX poucos arqueólogos tinham formação em sua disciplina” (TIGGER, 2004, p. 16). Essas lacunas também foram decorrentes do fato de que muitos arqueólogos eram provenientes de outras áreas de formação. A grande maioria trabalhava em longas classificações e seriações de achados importantes numa tentativa de compreender e elaborar teorias explicativas sobre a história do passado da humanidade.

Dessa forma, os caminhos percorridos pela arqueologia desde os seus primórdios (TIGGER, 2004, p. 27) foram perfazendo a trajetória de muitos arqueólogos que conduziam tanto os limites quanto as peculiaridades dos diferentes momentos históricos. Em um momento histórico bem específico, especialmente o marcado pela Renascença, em fins do século XIV, a Arqueologia se caracterizou como uma prática de desenterramento de objetos raros de modo a atender aos interesses de um público letrado que estava em busca de conhecimentos sobre o passado. Desse modo, transformou-se em uma ferramenta fundamental para a concretização desses objetivos, especialmente quando os eruditos da Renascença deslocaram seu olhar e seu interesse para além da literatura e buscaram entender “as gloriosas realizações da antiguidade”. Considerando que, naquela época, os nobres, “ávidos colecionadores”, rivalizavam entre si no patrocínio das artes, havia a necessidade de realizar escavações para desenterrar obras de arte ou outras evidências para serem estudadas e também expostas ao público. Essas práticas de escavação tinham como finalidade a formação

de coleções de objetos raros, como relíquias oriundas de antigas civilizações. Tais práticas resultaram na construção de grandes antiquários, donde emergiram os primeiros museus na Europa depois da Revolução Francesa, e foram atualizados no século XIX (JULIÃO, p. 20-1). Em posse desses “objetos materiais sobreviventes do passado”, foram se desenvolvendo continuamente estudos cada vez mais aprofundados, nos quais os artefatos se constituíam como fontes privilegiadas de informação sobre a Antiguidade Clássica. Embora essa prática tenha sido responsável pela recuperação de muitos objetos de valor histórico, artístico e arquitetônico, também se constituiu em uma verdadeira pilhagem, causando a destruição de muitos outros vestígios.

Essas escavações foram realizadas em épocas em que ainda não havia se adquirido o conhecimento dos métodos utilizados na prática arqueológica, os quais devem estimar um menor impacto em termos de destruição do sítio arqueológico. A experiência em práticas dessa natureza tem demonstrado que a recuperação de um sítio é irreversível após ter passado por um processo de escavação. Sobre essas questões, compreende-se que esse tipo de prática não é mais condizente com os métodos utilizados pelos arqueólogos atualmente, pois os mesmos não atuam nessa área de maneira isolada, mas através de uma profunda sintonia com a Sociedade da Arqueologia Brasileira (SAB) e de intercâmbios com outros organismos internacionais que estabelecem as regras da prática arqueológica e gerenciam essa profissão de modo a gerar e motivar um debate crescente (KERN, 2002, p. 122).

A área da arqueologia regulamentada e embasada por esse debate teórico tem contribuído para a consolidação de métodos e princípios mais adequados e norteadores do campo da Arqueologia e de suas ramificações, como é o caso da Arqueologia Histórica, que vem se consolidando nos últimos trinta anos. Esse período também coincide com a revisão do campo teórico da arqueologia, o que configura um procedimento de maturação científica face às exigências do tempo presente.

A prática arqueológica esteve sempre associada a escavações e à sua identificação delimitada, muitas vezes pela sua procedência. Esse fato levou à denominação de determinadas vertentes de pesquisas em Arqueologia Bíblica, Egípcia, Clássica, Medieval, Pré-Histórica²⁴ e Histórica, além de tantas outras. Porém, não cabe elencá-las aqui. Essas designações são apenas ilustrativas da pluralidade, embora ainda existam outras

²⁴ A Arqueologia Bíblica estuda os restos materiais relacionados direta ou indiretamente com os relatos bíblicos e com a História das religiões Judaico-Cristãs. A Arqueologia Egípcia estuda os vestígios da cultura material do passado egípcio. A Arqueologia Clássica investiga as grandes civilizações mediterrâneas da Grécia e Roma antigas. A Arqueologia Medieval estuda a sociedade medieval a partir da sua materialidade e a Arqueologia Pré-Histórica estuda o período que antecede a escrita.

particularidades e desdobramentos inclusos em cada campo, como pode-se perceber na área da Arqueologia Histórica, à medida que forem sendo abordadas as suas particularidades no transcurso desta tese.

Se o debate teórico no campo da Arqueologia é assim tão recente, o que dizer sobre esse debate em um subcampo da Arqueologia como a Arqueologia Histórica? A grande maioria dos estudiosos enfatiza que o marco teórico dessa virada epistemológica ocorreu na década de 1960 do século XX (FUNARI, 1998, p. 1). Se as mudanças se processaram de forma tão branda na Europa e nos Estados Unidos, como elas ocorreram no Brasil?

O contexto que propicia a mudança no campo teórico da Arqueologia é o mesmo que vai embasar os fundamentos da Arqueologia Histórica (ANDRADE LIMA, 2002, p. 7), pois foi nesse momento que esse campo começou a se expandir, embora seus pressupostos teórico-metodológicos estivessem vinculados à arqueologia de cunho empirista. Sobre esse modelo adotado no Brasil, Andrade Lima (2002) considera que,

A forte penetração e perduração da versão mais empobrecida do histórico-culturalismo na arqueologia histórica foi determinante para a nossa arqueologia histórica, responsável não só pelo seu caráter fortemente pontual, empirista, descritiva, classificatória e biográfica [...], mas também pela preferência inequívoca por monumentos remanescentes do poder religioso, militar e civil, em detrimento de análises mais abrangentes do nosso passado histórico (ANDRADE LIMA, 2002, p. 8).

Essa maneira de se fazer arqueologia no Brasil – caracterizada por uma prática de campo, desvinculada das Ciências Sociais e até mesmo do contexto acadêmico, patrocinada por um corpo político marcado pela repressão militar – não favoreceu o desenvolvimento de uma Arqueologia identificada com as causas sociais vinculadas à cultura brasileira. Naquele momento, os arqueólogos brasileiros ensaiavam a sua profissionalização na área. Tal foi o cenário que prevaleceu no Brasil até meados de 1990²⁵. Com isso, constatou-se que a arqueologia histórica precisava dispor de teorias adequadas à sua prática, de modo a responder satisfatoriamente aos pré-requisitos da Arqueologia.

Entretanto, cabe aqui um questionamento sobre quais teorias seriam mais adequadas à Arqueologia Histórica. O caminho mais criterioso reforça Andrade Lima (2002), aponta como caminho aquele que incorpora a dimensão humanista própria das Ciências Sociais. Tal dimensão foi recusada pelo processualismo²⁶ em favor da cientificidade da Arqueologia

²⁵ A década de 1990 foi o período em que a Arqueologia Histórica se consolidou no Brasil como disciplina, além de começar a introduzir novos objetos de pesquisa e ampliar a sua discussão teórica.

porque esta adota uma postura mais voltada para a pré-história. Por sua vez, arqueólogos que reagiram na década de 1980 contra essa postura processualista e que foram denominados de Pós-Processualistas²⁷ passaram a adotar os postulados do Histórico-Culturalismo, atualizando-o em novos contextos e valorizando as conjunturas históricas e sociais, a complexidade das relações de poder, os conflitos de classe e de gênero, além dos indivíduos em sua relação com a cultura material e com a dimensão simbólica da vida (ANDRADE LIMA, 2002, p. 9).

Assim, a Arqueologia Histórica encontrava a sua mais perfeita identificação quando “a perspectiva pós-processual adubou particularmente a Arqueologia Histórica, fertilizando-a com os Princípios da Teoria Crítica” (ANDRADE LIMA, 2002, p. 10). Desse modo, colocou-se em evidência a sua dimensão social e política e, como resultado, passou a acertar o passo com o tempo histórico e se identificar cada vez mais com o campo das Ciências Sociais, assim superando as dicotomias existentes e o atraso da Arqueologia brasileira em relação à arqueologia internacional.

Sobre esse crescimento no campo da Arqueologia Histórica, aponta que

No quadro do pós-processualismo atual, a aproximação e a revalorização da História, particularmente benéfica para a arqueologia, está relativizando a velha dicotomia da arqueologia como antropologia x arqueologia como história, o que equivale a dizer entre a arqueologia americana e a arqueologia europeia. [...] Esta disputa antagônica não faz mais nenhum sentido hoje em dia. Tanto a antropologia tem uma dimensão histórica, quanto a arqueologia tem uma dimensão antropológica, e a arqueologia deve transitar entre elas (LIMA, 2002, p. 11-12).

Esse caráter dilatado da Arqueologia Histórica caracteriza o caminho pela busca do equilíbrio, pois a abrangência desse campo investigativo se ampliou à medida que os arqueólogos pós-processualistas se deixaram influenciar pela abordagem histórica de vertente francesa²⁸. O Pós-Processualismo é uma vertente dentro da Arqueologia que surgiu na contramão do movimento processualista entre o fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, configurando-se em uma reação aos caminhos que a Arqueologia Processual havia tomado. Dessa forma, produziu uma crítica radical ao Processualismo, movimento este que também ficou conhecido como *New Archaeology*, o que fez surgir a partir daí uma nova

²⁸ O principal representante da escola francesa no campo da arqueologia foi Gordon Childe (1893-1957) e a partir de uma de suas principais obras, “The Dawn of European”, disseminou-se o conceito de cultura arqueológica como um instrumento de trabalho de todos os arqueólogos. Ele desenvolveu um método topográfico/etnológico cuja finalidade era evidenciar a espacialidade dos documentos materiais deixados *in loco*.

corrente que priorizou uma análise e compreensão das sociedades antigas sem necessariamente estar ancorada naquele rigor científico proposto. Havia, sim, a especial valorização do aspecto subjetivo do trabalho do arqueólogo. O Processualismo ou a *New archaeology* foi um movimento que se desenvolveu nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970 e que rompeu com a arqueologia descritiva tradicional de caráter mais histórico-cultural a qual havia se desenvolvido até a primeira metade do século XX, substituindo-a por uma nova abordagem fundamentada em um método científico de investigação numa estreita aproximação com a Antropologia. Esse fato influenciou consideravelmente o campo conceitual da Arqueologia Histórica.

Todavia, essa tendência levada ao extremo terminou por esclerosar-se em razão do excesso de cientificidade quando os arqueólogos procuraram assemelhar a arqueologia às Ciências da Natureza, em especial à Biologia. Por outro lado, o Pós-Processualismo surgiu a partir das insatisfações com o rumo que as pesquisas arqueológicas haviam tomado com o Processualismo, entretanto, nessa concepção, o método conferia cientificidade à área, que sempre fora entendida como disciplina auxiliar, serva da História. Em meio a essas insatisfações, um grupo de arqueólogos identificados com o lado humanista da disciplina e que foram denominados de pós-processualistas começaram a defender que o caminho mais sensato seria o do diálogo da Arqueologia com outras áreas do conhecimento, especialmente a História, bem como o diálogo da História com a Arqueologia e com a Antropologia. Nessa nova visão, tem prevalecido o campo interpretativo que considera pertinente a subjetividade do arqueólogo no caminho investigativo. Dessa forma, para se compreender a Arqueologia Histórica a partir da sua formulação, faz-se necessário uma aproximação com o contexto no qual ela foi formulada.

Nesse sentido, Funari (1998, p. 8-9) aborda que a problemática em relação a essa definição vem da perspectiva de como a Arqueologia foi compreendida nos diferentes continentes. Na Europa, a Arqueologia é tomada como a História do passado da própria Civilização Humana, portanto, uma Arqueologia que se desenvolveu desde o princípio de maneira muito próxima à da História como tentativa de compreender os primórdios da Civilização Humana. Muito se instrumentalizou dos métodos da Filologia²⁹ para interpretar a escrita mais antiga em seu contexto histórico e cultural. Já nos Estados Unidos, os arqueólogos sempre estiveram associados à Antropologia e, por meio de tal perspectiva, estabeleceram algumas diferenças, separando Pré-História da História. Dessa forma, associou-

²⁹ Filologia é uma palavra que vem do grego antigo e se refere ao estudo de textos literários e registros escritos.

se a Arqueologia Histórica à sociedade americana, de maneira a delimitar uma perspectiva peculiar a partir da colonização americana. Por conseguinte, convencionou-se a identificação da Arqueologia Histórica a toda investigação que estivesse relacionada com a sociedade americana depois do contato com o novo continente e, por essa razão, a Arqueologia estaria associada ao uso de fontes escritas e fontes materiais associadas. Na atualidade, a definição dessa disciplina tem-se ampliado especialmente a partir dos novos contornos da disciplina se caracterizando como o estudo de temas que dizem respeito ao mundo moderno, ou seja, à sociedade que se desenvolveu a partir da ascensão do capitalismo (ANDRADE LIMA, 2002, p. 17). Nessa concepção, consideram-se de maneira peculiar as formas de como o capitalismo se disseminou na sociedade latino-americana, provocando, na mentalidade dos séculos XVIII e XIX, uma nova maneira de conceber o mundo a partir de novas práticas sociais, do consumo de mercadorias industrializadas e de ritualização dos gestos (LIMA, 1999, p. 210).

A partir da identificação da Arqueologia Histórica como Arqueologia do Capitalismo, Andrade Lima (2002, p. 17) defende uma postura crítica de análise dos processos de dominação e expõe algumas questões importantes para reflexão, sobretudo para aqueles que se aventurarem por esse caminho investigativo. Sobre essas questões, ela ressalta:

De que forma foram insidiosas, e gradativamente infiltradas nas mentalidades oitocentistas, junto com os objetos que aqui eram despejados maciçamente, rotinas, hábitos, valores, noções, comportamentos que nos tornariam econômica e ideologicamente subjugados, absolutamente rendidos às ideias e aos produtos das nações industrializadas. De que forma esses comportamentos, valores e hábitos impregnaram o dia-a-dia, as atividades banais e corriqueiras, os gestos cotidianos da sociedade brasileira do século passado, em suma, as suas mentes, até torná-las absolutamente dependentes da produção material e intelectual dos países centrais. Investigamos, em última instância, de que forma penetrou e se desenvolveu nas mentalidades oitocentistas o germe do capitalismo, na etapa embrionária da sua implantação no Brasil (ANDRADE LIMA, 2002, p. 17).

A partir do que foi exposto, compreende-se o importante papel que a Arqueologia Histórica deve exercer na compreensão do processo histórico de um tempo que ainda tem muito a revelar, considerando o que ainda se tem para pesquisar sobre o período colonial, especialmente no Piauí. Nessa empreitada, será fecundo o intercâmbio entre a Arqueologia e a História, especialmente quando essa perspectiva passa pela análise da cultura material, uma vez que, decorridos anos dessa mudança de mentalidade, os objetos materiais poderão ser os testemunhos mais eloquentes da imposição do sistema capitalista no princípio do século XIX, quando da formação da burguesia no Brasil.

Depois de realizar uma abordagem que aponta os enfoques da Arqueologia Histórica, almeja-se situar a cultura material da Batalha do Jenipapo, objeto desta pesquisa. Antes, porém, faz-se necessário compreender a singularidade deste acontecimento no contexto da historiografia piauiense, considerado por vários autores piauienses (NEVES, 2006; CHAVES, 2005; NUNES, 2007; BRANDÃO, 2006; DIAS, 1999) como um dos legados da história do Piauí no contexto das lutas pela emancipação política do Brasil, ou seja, no momento histórico que se convencionou chamar de “Independência do Brasil”. Do mesmo modo, faz-se necessário evidenciar que um número considerável de pessoas sem o devido preparo militar – acostumados na lida contínua com o gado nos campos livres e com a prática da agricultura de subsistência – dispuseram-se a enfrentar o exército português da Província do Piauí, o qual estava sendo comandado por um militar que havia sido enviado de Portugal e era considerado um experiente combatente das lutas napoleônicas, o major João José da Cunha Fidié. Ele foi enviado à Província do Piauí com a incumbência de tornar-se Governador das Armas e, com essa função, deveria garantir a aliança do Norte brasileiro com o governo de Lisboa. Nessa luta, figuraram como protagonistas centenas de índios, negros e mestiços, agricultores e vaqueiros que viviam em terras piauienses, além de centenas de outros negros e índios vindos de outras redondezas das províncias circunvizinhas (CHAVES, 2005, p. 85-7).

Desde o princípio desta pesquisa que se vêm propondo a seguir as evidências apontadas nos documentos sobre o lugar da batalha e os instrumentos bélicos utilizados. Considerou-se fundamental para se impetrar uma visão mais ampla e profunda do referido acontecimento histórico o momento a partir do qual se teve o acesso a tais indícios, além de somar-se a um meticoloso trabalho arqueológico. Esta tese se propõe a abrir algumas possibilidades investigativas nessa trajetória. Em relação à cultura material e aos espaços arqueológicos da Batalha do Jenipapo, incluímos também a investigação dos marcos de fundação da cidade de Campo Maior. Apesar disso, outras investidas ainda serão necessárias, mesmo que não sejam impetradas por esta pesquisadora, para se obter uma visão mais aprofundada sobre a sociedade colonial piauiense que tomou posse e deu origem à Freguesia de Santo Antonio do Surubim.

2.2.5 O CONTEXTO HISTÓRICO DA BATALHA DO JENIPAPO

Afinal, o que deflagrou a Batalha do Jenipapo e qual foi o alcance desse fato para a população piauiense? Como tal acontecimento se situa no contexto político que garantiu a emancipação política definitiva do Brasil em relação a Portugal?

Acredita-se que estas questões serão mais bem compreendidas a partir de uma reflexão sobre os fatos que estavam ocorrendo no Brasil e em Portugal no período compreendido entre 1820 a 1824. Nesse espaço de tempo, estavam ocorrendo alguns episódios que se tornaram relevantes na história da emancipação política brasileira como a Revolução do Porto, a Proclamação da Independência do Brasil e as consequentes batalhas entre brasileiros e portugueses, especialmente no Norte do Brasil, das quais se destaca a Batalha do Jenipapo, em 1823, no Piauí. A Revolução do Porto foi motivada por um contexto específico de valorização da nação portuguesa que havia mergulhado em uma crise econômica sem precedentes, especialmente depois da saída da corte para o Brasil e do desmantelamento do exclusivo comercial com a abertura dos portos em 1808. Dentre os problemas que agravavam a situação portuguesa, estavam os problemas econômicos – notadamente questões agrárias – além dos problemas relacionados à decadência da nação, que finalizavam por ferir a própria dignidade dos portugueses. Com o fim das guerras napoleônicas, as potências europeias, reunidas no Congresso de Viena em 1815, tomaram importantes decisões através das quais almejaram restabelecer a paz e a estabilidade econômica da Europa. Em meio a essas ocorrências, na cidade do Porto o movimento constitucionalista de 1820 (PEDREIRA, 2006, p. 88) passou a representar diferentes interesses da nação portuguesa através do qual foi estabelecida uma série de exigências, entre outras, a que pretendia restabelecer a soberania nacional portuguesa que havia sido comprometida desde a saída da corte, em 1807, com a sua instalação na cidade do Rio de Janeiro e a consequente abertura dos portos em 1808. Naquele contexto, especialmente entre os anos de 1821 e 1822, muitas foram as divergências dos projetos e especialmente entre os deputados do Brasil e de Portugal que pretendiam promover a unidade do império. Entretanto, não havia consenso “sobre o papel atribuído às cortes, sobre os propósitos da soberania nacional, sobre as relações da nação com o rei e sobre a importância a ser atribuída aos domínios coloniais” (BERBEL, 2006, p. 183-185). Nessas condições, os portugueses consideravam que a presença da corte seria decisiva para restabelecer o país.

Entretanto, naquele momento, entre tantas divergências, circulava entre os deputados das cortes as ideias do Brasil voltar à sua antiga condição de colônia, assim como a

possibilidade de se manter como um governo autônomo aliado ao governo português, tendo em vista a disputa que se dava em família. Com isso, considera-se o fato de, naquela época, não haver consenso político no Brasil fato este que contribuía sobremaneira para que houvesse ampla divergência política entre as províncias e o governo central, motivo esse que fez precipitar a Revolução Pernambucana³⁰ em 1817 (SILVA, 2006, p. 347), da qual foi partidária uma expressiva camada da sociedade pernambucana desejosa de formar um governo com autonomia política e independente. Embora tenha sido reprimido violentamente esse movimento, suas ideias vão ressurgir em 1822 para reforçar o movimento pela independência.

Apesar do ato de Proclamação da Independência do Brasil ter ocorrido em sete de setembro de 1822, evidentemente esse processo foi iniciado muito antes. Alguns historiadores que investigam a temática da emancipação política brasileira (MALERBA, 2000, p. 225-6) afirmam que a mesma teve início em 1808, com a instalação da Corte Portuguesa no Brasil e com o decreto de abertura dos portos, momento este que se prolongou até 1831. Contudo, o ano de 1822 tomou relevante visibilidade na historiografia brasileira por ter sido esta a ocasião em que essas querelas políticas sobre a separação entre Brasil e Portugal tornaram-se manifestas. Sem desconsiderar as lutas anteriores a 1822, travadas em favor da autonomia em algumas províncias brasileiras, considera-se essa data como referencial temporal para marcar o episódio da Batalha do Jenipapo de 1823, ocorrido na regência de D. Pedro I. Esse momento será considerado como o deflagrador das lutas separatistas nas províncias, o que culminará com a separação definitiva entre Brasil e Portugal. Alguns episódios de resistência ao decreto de D. Pedro I ocorreram na Bahia (KRAAY, 1999, p. 48-49), no Pará (RICCI, 2009, p. 25-27), no Maranhão e no Piauí, especialmente depois da convocação feita às províncias para repetirem o feito do Ipiranga em suas respectivas vilas como manifestação pública de aliança com o Imperador. Na grande maioria das vilas e capitais das províncias, o ato transcorreu sem grandes empecilhos. Entretanto, em cidades em que os líderes políticos nutriam especial apreço pelas relações com a metrópole portuguesa, as querelas políticas cresceram de tal modo que o ano de 1823 foi marcado pela chacina que assolou a população piauiense na

³⁰ A Revolução Pernambucana de 1817 representou uma adesão de Pernambuco e de outras províncias vizinhas, como Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, ao constitucionalismo em meio ao enfraquecimento do poder monárquico, e na tentativa de construir um governo autônomo separado da monarquia portuguesa, embora sob o rótulo de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

porção norte da província e nos portos³¹ de travessia do rio Parnaíba para se chegar ao Maranhão (CHAVES, 2006, p. 27).

Naquele contexto de agitação política, poucas províncias precisaram recorrer às armas para manter a ordem e a sua aliança com o Imperador do Brasil. Nesse interstício de acontecimentos, uma das lutas mais sangrentas ocorreu na Província do Piauí, tendo consequências desastrosas para as forças independentes presentes naquelas paragens. Para uma melhor compreensão de tais fatos, faz-se necessário compreender como foram constituídas as relações entre o Maranhão e o Piauí. Quando ocorreu a primeira divisão territorial do Brasil, na qual foi criado o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, em 1624, os limites do referido Estado do Maranhão se estendiam da região que compreende a Amazônia até o Ceará, incluindo o Piauí. Essa faixa de terras que corresponde ao Piauí fazia fronteira entre os dois estados e, em determinado momento, esteve anexada ora ao Estado do Brasil, ora ao Estado do Maranhão, até que o Conselho Ultramarino decretou, entre 1772 e 1774³², a divisão do Estado do Maranhão, ocasião em que foi criado o Grão-Pará, com um governo independente (BRITTO, 1976, p. 74). A partir de 1758, o Piauí, mesmo tendo se tornado Capitania autônoma, ficou sujeito à Província do Maranhão, sendo, portanto, possível a administração de duas capitanias por um único capitão-mor. A separação das duas capitanias ocorreu somente por decreto régio em 10 de outubro de 1811, embora a referida carta tenha chegado a Oeiras somente em setembro de 1812 (NEVES, 2006, p. 46). Ao longo desses anos, Portugal se beneficiou dos vultosos rendimentos advindos do território piauiense, entretanto não tomou as devidas providências para o estabelecimento efetivo de um governo próprio empenhado com o seu desenvolvimento econômico como nas demais capitanias. Assim, ele permaneceu entregue à “ocupação e exploração dos desbravadores maranhenses e baianos, na região compreendida entre o Canindé e o Parnaíba” (BRANDÃO, 2006, p.36-8).

Os resquícios da posse do território piauiense ainda se mantêm no município de Campo Maior em algumas fazendas que conservam vestígios do período colonial como a

³¹ Esses portos eram localidades às margens do rio ou simplesmente constituíam lugares de travessias conhecidos por onde as tropas obrigatoriamente deveriam passar, tanto do lado maranhense como piauiense, nos quais existiam canoas que permitiam a travessia de uma margem à outra, fossem de pessoas, mercadorias, gado e outros animais. Esses portos foram utilizados como entrada ou passagem das tropas portuguesas e brasileiras no ano de 1823, quando as tropas portuguesas e independentes se enfrentaram nas guerrilhas pela independência do Brasil.

³² A América portuguesa foi dividida em 1621 através da Carta Régia, criando o Estado do Maranhão – que compreendia as Capitanias do Maranhão, Ceará e Grão-Pará – e o Estado do Brasil. Em 1695, por Carta Régia, o Piauí foi desmembrado da Capitania do Pernambuco. Somente em 1715 foi criada a capitania de São José do Piauí em homenagem a El-Rei. Em 1774, o Marquês de Pombal extinguiu definitivamente o Estado do Maranhão. Antes, porém, e durante anos, o Piauí permaneceu como uma zona de transição entre os dois Estados nos quais se dividira o Brasil.

Fazenda Trabalho, a Fazenda Jatobazal e a Fazenda Abelheiras³³, uma das extensões da Casa da Torre que já estava em funcionamento no Piauí em 1708. Em 2008, ocasião na qual foram comemorados os trezentos anos se fixou uma placa como memória daquele episódio. O curral de pedras é possivelmente o artefato mais significativo do período colonial. Enquanto o Piauí esteve ligado ao Estado do Maranhão, as notícias que se tinha eram sobre “a terra de pastoreio”: “Falava-se muito no gado, nas fazendas imensas, incontáveis” (BRANDÃO, 2006, p. 39).

A partir do que foi exposto até o momento, percebe-se que o território piauiense, mesmo antes de se tornar efetivamente uma capitania, já apresentava um potencial econômico considerável com os negócios do gado, ou a ele relacionado, tendo a Vila de Parnaíba como o principal entreposto comercial de exportação de mercadorias para a Europa (REGO, 2010, p. 138-42) e de importação de produtos de luxo. Entretanto a Capital, Oeiras, centro das decisões políticas, situava-se muito distante dessa próspera vila, razão pela qual ainda no período colonial as autoridades cogitavam a possibilidade de transferência da dita capital para o litoral ou para as margens do rio Parnaíba na chapada do corisco. Essa mudança somente foi efetivada em 1852 pelo Conselheiro José Antonio Saraiva, depois de dois anos, ao ter assumido a Presidência da Província (CHAVES, 1995, p. 126). A transferência da capital de Oeiras para Teresina na barra do Poti e às margens do rio Parnaíba proporcionou ao Piauí uma melhor configuração e sua inserção no cenário de modernização nacional, em razão da sua posição geográfica que facilitava as comunicações e a chegada de novos gêneros alimentícios e para o comércio. Dessa forma, Teresina surgia como a primeira cidade planejada do Brasil.

Outro aspecto importante chama atenção quando, no início do século XIX, o administrador da Província do Piauí, Carlos César Burlamaqui, ao perceber a insuficiência do serviço postal, propôs a criação de um correio geral, beneficiando as principais localidades piauienses, como também várias outras localidades do Império como o “Ceará, a Paraíba, Pernambuco, Bahia e os confins do Mato Grosso, Rio Pardo e Goiás” (BRANDÃO, 2006, p. 43). Esse projeto de um serviço postal entre as províncias não chega a se concretizar, entretanto essa comunicação existia de fato entre as diversas localidades, as quais seguiam as antigas linhas de comunicação e, no mapa desses caminhos, a cidade de Oeiras do Piauí configurava-se como o centro, o ponto das interseções. Essa vantajosa posição colocava a

³³ A Fazenda Abelheiras, que, no passado, foi uma sesmaria da família Garcia D’Ávila, ainda se encontra em pleno funcionamento e conserva em seu território indícios da escravidão e da lida com o gado. Ela pertence atualmente ao Dr. Anfrísio Lobão e encontra-se dividida em outras tantas fazendas que foram se formando à medida que o patrimônio foi sendo repartido entre os novos herdeiros, que nenhum parentesco possuem com os herdeiros da Casa da Torre.

Capitania no centro da região nordestina e, por essa razão, em contato com as diferentes partes da Colônia. O Piauí seria cortado por essa “rota pioneira” (BRANDÃO, 2006, p. 40-1), percurso que já era conhecido desde o período colonial e havia servido para condução do gado para as diversas localidades do Império. Os estudos sobre esses aspectos ainda merecem a devida atenção com as correspondentes construções cartográficas.

No interior da capitania, já havia desde 1770 um serviço de correio postal o qual ligava os pontos mais distantes do Piauí e desde 1798 o correio externo fazia uma linha direta entre Brasil e Portugal, na qual Parnaíba se tornou um ponto de distribuição para o interior (BRANDÃO, 2006, p. 42-3). Dessa forma, pode-se perceber a importância dos correios no período anterior à independência, como a seguir:

A frequência de cartas entre particulares, as proclamações, manifestos e pasquins, que mutuamente se enviam Parnaíba, Oeiras e Campo Maior, a partir de outubro de 1822, mostra que a correspondência postal é utilizada em larga escala. A surpresa da censura oficial, em dezembro, revelaria esse veículo eficaz da propaganda revolucionária (BRANDÃO, 2006, p. 43).

Como se pode perceber, os sistemas de comunicação já funcionavam com bastante êxito muito antes de 1823 quando o Piauí, e especialmente a cidade de Oeiras se configurava como um lugar principal estratégico para manter as comunicações entre o governo central e as províncias do Norte. Justamente por essa razão, não seria difícil se imaginar que o Piauí também funcionaria como fronteira no período separatista, de onde se impediria a entrada tanto das tropas independentistas quanto de gêneros alimentícios, como o gado, uma vez que os rebanhos do Piauí abasteciam o mercado das capitanias vizinhas como Ceará, Bahia, Pernambuco, Maranhão (CHAVES, 2006, p. 27). Assim, seria mantida a porção norte do Brasil, que correspondia às capitanias do Pará, Maranhão e Piauí, aliada ao governo de Lisboa, visto que a consolidação da independência parecia inevitável no restante do Brasil.

As manifestações públicas de adesão ao Imperador D. Pedro I tiveram início no norte da Capitania do Piauí pela Vila de São João da Parnaíba³⁴ em 19 de outubro de 1822 (MARQUES, 2000, p. 27; CHAVES, 2005, p. 35). A Vila de Parnaíba era a mais próspera da Capitania (REGO, 2010, p. 134-152). Pelo Porto das Barcas era possível fazer o comércio do charque, do couro, do algodão e de outros produtos, além de manter atualizadas as

³⁴ A Vila de São José da Parnaíba era a mais próspera da Província do Piauí e por estar situada no litoral, mantinha um porto em atividades comerciais com as outras capitanias da qual exportava dentre outros produtos o charque, sua principal economia.

comunicações com o norte. O principal comerciante da Vila, Simplício Dias da Silva³⁵, transportava e comercializava objetos de luxo vindos da Europa (REGO, 2010, p. 138-9). Dessa forma, não é tão difícil supor como as ideias independentistas, através de folhetins e panfletos, chegavam mais rapidamente àquela localidade e depois se espalhavam para outras vilas, como Campo Maior, Piracuruca e Valença. A notícia sobre o ocorrido em 7 de setembro de 1822 já havia chegado a Oeiras no dia 30 daquele mesmo mês, um pequeno espaço de tempo se considerarmos os limites de comunicação de que se dispunha do Rio de Janeiro a Oeiras.

Na Vila de Parnaíba, sob a liderança do Juiz de Paz João Cândido de Deus e Silva e do rico fazendeiro e comerciante Simplício Dias da Silva, ambos simpatizantes das ideias liberais, não houve dúvidas sobre a realização de proclamas públicos de aclamação ao Imperador D. Pedro I naquela Vila. Depois de consumado o ato, a correspondência foi enviada às vilas mais próximas, como Piracuruca e Campo Maior, conclamando que se fizesse o mesmo. A vila de Campo Maior enviou a notícia do ocorrido em Parnaíba à capital, Oeiras (CHAVES, 2005, p. 37). Tal aviso pareceu afrontar o Governador das Armas, o Major João José da Cunha Fidié, que logo tratou de organizar sua partida a Parnaíba com o objetivo de conter nessa vila o movimento separatista.

E assim, no controle da artilharia, Fidié marchou para Vila de Parnaíba, passando por Campo Maior. Demorou ali 13 dias, o suficiente para receber o reforço do armamento para sua tropa, que havia pedido ao governo do Maranhão (CHAVES, 2005, p.40-4). Entretanto, em Campo Maior, já havia antecedentes da circulação de pasquins os quais propalavam as ideias separatistas. Porém, uma vez que quase a totalidade da população piauiense era analfabeta o impacto desses pasquins nas vilas ocorria mediante a leitura pública das notícias para que todos pudessem tomar conhecimento da situação através da transmissão oral, pois, nesse período, o índice de analfabetismo era muito elevado no Brasil e conseqüentemente, no Piauí, a desproporcionalidade em relação à sua população era ainda maior (QUEIROZ, 1998, p. 71-88). Desde o Império até a República, as iniciativas para um efetivo funcionamento da instrução pública foram sempre bem precárias. Sabe-se que a imprensa no Brasil permaneceu proibida desde o período colonial, entretanto seu funcionamento ocorreu a partir de 1808 com a instalação da Corte no Rio de Janeiro. À época da Independência, já havia uma imprensa

³⁵ Simplício Dias da Silva era o herdeiro de Domingos Dias da Silva e Josefa Claudina. Seu pai era o mais rico fazendeiro daquela redondeza. Seu filho Simplício fez seus estudos em São Luís e na Universidade de Coimbra. Durante sua estada na Europa, viajou pela Inglaterra e pela França, onde teve contato com as ideias iluministas. Por essa razão, as ideias eram bem aceitas por ele. Ele, juntamente com o juiz de Paz João Cândido, proclamou a independência em Parnaíba. Esse fato comprometeu boa parte das suas riquezas.

livre que desempenhou importante papel ao estimular a “participação democrática” e promover as “grandes disputas verbais” que contribuíram para o “processo da independência” (LUSTOSA, 2006, p. 240). Vale ressaltar que o primeiro jornal impresso do Piauí foi “O Piauiense”, que data de 1832 (NEVES, 2006, p. 91). No entanto, se têm notícias de que alguns pasquins favoráveis à independência circulavam no Piauí entre os anos de 1822 a 1823.

A notícia de que o major Fidié marchava para a Vila da Parnaíba para impor ordem na referida Vila depois da aclamação da independência fez as autoridades responsáveis pelo ato abandonarem a cidade e saírem em direção à Vila da Granja, no Ceará, em busca de reforços militares. A Vila ficou livre para que a tropa de Fidié a transformasse em seu quartel-general e ali permanecesse por alguns meses. Ele somente retornou a Oeiras depois de receber notícias sobre a capital rebelada na sua ausência e depois de ter aclamado D. Pedro I como Imperador do Brasil. Nesses termos, será que o major Fidié, ao chegar a Oeiras, ainda em agosto de 1822, tinha algum plano estratégico de como impedir que aquela província aderisse ao movimento independente? Ao que parece, ele foi levado pela força do poder que lhe foi confiado e pela força das ocorrências e das circunstâncias que ele desconhecia. Pelo que narraram alguns historiadores (BRANDÃO, 2006, p. 101), havia ideias por parte do governo português de anexar à Lisboa o território que correspondia ao antigo e extinto Estado do Maranhão para mantê-lo como uma colônia portuguesa no norte do Brasil. Contudo, desconheceu-se um plano estratégico bem definido, mesmo que no Maranhão se mantivesse a maior força política aliada aos portugueses.

Desde a saída das tropas de Oeiras rumo a Parnaíba (NUNES, 2007, p. 49-50), a possibilidade de um confronto entre as tropas se tornou iminente. O retorno do Major Fidié e das suas tropas de Parnaíba para Oeiras, necessariamente passando por Campo Maior, já se configurava em um contexto diferenciado, pois já havia uma mobilização de tropas cearenses e das demais vilas piauienses, além da capital, no sentido de impedir que as tropas de Fidié retornassem a Oeiras (NUNES, 2007, p. 60-5). Inclusive a capital já se mobilizava para pedir reforços bélicos ao Ceará, a Pernambuco e à Bahia. Essa última província, em razão da guerra em seu território, não podia atender às solicitações da capital Oeiras. Porém, ao término da guerra na Bahia, foi enviado reforço a Oeiras e o mesmo chegou muito tempo depois, quando a batalha já havia terminado. A chegada das tropas baianas à capital piauiense causou mais preocupações ao governo da Província, pois este se encontrava em uma situação limite com as finanças (NEVES, 2006, p. 323). As tropas, em especial as do Ceará, que era o maior contingente de milícias, ao final da batalha e do cerco em Caxias, até a prisão do Major Fidié,

resolveram cobrar os soldos em dobro e ameaçavam permanecer no Piauí e marcharem até Oeiras, pressionando o governador da Província Manoel de Sousa Martins até receberem a quantia exigida (NEVES, 2006, p. 324).

O referido governador desempenhou importante papel de chefe nas negociações e estratégias as quais puseram fim aos conflitos gerados pelo movimento da independência na Província do Piauí. Naquele processo se mostrou cauteloso, soube aproveitar a oportunidade e se tornou liderança com capacidade de articulação e coordenação do movimento das tropas até à condução do Fidié para a Bahia, assim como o retorno das tropas das Províncias vizinhas (BRANDÃO, 2006, p. 124-5). Manoel de Sousa Martins assumiu o governo da Província do Piauí em 1823 e no mesmo posto permaneceu por vinte anos assumindo-o com rigor, atraindo sobre si a oposição de camponeses sem terra e pequenos proprietários, de tal forma que seu governo foi marcado por dois grandes movimentos:

A Independência e a Balaiada marcaram a história política do Estado, tanto quanto a figura do Visconde da Parnaíba, que termina o seu governo em 1843, no sentido de criar uma face nítida ao poder político piauiense, definindo os atores políticos privilegiados e criando a arena onde seus interesses e ações irão encontrar apoio (BOMFIM, 1995, p. 47).

O governador Manoel de Sousa Martins não teve participação na Batalha do Jenipapo, entretanto a sua ação, logo em seguida, de fechar o cerco a Fidié e conduzi-lo para fora daquela jurisdição, promovendo a calma na Província do Piauí devastada depois da batalha e da passagem das tropas inimigas, garantiu-lhe apoio da elite e sua permanência no comando por duas décadas.

Nos dias anteriores à batalha ocorrida nas margens do Jenipapo, os grupos armados que se deslocaram do Ceará, de Pernambuco (NUNES, 2007, p. 63) e da Paraíba foram se aproximando de Campo Maior e ali permaneceram acampados prestando reforço às tropas piauienses que haviam sido convocadas, sendo na grande maioria trabalhadores do campo desarmados, os quais nem sequer sabiam manusear armas de fogo. O Capitão cearense João da Costa Alecrim havia sido enviado com seu corpo de milícias para o porto do Estanhado. Em Campo Maior, instalou-se um clima de tensão e ao mesmo tempo de mobilização para impedir que o comandante português ultrapassasse a cidade e prosseguisse até Oeiras (BRANDÃO, 2006, p. 183). Na véspera do dia 13 de março de 1823, as tropas do Fidié já se encontravam acampadas na Fazenda Canto do Silva, a cerca de 10 quilômetros da travessia do Rio Jenipapo. Preparavam-se para, no dia 13, bem cedo, dar continuidade à viagem a Oeiras, mesmo sabendo que naquela travessia poderiam encontrar surpresas e dificuldades. Por essa

razão, a referida fazenda foi marcada como possível lugar de reencontro das tropas, caso ocorresse algum enfretamento armado, pois esse grupo já havia se confrontado anteriormente com um grupo dos independentes na passagem pela cidade de Piracuruca, que dista cerca de 125 km da vila de Campo Maior (NUNES, 2007, p. 66).

Por outro lado, os brasileiros favoráveis à separação entre Brasil e Portugal, notadamente fazendeiros e comerciantes locais reforçados pelos grupos armados das circunvizinhanças, passou a noite anterior ao dia 13 reunido na praça central da Igreja de Santo Antônio, em preparativos para o confronto com o exército liderado pelo major português.

A estrada por onde marchava a tropa do Fidié duplicava-se para dar acesso a duas passagens diferentes do lado direito do rio Jenipapo. O lado direito da estrada dava um acesso mais rápido à vila assim que fizesse a travessia do referido rio, entretanto a passagem era mais profunda e dificultava a travessia em períodos de cheia. A distância entre a passagem das pedras e a passagem da Fazenda Poção é de aproximadamente uns quatro quilômetros. Há relatos da população de que, nos períodos das cheias, a travessia era feita em canoas em ambas as passagens. Entretanto, aquele era um ano de estiagem. Mas como saber por qual caminho marchava Fidié? Os comandantes das tropas independentes utilizaram a estratégia mais óbvia:

Alecrim e Chaves guardariam ambas para evitar a hipótese de passar Fidié sem ser percebido. Por qualquer lado encontraria os separatistas que, oportunamente, haviam de rechaçá-lo. E assim consertado o plano, daria, talvez, algum êxito, se o acaso não tivesse vindo em favor de Fidié, que, no ponto da bifurcação, dividiu as forças em duas alas. Uma, a em que estava a cavalaria, seguiu pela estrada da direita; a outra, que guardava a artilharia e era comandada por Fidié, em pessoa, seguia pela estrada da esquerda. Foi a cavalaria que se encontrou, logo, com os brasileiros, sobre os quais tentou uma carga, impedida pela forte fuzilaria dos cearenses. Não convindo, porém, aos portugueses um ataque mais sério, porque não poderiam dirigir-se com segurança e ignoravam o número dos ataques, retrocederam e fugiram. Ouvindo os tiros, pensaram os brasileiros, na esquerda, que os da estrada da direita se estavam batendo com todas as forças portuguesas e abandonaram precipitadamente seu posto, correndo em auxílio dos companheiros. Mas, ali, não havia nada que fazer, porque a cavalaria desaparecera (NEVES, 2006, p. 146-147).

Na estrada do lado esquerdo, marchava toda a infantaria com o Major Fidié, que conseguiu atravessar o rio e posicionar-se estrategicamente com sua artilharia no campo da batalha e ali esperava o desfecho, pois, em poder das forças de que dispunha, esperava todo o êxito, de tal maneira que,

Fidié quis, então aproveitar-se das duas primeiras vacilações: deu um tiro de pólvora seca e, logo em seguida, alvejou-os com as onze peças. Desde o início da ação, viram os Capitães Rodrigues Chaves e Alecrim a desigualdade das forças. Havia, apenas, um recurso: atacar os portugueses ao mesmo tempo por todos os lados e separá-los na refrega, de modo que fossem fracionados. Era difícil e arrojado. Como se tratava, porém, da única possibilidade de triunfo, fez-se a tentativa, conseguindo envolver parte do exército. Foi repelida. Recomeçaram. Repelida, ainda, recomeçaram, muitas vezes, sempre com grande perda de vidas. A fuzilaria e as peças varriam o chão. Que podiam fazer, armados de chuços e foices, espadas e facões, espetos e espingardas velhas, contra a artilharia e o armamento novo do chefe lusitano? Muitos vieram morrer à boca das peças, com um desamor pela vida, que pasmava os soldados, pouco afeitos a semelhantes atos de heroísmo! E o cansaço dominou-os primeiro que a consciência da derrota. (NEVES, 2006, p. 148).

Com tamanha desigualdade de forças, quanto tempo poderia ter durado essa batalha? A resistência dos brasileiros, mesmo derrotados, desafiou o exército do Fidié. E o que dizer do roubo da sua bagagem de guerra, munições, armas, dinheiro e despojos da vila de S. José da Parnaíba pelas tropas cearenses? (NEVES, 2006, p. 149). As tropas cearenses eram compostas por centenas de índios vindos da Ibiapaba bem treinados, os quais sempre foram convocados desde o período colonial para lutar nas guerras dos brancos contra os próprios indígenas que não se deixaram dominar. Quanto ao tempo de duração da batalha, Chaves (2005, p. 89), assim como Neves (2006, p. 148) supõem que a batalha teve início às nove horas da manhã e perdurou até às quatorze horas, longas cinco horas de peleja quando os combatentes de ambas as partes começaram a abandonar a luta e se refugiar no matagal em razão do desgaste físico (BRANDÃO, 2006, p. 183-9). O campo nas proximidades do rio, mesmo encontrando-se ressequido pela seca daquele ano, agora se encontrava regado pelo sangue e pelos sonhos de muitos brasileiros anônimos que sucumbiram naquela luta. Depois da guerra, o major Fidié foi acampar na Fazenda Tombador, que distava na época três quilômetros do centro da vila de Campo Maior (NEVES, 2006, p. 150), local onde permaneceu por três dias, tempo suficiente para enterrar os soldados mortos e cuidar dos feridos. Nesse contexto, sobre os combatentes mortos e seus familiares, o que se contou ao longo do tempo sobre esse acontecimento? Onde foram enterrados? Existe alguém em Campo Maior ou nas redondezas que teve familiar participando da batalha? O que essas pessoas ouviram dos seus antepassados sobre esse ocorrido? Alguém conservou algum objeto, como armas que foram usadas nesse combate? Essas questões permearam toda a investigação, entretanto nem todas foram totalmente esclarecidas, pois esse tema requer ainda mais tempo e

dedicação permanente em busca de mais informação oral em outros lugares de onde partiram as tropas.

Quanto ao número de combatentes, os dados citados nos documentos históricos por Bugija Britto (1976), Wilson Brandão (2006), Monsenhor Chaves (2005) e Abdias Neves (2006) não são precisos, entretanto eles estimam que cerca de aproximadamente 5.000 (BRITTO, 1976, p. 90) combatentes tenham participado dessa batalha. Os independentes somavam-se 3.000 mil combatentes (BRANDÃO, 2006, p. 179) e os portugueses 1.600 soldados treinados. No campo de combate, pereceram cerca de 400 pessoas, sendo 19 do lado português, sem considerar os outros que morreram dias depois em consequência dos ferimentos (CHAVES, 2005, p. 91). Os portugueses que habitavam aquela vila se encontravam presos e logo depois da guerra foram alvo da fúria das milícias independentes. Muitas pessoas também foram mortas e tiveram suas propriedades saqueadas. Dentre os que participaram do conflito figuram centenas de homens pobres, trabalhadores da lida do campo com o gado e com as plantações, negros, escravos e centenas de índios armados de arco e flecha (NUNES, 2007, p. 68). Muito ainda precisa ser investigado, tanto sobre a violência desencadeada na Província do Piauí nesse período quanto sobre os sujeitos que tombaram em combate. No capítulo seguinte, será desenvolvido o aspecto da colonização, pois se considerou importante recuar no tempo para se compreender como havia se processado a obra de colonização daquele território que hoje se conhece como Campo Maior, o lugar no qual ocorreu uma das mais sangrentas batalhas em prol da independência do Brasil, a Batalha do Jenipapo.

3 A CIDADE DE CAMPO MAIOR: DOS PRIMÓRDIOS DO POVOAMENTO AOS ESPAÇOS ARQUEOLÓGICOS DA BATALHA DO JENIPAPO

Os corpos no campo
para o pasto das feras.
Passados à espada

Acoroazes
Pimenteiras
Guegueses

Raça extinta
Lembrança extinta
Nomes nações
Apagados
No próprio sangue.

El Matador, de H. Dobal

Os estudos da Arqueologia Urbana são um dos mais relevantes no campo dos estudos da Arqueologia Histórica e que ainda carecem de maior ampliação dessa área. A própria Arqueologia teve seus primórdios vinculados a descobertas dos núcleos urbanos mais antigos da humanidade (KERN, 2009, p. 19). No campo da historiografia, os estudos sobre a cidade têm requerido, de forma bem diferenciada e específica, a atenção de pesquisadores como Rolnik, (1998); Calvino, (2003); Sevckenko, (1995); Nascimento, (2002); e tem se mostrado um campo fértil de análises e conclusões as quais têm possibilitado a compreensão dos processos sociais e culturais adicionados aos de urbanização e modernização de grandes centros urbanos brasileiros. Esses projetos foram empreendidos sob o signo da higienização e embelezamento dos mesmos, em princípios do século XX (CORRÊA, 2000, p. 34), sendo que na quase totalidade soterraram os vestígios dos tempos remotos. No campo investigativo, a salutar parceria entre a Arqueologia e a História no Brasil ainda aguarda que a mesma seja mais bem estabelecida, pois nem mesmo os núcleos urbanos mais antigos têm esgotado as suas possibilidades de investigações. E no Piauí essa empreitada ainda está em forma de um embrião.

Nesse universo investigativo, cada pesquisa é regida por um fio condutor, que é concebido a partir do olhar perceptivo do pesquisador sobre um objeto específico, e assim como os fios são urdidos pelas mãos habilidosas dos artesãos que fabricam os diferentes tipos de tecidos, os fios deixados pelos rastros da história são como condutores que sinalizam que o passado e o presente coabitam, de forma diferenciada, um mesmo tempo e espaço. Sob o olhar perspicaz do historiador e do arqueólogo, esses fios do tempo, tratados em um

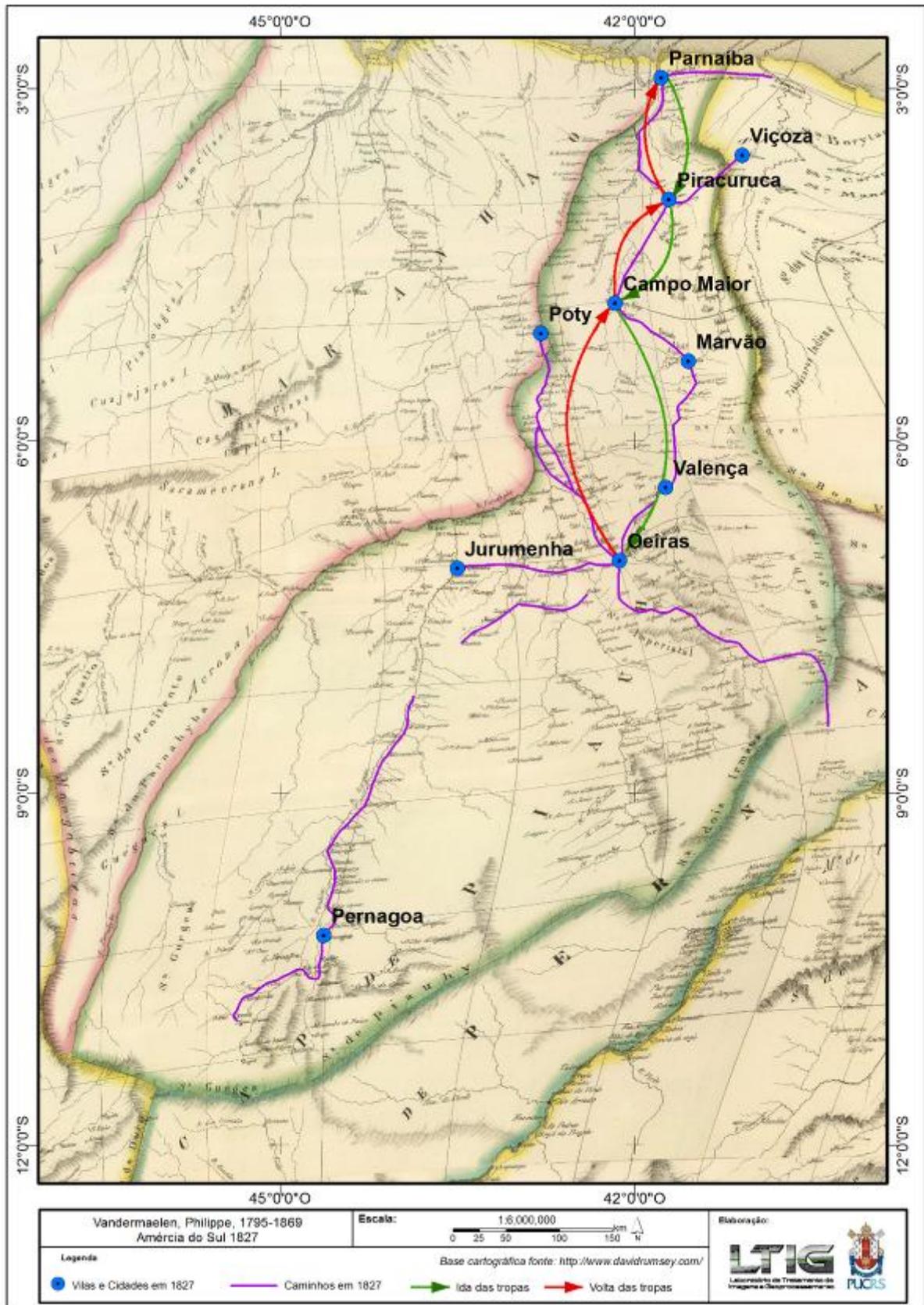
determinado espaço, vão compondo o tecido fragmentado da história. E semelhante à artesã – um dos ofícios mais antigos da humanidade –, que compõe habilmente o seu tapete ou a sua rede – no caso piauiense –, o historiador, ao aventurar-se em uma investigação no campo da história, por mais aprimorada que ela seja, apresentará no final os fragmentos de um passado que não foi inteiramente esquecido, porém deixou indícios fortes, sobre os quais cada historiador pode perpetrar uma inferência bem particular sobre o mesmo objeto.

E, dessa forma, a cidade pode se assemelhar a uma grande oficina na qual se têm mudado apenas seus artesãos. Os espaços são os mesmos, entretanto modificados em muitos aspectos e silenciados em tantos outros. Perdeu-se o fio da meada. O historiador e o arqueólogo têm o compromisso de restituir esse fio condutor da história e restabelecer a lembrança, atribuindo sentidos e significados a espaços e a objetos aparentemente descontextualizados.

3.1 A CIDADE COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Dessa forma, considerando essa perspectiva de análise sobre os vestígios materiais da Batalha do Jenipapo, os quais se ampliam para os espaços onde se construíram as relações sociais e a memória sobre a batalha, pode-se inferir que esta abordagem seria ainda mais inacabada se não fossem considerados os primórdios dessa história, o contexto de ocupação do espaço geográfico, compreendendo o processo de colonização e urbanização do lugar onde está situada a cidade de Campo Maior no Piauí. No mapa a seguir se podem visualizar as principais vilas existentes na Capitania do Piauí a partir de 1772, os aldeamentos dos índios Acoroás e Gueguês.

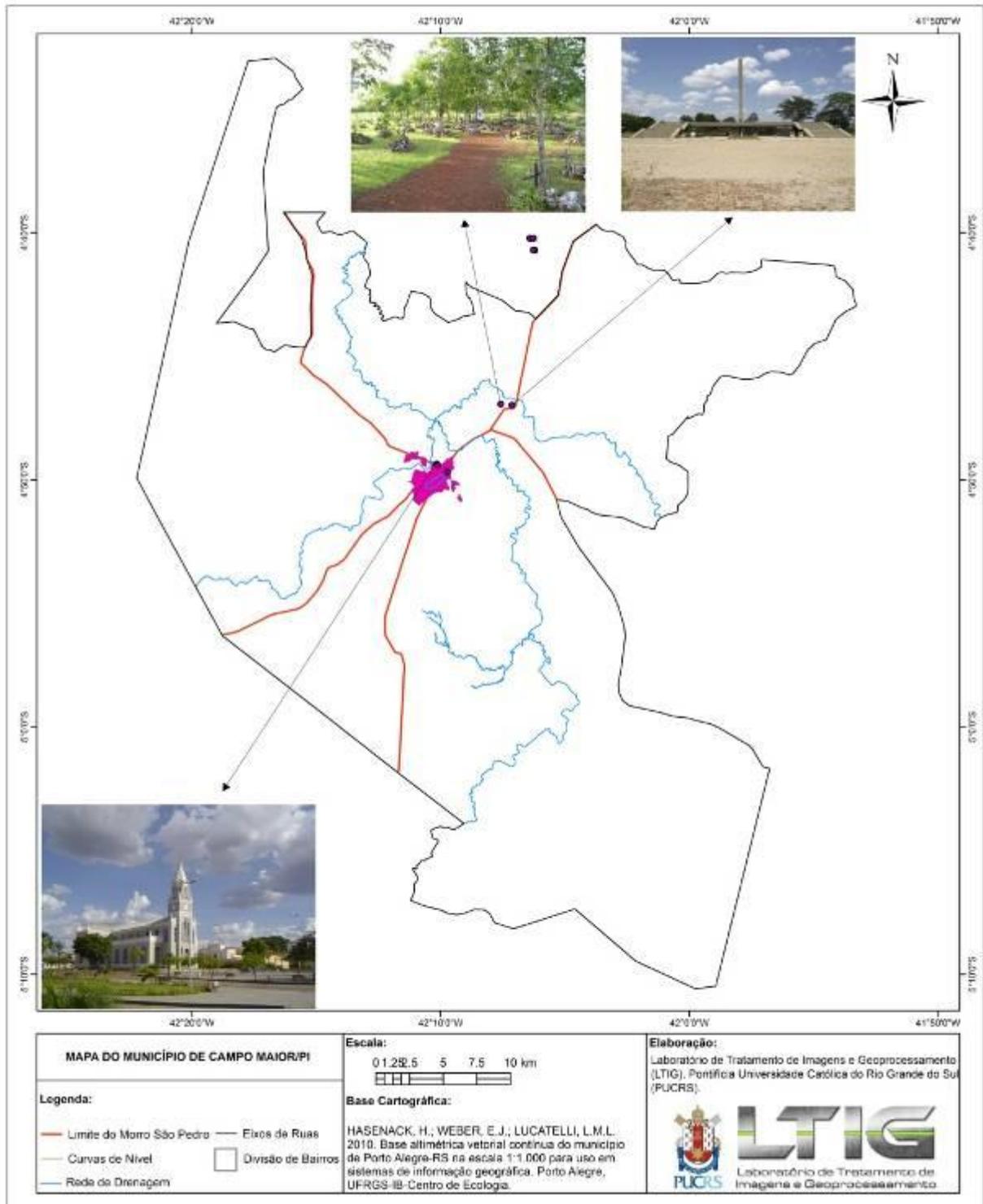
Figura 1 – Mapa da Capitania do Piauí, destacando as primeiras vilas, os caminhos e o movimento das tropas portuguesas



Fonte: LTIG (2014).

O mapa a seguir compreende a área atual do município, entretanto, no período colonial, sua extensão era outra, compreendendo um território bem mais extenso.

Figura 2 – Mapa do município atual de Campo Maior



Fonte: LTIG (2013).

Com esses aspectos aqui expostos, procuramos assinalar a significância desse acontecimento como agente imperativo de um campo de pesquisa sobre a cidade numa investida histórica arqueológica.

A abordagem sobre o município a partir dessa perspectiva de investigação, necessita que se considerem as populações que habitavam esse lugar, bem como seus modos de vida e o impacto das relações com as populações colonizadoras, caracterizando-se a partir desse momento uma nova fase de ocupação daquele território.

3.2 A ANCESTRALIDADE DE UM LUGAR

O espaço territorial piauiense nos seus primórdios caracterizou-se como um corredor de migrações por onde transitavam diferentes tribos indígenas como Tremembés e Alongares ao norte (BATISTA, 2009, p. 132-156); Timbiras, Jaicós, Paracatis, Gueguês, Acoroás no centro-sul (MIRANDA, 2012, p. 31-39), onde foram aldeados; e Pimenteiras no sudeste (OLIVEIRA, 2007, p. 61), além de outras dezenas delas, como bem relacionou o Padre Miguel de Carvalho na Descrição do Sertão do Piauí, de 1697 (CARVALHO, 2009, p. 45-47). Esse mesmo território palmilhado por dezenas de tribos indígenas, notadamente nos períodos de maior abundância de frutas e caças com as quais garantiam a sua sobrevivência, foi posteriormente utilizado pelo branco colonizador nas suas andanças e travessias entre as capitanias do Pernambuco, Maranhão, Pará e Ceará a partir do século XVII. Ao percorrer esse território, o Padre Miguel de Carvalho fez um importante relato sobre a paisagem daquele lugar e com admiração ele relata:

Especialmente notei a fertilidade daquela terra, em o ano de 1694 quando desta povoação atravessei para o Parnaguá, pela beira do rio Gurguéia, com o Pe. Felipe Bourel, da Companhia de Jesus, porque, levando em nossa companhia 42 pessoas sem provimentos de matalotagens, achamos tanta abundância de mel, peixe, caças e frutas que não experimentamos falta alguma, 16 dias que caminhamos pela beira do rio; apartados, porém, dele padecemos 5 de grande fome e, sem dúvida morrêramos, se a Providência divina não nos socorrera, por um modo que, sendo natural, pareceu prodigioso, e foi que, caminhando por entre umas serras junto ao rio Corimataim, achamos um riacho que em distância de uma légua tinha pelas beiras grandes quantidades de ananases criados pela natureza, tão deliciosos no cheiro e no gosto, como os que se acham nas praças; só tinha diferença de serem todos brancos e mais pequenos. Até chegarmos à povoada, nos serviram de regalo e matalotagem. Essa abundância faz com que naquela terra habitem muitos Tapuias, os mais bravos e guerreiros que se acham no Brasil (CARVALHO, 2009, p. 44).

Esse relato do Padre Miguel de Carvalho causa a melhor das impressões sobre quem o lê. É como um convite ao deleite. Dá a impressão de que ele narra o protótipo do paraíso, porém faz ressalvas aos tapuias bravos que por ali predominam. A bravura dos tapuias era a sua manifestação primária em defesa da sua própria existência e da preservação das suas tribos, que passaram a ser ameaçadas desde a penetração do colonizador, considerando que essas terras já eram povoadas pelos nativos que, em quantidade, eram bem superiores ao número dos colonizadores portugueses que dessas terras se apossaram de forma violenta, a ferro e fogo (MIRANDA, 2005, p. 29-34). As tribos indígenas enquanto grupo humano se diferenciava culturalmente do colonizador europeu, o qual se considerava superior aos demais povos e, de forma particular aos grupos tribais, os quais eram vistos por ele como incapazes ou até mesmo como seres infantis que precisavam de orientação (APOLINÁRIO, 2013, p. 246-7).

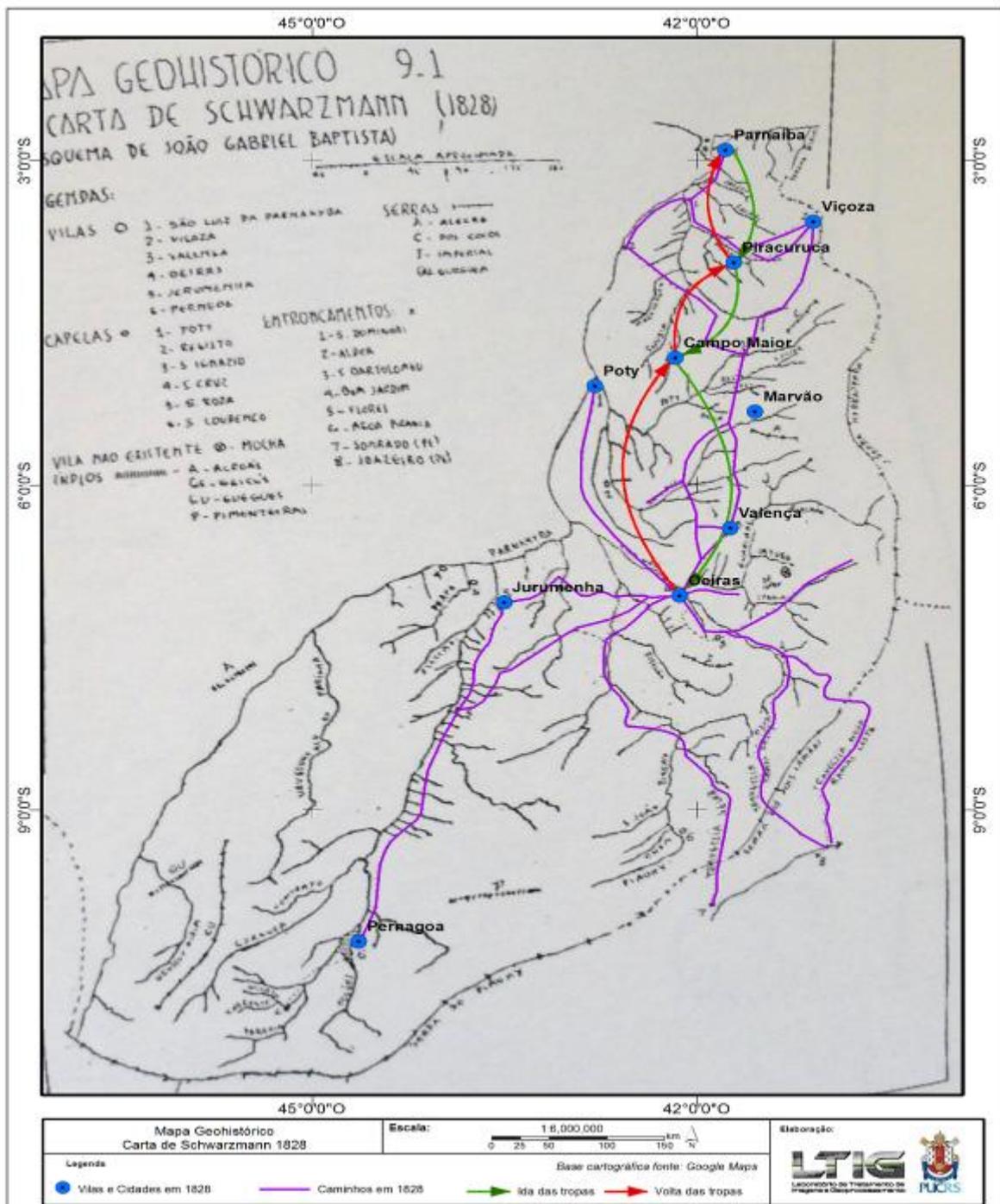
3.2.1 PIAUÍ: O SERTÃO DE DENTRO E CORREDOR DE MIGRAÇÕES

A chegada do homem branco português, ou dos bandeirantes paulistas nesse território ocorreu em circunstâncias de perseguição às tribos ali estabelecidas. Alguns criadores de gado e vaqueiros representantes da Casa da Torre, como Francisco Dias de Ávila e Domingos Afonso Sertão (CHAVES, 2005, p. 136), já estabelecidos às margens do rio São Francisco na Bahia, utilizavam como pretexto das ocasiões em que afugentavam os índios das terras nas quais haviam estabelecido seus currais para, nas mesmas ocasiões, penetrarem mais profundamente ao território denominado por eles de sertão de dentro, dantes nunca penetrado pelo branco colonizador. O empenho pertinaz pela conquista da terra levou-os a enxotar os indígenas sob a alegação de que os mesmos teriam saqueado suas propriedades e seu gado, fatos estes relatados pelo colonizador, entretanto esses locais eram habitação temporária daquelas mesmas tribos, as quais estavam sendo banidas, pois os índios sempre voltavam para os lugares anteriormente habitados (MIRANDA, 2012, p. 32). De acordo com o processo de colonização, os aldeamentos estariam dentro do projeto português de ocupação do território. Entretanto os fazendeiros ali instalados os transformaram em mão de obra disponível e acessível ao colonizador.

Diferentes nações e tribos indígenas ocupavam os vales e as margens férteis dos rios Piauí, Canindé, Gurgueia, Uruçuí-Preto e Vermelho, Poti, Parnaíba, Longá, Surubim, Jenipapo e ali viviam livres nos campos e às vezes guerreando entre si pela disputa de

território antes da chegada do colonizador. Os deslocamentos das tribos pelas margens desses rios estavam associados às fontes de alimento ali abundantes por meio das quais poderiam suprir o seu sustento, especialmente nos períodos das chuvas. Esses espaços foram também os preferidos pelos colonizadores para a instalação das suas fazendas de gado, assim como de sítios para plantação de culturas de subsistência.

Figura 3 – Mapa da Província do Piauí – vilas, rios, serras e caminhos das tropas



Fonte: LTIG, PUCRS (2014).

A pretensão do colonizador em acumular riquezas a qualquer custo contrapõe-se à cultura naturalista das tribos que habitavam essas paragens. O regime sesmarial (BRANDÃO, 1995, p. 48) adotado para a distribuição das terras fomentou a fuga, a perseguição e o extermínio de inúmeras tribos como a dos Acoroás, Gueguês, Jaicós, Timbiras, Tremembés, Alongás, que existiam no Piauí, além de instalar o latifúndio, que impedia o desenvolvimento e estimulava a centralização e concentração da terra e das riquezas (MOTT, 2010, p. 148-149). Há registros históricos de iniciativas da Capitania do Piauí para a constituição de aldeamentos dos índios Acoroás em São Gonçalo do Amarante, os quais tendo iniciado em 1772, com o Mestre de Campo João do Rego Castelo Branco, somavam um total de 1.237 índios (MIRANDA, 2012, p. 38), chegando ao ano de 1774 com menos de quatrocentas pessoas (IDEM, 50-1). Enquanto os Gueguês, em número de 434, haviam sido aldeados em São João de Sendé, próximo a Oeiras. Estes eram os remanescentes que haviam sido capturados depois de um grande massacre no qual sua nação havia sido quase toda exterminada pelo mesmo tenente – coronel João do Rego Castelo Branco, nas proximidades do rio Uruçuí-Preto, em 1765 (IDEM, p. 33). Entretanto, a direção arbitrária e cruel nos aldeamentos a que foram submetidas essas tribos conduziu-as a constantes deserções, fato este que induziu à perseguição e aos massacres em massa, contrariando o Diretório dos Índios do Pará e Maranhão, o principal documento da época, notadamente vigorando a partir de 1757. O referido Diretório refletia a política indigenista da era pombalina. Entretanto, quando esse documento entrou em vigor, o Piauí ainda estava vinculado ao Maranhão e, nessas terras, já se cometiam crimes bárbaros contra centenas de índios que não se submetiam a regimes de trabalhos forçados. O mesmo não autorizava a guerra ofensiva, apenas a defensiva, sendo esta última a mais praticada. Todavia, as leis da Coroa que protegiam as tribos indígenas e deveriam lhes garantir a sobrevivência e a liberdade não prevaleciam nessas terras (IDEM p. 59-60). Entre as autoridades dos índios e dos brancos havia acordos pautados no Diretório para manter a paz e o trabalho visando à prosperidade nos aldeamentos. Todavia, os brancos eram sempre os que descumpriam esses acordos, provocando a rebeldia das tribos aldeadas, notadamente nas questões relacionadas ao respeito às mulheres, aos trabalhos forçados e à falta de alimentos para a manutenção da comunidade. O desrespeito à cultura tribal indígena, a tentativa de submissão forçada e o descumprimento do diretório foram as razões principais das rebeliões indígenas, seguidas de saques e destruição das fazendas e povoações.

Pelos caminhos e trilhas, ora às margens dos rios, riachos, brejos e lagoas, ora no topo ou nos sopés das serras, nas matas, nos vales e nos campos do imenso “Sertão dos Rodelas”, ficaram vestígios, como os nomes dos rios e de algumas localidades, além daqueles gravados

nas rochas (MARTIN, 1996, p. 209) ou se perpetuaram nas lendas e hoje são testemunhas dos antepassados daquelas diferentes tribos que migravam sazonalmente quando os colonizadores começaram a se estabelecer no Piauí e no Nordeste como um todo, pois, naquele trânsito constante, os indígenas percorriam grandes áreas que abrangiam grande parte dos estados do Nordeste. Esse mesmo território no qual os indígenas viviam foi também o mesmo cenário por onde adentraram portugueses, fazendeiros, sesmeiros, arrendatários, vaqueiros, agregados, sitiantes, agricultores, negros e escravos, mestiços, mulheres, crianças, viajantes (MIRANDA, 2012, p. 135) e padres em desobrigas como o Padre Miguel de Carvalho, que veio ao Piauí com a incumbência de fundar a primeira Freguesia, a de Nossa Senhora da Vitória na Vila da Mocha (NUNES, 2007, p. 101).

Antes de o Padre Miguel de Carvalho percorrer as terras do Piauí e estabelecer a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em 1697 (CARVALHO, 2009, p. 18), outros padres, especialmente da Companhia de Jesus, já haviam deixado registros nessas paragens, notadamente em sua estada no aldeamento da Serra da Ibiapaba, o qual se tornou uma referência por ser um dos maiores existentes no Brasil colonial, inferior apenas ao existente no sul em áreas de litígio entre portugueses e espanhóis. O aldeamento localizado no topo da Serra da Ibiapaba, na divisa entre o Ceará e o Piauí, acolhia centenas de índios que buscavam refúgio contra a perseguição e exploração dos fazendeiros e colonizadores portugueses. Nos aldeamentos também havia regimentos organizados para a defesa da própria povoação, entretanto, os fazendeiros viam-nos como uma espécie de exército de reserva, os quais eram solicitados pelo governo para lutarem em momentos críticos de guerra contra outras tribos não domesticadas ou que haviam se rebelado e realizado saques e incendiado propriedades. Em circunstâncias de guerra, o índio era o melhor soldado e sem ele não havia como desencadear a guerra. Esse tipo de exploração causou o maior mal aos aldeamentos, levando à sua descaracterização e extinção em fins do século XVIII, afetados também pelos problemas da miscigenação com a entrada no Piauí de uma grande leva de migrantes das capitânicas vizinhas, como cearenses e pernambucanos que fugiam da seca (MIRANDA, 2012, p. 95-8).

Sobre essas questões, se pode observar uma prática recorrente do colonizador de tentar convencer os índios aldeamentos para guerrearem contra os índios de tribos inimigas. Essa era uma prática constante adotada pelo Mestre de Campo do Piauí e administrador do Aldeamento de São Gonçalo do Amarante, João do Rego Castelo Branco. O mesmo fato ocorreu nos demais aldeamentos, inclusive no da Ibiapaba, quando o mesmo chegou a ser anexado por ordem real à Capitania do Piauí em 1715 (NUNES, 2007, p. 118) com a finalidade exclusiva de os índios aldeados colaborarem com o processo de apaziguamento

entre índios e brancos, ao tempo em que combatiam os demais índios que se rebelavam e saqueavam fazendas e povoações. Como se pode perceber, os aldeamentos sofriam com essa manipulação dos fazendeiros que obtinham o apoio dos governadores das capitânicas, submetendo-os a combates no qual, sem o reforço dos índios, seria fatalmente confirmada a derrota.

Naquela época, por volta de meados do século XVII, não havia uma delimitação exata dos territórios entre Ceará, Maranhão e Pará, sendo que o lado ocidental da serra que delimitava a fronteira entre o Ceará e o Piauí era compreendido como uma extensão do Maranhão (NUNES, 2007, p. 74). Os Jesuítas que administravam o aldeamento da Ibiapaba mantinham contatos com tribos indígenas do norte do Piauí, por onde já faziam desobrigas em 1696 e introduziam o gado antes da passagem do Padre Miguel de Carvalho quando o mesmo percorreu o Piauí, registrando tudo o que viu, cumprindo assim sua tarefa junto ao bispo de Pernambuco, Dom Francisco de Lima. Os Alongás, os quais habitavam os vales banhados pelos rios Longá e Poti ao norte da Capitania do Piauí, passaram a buscar proteção no aldeamento da Ibiapaba. Depois dos confrontos com o colonizador branco, eles costumavam descer a serra e percorrer até a foz do Rio Poti, terras essas que posteriormente passaram a pertencer à Freguesia de Santo Antonio do Surubim, localidade situada na confluência dos rios Longá, Surubim e Jenipapo na qual o Mestre de Campo Bernardo de Carvalho Aguiar havia montado um arraial militar e fixado moradia por volta de 1691, depois da campanha militar contra a tribo dos Pracatis, ou Percatis (MELO, 1988, p. 8-11).

O Padre Miguel de Carvalho, quando da sua passagem pelo norte do Piauí, relata a existência de vários sítios instalados nas terras dos Alongares e de gado que havia sido conduzido pelos jesuítas da Ibiapaba. Para ele, essas terras ainda não haviam sido conquistadas. Logo depois da passagem do Padre Carvalho, os paulistas e representantes da Casa da Torre que já haviam passado por aquelas terras começaram a fixar fazendas e currais e avançaram em direção à Serra da Ibiapaba com a intenção de chegar ao mar e, a partir de então, passaram a entrar em choque com a ação catequética dos jesuítas. Os padres da Companhia de Jesus estabelecidos no aldeamento da Ibiapaba encaminham reclamação ao Bispo do Pernambuco e este a encaminha em forma de denúncia à Metrópole contra a ação intimidadora e ávida dos bandeirantes sempre desejosos de impor o seu domínio por mais terras onde deixavam seus arrendatários.

O Padre Ascenso Gago se expressa a respeito dos representantes da Casa da Torre dizendo:

[...] “que mais zelam seus gados que o bem das almas”. [...] “Porém tudo se pode crer dos que em este sertão tão distante, fora das justiças e governadores, e tão esquecidos de Deus, vivem à lei da vontade, sem obedecer a outra alguma, mais que à Casa da Torre, de quem dependem” [...] NUNES, 2007, p. 105-106).

Em face dessas denúncias, o conselho Ultramarino tomou as seguintes deliberações: “[...] que os possuidores de terras no Piauí que as não cultivassem por si, seus feitores, colonos ou constituintes, as perdessem, e que as mesmas terras fossem doadas a quem as denunciasse [...]” (NUNES, 2007, p. 105-6). Com essa decisão, pode-se prever o desencadear de uma série de conflitos entre sesmeiros e posseiros.

A ação e o poder dos representantes da Casa da Torre já haviam sido denunciados pelo Padre Miguel de Carvalho na sua Descrição do Sertão do Piauí, de 1697, na qual ele assim se pronuncia:

De todas essas terras são senhores, Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, que as partem de meias. Têm nelas algumas fazendas de gados seus, os mais arrendam a quem lhe quer meter gados, pagando-lhe dez reis de foro, por cada sítio e, dessa sorte estão introduzidos donatários das terras, sendo só sesmeiros, para as povoarem com gados seus, em tanto que até as igrejas querem apresentar, e esta nova queria fundada debaixo do título da sua (CARVALHO, 2009, p. 22).

Dessa forma e a partir de uma política adotada pela Coroa Portuguesa de concessão de sesmarias aos desbravadores das terras desconhecidas foram se configurando no território piauiense os grandes latifúndios doados pelos governadores do Pernambuco, da Bahia, do Pará e Maranhão e surgindo a partir daí um grupo detentor do poder além dos limites piauienses.

A porção do território brasileiro que hoje corresponde ao Piauí era conhecida como o “alto sertão do São Francisco” ou como o “sertão dos Rodelas”, de “Cabrobó”, no Pernambuco (CHAVES, 1998, p. 133). O sertão dos Rodelas, assim chamado em razão da presença da tribo dos Rodeleiros, como foi denominada pelo colonizador em razão do seu corte de cabelo arredondado, porém, tratava-se da tribo dos Acoroás que foram aldeados em São Gonçalo do Amarante a partir de 1772 pelo mestre de campo, o capitão João do Rego Castelo Branco, o qual preou, aldeou, explorou, perseguiu e exterminou cruelmente centenas de Coroás, Gueguês, Timbiras, Jaicós, Jenipapos e tantas outras existentes no território piauiense e que não aceitaram a submissão e se confrontaram com os apesadores, na totalidade das vezes por não concordarem com a invasão das suas terras e não aceitarem a

prática cruel com que eram tratados os seus semelhantes. Sentindo-se desrespeitados, organizavam a fuga dos aldeamentos em busca de liberdade nas matas (MIRANDA, 2012, p. 43).

O Piauí passou a configurar-se oficialmente quando, no final do século XVII, foi estabelecida a sua primeira freguesia no vale da Mocha (BRANDÃO, 1995, p. 33-5), na região centro do atual Estado, com abrangência para o sul do território, o qual naquela época ainda permaneceu por muito tempo tendo o sul vinculado à jurisdição do Pernambuco e da Bahia e o norte ao Maranhão. Dessa forma, parte do Piauí era compreendida como uma extensão das capitanias vizinhas, e, na política colonial, justificava-se a doação de várias sesmarias no Piauí arranjadas pelo governo do Pernambuco e da Bahia, motivo esse que contribuiu posteriormente para múltiplos conflitos entre posseiros e sesmeiros, razões essas que favoreceram a mudança da Jurisdição do Piauí, anteriormente vinculada ao Pernambuco, para a jurisdição no Maranhão, pois “os posseiros do Piauí, o que queriam de fato era fugir do foro da Bahia e Pernambuco, onde sentiam o peso da prepotência dos sesmeiros” (NUNES, 2007, p. 111).

Em meio a essas questões relacionadas à doação de terras, os vaqueiros e posseiros estavam sempre em desvantagem em relação aos sesmeiros, pelo simples fato de que os

Ricos sesmeiros, senhores de grande prestígio, viviam em Salvador e Olinda, onde frequentavam os salões dos governantes e sabiam como conduzir seus pedidos solicitamente acolhidos pelas autoridades quase sempre comprometidas em virtude da liberalidade dos magnatas. Já os posseiros não tinham por vezes recursos materiais para tão longa viagem em busca das capitais, e não eram afeitos aos rebuliços da cidade, quanto mais às lides pragmáticas dos paços governamentais. Transferidos seus litígios para a jurisdição do Maranhão, de mais fácil acesso e longe dos potentados da Bahia e Pernambuco, esperavam mais facilmente obter e fugir da opressão que padeciam (NUNES, 2007, p. 111).

As reclamações tinham como argumentos favoráveis o fator da proximidade do Piauí com o Maranhão. Na estada do Padre Manuel de Carvalho no Piauí, por ocasião da instalação da Freguesia da Mocha, ele tomou conhecimento desses fatos e conduziu as queixas dos colonos, dos índios e dos padres do Piauí a Lisboa. Entretanto, em Carta Régia de 3 de março de 1700, a mudança já estava efetuada em favor dos moradores do Piauí (NUNES, 2007, 110-112). A partir daquela resolução, os dízimos da Freguesia da Mocha, que outrora se destinavam a Pernambuco, passariam a pertencer ao Maranhão. Todavia vai se perceber que,

por conta desses mesmos dízimos, o bispado do Maranhão se opôs à criação do bispado do Piauí.

Como se pode perceber, o período da instalação da primeira freguesia no território que atualmente corresponde ao Piauí ainda não se encontrava juridicamente definido nem seu governo devidamente estabelecido. Com a criação oficial da Capitania do Piauí em 1718 (BRANDÃO, 1995, p. 33), ainda não se resolveram de imediato essas questões mencionadas, pois o primeiro governo somente se instalou em 1759, sendo que, em 1761, o governador recebeu, a 19 de junho, a Carta Régia que reiterava a determinação para a criação das seis primeiras vilas, numa tentativa de se estabelecer na capitania os primeiros núcleos urbanos. Todavia, na avaliação do governador João Pereira Caldas, naquele mesmo ano, somente a Vila de Parnaíba e Surubim apresentavam condições favoráveis para tal empreendimento. Porém, como era uma determinação Régia, o governador procedeu à execução de tal medida. A Vila da Mocha foi elevada à categoria de cidade e capital da Capitania com o nome Oeiras do Piauí e as demais vilas ficaram assim estabelecidas: Nossa Senhora do Livramento de Parnaíba, em 3 de junho; Vila de Jerumenha, no local em que se julga ter sido o antigo Arraial dos Ávilas, em 22 de junho; Vila de Campo Maior na sede da Freguesia de Santo Antonio do Surubim, em 8 de agosto; na localidade Testa Branca, na Freguesia de São João da Parnaíba, na qual havia apenas quatro casas, instala-se a Vila de Parnaíba que posteriormente é transferida para o Porto das Barcas às margens do rio Igarassu, um dos braços do rio Parnaíba no Delta, local mais povoado, no qual foi instalado o Pelourinho em 18 de junho; na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, funda-se a Vila de Marvão do Piauí, a 13 de setembro; e na Freguesia de Nossa Senhora dos Aroás, a Vila de Valença do Piauí, em 20 de setembro (NUNES, 2007, p. 152-5). E assim estava organizada a Capitania de São José do Piauí, até então sujeita à interferência das capitanias vizinhas.

Entretanto, para Melo (1993, p. 25), a vinculação com o Maranhão, notadamente religiosa, vai perdurar até a instalação do bispado do Piauí em princípio do século XX, depois de quase um século de empenho do clero piauiense nesse propósito, sem o devido apoio e interesse da diocese do Maranhão, que, em certos momentos, até boicotou o projeto, justificando que no Piauí não havia recursos para tanto, enquanto que os recursos do Piauí alimentavam os cofres daquela diocese. Muitos entraves políticos, administrativos e religiosos impossibilitaram o Piauí de gerenciar sua autonomia desde o princípio da sua colonização.

Importante é notar, também, que o período de instituição efetiva do governo na Província de São José do Piauí aconteceu em um período de crise política, econômica e religiosa com a expulsão dos Jesuítas do Brasil. Consequentemente, o imenso patrimônio

doado aos padres da companhia de Jesus por Domingos Afonso Mafrense havia sido confiscado e passaria a integrar o patrimônio da Coroa, devendo o mesmo ser administrado pelo governador da Capitania (DIAS, 2008, p. 27). A partir desse período, há um predomínio da organização e administração local, sendo João Pereira Caldas, cidadão português, o primeiro a governar o Piauí. João Pereira Caldas destacou-se por suas qualidades pessoais e administrativas e forte influência na monarquia portuguesa, fato que corroborou para que o mesmo governasse o Piauí por cerca de dez anos ininterruptamente, de 1759 a 1769, quando foi transferido para a capitania do Grão-Pará com sede em Belém, chegando a concentrar em 1777 a administração de três capitanias: a do Grão-Pará, Piauí e Maranhão, época em que Portugal e Espanha encerraram, pela assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, as querelas pelo domínio das terras no sul do Brasil nas fronteiras com os países vizinhos, onde estavam instaladas as missões jesuítas (CARVALHO, 2008, p. 64).

A perseguição ao índio já vinha sendo executada desde a entrada dos primeiros exploradores e catequizadores no “Sertão dos Rodelas”, em princípio do século XVII, e, a partir de então, os confrontos e massacres se prolongaram por todo o século XVIII. No primeiro quartel do século XIX, a condição dos indígenas havia se agravado ainda mais pelos novos problemas que passaram a enfrentar: o pequeno número nos aldeamentos, a invasão das suas terras pelos retirantes das capitanias vizinhas que fugiam da seca, como pernambucanos e cearenses, a miscigenação que se tornou mais acentuada nessa época e a falta de uma ação efetiva do governo no sentido de protegê-los em suas pequenas propriedades e núcleos familiares.

Sobre essas questões, Chaves (2005, p. 136) relata que desde 1674 os índios já viviam uma “grande inquietação”. Os Gueguês foram atacados e houve matança de cerca de quinhentos homens em 1676. Mulheres e crianças foram escravizadas. Em 1679, os Tremembés mantinham o controle na costa, nas ilhas do Delta e impediam o tráfego dos brancos entre o Ceará e o Maranhão. A expedição de Vidal Maciel Parente empreendeu sobre os Tremembés atos de maior crueldade: “Os índios aliados, travando das criancinhas pelos pés, mataram-nas cruelmente, dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores, e de uma maloca de mais de 300 só escaparam 37 inocentes” (CHAVES, 2005, p. 136). Nesses confrontos, com perdas irreparáveis, aumentavam o ódio e a rivalidade entre brancos e índios. O branco, além de invasor, detinha maior poder em armas de fogo. Entretanto, os índios também se preparavam e se organizavam para grandes ataques. Os anos de 1712 a 1713 foram marcados por grande perseguição e massacre de tribos indígenas no Piauí que culminou com a morte de um dos maiores líderes indígenas desse território, Mandu Ladino, índio das tribos

dos Aranhis, que havia sido educado em aldeamento dos franciscanos no Pernambuco e depois pelos jesuítas na Ibiapaba, perdeu seus pais ainda criança, vítima das maldades dos brancos. Mandu Ladino, quando adulto, se tornou vaqueiro, uma das profissões, na opinião dos colonizadores, nas quais os índios tinham melhor desempenho, assim como a de militares, pois estavam mais próximas da sua maneira cultural de viver. Ele se tornou uma liderança respeitável entre os indígenas e chegou a liderar um ataque em revanche contra a crueldade, sofrimentos e mortes as quais os exploradores haviam perpetrado contra seus pares. Em colaboração com os Tapuias do norte, o ato de vingança atingiu a maior liderança militar com o golpe fatal. Estava encerrada a batalha do Mestre de Campo Antonio da Cunha Souto Maior, entretanto, a perseguição aos indígenas havia de se intensificar ainda mais, pois para os colonizadores aquele teria sido um ato de tamanha ousadia daqueles indígenas (CHAVES 2005, p. 136-8).

O governador João Pereira Caldas demonstrou, desde o princípio do seu governo, a sua disposição em travar guerra contra o índio. E assim o fez para resolver as necessidades de escravos na Capitania do Maranhão (NUNES, 2007, p. 157). A partir da instalação do primeiro governo em 1759, depois de instituir os principais órgãos públicos na Capitania do Piauí, nos anos seguintes foi desencadeada uma nova fase de perseguição sistemática às tribos indígenas. Já se encontrava instituída a Companhia de Ordenança sob a chefia do Mestre de Campo João do Rego Castelo Branco por quem Pereira Caldas já nutria certo apreço pela sua fama na caça ao indígena (NUNES, 2007, p. 157). Esse governador permaneceu no cargo por dez anos consecutivos. Com a instalação da Capitania se formou um novo grupo social detentor de privilégios ao assumir as funções públicas, dentre eles os militares, vaqueiros, criadores e funcionários membros do governo local em conformidade com as determinações da Coroa. Com a sua saída, em 1769, assumiu a administração da Capitania do Piauí o segundo governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, grande admirador de Pereira Caldas a quem tinha como exemplo de administração. No seu governo, ficaram expostas as relações de poder na Capitania do Piauí a partir de alguns fatos, como se pode perceber quando

Imbuído de propostas desenvolvimentistas, este governo deu início ao comércio de carne em grande escala entre o Piauí e o Pará, estimulou a instalação de oficinas de charque no Norte da Capitania e criou o serviço de Correio Mensal entre os centros urbanos piauienses. Contudo ao questionar a guerra contra os índios Acoroás e Pimenteiras, proposta por ricos fazendeiros liderados pelo Tenente-Coronel João do Rego Castelo Branco, o governador tornou sua administração inviável. Diante das pressões

recebidas, embora considerando o combate desnecessário teve de determinar sua realização. Este fato significou vitórias dos potentados locais, que sobrepujam seus interesses aos da população e aos do governo (BRANDÃO, 1995, p. 85).

Como se pode perceber, formou-se no Piauí, durante o período colonial, uma elite local alicerçada em uma rede de relações familiares de grande extensão, cujo poder nem sempre se limitava ao mesmo domínio político. Esses grupos locais fortalecidos pelos grupos de parentesco foram inseridos e tiveram participação efetiva no aparelho burocrático colonial mesmo antes da instalação do governo na Capitania, a partir da forma contínua como se deu a ocupação do Piauí e a concessão de várias sesmarias a uma mesma pessoa. Formou-se no Piauí uma espécie de poder sustentado pela opulência.

Enfraquecido e desmoralizado pelas forças locais, Lourenço Botelho de Castro permaneceu como governador até 1774. Depois desse período, a Capitania passou a ser governada por Juntas de Governo durante 22 anos e nesse período as elites locais usufruíram da administração política para permanecerem no poder.

O confronto entre os potentados que se formaram no Piauí após a instalação da Capitania e os governadores locais foi uma constante até a data da Independência. Mesmo as gerações mais empreendedoras, a oposição desses senhores foi sempre agressiva, demonstrando a fragilidade da autonomia governamental (BRANDÃO, 1995, p. 81).

O governo das Juntas caracterizou-se pela instabilidade e descontinuidade nas ações governamentais e ingerência das questões relacionadas ao patrimônio público. Esse período também foi marcado pela forte interferência do Maranhão nos negócios e no trato com os povos indígenas. É desse período a organização da Junta das Missões que pleiteava a autorização Régia para deflagrar a guerra ofensiva contra as tribos indígenas que incomodavam os fazendeiros.

Importante notar que nesse período está em vigor o Diretório dos Índios, documento organizado pelo ministro do Reino Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, em 1757, que previa a preservação da liberdade e da cultura indígena, a extinção da administração dos aldeamentos pelos padres regulares, transformando as missões em vilas e lugares civis, assim como incentivava os casamentos entre brancos e índios como forma de incluir os índios no processo de colonização (DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS, 1758). Todavia, é imprescindível que se considere o fato de que não havia respeito por parte do colonizador branco à cultura indígena e muito menos respeito às leis que a esses grupos se destinavam. Os desbravadores chegaram a essa terras com interesses bem definidos: buscavam meios de

enriquecimento. Em pleno momento de expansão do mercantilismo comercial, o imaginário mercantilista era de que tudo se transformava em objeto de lucro ou em estratégia para adquiri-lo. Nesse contexto, as tribos indígenas que não se adequassem a esse projeto colonial de expansão das propriedades dos brancos e seu domínio estava decretando o seu extermínio no território piauiense. Aquelas tribos que não foram dizimadas nem aldeadas desapareceram em fuga e se estabeleceram no Maranhão, no Ceará, no Goiás e no Tocantins, como foi o caso de muitos Acoroás, Gueguês, Timbiras, Tremembés e Pimenteiras.

A totalidade dos indígenas que permaneceram nos aldeamentos terminara sendo expulsa das suas terras ou tiveram que ceder o espaço onde viviam para as cidades nascentes, fato esse ocorrido em um dos principais aldeamentos do Piauí, notadamente em São Gonçalo do Amarante (MIRANDA, 2012, p. 184 e 190). No território piauiense, pouco se têm registrado das reminiscências de comunidades indígenas, embora se percebam, nas características da população, fortes traços do processo de miscigenação, sobretudo nos locais onde os aldeamentos perduraram até o princípio do século XIX, como foi o caso de São Gonçalo do Amarante, onde, até 1835, se têm registros da existência de índios nesses locais. As terras em que foram aldeados foram divididas em pequenos lotes, sendo os índios restantes isentos de pagamento (MIRANDA, 2012, p. 180).

Considerando as evidências, Miranda (2012), ao vasculhar a correspondência colonial oficial, faz a seguinte ponderação: “Portanto, ninguém se engane existem descendentes de índios no Piauí, e o sangue da gente de Bruenque (O Principal dos Gueguês) ainda clama por justiça, justiça social” (MIRANDA, 2012, p. 139). E depois reitera dizendo:

Em meio à discriminação racial e exploração do seu trabalho, o indígena piauiense sucumbiu, descaracterizando-se como grupo étnico. Porém, ao contrário do que se apregoa, existem diversos descendentes de índios no Piauí, inclusive dos remanescentes da Missão de São Gonçalo de Amarante. E embora aculturados e esquecidos de sua origem, ainda se consegue identificar descendentes dessas nações na sociedade regenerense, sucedânea do aldeamento de São Gonçalo de Amarante (MIRANDA, 2012, p. 160).

Embora esse reconhecimento das populações indígenas no Piauí seja muito tímido, consideram-se esses dados um grande avanço em termos das pesquisas, assim também como o fato de o Censo de 2010 ter registrado a quantidade de 2.944 pessoas no Piauí que se autodeclararam indígenas. Consideram-se esses dados como de grande relevância para o desenvolvimento de uma política de reparação e revalorização da cultura indígena e para que novas pesquisas sejam ampliadas.

No referido Censo, a população indígena se autodeclarou presente da seguinte forma nos respectivos municípios piauienses: Teresina, 1.333; Floriano, 230; Queimada Nova, 187; Parnaíba, 186; Picos, 102; São Raimundo Nonato, 77; Bom Jesus, 68; São João do Piauí, 44; Oeiras, 41; Piripiri, 39 (IBGE, 2010, p. 22). Este último município com apenas 39 pessoas que se identificam como indígenas compreende uma área territorial do norte da Piauí na qual também estava situada a Vila de Campo Maior, objeto deste estudo.

3.2.2 CAMPINAS DOS ALONGARES

A maior referência que se faz atualmente a Campo Maior remonta à Batalha do Jenipapo, um acontecimento histórico que ocorreu no dia 13 de março de 1823, às margens do Rio Jenipapo que distam aproximadamente 10 km da área urbana da referida Cidade. Na divisão regional do Estado, ela está estabelecida na Mesorregião Centro Norte Piauiense, a cerca de 80 km da capital, Teresina, na região Nordeste do Brasil. E, como bem salientou o Padre Cláudio Melo em seu livro “Os primórdios de nossa terra” (MELO, 1983, p. 9), pouco se tem recuado a períodos históricos anteriores no sentido de buscar referências dos primeiros povoadores das terras dos Alongares. O mesmo também se poderia dizer a respeito de outros povos que circulavam pelo Piauí antes da chegada do colonizador.

A cidade de Campo Maior de acordo com Melo (1983, p. 15) tem o marco referencial da sua fundação integrada ao período da colonização, quando portugueses estabelecidos em capitânicas notadamente da Bahia, Pernambuco, Maranhão e São Paulo adentraram em terras piauienses a partir de meados do século XVII, como se fez referência anteriormente, em busca de terras férteis para o estabelecimento de currais e criatórios de gado. As primeiras notícias que se têm sobre as terras habitadas pelas Tribos dos Alongares vêm da parte dos jesuítas que habitavam a Serra da Ibiapaba e por ali faziam desobrigas mesmo antes da passagem do Padre Miguel de Carvalho, em 1697. O referido Padre faz a seguinte observação:

A terra dos Alongazes está por detrás destes riachos, (São os riachos São Vicente, Berlingas e Riachinho Santo Antonio) correndo para a serra da Guapava (Ibiapaba), para a qual fugiam os Tapuias chamados também de Alongaz, que nela moravam, e, de presente, a tem os brancos povoadas com algumas fazendas de gado, situadas à beira de rios que têm suas vertentes para o norte (CARVALHO, 2009, p. 35).

O Padre Miguel de Carvalho, em sua Descrição do Sertão do Piauí, faz uma circunscrição detalhando os riachos e rios existentes no local por onde ele passou e as

respectivas fazendas existentes às margens destes, assim como as pessoas que nelas habitavam, como ele bem frisou, “pessoas de sacramento”. Obviamente que ele não descreveu todo o território piauiense, mas apenas aquela área que abrangia a Freguesia da Mocha que por si somente já era muito extensa. Na lista dos riachos citados está o Riacho Bitorocara e a segunda fazenda por ele registrada recebe o mesmo nome Bitorocara e nela se encontrava o Capitão Bernardo de Carvalho (CARVALHO, 2009, p. 36).

Os primeiros fazendeiros a fixarem residência no norte piauiense nos primórdios da colonização portuguesa foram Miguel Pinheiro de Carvalho (primeiro Capitão-Mor do norte piauiense), Dâmaso Pinheiro de Carvalho, depois também Capitão-Mor, e Bernardo de Carvalho Aguiar, que foi Mestre de Campo e, depois da campanha que havia combatido os índios Crateús, decidiu se instalar em uma antiga aldeia abandonada da tribo dos Tacarijus, chamada Cabeça do Tapuia (atual cidade de São Miguel do Tapuio), onde ali instalou seu primeiro curral, por volta de 1692. Não demorou muito naquela antiga aldeia e Bernardo de Carvalho resolveu investir, em 1695, contra os índios Alongares os quais vivem em terras mais propícias e mais próximas do rio Parnaíba. Em carta à sua Majestade, ele assim se expressa:

Fez outra entrada e descobriu outras terras novas que chamam Alongazes, junto a serra da Guapava, levando também muita gente armada a sua custa, povoando-a com gados e negros, seus escravos, fazendo Casas Fortes para defesa dos novos moradores, dando-lhes todo o sustento, armas, munições e o mais necessário para as habitarem e defenderem, resultando desta sua diligência, grande utilidade aos Estados da Bahia e Pernambuco, pela grande abundância de gados com que logo se povoaram aquelas terras, seguindo o seu exemplo outros muitos moradores que logo situaram aqueles sertões mais de quarenta fazendas (MELO, 1988, p. 10).

Pelas características do lugar descritas pelo Padre Miguel de Carvalho e referenciadas por pesquisadores como Nunes (2007, p. 116) e Melo (1983, p. 25), a referência à Bitorocara tratava-se do rio Longá, um dos três rios que banham o município de Campo Maior (CARVALHO, 2009, p. 60-1). A dita fazenda Bitorocara tinha a sua localização na confluência entre os rios que nutrem aquelas pastagens: o Surubim, o Jenipapo e o Longá. Os dois deságuam no rio Longá no mesmo lugar, sendo o Surubim à esquerda e o Jenipapo à direita.

Quando Bernardo de Carvalho Aguiar chegou ao vale do Longá, depois da sua parceria com o mestre de Campo José Garcia Paz, em guerra contra os Precatis, ou Paracatis que viviam pelo sul do Piauí, ali já estavam estabelecidos alguns posseiros vindos do

Maranhão, sendo estes os que primeiro penetraram naquelas campinas e matas, pois o norte era um prolongamento do Maranhão. “No sul a ocupação foi meta [...] no norte eles chegaram como guerreiros, militares destroçadores de grupos indígenas perigosos à paz de posseiros” (MELO, 1988, p. 26).

Entretanto, antes mesmo da chegada dos portugueses vindos do Maranhão, do Pernambuco ou da Bahia, vivia nessas terras uma grande quantidade de humanos primitivos de tribos tapuias como os Alongares, que foram pacificados pelos jesuítas na sua segunda missão, a partir de 1656; os Potis, que foram extintos desde as lutas da conquista pelo Capitão Domingos Rodrigues de Carvalho; os Jenipapos, que se constituíam em uma pequena tribo que vivia entre os Potis e os Longás; os Crateús vivam nas cabeceiras do rio Poti; os Tremembés, no litoral, mantiveram contatos com os brancos portugueses, franceses e holandeses desde o século XVI (MELO, 1988, p. 35-40). Entretanto, a aldeia abandonada dos Tacarijus, na qual o Mestre de Campo Bernardo de Carvalho instalou seu primeiro curral, era uma localidade conhecida como Cabeça do Tapuia, por lembrar o massacre dos índios Tacarijus, os quais haviam assassinado o jesuíta Padre Pinto, em 1608, na sua primeira missão na Ibiapaba. A partir das primeiras missões dos padres Jesuítas na Ibiapada, eles mantinham contatos com as tribos indígenas que habitavam o lado oriental da serra que compreende os vales do Longá e do Marataoan no Piauí. E foi em um desses contatos com a tribo dos Tacarijus – anteriormente em relações amistosas com os franceses que também estiveram pela Ibiapaba – que os mesmos, não nutrido simpatia pelos portugueses, deflagraram contra o referido padre, tirando-lhe a vida. A partir de então, as tribos aldeadas na Ibiapaba uniram-se para a vingança, em uma ocasião quando a tribo dos Tacarijus foi surpreendida com o ataque mortal dizimando a tribo e deixando as cabeças dos tapuias penduradas em troncos. E a partir daí, aquele lugar teve seu conhecimento associado a esses trágicos fatos (MELO, 1983, p. 19).

Os Tacarijus eram uma tribo aliada aos franceses, haviam se deslocado do litoral e foram habitar a serra, mas, em razão das constantes guerras com os Tabajaras, foram buscar tranquilidade em meio aos brejos existentes na localidade que hoje se conhece como São Miguel do Tapuio. E ali já fabricavam cerâmicas, teciam redes, usavam o pilão para triturar o milho e fazer o cuscuz, além de cultivarem vários legumes (MELO, 1988, p. 9). Outro fator importante é identificar no município de São Miguel do Tapuio, assim como nas circunvizinhanças, a existência de vários sítios e grutas nas quais estão visíveis as pinturas rupestres, principais vestígios dos habitantes mais antigos que existiram no Piauí, os quais se assemelham aos mesmos que ocuparam a Serra da Capivara. Na grande maioria dos municípios piauienses, existem evidências de sítios de pintura rupestre dos quais muitos estão

catalogados, como os de São Miguel do Tapuio e tantos outros do norte piauiense à espera de pesquisadores que os estudem. Mesmo que as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Piauí estejam completando meio século, ainda não foram suficientes para se estudar na sua totalidade nem mesmo as áreas que compreendem o Parque Nacional Serra da Capivara. Pesquisas dessa natureza compreendem gerações de pesquisadores. Entretanto, importantes estudos já foram publicados e têm oferecido uma compreensão importante sobre a ocupação primitiva do território piauiense. Uma importante publicação dessa natureza diz respeito ao trabalho de Gabriela Martin (2005) sobre o universo da “Pré-História do Nordeste do Brasil” a partir do qual a autora apresenta desde o habitat à ocupação do espaço geográfico, as importantes áreas arqueológicas do Nordeste, o desenvolvimento tecnológico do homem pré-histórico nordestino e especialmente o seu universo simbólico a partir do qual as pinturas rupestres da Serra da Capivara foram catalogadas e classificadas em duas grandes tradições: a tradição nordeste e a tradição agreste, compreendendo cada uma delas diversas outras subtradições. As pesquisas realizadas abrangeram um espaço territorial bem mais amplo, que se estendeu a vários estados nordestinos. Os registros rupestres encontrados na Serra da Capivara se encontram também espalhados por vários sítios existentes por toda a região nordeste e algumas variações fora dele. Isso significa que os antepassados piauienses mais antigos conheciam e dominavam áreas que ultrapassavam os limites dos territórios atuais (MARTIN, 2005, p. 224-228). E, portanto, para qualquer pesquisa que tenha a pretensão de compreender as populações autóctones, torna-se necessário uma aproximação com o universo que regia aqueles povos: sua organização e sobrevivência, suas crenças, seu modo de pensar, de se inter-relacionar e se defender. E esse modo de vida, que era completamente diferente dos padrões de ocupação do solo no período colonial empreendida pelos fazendeiros portugueses e bandeirantes paulistas, sofre um choque cultural no qual a prioridade sobre o território vai ser determinada pela eficácia das armas de fogo e pela violência contínua empregada na invasão das terras ocupadas pelos indígenas.

A ocupação do território que hoje compreende o município de Campo Maior no Piauí foi realizada a partir de uma ação militar chefiada pelo Mestre de Campo Bernardo de Carvalho e Aguiar contra as tribos indígenas dos Alongás, Potis e Jenipapos que ali habitavam, além de outras que já haviam fugido em razão da perseguição dos curraleiros, como os Crateús, os Aroás, os Cupinharões, Tabajaras, Amoipiras e os Aranhis, tribo de Mandu Ladino. À época do referido Mestre de Campo, o índio Mandu Ladino era vaqueiro naquelas paragens do norte piauiense e vivia de forma amistosa com o referido Capitão enquanto mantinha a afeição de muitos índios e, quando havia necessidade, tinha deles a

confiança para lutarem em caso de defesa (NUNES, 2007, p. 117). Cada tribo tinha seu chefe, ou o Principal, e, através deste, era feita a mediação entre os brancos e os demais índios. Com a manutenção dessa hierarquia, os brancos convenciam os indígenas a lutarem em guerra contra outras tribos consideradas inimigas ou que haviam se rebelado e quase sempre por causa da crueldade dos brancos. Os índios do norte piauiense descendiam dos três ramos dos Tremembés: Crateús, Potis e Aranhis (NUNES, 2009, p. 60-62). Em expedição de 1676, autorizada pelo Governador Geral do Brasil, Pedro César de Meneses, e confiada ao Capitão Afonso Rui, cuja finalidade era descobrir o rio Paraguaçu (Parnaíba), os componentes da referida expedição, nas suas andanças ao longo do rio Parnaíba, fizeram contatos com os Caribus, Caicaíses, Aindoducus, Guacinduces, Critices e Anapurus (NUNES, 2009, p. 76-78). Contudo, quando o Mestre de Campo Bernardo de Carvalho deu entrada nas terras dos Alongás, ele já estava treinado na caça ao índio, pois havia sido convidado e aceitou fazer parte da campanha chefiada por José Garcia Paz, Capitão-mor, sesmeiro e proprietário da Fazenda Moicatá (CARVALHO, 2009, p. 41) para combater os Precatis no sul do Piauí no ano de 1690 (MELO, 1988, p. 9). Essa campanha perdurou por seis meses de guerra em contínuas batalhas, na quais centenas de índios foram mortos e outras centenas fugiram para o Maranhão, refugiando-se nas matas. Por ocasião dessa campanha, havia sido montado o arraial militar dos Ávilas onde hoje está situada a cidade de Jerumenha, um dos núcleos urbanos mais antigos do Piauí. Concluída essa campanha, Bernardo de Carvalho viajou à Bahia em 1691. Entretanto, no verão daquele mesmo ano, ele retornou ao Piauí, onde foi solicitado pelo governo do Brasil a empreender luta contra os Crateús que incomodavam os brancos recém-chegados ao vale do Longá e nas proximidades da serra da Ibiapaba, em razão de se sentirem cada vez mais premidos pela ação dos brancos invasores de suas terras (MELO, 1988, p. 11). Com essa investida, os fazendeiros e sitiantes adquiriram o sossego desejado e o aldeamento dos índios foi facilitado, pois ali permaneceram por medo da ação violenta dos brancos que ocupavam suas terras. Após essa investida contra os índios Crateús, Bernardo de Carvalho resolveu fixar um curral no lugar Cabeça do Tapuia, permanecendo ali por três anos. Por volta de 1695, já tendo penetrado nas terras dos Alongás, empurrando-os para o aldeamento da Ibiapaba e tomando posse de suas terras, montou um arraial militar, criou curral, fortificações e moradia estabelecendo-se na fazenda denominada por ele de Bitorocara, às margens do riacho Bitorocara (Longá), na qual hospedou em 1696 o Padre Miguel de Carvalho (NUNES, 2007, p. 116). A partir daquele encontro amistoso, acompanhou-o em seu retorno até a Freguesia da Mocha e de lá até a sua travessia do rio Grande dos Tapuias (rio Parnaíba) para a instalação da Freguesia de São Francisco, na Bahia.

Bernardo de Carvalho fez doações para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Vitória na Freguesia da Mocha e assumiu a construção da capela de Santo Antonio do Surubim, iniciada em 1711 (MELO, 1988, p. 12). Sua localização estava às margens do rio Surubim, na proximidade do encontro entre os três rios: Longá, Surubim e Jenipapo. O rio Longá segue seu curso depois de receber pela lateral direita as águas do rio jenipapo e pela esquerda a do Surubim.

Nos vales e campinas férteis dos Alongares, de pasto mimoso adequado ao criatório de gado, instalou-se Bernardo de Carvalho e Aguiar e, na barra do rio Marataoan, instalou-se seu filho Miguel Carvalho de Aguiar sob a proteção de Nossa Senhora da Conceição das Barras, em devoção de quem ergueu uma capela. Outro parente, Manuel Carvalho de Almeida, fixou-se em outra fazenda nas imediações da qual veio a prosperar a cidade de José de Freitas. E, dessa forma, em pouco tempo, cerca de um ano já se encontrava a Bitorocara circundada por cerca de 40 fazendeiros, promovendo dessa forma um rápido povoamento do local sob a guarda do Mestre de Campo (MELO, 1988, p. 22).

No ano de 1710, o Padre Tomé de Carvalho escolheu a Bitorocara para se transformar em sede da nova freguesia que seria desmembrada de Nossa Senhora da Vitória no vale da Mocha em razão da extensão dessa freguesia. Naquela localidade, recebeu ajuda do Mestre de Campo Bernardo de Carvalho o qual se encarregou com seus escravos de providenciar todo o material necessário, além de contratar os serviços de carpintaria e construir a Igreja. Dessa forma, foi erguida a capela e nascia a nova freguesia nas terras dos Alongares sob a proteção de Santo Antônio do Surubim (MELO, 1988, p. 18). O referido Padre Tomé construiu, no século XVIII, a Catedral de Nossa Senhora da Vitória em Oeiras, Igreja de Nossa Senhora das Mercês em Jaicós e Capela de Santo Antônio do Gurgueia em Jerumenha (DIAS, 1981, p. 120).

É imprescindível notar que a pecuária agregava o Piauí à conjuntura econômica colonial e essa unidade de produção apresentava peculiaridades em relação aos sítios, pois

As fazendas eram como unidades de produção com estrutura mais complexa que a do sítio, envolvendo a terra, o gado, as benfeitorias: casas de morada, cercados, currais, aguadas, roças e tendas de ferreiros, farinha e carpintaria. Por extensão englobava alguns sítios e retiros. A infraestrutura básica de uma fazenda constituía-se de uma casa, que servia de moradia ao encarregado ou proprietário e, no mínimo, três currais, construídos em pedra ou madeira (BRANDÃO, 1995, p. 46).

Indiscutível, também nas fazendas, era a importância do vaqueiro, aquele que se constituiu no principal administrador da fazenda, uma vez que apenas um fazendeiro era

detentor de mais de 30 fazendas de gado, como foi o caso de Domingos Afonso Mafrense, o qual, sem herdeiros, deixou em testamento as 39 fazendas para os padres da Companhia de Jesus, especialmente do colégio sediado em Salvador, nas quais fizeram uma boa administração até o confisco dos seus bens em 1760. A partir daí, essas fazendas se tornaram fazendas do fisco, depois fazendas nacionais e, por último, fazendas estaduais, quando foram mal administradas (MENDES, 1995, p. 63).

Nas terras dos Alongares se fixaram fazendeiros vindos do Maranhão, do Pernambuco e da Bahia e ali fizeram prosperar suas fazendas de gado, de onde passaram a produzir carne, assim como o couro que se constituiu na maior riqueza piauiense e principal produto de exportação, de forma que

Ao findar o século XVII, o gado já ocupava as terras vizinhas aos rios, riachos e aguadas da área entre o médio Gurguéia e o médio Longá. A partir de então, os proprietários destes currais passaram a abastecer os mercados consumidores da Colônia. Durante a época colonial as principais praças foram o Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Por volta de 1768, a cidade de Belém, no Pará, consumia anualmente entre 28.000 a 30.000 bois do Piauí. No início da década de oitenta, do século XVIII, saíram pelo Juazeiro, no São Francisco, 60.000 bois, oriundos das fazendas piauienses, com destino às feiras do Brasil (BRANDÃO, 1995, p. 38).

Como se pode perceber, a produção e o consumo de carne foram sempre crescentes e, no século XVIII, aumentou consideravelmente, pois já havia um mercado externo consumidor potencialmente disposto para a absorção desse produto. O mercado interno também dependia desse produto para a sobrevivência. Desde o princípio da colonização do território piauiense, a carne bovina havia se tornado o principal produto e a base alimentar da população, em razão de a fazenda se constituir a unidade de produção de maior expressão, embora os sítios tenham existido também em número expressivo. Enquanto as fazendas piauienses em 1697 somavam 129, os sítios registrados eram de 153 (BRANDÃO, 1995, p. 45). Nesse período, por ocasião da passagem do Padre Miguel de Carvalho pelas terras piauienses, ele faz a seguinte observação:

Comem estes homens só carne de vaca com lacticínios e alguns mel que tiram pelos paus. A carne ordinariamente se come assada, porque não há panelas em que se coza. Bebem águas de poças e lagoas, sempre turba e muito assalitrada. Os ares são muito grossos e pouco sadios. Desta sorte vivem estes miseráveis homens vestindo couros e parecendo tapuias (CARVALHO, 2009, p. 26).

Nesse contexto da pecuária, o boi e o homem são autodependentes, ao mesmo tempo em que o bandeirante procurava novos pastos para seu rebanho, o boi “auto transportava-se podendo sua carne e seu leite estar disponível a qualquer momento, para o consumo” (DIAS, 2008, p. 24). Considerando que as aquisições não seriam tantas para a montagem da fazenda, o colonizador prevê na criação do gado um negócio rentável com poucos investimentos. Os produtos do couro proveniente da pecuária foram mais facilmente disponíveis e de grande procura no mercado interno e externo, pois do couro se fabricavam:

Portas, leito, camas para os partos, cordas, borracha para água, alforje, mala, mochila, peia, bainha, broacas, surrões, roupas, banguês para curtumes, ou para apurar sal, chicote, chapéu, laços, cadeiras, encostos, tamboretas, baús etc.. (DIAS, 2008, p. 24).

O boi possuía utilidades diversas, constituindo-se importante como meio de transporte de mercadorias e força de tração para as moendas dos engenhos.

Nos sertões do Piauí, o gado foi criado de forma extensiva, sem o manejo adequado e sem nenhum melhoramento genético ou cuidados sanitários (MENDES, 1995, p. 61). O rebanho era transportado a pé em longas caminhadas até o mercado consumidor. A partir de 1772, quando o então negociante João Paulo Diniz estabeleceu-se em Parnaíba, no norte piauiense, abriu um novo caminho para a extração do gado ao criar as oficinas de charques. A partir de então, o gado passa a ser transportado em embarcações até o Porto das Barcas no rio Igarassu, um braço do Parnaíba no Delta onde se preparava o charque para ser exportado para outras capitânicas, assim como para a Europa. Emergia daí o projeto de navegabilidade do rio Parnaíba e da construção do porto, a qual nunca foi efetivada (REGO, 2010, p. 87). Esses fatores promoveram a decadência do mercado e da produção para outros mercados que investiram na modernização da produção como foi o caso do Rio Grande do Sul, que desenvolveu as charqueadas em Pelotas por volta de 1780 (NUNES, 2009, p. 166).

Entretanto, os primeiros núcleos urbanos piauienses tiveram sua origem agregada ou nas adjacências das fazendas, em muitas das quais surgiram como arraial militar e aldeamento indígena. Dessa forma, o espaço da fazenda vai constituir-se “embrião do povoamento, espaço único para a mão de obra, núcleo fundamental da sociedade nascente na qual se origina a família” (ALENCASTRE, 1981, p. 13). As fazendas se mantêm como unidades produtivas autônomas e autossuficientes sem estabelecer entre si nenhuma reciprocidade comercial, fato este que proporciona o fortalecimento das relações patriarcais que vão se manifestar e influenciar, com toda a intensidade, na administração do poder civil da Capitania do Piauí nas

primeiras décadas do século XIX, quando as relações políticas encontram seu fundamento nas afinidades estabelecidas pelos laços familiares.

Nesse contexto, foi estabelecida a Vila de Santo Antonio do Surubim a 8 de agosto de 1762 como uma das povoações mais prósperas do período colonial piauiense na qual se apresentava um traçado das ruas compatível com as determinações da metrópole, embora em princípio não tivesse câmara, cadeia, açougue, nem outro tipo de oficina pública (BRANDÃO, 1995, p. 70). Contudo, o Governador João Pereira Caldas autorizou a montagem do Pelourinho no largo da Igreja de Santo Antonio.

O projeto da metrópole era incompatível com o modelo colonial no qual os proprietários precisavam permanecer em suas propriedades para a administração direta dos seus bens, e, a partir daí, a dificuldade de muitos construírem suas casas nas áreas urbanas. Dessa forma, as vilas fundadas em 1762 permaneceram quase inalteradas por todo o período colonial. Mesmo a partir de 1822, a sua evolução foi muito lenta uma vez que a maioria dos moradores tinha residência fixa na zona rural, sendo sua presença na área urbana de forma temporária (ALENCASTRE, 1981, p. 66).

A vila de Santo Antonio do Surubim foi elevada à categoria de cidade em 1889 com o advento da Proclamação da República, com o nome de cidade de Campo Maior, em razão dos seus vastos campos limpos, mas também como uma especial homenagem à cidadela portuguesa Campo Maior, a qual foi uma fortaleza romana situada na fronteira com a Espanha, da qual ainda guarda ruínas (TOMÉ, 2009, p. 8).

O referido município no Piauí destaca-se nos aspectos físicos pelas planícies que dominam a bacia sedimentar do Meio Norte, suas baixadas são banhadas pelo rio Longá, possui também zonas de cuestas e chapadas com altitude de 150 a 300 metros a leste, donde se origina a Serra de Santo Antônio, além das elevações que dão acessos às cidades de Castelo do Piauí e Pedro II. No aspecto hidrográfico, destacam-se os três principais rios: o Longá, o Jenipapo e o Surubim, além de outros que contribuem para o acúmulo de grandes reservas d'água no subsolo (ARAÚJO, 2009, p. 8). A vegetação característica e predominante no município se constitui de uma espécie de cerrado em transição para a caatinga com uma vegetação rasteira, predominando poucas árvores, denominada de Campos limpos ou campinas, apropriadas para a produção de cera, a matéria prima extraída dos carnaubais nativos. Esses campos são também ambicionados por apresentarem características bastante apropriadas à prática da pecuária, umas das bases da economia campomaiorense, além de outras como o extrativismo, a agricultura e o comércio.

Figura 4 – Desembocadura dos rios Jenipapo e Surubim, no Longá.



Fonte: Acervo próprio, 2012. Autor: Lázaro.

Figura 5 – Paisagem e vista da Serra de Santo Antonio, a partir do encontro dos rios Surubim, Jenipapo e Longá.



Fonte: Acervo próprio, 2012. Autor: Lázaro.

O princípio do século XIX no Brasil foi marcado por mudanças profundas que alteraram a sua fisionomia colonial para uma condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, precipitado pela transferência da Corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro em 1808. A partir de então, o cenário político, social e jurídico brasileiro se altera repentinamente. A Corte precisava se adaptar e aprender a viver nos trópicos, enquanto a elite colonial começava a ensaiar os novos costumes norteados por etiquetas e cerimoniais, condições indispensáveis para o ingresso em uma sociedade de Corte (MALERBA, 2000, p. 124). Os primeiros anos do Reinado de D. João VI no Brasil foram de adaptação da nova urbe a uma fisionomia urbana e estética condizente com a realeza a tal ponto que “os anos de 1817 e 1818 foram os mais fastosos da permanência da corte no Brasil” (IDEM, p. 52). Esse período foi marcado pelos preparativos para a chegada de Dona Leopoldina, que viria ao Brasil para contrair núpcias com o príncipe D. Pedro I. A partir desse contexto do início século XIX, começa a se delinear no Brasil o embrião de uma elite burguesa aliada ao capital mercantil e influenciada pelos costumes das metrópoles europeias, especialmente no que diz respeito ao consumo de bens industrializados que se propagaram nos centros e na periferia da nascente burguesia brasileira, alterando os costumes e as relações sociais (ANDRADE LIMA, 2002). Nessa perspectiva, as pesquisas em Arqueologia Histórica realizada em sítios, fazendas e centros urbanos históricos coloniais têm revelado, especialmente através do estudo das louças, como essas mudanças foram se processando e alcançando as elites em vários pontos do Império Brasileiro, uma vez que a posse das louças inglesas finas, por exemplo, era sinal de status social que o tornava distinto dos demais (LIMA, 2002, 122).

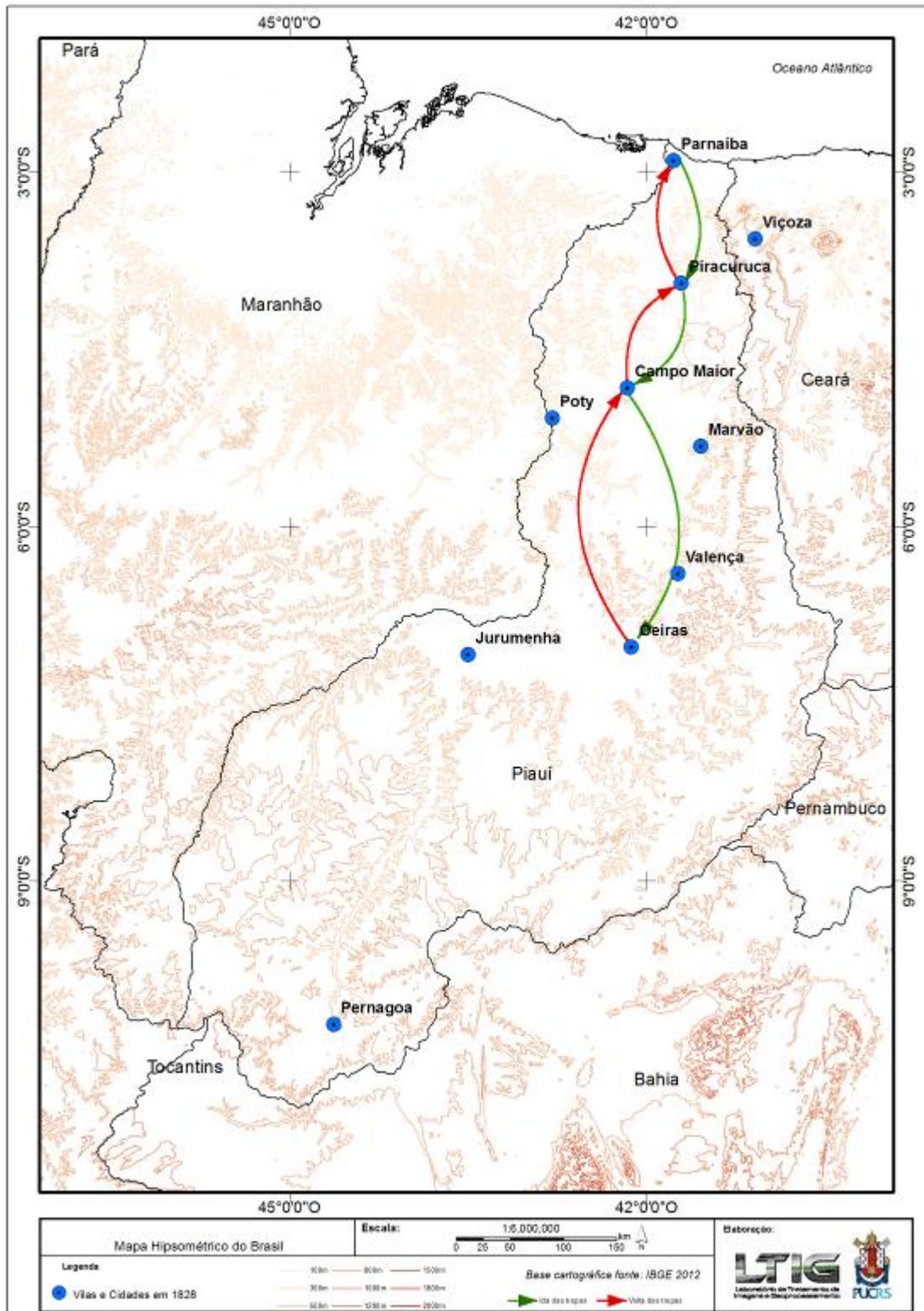
As mudanças no Império brasileiro foram sentidas a partir do movimento revolucionário do Porto, como já foi exposto no capítulo anterior. Essa crise atingiu, de forma particular e imediata, os setores da população brasileira que se deslumbrava com a presença do rei, os quais presumiam a emancipação e autonomia política (MALERBA, 2000, p. 225).

Os reflexos do retorno da Corte a Portugal, do movimento constitucional do Porto e da Proclamação da Independência do Brasil por D. Pedro I, como consequência na nova política portuguesa repercutiram no Piauí, acarretando consequências nefastas na Vila de Campo Maior quando tropas portuguesas deslocavam-se da Vila de Parnaíba para a capital Oeiras na tentativa de combater o movimento independente. Naquela ocasião, se chocou com as tropas independentes na passagem do rio Jenipapo e ali travaram batalha em campo aberto por cerca de cinco horas de luta com um saldo de centenas de mortos e feridos. Sobre o referido momento histórico, ressalta-se que, na grande maioria das províncias brasileiras, o anúncio da “Independência” se deu de forma conciliatória, pacífica e até festiva, sendo poucos os

manifestos e confrontos armados (MALERBA, 2000, p. 229). Considera-se que, na conjuntura das lutas que promoveram a separação entre portugueses e brasileiros, a Batalha do Jenipapo configura-se especificamente como um combate armado que resultou no maior número de mortos, considerando os que tombaram em luta, os feridos que morreram posteriormente, os mortos em perseguição e fuga e os que foram atacados nas fazendas e propriedades e ainda aqueles vítimas nos confrontos em outros locais como na Lagoa do Jacaré e na fazenda São Pedro, na estrada do Estanhado (Cidade de União no Piauí).

No mapa a seguir, pode-se visualizar os principais pontos de concentração das tropas independentes que se puseram em prontidão a observar o movimento do exército português comandado pelo major João José da Cunha Fidié no sentido do seu deslocamento até a capital Oeiras. Observa-se, também, na porção norte, o trajeto por onde as tropas portuguesas se movimentaram desde o fim de 1822, saindo de Oeiras em 13 de novembro daquele ano para combater o movimento separatista em Parnaíba (NEVES, 2006, p. 81). O caminho tracejado das tropas tinha passagem obrigatória por Campo Maior, onde Fidié pretendia instalar seu quartel, porém desistindo em razão do silenciamento de Parnaíba. O movimento das tropas portuguesas e pró-independência foram constantes na porção norte por todo o ano de 1823, mesmo depois da Batalha do Jenipapo até se finalizar o cerco ao Major Fidié em Caxias, no Maranhão.

Figura 6 – Mapa da Província do Piauí, vilas e limites com as províncias vizinhas



Fonte: LTIG, PUCRS, 2014.

A partir dessa perspectiva de análise nesse capítulo se consideraram também os espaços significativos e que guardam reminiscências da Batalha do Jenipapo e da frente de colonização portuguesa no município de Campo Maior.

3.3 ESPAÇOS ARQUEOLÓGICOS DA BATALHA DO JENIPAPO

A Arqueologia Espacial situa-se no contexto das informações geográficas, topográficas, cartográficas, bibliográficas, iconográficas, obviamente que dentro do contexto das revisões necessárias dos conceitos propostos pela Arqueologia Histórica, que presume os registros, plantas, croquis, fotografias, gravações em vídeo e demais anotações necessárias a uma posterior prospecção e escavação ou mesmo uma arqueologia sem escavação caracterizada como mapeamento dos espaços geográficos (BARCELOS, 2000, p. 35-9). Nessa perspectiva de uma Arqueologia Social e Contextual (HODDER, 1994, p. 133), consideram-se os contextos ambientais e as afinidades das sociedades contemporâneas, os seus significados naturais e simbólicos dentre os quais se situa o espaço do patrimônio histórico inserido no contexto cultural que, em certos casos, ultrapassa o seu lado visível (BARCELOS, 2000, p. 49-53).

O conceito de espaço ao qual se faz referência está de acordo com o pensamento proposto por Milton Santos, para quem “o espaço é um conjunto de forças representativas das relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções” (SAQUET, 2008, p. 7). Compreendido dessa forma, o espaço é resultante da práxis de uma coletividade, sendo ela mesma responsável pela reprodução dessas relações sociais. E assim os espaços estão relacionados com a organização histórica da vida social, estabelecidos, reproduzidos ou rejeitados pela própria sociedade como fatos sociais.

Os respectivos espaços aqui referenciados foram construídos historicamente por sujeitos sociais em momentos específicos decorrentes de uma circunstância peculiar. Entretanto, o modo como os piauienses dos séculos XIX se organizou deixou reflexos profundos de rupturas e permanências da sua organização social que ainda permanecem no imaginário coletivo. Os espaços nomeados como espaços da Batalha do Jenipapo e espaços da colonização foram marcados com pontos de GPS e fotografias, a partir dos quais se procedeu à confecção dos mapas das referidas localidades. Nesse processo de delimitação do que seja espaço da batalha e espaço da colonização, se pode perceber que alguns desses lugares estão referenciados nas duas categorias, pois o mesmo espaço é representativo dos dois momentos históricos como é o caso da Igreja Matriz de Santo Antônio, a Praça Bona Primo e a Fazenda Tombador.

Figura 7 – Igreja de Santo Antonio e atual Praça Bona Primo.



Fonte: Acervo próprio, 2013.

Além desses espaços comuns, o Cemitério do Batalhão constitui-se como aquele de maior visibilidade. Esse lugar há décadas viu florescer constante peregrinação religiosa, seguida de devoção popular. Ali circulam inúmeros visitantes, turistas e devotos que depositam ex-votos, acendem velas, rezam terços num ritual católico da religiosidade popular como pagamento de promessas pelas graças alcançadas em nome das almas dos soldados mortos. Na década de 1970, um grande número de visitantes era constituído de jovens estudantes e vestibulandos, em virtude da existência de um núcleo estudantil de grande expressão, a Associação dos Universitários de Campo Maior (AUCAM), e até de devotos, com grande expressão da juventude católica em todo o Brasil (CARVALHO, 2006, p. 61). Esse grupo, em sintonia com “professores e a população se juntam às autoridades civis, eclesiásticas, intelectuais e militares do Estado e de outras partes do Brasil para reverenciarem os ilustres brasileiros mortos em combate” (LIMA, 1995, p. 78) e passaram a realizar solenidades comemorativas no dia 13 de março, além de outras atividades socioculturais, esportivas e de lazer. Entretanto, com as mudanças sociais e religiosas em um mundo secularizado, o público devoto foi se diversificando, porém ainda se ouve o relato de

estudantes, universitários e pesquisadores, além dos populares em geral que são a grande maioria a elevar suas preces aos soldados mortos. O referido cemitério faz lembrar que naquele fim de tarde do dia 13 de março, com tantos mortos sobre o campo e naquelas circunstâncias, não havia tempo suficiente, nem condições para prestar-lhes honrarias fúnebres, nem transportá-los. A solução foi o sepultamento em valas comuns: “Fidié reuniu os cadáveres em cinco sepulturas e não os enumerou na parte da ação” (NEVES, 2006, p. 148). Nos registros históricos, constam apenas informações do enterramento dos soldados do Fidié. Mesmo assim, até o momento não existem indícios evidentes, além dos relatos da população, sobre o possível lugar no qual foram feitos esses enterramentos, ou seja, no próprio terreno que compreende o cemitério simbólico. No referido cemitério, existem dois espaços distintos. Em um primeiro espaço e certamente o mais antigo, já existentes ali na época da batalha, existem túmulos com alguns jazigos simples, em cimento, pouco conservados em meio a alguns ipês. O outro, do lado direito da entrada principal que dá acesso ao obelisco, se podem visualizar algumas cruzes encravadas sobre montículos de pedras, em homenagem àqueles que morreram na batalha.

Porém, somente a realização de sondagens arqueológicas poderia apontar a localização precisa desses enterramentos em valas coletivas. Entretanto, ainda não existe um projeto que tenha realizado exaustivamente todas as investigações históricas e espaciais possíveis com argumentos fundamentados e financiamentos que contemplem tal empreendimento. A presente pesquisa se propôs a oferecer uma contribuição no sentido de ampliar o conhecimento sobre o referido acontecimento histórico, apontando outros lugares que precisam também ser analisados no contexto da Batalha do Jenipapo. Dessa forma, considerou-se que, no contexto dos espaços da batalha, esse cemitério, tombado pelo IPHAN em 1938 (BENS MÓVEIS, 2009, p. 73), compõe o cenário privilegiado dos diferentes lugares históricos das batalhas pela “Independência do Brasil”, assim como se constitui o principal vestígio da cultura material da Batalha do Jenipapo.

O acesso a esse local foi sinalizado por diferentes gestões políticas em períodos diferenciados. No centenário, em 1923, o Prefeito de Campo Maior, Luis Rodrigues de Miranda, o Major Lula (SILVA, 2012, p. 7), em consonância com o Conselho Municipal, determinaram a construção do primeiro marco, um pequeno obelisco, cuja frente indicava para o local por onde tinham chegado as tropas portuguesas e onde teria ocorrido a batalha. Na década de 1970, um grupo de campo-maiorenses, dentre eles estudantes, intelectuais, jornalistas, já reivindicava do governo uma política de revalorização do espaço da batalha (LIMA, 1995, p. 82). Essas reivindicações foram absorvidas pelo então governador Alberto

Silva (1971-1975), no momento em que o Brasil se caracterizava politicamente como um momento de maior fechamento político. Entretanto, com as comemorações do sesquicentenário da Independência, em 1972, os militares investem na construção ideológica de uma “memória histórica sobre a Independência” (MENDES, 2010, p. 68), aproveitando o ensejo para se promoverem politicamente, no que levantaram fundos nos municípios piauienses, contrariando seus adversários políticos, e mandaram construir o Monumento na frente do Cemitério do Batalhão, ofuscando a visão do mesmo. O Monumento tornou-se mais visível do que o próprio Cemitério do Batalhão, tombado como Patrimônio Cultural. Trata-se de uma construção em cimento armado. O acesso ao local é feito pela BR 343, que dá entrada ao litoral piauiense, sendo que nas proximidades já se visualiza um pórtico sobre a referida estrada no formato de duas armas cruzadas em tom avermelhado, simbolizando o sangue derramado. Esses detalhes podem ser observados nas imagens seguintes.

Figura 8 – Pórtico sobre a BR 343 visto de frente do Monumento



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 9 – Detalhe do Pórtico.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 10 – Entrada do Cemitério, Monumento e Museu do Jenipapo.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 11 – Monumento visto da BR 343.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Esse pórtico ali instalado sinaliza aos viajantes a entrada ao Cemitério, ao Campo de Batalha, ao Monumento e Museu do Jenipapo. O mesmo foi construído em 2006 pelo então governador Wellington Dias. Entretanto, além desses projetos políticos de construções indevidas em áreas tombadas, como é o caso do Cemitério, nenhuma outra política tem sido desenvolvida no sentido da preservação, da oferta de uma infraestrutura adequada ao turismo cultural, de pessoal devidamente preparado, gerando insatisfação de turistas e dos moradores de Campo Maior com aquele local (SILVA, 2012, p. 21). No ano de 2012, por ocasião das comemorações do dia 13 de março, foram feitas a colocação de postes de ferro na própria área de acesso ao interior do cemitério com o objetivo de embelezar o local para receber as honrarias fúnebres promovidas pelas autoridades políticas.

Além desses dois espaços acima citados e conhecidos pela população, partiu-se na identificação de outros locais indicados na bibliografia e que teriam alguma relação com a passagem das tropas. Dessa forma se chegou ao Capão do Fidié, local de mata fechada nas mediações da Fazenda Angelim na qual a tropa montou acampamento nas proximidades da Vila Campo Maior (CHAVES, 2007, p. 88). Ao partirem dali na madrugada do dia 13 de março, o major Fidié marcou aquele lugar com uma placa em um tronco de madeira como um possível local de encontro das tropas se acaso houvesse dispersão e fuga da mesma, pois em Campo Maior havia reunião de tropas para impedir a sua passagem para Oeiras. A referida fazenda foi ocupada posteriormente à batalha pelas tropas do Capitão cearense João da Costa Alecrim. O Capão do Fidié está situado hoje na Fazenda Canto do Silva.

Figura 12 – Capão do Fidié – Proximidades do acampamento das tropas antes da batalha, na Fazenda Canto do Silva.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Figura 13 – Ruínas da Fazenda Angelim - acampamento do Fidié antes da Batalha do Jenipapo.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Na ocasião da batalha, houve fugas e dispersão das tropas, especialmente de soldados feridos que se embrenharam na mata. Alguns chegaram a ser socorridos e outros não foram encontrados com vida. Uma dessas histórias sobrevive de forma curiosa. Ela fala de um negro que havia sido ferido na batalha e saiu em fuga pela mata, quando foi visto por pessoas que passavam por aquele local a quem pediu ajuda. Disse, na ocasião, que, se viesse a morrer, que fosse enterrado ali mesmo e que dissessem a todos que havia sido ferido na batalha. Essas pessoas prometeram voltar em socorro da vítima, entretanto, quando retornaram, aquele homem já estava morto. Naquele local, em meio à mata, foi enterrado às margens do caminho (MIRANDA, 2012, p. 9). E, a partir daí, esse túmulo passou a ser visitado pelas pessoas que passaram a fazer promessas e assim aquela história foi se propagando. Com o passar do tempo, esse local se transformou em um cemitério, identificado como Cemitério do Boqueirão que recebia vários enterramentos e muitos devotos daquelas almas.

Figura 14 – Cemitério do Boqueirão



Fonte: Acervo próprio, 2012.

O local passou a ser visitado e com o tempo ganhou alguns moradores. Na primeira metade do século XX, já havia se transformado em um povoado, no qual foi erguida uma capela. Esse povoado foi desmembrado do município de Campo Maior em 5 de outubro de 1989 e emancipado com o nome de Boqueirão do Piauí. E a devoção permanece na atualidade.

No fim da batalha daquele dia 13, o major foi se estabelecer na Fazenda Tombador, a três quilômetros do centro da vila Campo Maior. Em pleno funcionamento na época, foi o lugar escolhido pelo Major Fidié para o descanso com a sua tropa depois da Batalha. Aquele deveria ser um lugar já conhecido do Major português. Na sua primeira passagem por aquela Vila em dezembro de 1822, quando seguia para a Vila da Parnaíba, havia permanecido em Campo Maior por 13 dias. Entretanto, não há registros se a sua tropa havia acampado nessa propriedade, porém isso é provável que tenha ocorrido. A antiga casa da Fazenda permaneceu erguida até a década de 1980 e, logo depois da venda, o novo proprietário a demoliu e, no antigo lugar, foi construído um prédio, atualmente sede da Eletrobrás, e uma pequena parte do terreno em chão batido servindo de garagem e depósito dos equipamentos elétricos. Seu endereço atual localiza-se à Avenida José Paulino 1170, no bairro Matadouro, na periferia da cidade. Essa fazenda seria um lugar interessante para a realização de uma sondagem arqueológica no sentido de poder recuperar restos do piso que se encontra bastante danificado em razão do movimento de automóveis.

Outro espaço que guarda significativas memórias da colonização e da batalha é a Praça Bona Primo. Foi a partir do seu largo que surgiu o embrião da freguesia, que se tornou vila e depois cidade de Campo Maior. Ali os primeiros moradores se reuniram para erguer a primeira construção, a capela de Santo Antonio do Surubim. Em 1762, foi erguido o Pelourinho o qual durante anos foi utilizado como lugar de suplício dos escravos negros e índios, porém ainda precisa ser investigado sobre a sua utilização. O mesmo teria sido destruído por um raio durante um temporal. Após essa fatalidade, o referido Pelourinho foi interpretado pela população como algo não desejável.

Figura 15 – Local do Pelourinho instalado no Largo da Igreja de Santo Antonio a partir de 1762.



Fonte: Acervo próprio, 2013.

No largo da capela, os fazendeiros mais abastados construíram seus casarões coloniais, alguns dos quais ainda permanecem preservados. A praça central ainda é um lugar privilegiado pelos importantes eventos políticos, religiosos e militares que continuam a

ocorrer. Nos dias que antecederam a Batalha do Jenipapo, o pátio da Igreja de Santo Antônio caracterizou-se por um lugar de reuniões políticas, militares e campo de treinamento para o combate ocorrido em 13 de março de 1823, na travessia do rio Jenipapo. A referida praça recebeu cerca de seis denominações diferentes ao longo dos seus 300 anos de existência por motivações e conveniência dos próprios dirigentes locais, porém o largo da praça constitui-se como um espaço da memória e da história da cidade (ALVES FILHO, 2011, p. 36).

Quando o major Fidié partiu de Campo Maior, dirigiu-se ao Estanhado, passando pela Fazenda Esperança de propriedade do fazendeiro Francisco Gil Castelo Branco (atual José de Freitas) onde colocou espiões no morro (ainda hoje conhecido pela população como Morro do Fidié) para detectar o movimento das tropas independentes que não tardaram a chegar. Fidié se retirou rumo ao Estanhado e, no final de março, atravessou o rio Parnaíba para o lado do Maranhão. Entretanto, como estava sem gado, base da alimentação, procurou se abastecer nas fazendas do Piauí. Todavia, em uma dessas expedições por gado, seus soldados foram surpreendidos pela tropa do Tenente Simplício, que já os aguardava na Fazenda São Pedro onde se deu o confronto. Nesse embate, o major português perdeu 19 homens, 12 mortos, 3 feridos e 4 prisioneiros (NEVES, 2006, p. 184).

Depois dessas ocorrências, o major Fidié resolveu aceitar o convite dos maranhenses para montar o seu quartel em Caxias. E assim o fez instalando seu quartel no Morro das Tabocas (atual morro do Alecrim, por ter sido ocupado posteriormente pelo Capitão cearense João da Costa Alecrim) de onde resistiu e promoveu ataques até o mês de agosto, quando, já se encontrando cercado por tropas piauienses, cearenses e pernambucanas, foi preso e levado para Oeiras, de onde partiu preso para a Bahia, Rio de Janeiro e Lisboa. Atualmente no Morro do Alecrim, em Caxias, está instalado o Memorial da Balaiada (1838-1841), pois no local existem ruínas da construção de antigo quartel que não foi concluído. Pela sua localização geográfica, representava um local estratégico de defesa. Nesse lugar, a memória da balaiada substituiu a do movimento pela independência.

Figura 16 – Morro das Tabocas³⁶, ou Morro do Alecrim, em Caxias, no Maranhão.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

No referido Morro das Tabocas, hoje Morro do Alecrim, foi realizada uma escavação pontual na qual foram encontradas munições. Tendo aquele lugar transformado em quartel-general por dois movimentos, o da Independência e da Balaiada, em um espaço de tempo inferior a vinte anos, provavelmente os artefatos bélicos ali encontrados sejam remanescentes dos dois períodos. Todavia, este aspecto requer uma análise mais apurada.

Anteriormente à batalha, o Major João José da Cunha Fidié, quando se dirigia à Parnaíba para conter o movimento em favor da independência naquela vila, antes de ocupar esse lugar, acampou em uma fazenda que existia na Lagoa do Bebedouro. Em conversa com alguns moradores do entorno dessa lagoa, soube que ali existiu no passado a fazenda dos padres. Esse é um aspecto que merece ser investigado, entretanto, nessa ocasião, o objetivo era apenas evidenciar esse local. Enquanto o major português permaneceu em Parnaíba, outro comando armado instalado em Carnaubeiras fechou a principal via de entrada de possíveis tropas independentes. O Porto dos Jacarandás, em Carnaubeiras, principal porta de entrada para o Delta do Parnaíba, estava sob a liderança do Capitão Felipe José das Neves (NEVES, 2006, p. 132), rico fazendeiro e comerciante, fundador de Carnaubeiras. Posteriormente, esse porto foi tomado por grupos independentes armados em junho de 1823 quando o major português já estava sob o cerco dos independentes em Caxias. Outros portos também foram sendo ocupados pelas tropas independentes, como a entrada de Pastos Bons, Manga e Poti.

No retorno de Parnaíba, houve em Piracuruca, nas proximidades da Lagoa do Jacaré, um confronto rápido entre as tropas portuguesas e os cearenses que vigiavam a localidade. Um soldado português foi preso e morto no local. Nas proximidades da Lagoa do Jacaré, existe um lugarejo chamado Cruz, que surgiu a partir de uma sepultura antiga na qual se preservou uma cruz e a sua relação com aquele fato ali ocorrido. Esses dois locais da Lagoa

³⁶ Morro das Tabocas na cidade de Caxias no Maranhão foi o local onde o Major Fidié montou seu quartel de resistência às tropas independentes depois da Batalha do Jenipapo e onde foi preso pelas tropas independentes. O mesmo local está instalado o Memorial da Balaiada.

do Jacaré encontram-se separados ao meio pela linha férrea, de forma que, no passado, formavam uma única lagoa.

Figura 17 – Lagoa do Jacaré³⁷, do lado esquerdo da linha ferroviária, na direção norte.



Fonte: Acervo próprio, 2013.

Figura 18 – Lagoa do Jacaré, do lado direito da linha ferroviária, na direção norte.

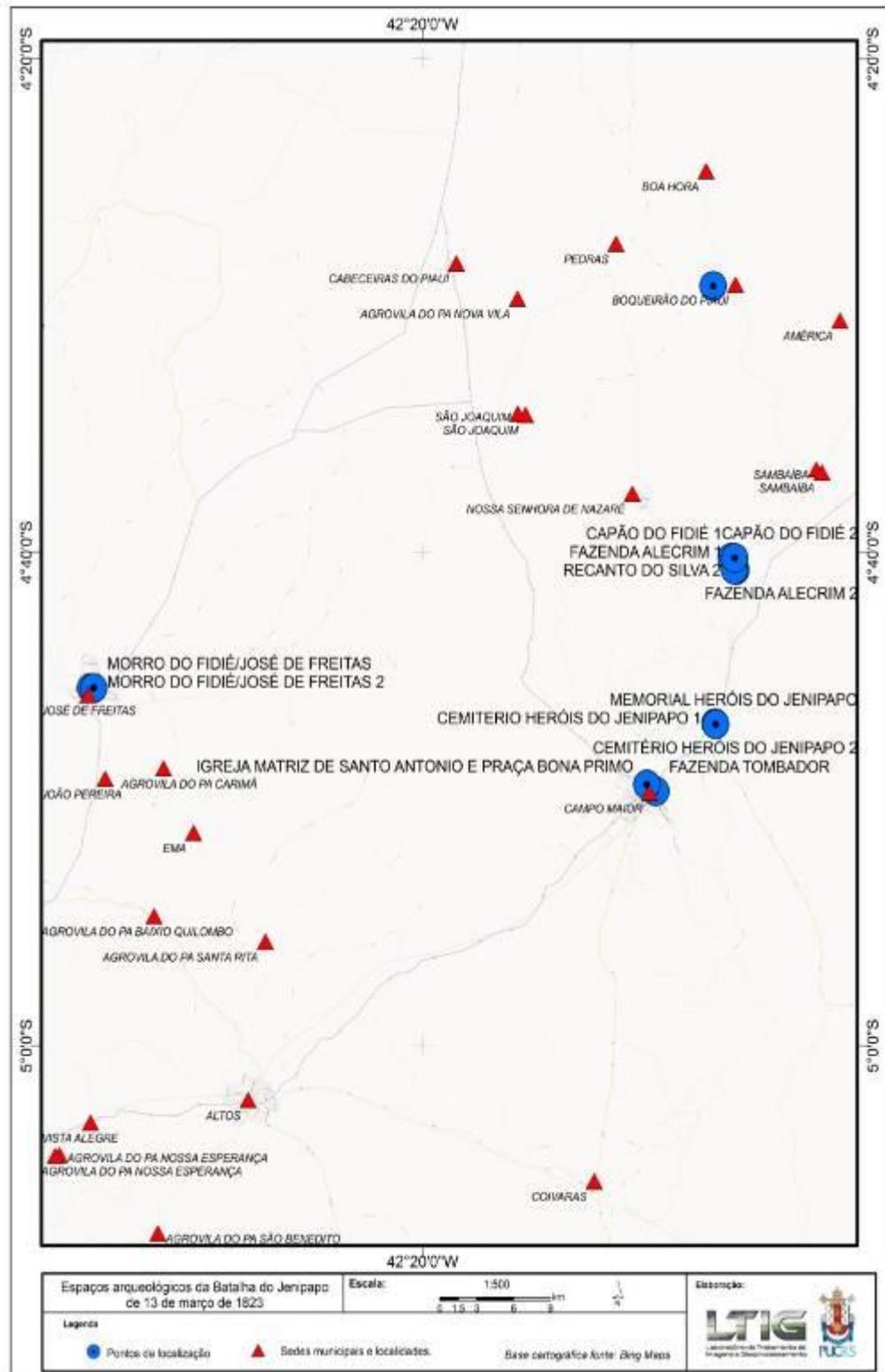


Fonte: Acervo próprio, 2013.

Nesses lugares, denominados de espaços arqueológicos da Batalha do Jenipapo, foram feitos registros fotográficos e assinalados com pontos de GPS, e todos estão à espera de um pesquisador e merecem individualmente uma investigação histórica e arqueológica específica.

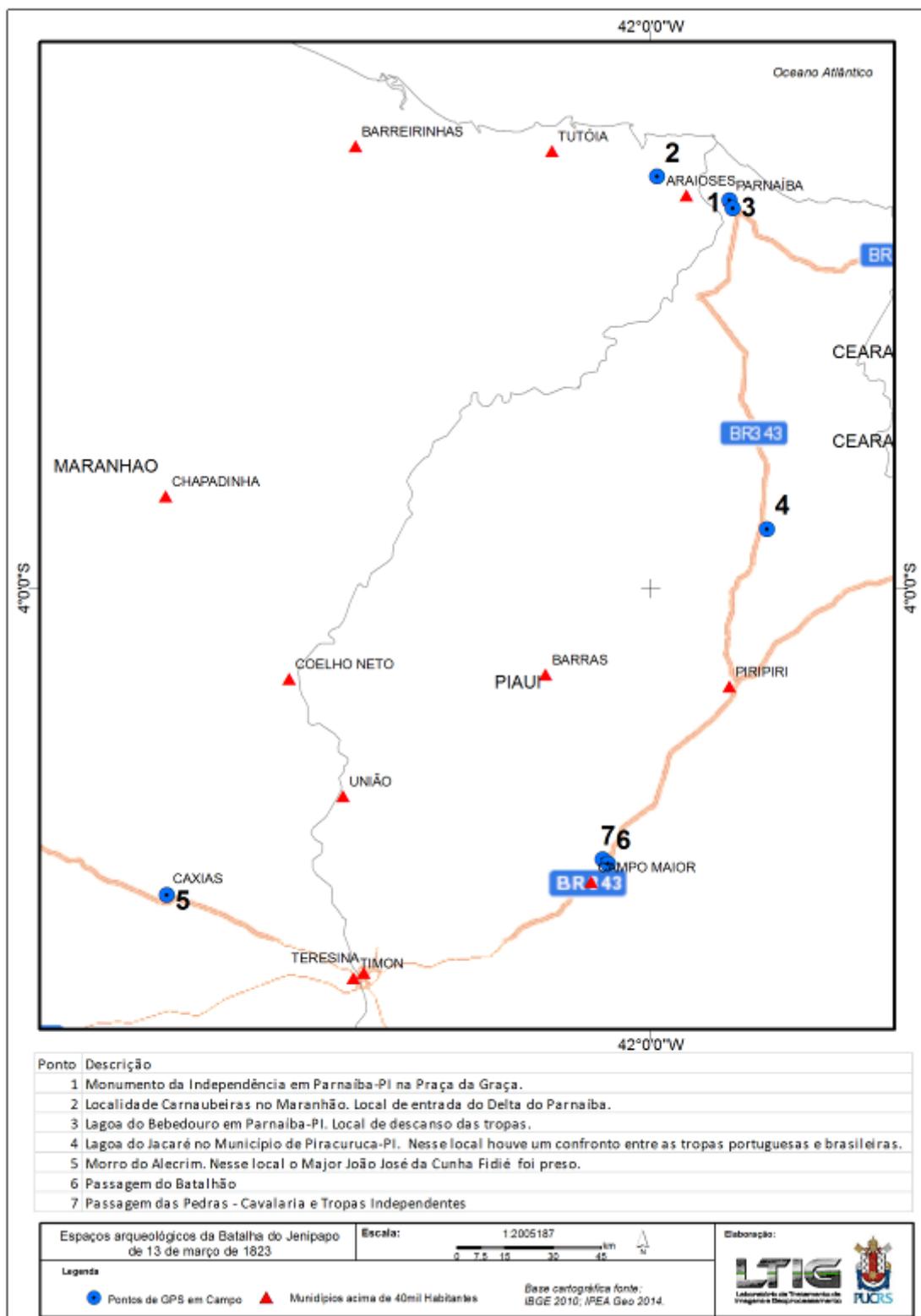
³⁷ Na Lagoa do Jacaré, ocorreu um confronto entre as tropas portuguesas com um grupo de cearenses armados. Entre esses dois reservatórios de água passa a linha férrea.

Figura 19 – Mapa “A” sinalizando os pontos denominados de espaços arqueológicos da Batalha do Jenipapo.



Fonte: LTIG, PUCRS (2014).

Figura 20 – Mapa “B”, sinalizando os pontos denominados de espaços arqueológicos da Batalha do Jenipapo.



Fonte: LTIG, PUCRS, 2014.

Os resultados aqui expostos evidenciam que as pesquisas arqueológicas sobre a Batalha do Jenipapo necessitam de mais aprofundamento que possibilite novos olhares e

novas abordagens que possam ampliar ao máximo a compreensão sobre esse acontecimento histórico. Umhas centenas de vítimas fatais ficaram no anonimato, assim como aqueles que compartilharam as dores pela ausência de filhos, esposos e parentes em geral que a guerra levou. Esses silêncios são aspectos pouco mencionados em pesquisa. Em alguns casos, a referência ao homem comum é feita de forma negativa, como o fez Abdias Neves ao retratar o vaqueiro como um homem triste, cuja tristeza ele teria absorvido da tristeza do boi, com o qual convivia cotidianamente. Em tal relato, o autor apontava que o “seu olhar condensa sombras de infinitas amarguras e de supremas fadigas” (NEVES, 2006, p. 266). Essa imagem do vaqueiro tornou-se representativa no imaginário da sociedade nascente influenciada pela literatura da segunda metade do século XIX e início do XX, especialmente quando o episódio Independência se tornou bastante aceito e, nesse contexto, a narrativa da Batalha do Jenipapo torna-se o marco histórico que integrou o Piauí à unidade nacional (SOUSA, 2010, p. 260-3).

As narrativas sobre a batalha evidenciam o período anterior ao acontecimento e o como ocorreu a batalha, porém pouco se menciona o depois daquele episódio. Pouco se tem abordado o como as pessoas que perderam seus entes queridos vivenciaram aquele momento, no qual a dolorosa perda talvez nunca tenha sido superada, pois quão profunda pode ter sido a sua abrangência psicológica. A maioria dos que morreram, assim como dos que sofreram com a trágica situação, vão permanecer no completo anonimato, pois não foram feitos registros nem relatos dos parentes, nem dos sobreviventes. Porém, Brandão (2006, p. 188) chega a dizer: “Vieira da Silva é o artífice pioneiro desse trabalho admirável. Compulsa os arquivos. Ouve sobrevivente. Vai às fontes autênticas”. Contudo, o referido livro não foi encontrado durante essa pesquisa, mas uma grande contribuição será o estudo aprofundado desse material quando o mesmo for encontrado.

Na prática da história oral, procurou-se investigar sobre um possível silêncio que se supunha ter existido durante anos em torno do episódio da Batalha do Jenipapo, fato este que causa certo estranhamento. Teria havido alguma ação reivindicatória por parte dos que perderam seus familiares? Será possível que todos aceitaram tão resignados tal fatalidade? Por que essas histórias sobre a batalha não se transmitiram aos outros membros das famílias? Teria havido, em algum momento, uma coibição para não se falar sobre esse fato? E por que isso seria necessário? Sobre essas considerações, encontrou-se um contraponto numa entrevista (MIRANDA, 2012, p. 3) realizada com um morador que também foi presidente do Monumento e declarou se interessar pela pesquisa sobre a batalha. Entretanto, essas questões abordadas por ele não haviam lhe ocorrido como algo relevante. O referido entrevistado afirma que algumas famílias que tiveram parentes mortos na guerra receberam uma

indenização reparatória estendida até a quinta geração. Ele pessoalmente diz ter conhecido uma mulher, Maria José Caldas³⁸, da família Caldas, da qual teriam morrido nove irmãos lutando na batalha. Ela era uma descendente e lhe descreveu o fato de seu bisavô Raimundo Caldas ter lutado na Batalha do Jenipapo e que seria ela a última a receber essa indenização. Outra família de descendentes era a do senhor Cosme Borges³⁹, que trabalhava como vaqueiro na Fazenda Alecrim⁴⁰ que foi ocupada pelas tropas do Fidié. Ele havia falecido aos 103 anos de idade, na década de 1990. A senhora Maria José Caldas possuía uma espécie de carnê, com o qual recebia essa pensão vitalícia. Para isso, fazia uma viagem por mês, do interior onde morava para a cidade de Campo Maior, para receber esse dinheiro e comprar seus mantimentos. Ele também conta que, naquela época, ele tinha um comércio e essa senhora, por temer a perda dos documentos, incumbiu-o da responsabilidade de guardá-los, uma vez que era ali que efetuava suas compras. Assim, ele guardou esse carnê durante anos. Quando ela morreu, ele procurou a família para devolvê-lo, fato que lhe causou profundo arrependimento, pois acredita que a família o tenha descartado, enquanto ele poderia tê-lo guardado. Sobre essa família, ele afirmou não saber o lugar no qual os descendentes residem atualmente. Entretanto, não foi possível encontrar nenhum parente dessa família para elucidar os fatos.

Outro fato diz respeito a outra mulher, Cândida Figueiredo Cunha, bisneta de Ivo Cunha, que residia no município de José de Freitas o qual teria morrido lutando na Batalha do Jenipapo. Ela teria ficado rica ao receber benefício pela morte do seu bisavô. Não foi possível investigar sobre os descendentes de Ivo Cunha em razão do tempo, entretanto o professor de biologia José da Cruz Oliveira (conhecido como Zito Cruz) fez vários relatos sobre a referida família, inclusive sobre Cândida Figueiredo Cunha, que teria morrido sem deixar descendente. Entretanto, ela teria doado uma parte de seus bens para a Igreja Católica e a outra para uma pessoa que não pertencia à sua família.

Nesta pesquisa, os relatos orais foram sendo introduzidos numa perspectiva metodológica que pretendia auxiliar a pesquisadora no levantamento de novas fontes documentais, entretanto, com essa metodologia, produziram-se fontes e abriram-se

³⁸ A senhora Maria José Caldas teria falecido em 1992 aos 103 anos e não foi possível localizar nenhum parente.

³⁹ O Sr. Cosme Borges, negro e também vaqueiro da Fazenda Angelim na qual o Major Fidié acampou com sua tropa às vésperas da batalha. Ele teria morrido com mais de 100 anos e ainda lúcido. O Sr. Cosme Borges teria concedido uma entrevista ao professor José Omar, contando as histórias que ouviu do seu bisavô, infelizmente o referido professor contou que essas fitas foram extraviadas.

⁴⁰ Ele refere-se à Fazenda Alecrim, a qual não existe mais. A antiga propriedade hoje abriga três fazendas, pois foi dividida entre os membros descendentes. Trata-se da Fazenda Lembrança, do Dr. Augusto da Paz, conhecido como Dr. Brigadeiro; Fazenda Canto do Silva, de Geraldo Magela; e Fazenda Nascente, de Raimundo Nonato.

perspectivas de análises bem mais abrangentes. As entrevistas realizadas sinalizaram probabilidades especialmente relacionadas a uma abordagem espacial da área de abrangência da Batalha do Jenipapo, assim como ampliamos para espaços que se constituem como marcos da colonização em Campo Maior.

As pesquisas em Arqueologia Espacial vêm sofrendo revisões necessárias na construção dos seus conceitos e da sua abordagem de forma mais ampla valorizando “trabalhos de prospecção e de pesquisas com as fontes documentais escritas e iconográficas entre outras” (BARCELOS, 2000, p. 35). O autor parte do princípio genérico de que toda arqueologia é espacial, visto que os artefatos não possuem a mesma relevância quando estão fora do seu contexto.

O registro arqueológico possui um sentido mais amplo quando analisado a partir de seu contexto espacial. Artefatos, obras de arte, estruturas arquitetônicas, restos ósseos (humanos ou não), amostra de flora, elementos de arte rupestre, enfim, todos os registros da cultura material produzidas pelas sociedades do passado, bem como de elementos do ambiente, têm seu caráter informativo diminuído, quando dissociados de seus contextos espaciais. A localização precisa do registro, e suas relações com os elementos que o cercam, levam ao rigor necessário na elaboração de plantas, croquis, fotografias, gravações em vídeo, anotações, entre outros métodos que, presentes, sobretudo nas etapas de prospecção e escavação arqueológica, permitem a reconstituição posterior do contexto espacial do objeto pesquisado. Essas informações que se referem à localização espacial dos registros ampliam-se com a busca de dados que permitem a delimitação temporal dos mesmos, mormente no caso da arqueologia histórica, onde há a ocorrência de uma base documental escrita. Nesse sentido, a preocupação com a relação entre o registro arqueológico e o espaço no qual está inserido é inerente à atividade arqueológica (BARCELOS, 2000, p. 35-6).

Essa concepção e ampliação do campo da Arqueologia Espacial possibilitou uma compreensão do trabalho de campo e expandiu as possibilidades sobre a prospecção. Dessa forma, “os trabalhos de campo deixam de ser apenas aqueles da escavação propriamente dita e passam a ser utilizados como prática de levantamentos cartográficos, topográficos, fotográficos, de coletas de superfície, de identificação de relevos, fontes de recursos etc” (BARCELOS, 2000, p. 39).

3.4. ESPAÇOS ARQUEOLÓGICOS DE REMINISCÊNCIAS DA COLONIZAÇÃO

O enfoque para a abordagem sobre os espaços de reminiscências da colonização surgiu a partir da maturação teórica de uma perspectiva arqueológica, de forma que se foi percebendo que, em uma abordagem desse gênero, seria imprescindível considerar o contexto

da cidade a partir dos seus primórdios. A partir dessa concepção, há de se considerar a cidade como esse “microcosmo” inserida no processo pelo qual surgiram as aglomerações urbanas empreendidas pela frente de colonização portuguesa. Desse modo, para tal investigação se torna imprescindível compreender os processos ocorridos numa abordagem da longa duração (KERN, 2009, p. 20). O espaço urbano se encontra repleto de possibilidades de investigação em razão das inúmeras fontes produzidas ao longo da sua existência. Esses núcleos se constituem nos espaços por excelência a partir dos quais se pode elaborar uma reconstituição dos processos históricos, considerando que,

As fontes escritas, materiais e iconográficas são quase inesgotáveis: arquivos eclesiásticos, arquivos municipais, antigos planos urbanos, iconografias de época, velhas fotografias, textos narrativos literários, ruínas de edificações e vestígios da antiga estrutura viária. Como as cidades são verdadeiros arquivos de cultura material, produzidas ao longo dos séculos e milênios, não podemos ignorar também a contribuição fundamental dos vestígios obtidos nas escavações arqueológicas: sedimentos de estratigrafias antigas, vestígios de objetos artesanais, remanescentes arquitetônicos enterrados (KERN, 2009, p. 435).

Como se pode perceber, as pesquisas sobre a cidade oferecem ao historiador e arqueólogo infindas possibilidades de abordagens e atualmente a arqueologia urbana se constitui em um dos mais promissores campos da arqueologia. Por esse viés teórico, se tentou compreender o longo processo a partir do qual se originou a cidade de Campo Maior, como já foi abordado anteriormente.

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que esta porção norte do território piauiense estava povoada por dezenas de tribos indígenas da etnia dos Tremembés, das quais se tem maior referência sobre as tribos dos Alongás, dos Potis, dos Jenipapos, dos Caratiús, ou Crateús, e dos Aranhis (BATISTA, 2009, p. 135-56), possivelmente por serem tribos guerreiras que não se submeteram facilmente ao colonizador português, se impuseram em seus territórios, organizaram ataques aos colonizadores, matando seus animais e destruindo as plantações, sendo por isso odiadas pelos portugueses e, na quase totalidade, dizimadas nas guerras da conquista. Alguns sobreviventes fugiram e outros foram presos e subjugados. Entretanto, os vestígios dessas populações podem ser evidenciados pela absorção dos traços culturais indígenas pelos colonizadores, como o uso do milho, da rede, do fumo, da palha, da mandioca, do beiju (tapioca) e tantos outros fatores como a riqueza hidrográfica significativa marcada pela presença indígena que se conservam nos nomes dos rios, cuja origem vem da língua nativa, a exemplo dos rios Jenipapo, Surubim, Longá, Marataoan e Poti (BATISTA,

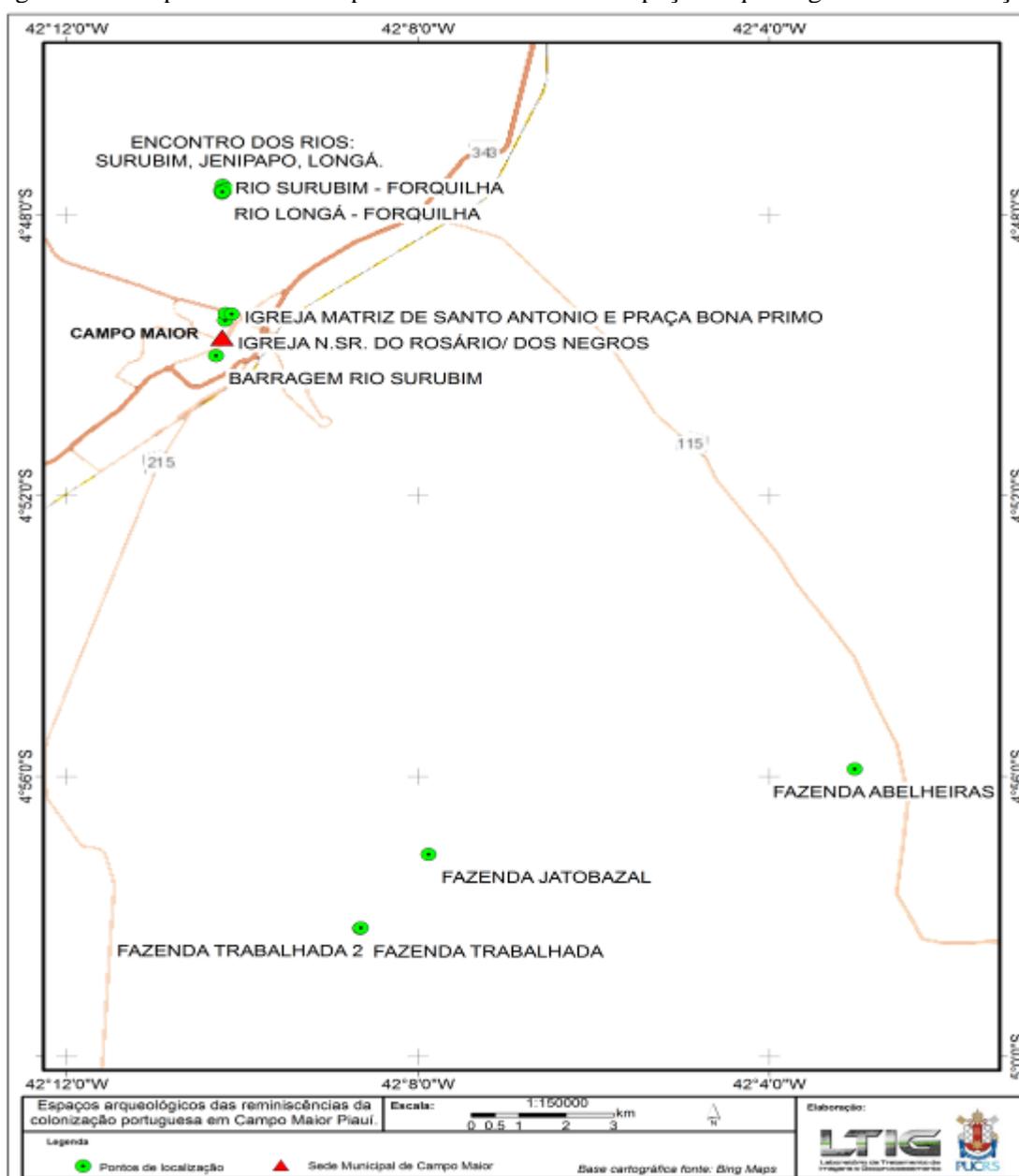
2009, p. 15). Todavia esses são apenas exemplos elementares, entretanto habilitar o olhar é um exercício a partir do qual se faz com que se veja para além das evidências. Das populações indígenas não foram tomadas apenas suas terras; foi roubada a sua própria identidade quando foi instituída pelo “Diretório Indígena” a mudança do nome indígena e se adotaram com o batismo novos nomes e sobrenomes portugueses. A extinção dos aldeamentos a partir de 1870 levou as famílias indígenas a engrossarem a mão de obra em localidades vizinhas às aldeias, ou como agregados sem terra nas fazendas ou em trabalhos sazonais (SILVA, 2003, p. 3). Com essa prática, tamanha foi a aversão ao indígena que na história piauiense foi interpretada durante anos tendo o índio como extinto no Piauí. Entretanto, o seu ressurgimento é visível em todo o Nordeste do Brasil, ao se constatar no Censo de 2010 um total de 2.944 índios em solo piauiense. As centenas de sítios de pinturas rupestres espalhadas por todo o Estado do Piauí são na atualidade os vestígios mais evidentes que o transformaram em um grande museu a céu aberto a comprovar a sua mais longínqua posse e domínio desse território pelas populações indígenas.

A partir do que foi exposto sobre as questões indígenas, compreende-se que, nos lugares denominados como espaço da colonização, está implícita a presença indígena. Exemplo é o espaço natural das matas dos carnaubais e dos rios acima citados, com garantia de salubridade em um território favorável à criação de gado, no qual foram montadas dezenas de fazendas. No ano de 1762, quando Campo Maior foi elevada à categoria de vila, existiam 91 fazendas de criação de gado e 49 sítios (MOTT, 1976, p. 357-8). Dentre as fazendas mais antigas e visitadas por ocasião desta pesquisa, estão Abelheiras, Trabalhado, Jatobazal, Periquito, em Campo Maior, e Fazenda Boa Esperança, que deu origem ao município de José de Freitas, permanecendo no local apenas uma construção moderna. Algumas fazendas coloniais existentes no município de Campo Maior permanecem em funcionamento na atualidade e ainda conservam o mesmo nome do registro das sesmarias, embora tenham mudados os seus proprietários (INDICE DE SESMARIAS, 1747, p. 104).

Nesse período, foi possível observar no município de Campo Maior que, ao longo do século XX, algumas iniciativas foram feitas no sentido de um melhor aproveitamento e industrialização da matéria prima abundante no local como a cera da carnaúba, a carne e o couro do gado. A fabricação da cera da carnaúba constitui-se uma iniciativa bem-sucedida (CARVALHO, 2005, p. 13), entretanto, a industrialização dos produtos advindos da pecuária, visando à exportação da carne a partir da montagem da empresa Frigorífico do Piauí S/A FRIPISA (empresa de economia mista), em meados da década de 1950 (BRITO, 2005, p. 2), na qual se vislumbrava o desenvolvimento do Estado do Piauí, funcionou, por alguns anos,

chegando ao seu fracasso por falta de maiores investimentos. O mesmo ocorreu com a fazenda Curtume, que atuava principalmente com o tratamento industrial do couro e sua exportação. A mesma funcionou até a década de 1990 e, com a morte do proprietário, os herdeiros não a adaptaram às exigências ambientais (os dejetos eram lançados sem tratamento no rio Longá), ocasionando a sua inviabilidade. Porém, esses dois empreendimentos merecem uma investigação por parte de historiadores e arqueólogos que tenham motivação para investigar sobre história e Arqueologia Industrial. Ambos os espaços estão em ruínas. No prédio do FRIPISA, permanecem os maquinários importados que ali foram instalados.

Figura 21 – Mapa mostrando os pontos denominados de espaços arqueológicos da colonização



Fonte: LTIG, PUCRS (2014).

No centro histórico da cidade, ainda é possível visualizar parte do acervo arquitetônico colonial português, visível especialmente nos casarões do entorno da Praça Bona Primo. A referida praça constitui-se o marco da fundação da Freguesia de Santo Antonio do Surubim na qual foi erguida a capela sob a proteção do referido santo, no princípio do século XVIII, sob a responsabilidade do Mestre de Campo Bernardo de Carvalho Aguiar e do Padre Tomé de Carvalho, então vigário da Freguesia da Mocha. Por volta de 1711, esse espaço era apenas o Largo da capela de Santo Antonio, entretanto, ao longo do século, foram surgindo no entorno os casarões ainda preservados. Dessas construções coloniais, a Igreja foi uma das que não resistiu ao processo de modernização, sendo demolida na segunda metade do século XX para dar lugar a uma construção mais moderna e condizente com o novo status de sede da diocese. E, dessa forma, sob o signo da modernização, se perdia a peça mais antiga do acervo arquitetônico de Campo Maior. Paralela à catedral de Santo Antonio, foi construída no ano de 1892 a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Negros, também conservada.

O que se denominou de espaços da Batalha do Jenipapo e da colonização compreende-se também como vestígios da cultura material, tema que será abordado no capítulo seguinte, pois todos esses espaços foram construídos pela sociedade em um momento histórico e sobre os quais continuam a incidir mudanças e adaptações perpetradas pelos seus habitantes ao longo dos tempos.

4 CULTURA MATERIAL DA BATALHA DO JENIPAPO

Se a arqueologia deve ser uma disciplina acadêmica e uma ciência, ela há de ser um tipo de estudo, e não apenas o estudo de um tipo de coisa.

Robert C. Dunnell

4.1 ARQUEOLOGIA E CULTURA MATERIAL

A investigação acerca da cultura material da Batalha do Jenipapo ganhou maior contorno a partir da percepção de que, no universo da historiografia piauiense, havia essa lacuna em torno de um tema relevante para a sua história. A abordagem sob o crivo arqueológico foi antecedida pela prática metodológica da História Oral na qual se objetivava perceber a repercussão que esse acontecimento histórico ainda tinha sobre as vidas das pessoas na cidade de Campo Maior. Os contatos ocorreram em meio a muitas andanças pelas ruas da cidade, seguidas de muita conversa com alguns moradores, especialmente aquelas pessoas mais antigas da cidade e do seu entorno, moradores estes que possuíam uma característica em comum: um gosto por contar, pesquisar e escrever as histórias relacionadas à Batalha do Jenipapo.

Os contatos foram feitos de forma pontual e à medida que foi surgindo a necessidade de se esclarecer aspectos importantes, como aqueles relacionados aos instrumentos bélicos existentes no Museu do Monumento. Nesses casos, ouvir o que o povo conta é sempre interessante. Suas histórias são carregadas de significados e de vivências compartilhadas, de um tempo em que a lembrança se torna esse eterno presente, a partir da qual se pode elaborar parâmetros e juntar os fragmentos da memória para compor uma narrativa. Mesmo que as armas ali expostas não possuam nenhuma identificação sobre seu período de fabricação e uso, de forma geral, a população acredita que as mesmas foram usadas pelos combatentes do Jenipapo. A descontextualização de um artefato, o desconhecimento da sua procedência, torna sua identidade limitada e obscura. Entretanto, os pequenos detalhes podem fornecer importantes indícios, a partir dos quais se poderá demarcar a sua fabricação e o seu uso, como no caso das armas, pois cada uma possui suas nomenclaturas e códigos. Então, “se como arqueólogos, não podemos conhecer tudo sobre o passado, podemos, pelo menos, conhecer muito do que é importante (TRIGGER, 2004, p. 390). A identificação das armas, hoje existentes no Museu do Jenipapo, é de fundamental importância para se compreender esse aspecto da Batalha do Jenipapo a partir dos artefatos remanescentes.

O significado do termo artefato está associado à própria definição de Arqueologia ao

se dizer que é “a ciência dos artefatos e das relações entre os artefatos, conduzida em termos do conceito de cultura” (DUNNELL, 2006, p. 152), sendo o artefato “qualquer ocorrência que exiba qualquer atributo físico que possa ser considerado como resultante da atividade humana” (IDEM, 2006, 154). Compreendidos dessa forma, os artefatos aos quais se faz referência neste capítulo dizem respeito aos utensílios remanescentes da Batalha do Jenipapo, os quais foram aqui definidos em duas categorias: artilharia de campanha e infantaria. Os artefatos são as formas mais evidentes da presença e da ação do ser humano, desde os primitivos aos mais modernos. Referem-se aos mais diferentes objetos, a qualquer tipo de utensílio, às ferramentas em geral, aos elementos produzidos a partir das artes mecânicas, os quais, juntos, formam aquilo que em Arqueologia se denomina de cultura material.

As concepções sobre cultura material são bem abrangentes e, dessa forma, cabe aqui uma elucidação a esse respeito. Antes, porém, faz-se necessário compreender sobre o conceito de cultura. Há diferentes conceitos de cultura desenvolvidos por diversas áreas do conhecimento humano. Entretanto, o conceito do qual se faz referência, diz respeito a uma concepção antropológica de cultura, de forma abrangente, compreendido por Geertz, como fundamentalmente semiótico⁴¹. Dessa forma, ele partiu do pressuposto de que o ser humano “é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. E, nessa concepção, a cultura é compreendida “como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1989, p. 15). A sua investigação consistia justamente nessa procura de explicação para os enigmas sociais vivenciados em suas experiências, nas quais necessitava construir explicações plausíveis. Dessa maneira, ele faz compreender que “a cultura é composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam seu comportamento” (IDEM, 1989, p. 21), de modo que a cultura de uma sociedade compreende o *locus classicus* de todo o movimento no qual cada ser humano deve saber e agir de forma a ser aceito pelos membros de um determinado grupo. Entretanto, compreendida dessa forma, a cultura assume um caráter e significado público.

Nessa mesma linha do raciocínio antropológico, a cultura tem sua manifestação através de criações particulares, como “hábitos, aptidões, ideias, comportamentos, artefatos, objetos de arte, ou seja, todo o conjunto da obra humana de modo geral”. Essas mesmas manifestações são subjetivadas e “fornecem padrões individuais de comportamento firmado

⁴¹ A semiótica é a ciência que estuda os signos e as leis que regem sua geração, transmissão e interpretação. É uma disciplina do universo das Ciências Sociais surgida no século XX, porém suas raízes remontam à antiguidade grega. É compreendida como a ciência de toda e qualquer linguagem.

em conjunto de valores, conhecimentos, crenças, aptidões, qualidades e experiências em cada indivíduo” (BATISTA, 2010, p. 107). Dessa maneira, o campo da cultura é complexo e abrangente e deve ser compreendido em cada contexto particular.

A partir do conceito de cultura, se originou o conceito de cultura material, assim entendido por se relacionar a um produto resultante da habilidade e da capacidade do ser humano de manusear matérias-primas e transformá-la em artefatos humanos de uso doméstico, individual, coletivo e industrial, assim como edificar monumentos de variada modalidade e utilidade como habitação, pontes, aquedutos, transformando o seu habitat natural. Todavia, o estudo da cultura material nunca poderá ocorrer por si próprio ou em contextos desvinculados das tramas e das relações sociais e humanas em razão de a cultura material ser a marca identitária de uma circunstância cultural específica, na qual os objetos produzidos adquiriram uma dimensão intensa e ideológica, de forma que,

As condições materiais contribuem para a estruturação das relações sociais. No processo de estruturação social, a cultura material desempenha um papel ativo e variável. Não espelha a sociedade, pelo contrário pode construir, manter, controlar e transformar as relações sociais. [...] Se partirmos do princípio de que os objetos produzidos e utilizados pelos homens são ativos, dinâmicos, portadores e geradores de significados, encontraremos, por meio de sua análise, uma linha alternativa para estudar as pessoas e seu mundo social. [...] Um ponto de grande relevância, portanto, é a avaliação dos múltiplos contextos de significação da cultura material dentro da sociedade. Por não serem fixos os seus significados, podem sobrepor-se, e é esta pluralidade que faz com que estes sejam específicos a um determinado grupo e é nesse ponto que a discussão se centra na construção de identidades. (ZARANKIN, 2002, p. 9).

Com esse entendimento e, a partir da cultura material, foi possível à Arqueologia investigar determinados aspectos de sociedades antigas e inferir como certos elementos se conservaram ou se modificaram ao longo do tempo. Assim como certos grupos se sobrepuseram a outros, em razão do seu desenvolvimento tecnológico, modificando sua cultura, como foi o caso do processo de colonização sul-americana, que modificou completamente a cultura autóctone como a do colonizador a partir do entrelaçamento de culturas diferentes. Numa mesma sociedade, sempre coabitaram simultaneamente grupos de condições materiais e sociais diferenciadas, fatores esses determinantes para a estruturação das relações sociais de dominação e exploração do mais forte sobre o mais fraco.

No Brasil, Tânia Andrade Lima (2011, p. 12) discute esse tipo de abordagem da trajetória da cultura material e a sua relação com o campo da Arqueologia. Contudo, embora a arqueologia se caracterize pelos estudos da cultura material, a mesma não é apanágio apenas

dessa área, de modo que as Ciências Sociais e Humanas em geral também têm se ocupado em explorar a inter-relação dos objetos materiais nas relações sociais, sejam elas:

Envolvidas com a história da tecnologia, da arte, da arquitetura e do design, bem como com a semiologia, sociologia, antropologia cultural, história social, geografia, ciências da cognição, psicologia, museologia, entre outras. Se, por um lado, Arqueologia é estudo da cultura material, por outro, os estudos de cultura material transcendem a prática arqueológica (ANDRADE LIMA, 2011, p. 12).

Para Andrade Lima (2011), a Arqueologia, compreendida como um ramo do conhecimento que se ocupa da “emergência, manutenção e transformação dos sistemas socioculturais”, por meio da cultura material, se ocupou, desde o princípio, em abordagens que privilegiaram na análise desses artefatos a forma, o espaço e o tempo, associando-os, dessa forma, às três dimensões da vida social. Esse tipo de análise foi condizente com os diferentes paradigmas de abordagens teóricas da disciplina. De acordo com o enfoque do Histórico-Culturalismo,

A cultura material foi entendida como um reflexo passivo da cultura, sendo esta conceituada como um conjunto de normas, valores, ideias, prescrições e regras formais partilhados por um determinado grupo. Inertes os artefatos portariam significados que lhe seriam inerentes, cabendo ao investigador tão somente a tarefa de retirar deles a poeira do tempo para que esses significados aparecessem e o passado pudesse ser reconstituído (ANDRADE LIMA, 2011, p. 13).

Esse modo de fazer Arqueologia encontrou na “classificação de materiais arqueológicos e no desenvolvimento de tipologias” seu objetivo final. Essa prática, que se condicionou ao trabalho rotineiro em laboratório perdurou até a primeira metade do século XX, quando esse paradigma passou a ser rejeitado e criticado, ao tempo em que foi sendo substituído por uma abordagem rigorosa e condizente com as ciências da natureza, justificando dessa forma a opção por um enfoque mais sólido da disciplina. Por esse viés, as mudanças culturais deixaram de ser analisadas pelas “influências migratórias” e passaram a ser vistas como fruto de “processos evolutivos disparados pela dinâmica do sistema”, e assim,

Nessa perspectiva fortemente determinista, a cultura material foi entendida como um produto passivo da adaptação humana ao ambiente externo, sendo analisada, sobretudo, em seus aspectos tecnológicos e econômicos, à luz de rigorosos tratamentos estatísticos. Suas dimensões ideacionais, como significados simbólicos, crenças, motivações etc., foram considerados inacessíveis à investigação científica, tendo sido seu estudo, entendido como altamente especulativo, por essa razão deixada de lado pelos pesquisadores

processuais. Para eles, as coisas materiais mudam porque os sistemas mudam, quando em desequilíbrio, buscando uma maior eficiência adaptativa (LIMA, 2011, p. 15).

Os sucessos dessa abordagem tiveram vida efêmera, especialmente em razão de ter concebido o ser humano como um sujeito incapaz de realizar suas próprias escolhas e de transformar a própria existência, tornando-se um refém da mesma. Dessa forma, essa abordagem se revelou inaceitável por um grande número de arqueólogos, que, percebendo a fragilidade da teoria, passam a formular novas abordagens, levando em conta o processo de evolução biológica, adaptando-o para uma evolução cultural, evolução compreendida como processo. “Evolução é continuidade com mudança, mudança na composição de uma população através do tempo” (LIMA, 2011, p. 16). Na teoria evolucionista de Darwin, a adaptação do indivíduo é uma característica fenotípica e nele são visíveis os seus traços físicos e comportamentais. Dessa forma, “os artefatos, por conseguinte, seriam os restos fossilizados de fenótipos humanos bem sucedidos”.

[...] Os indivíduos que fizeram os artefatos estiveram submetidos a processos evolutivos, de modo que os elementos materiais da cultura não são o reflexo, mas componentes ativos do processo adaptativo (ANDRADE LIMA, 2011, p.17).

Essas mudanças paradigmáticas na abordagem da cultura material se processaram desde os anos de 1970, entretanto somente começaram a ser absorvidas por volta dos anos de 1990 sob a perspectiva dos arqueólogos Pós-Processualistas influenciados por diferentes abordagens teóricas. Nessas novas abordagens,

A cultura material não tem significados inerentes, os artefatos não falam por si mesmos. São os arqueólogos que lhes conferem significados. [...] A cultura material é produzida não por um sistema, mas por indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas. [...] Assim como a linguagem, a cultura material é um sistema estruturado de signos, de modo que ela pode ser considerada um texto (ANDRADE LIMA, 2011, p. 19).

A partir dessa percepção dos objetos materiais como potencialidade de leituras, a Arqueologia Histórica a qual se define como o estudo da sociedade moderna, e em especial, o estudo sobre a cultura material, deve levar em conta os discursos que contribuíram para a construção da sociedade na América Latina, a expansão europeia e a consolidação do sistema capitalista em uma nova ordem social (ZARANKIN, 2002, p. 6). Dessa forma, na América Latina, as pesquisas que evidenciam os espaços habitados por volta do século XVIII têm

revelado uma abundante presença da cultura material de origem europeia, fato este que corrobora para a confirmação de que,

A constituição da sociedade moderna envolveu a expansão das novas mentalidades, bastante interessadas na criação de uma cultura massiva, disposta a unificar e integrar grupos de indivíduos, dispersos muitas vezes por amplos territórios. Tal interesse foi profundamente identificado com a lógica mercantil portuguesa. [...] O poder absoluto, fundado no autoritarismo e máxima concentração decisória nas mãos do rei, foi o responsável pela irradiação dos princípios que iriam nortear uma cultura massiva, e orientados à manipulação (SOUSA, 2002 p. 72-73).

Nos estudos da cultura material é imprescindível que se considere o contexto das ocorrências como aspecto fundamental e específico de cada comunidade em particular, evitando, dessa forma, qualquer explicação generalizante, mas priorizando explicações que explorem as particularidades e singularidades de uma região e de uma comunidade, sem descuidar das vinculações mais abrangentes. Considerando esses elementos acima citados como fundamentais em uma análise da cultura material, há também que se atentar para a metodologia de análise desses artefatos. Para tanto, Luis Cláudio Symanski, ao estudar as “práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX, a partir de um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos”, oferece importante orientação metodológica de como proceder à análise do material arqueológico. Nesses casos, o primeiro procedimento é observar a variedade de categorias materiais e proceder à análise por categorias: louças, cerâmicas, vidros e metais. No caso das louças, depois de esgotadas as possibilidades de restauração das amostras, devem-se levar em consideração algumas variáveis como: as características do relevo; espessura do caco; considerar sua posição na peça (borda, base, fundos); tipo; tonalidade e concentração do pigmento utilizado; maior ou menor regularidade na distribuição de elementos decorativos; maior ou menor apuro na aplicabilidade do decalque; tipo de glasura utilizada (SYMANSKI, 2008, p. 76).

Entretanto, no caso das louças encontradas no sertão cearense, foi feita uma classificação considerando os atributos tais como: pasta, esmalte, técnica de decoração, cor, padrão decorativo, os quais são indicativos do período de fabricação das peças. As amostras de vidro foram separados os fragmentos por cores e identificados os atributos tecnológicos e morfológicos, os quais permitiram determinar o período de produção de cada peça por categorias funcionais: recipientes medicinais; garrafas de bebidas, peças de mesa e outros. Quanto ao material cerâmico foram quantificados os fragmentos e considerados os seguintes atributos: forma; técnica de produção; tipo de pasta; tipos de antiplásticos; tratamento de

superfície; técnica de decoração; motivos decorativos (IDEM, p. 76). A pesquisa realizada no sítio Queimadas I mostrou que a grande maioria das amostras de cerâmica era proveniente de uma produção daquela comunidade ou então de outras em nível regional as quais possuíam um alto valor de uso e um baixo valor de custo, uma vez que tais peças poderiam ser vendidas ou até mesmo trocadas por outros objetos nas feiras locais conforme a necessidade das pessoas daquela comunidade.

De acordo com Symanski (IDEM, p. 83), para um melhor aprofundamento sobre essas peças e sobre as relações sociais entre os membros daquela comunidade sertaneja, houve a necessidade de aprofundar os conceitos de artefatos arqueológicos como *commodities*⁴², ou seja, quando os mesmos artefatos têm existência econômica e social (APPADURAI, 2008), e, nessa perspectiva, compreender qual seria o valor de uso e o valor de troca dos produtos encontrados nessa comunidade sertaneja. Nesse contexto, na referida comunidade, havia a predominância de produção cerâmica local-regional, marcada por uma forte autonomia econômica, pois, nesse caso, a

Autonomia material estava provavelmente relacionada à subcapitalização desses grupos domésticos da região, caracterizados como pequenos proprietários rurais – agricultura de subsistência, criação de pequenos rebanhos e prestação de serviços diversificados aos grandes proprietários rurais (SYMANSKI, 2008, p. 84).

O retrato dessa comunidade no sertão cearense do século XVIII é ilustrativo para se compreender como esse padrão de comunidade não capitalista poderia ser um tipo de organização que prevaleceu por todo o sertão nordestino no século XVIII e XIX. E, dessa forma, se pode fazer um contraponto com o modo de vida nas comunidades de pequenos agricultores e sitiantes, na primeira metade do século XIX, no Piauí, quando ocorreu a Batalha do Jenipapo. De tal maneira, se pode utilizar esse exemplo como um parâmetro de como uma parcela da sociedade estava organizada naquela época, seguindo uma lógica não capitalista característica dessas sociedades consideradas intrínsecas, nas quais

A posição do sujeito está relacionada ao que ele é e não com a posse dos bens materiais. [...] A caracterização intrínseca das populações sertanejas é pautada em valores não capitalistas, em que qualidades como honra coragem, trabalho, valor da palavra, e resistência às adversidades são mais valorizadas do que a posse de bens materiais. [...] isso explica a condição de celebridades históricas a que foram alçados cangaceiros como Lampião, e

⁴² Por *commodities* se compreendem os produtos e serviços comercializados em todo mundo e cujos preços são definidos pelo mercado internacional como os minerais e os gêneros agrícolas.

religiosos como Antonio Conselheiro. [...] a lógica não capitalista pode ter sido típica das sociedades sertanejas (SYMANSKI, 2008, p. 85).

A partir do estudo dessa comunidade cearense se estima que, por volta da segunda metade do século XVIII, quando a ocupação do território piauiense já estava consolidada, e, até meados do XIX, havia uma sociedade com valores, hábitos, costumes e condição social bem diferenciados e vivendo em paralelo, pois,

os proprietários rurais da região, desde o período colonial, já estavam enquadrados no capitalismo: produção voltada para o lucro, uso do trabalho assalariado, ou de agregado, ou de escravos, ou o combinação variável entre as três formas de trabalho (SYMANSKI, 2008, p. 85).

A condição de ocupação da terra estabelecida pelo processo de colonização no Piauí predominou a pecuária e a agricultura de subsistência, por todo o século XIX. Nesse contexto, dada a ausência da *plantation*⁴³, a exploração da terra ocorreu predominantemente através do colonato, modalidade esta que

Abria espaço para uma maior exploração do homem pobre do campo, este ocupava a terra do senhor local, trabalhando para ele entregando parte da sua produção em troca de proteção, *e de um lugar para sobreviver com sua família* [grifo meu], estabelecia-se dessa forma uma relação de apadrinhamento e dependência pautada numa troca essencialmente injusta (ARAÚJO, 2009, p. 72).

Nessas condições em que vivia o homem do campo piauiense, no século XIX, atender a qualquer convocação, para qualquer diligência, era mais do que uma obrigação, era um dever de lealdade com seu patrão pelo simples fato de o mesmo acolhê-lo com sua família em suas terras.

Determinadas características das comunidades intrínsecas, como honra, coragem e resistência nas adversidades se ajustam perfeitamente às características do grande número de pessoas anônimas que lutaram na Batalha do Jenipapo. Sobre elas se podem perceber observações tais como:

O povo estava acima de qualquer expectativa. Cada um o *vaqueiro* e o *roceiro* foi mais pronto em alistar-se para o tributo de sangue. Ninguém se recusou a acudir ao apelo, e, dentro de três dias, as fileiras engrossaram-se e

⁴³ A *plantation* foi a forma como se caracterizou a exploração das colônias europeias, da América nos séculos XV ao XIX, nas quais predominou o grande latifúndio por meio da monocultura, do trabalho escravo e da exportação da produção para a metrópole.

uma numerosa multidão ficou a espera dos portugueses para o combate. É assim que perto de dois mil homens vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada e formaram em frente à igreja de Santo Antônio. [...] E só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iriam ao encontro de Fidié quase desarmados (CHAVES, 2006, p. 87-88).

Como se pode perceber, houve um apelo e chamamento das autoridades nas vilas da circunvizinhança de Campo Maior à população, no sentido de ingressarem naquela missão militar, com o objetivo de impedir a passagem do major português em direção a Oeiras. Todavia, esse tipo de mobilização da população essencialmente masculina era comum em tempos de guerra, pois não havia regimento permanente em quantidade suficiente, nem condições para mantê-los, contudo, duas vezes ao ano, todos os homens alistados eram convocados para eventos militares ordinários. Esse recurso foi bastante utilizado na organização das juntas das missões contra os índios, nas quais se convocava, mesmo contra a vontade, os índios dos aldeamentos para guerrear contra outras tribos que não se deixaram pacificar pelo colonizador português. Todavia, por esse viés, se pode atribuir uma participação do povo na Batalha do Jenipapo, motivado pela honra, pela solidariedade, lealdade, coragem e determinação nas adversidades da vida, e pela convocação obrigatória ao qual estava sujeito, fato que a difere de uma participação popular de conotação patriótica.

Sobre a concepção de participação popular, Sá Filho (1991) distinguiu duas formas: a participação provocada ou a voluntária. A participação voluntária se caracteriza pela apresentação de princípios e ideias claras sobre ação crítica dos sujeitos sociais na realidade a qual está inserido. Esse tipo de participação ocorre fundamentado em uma luta grupal respaldada em decisões elaboradas e executadas coletivamente por diferentes categorias sociais que acreditam e defendem os mesmos objetivos. A participação provocada ocorre quando há persuasão, aliciamento para a defesa de uma causa na qual os envolvidos não têm a devida clareza e convicção de que aquela causa é também sua, existindo uma falsa consciência e manipulação a qual se pode compreender, desde a participação de indivíduos apenas, ou de uma coletividade (SÁ FILHO, 1991, p. 158). Sobre a participação do povo no processo de independência no Piauí ele faz a seguinte afirmação:

O povo foi aliciado a aderir ao movimento. Pegou em armas, obedeceu, executando ordens, mas não participou de nenhuma decisão. Não foi ouvido, nem sua vida alterada, as estruturas sociais e econômicas nada mudou após os acontecimentos. Ao povo não foi dado o direito de decidir sobre a sua história (SÁ FILHO, 1991, p. 169).

O processo de manipulação e aliciamento da população piauiense já era uma prática corriqueira desde a implantação dos primeiros currais de gado quando os primeiros curraleiros tentaram absorver a mão de obra indígena a “ferro e fogo”, como bem definiu Miranda (2005), e, quando não conseguiam, adotavam métodos extremos de tentar exterminar os grupos indígenas rivais. Essa prática perdurou até o princípio do século XIX, em razão da constante resistência indígena, que perdurou por mais de um século, quando o colonizador executou seu projeto de conquista da terra. E, com este objetivo, não se absteve em deflagrar, sob qualquer circunstância e empecilho, todo tipo de perversidade, uma vez que detinha especialmente o poder e a superioridade nas armas de fogo. Uma grande quantidade de índios, os quais eram remanescentes dos aldeamentos do século XVIII se transformou em vaqueiros, agricultores e sitiantes agregados de meados do século XIX, muitos dos quais eram descendentes de diversas tribos indígenas aldeadas em território piauiense e outros eram retirantes que fugiam da seca que atingia as províncias vizinhas do Ceará, Bahia, Pernambuco e Maranhão. E, no Piauí, os retirantes da seca procuraram se estabelecer nos aldeamentos, enquanto os migrantes mais abastados que conduziam seus rebanhos procuravam se estabelecer nos vales ribeirinhos, assim como os que chegavam diretamente de Portugal (MIRANDA, 2012, p. 119-120). Aos retirantes que fugiam da seca ocorrida nos anos de 1791 a 1793, que se miscigenaram com os índios, havia pouca opção para fugir à submissão do poder vigente, entretanto, em muitos casos, essa submissão prevaleceu por meio de uma simulação da cultura colonial como forma de resistência, hoje presente especialmente no sincretismo religioso e na cultura popular (SILVA, 2003, p. 2-3).

Essa diferenciação social também foi bastante acentuada quando as tropas portuguesas e independentes se confrontaram na passagem do rio Jenipapo, em Campo Maior, especialmente no que se refere ao equipamento bélico disponível para cada uma das partes. A desproporcionalidade bélica da Batalha do Jenipapo pode ser constatada a partir do levantamento bibliográfico, no qual são destacados os equipamentos bélicos utilizados pelas tropas portuguesas e pelas tropas brasileiras, assim como se pode perceber a diferença no nível de preparo militar das tropas.

4.2 A MATERIALIDADE DA BATALHA DO JENIPAPO

Com o objetivo de investigar sobre os equipamentos bélicos remanescentes da Batalha do Jenipapo, um dos procedimentos metodológicos foi realizar um levantamento rápido sobre esse acontecimento histórico a partir de documentos existentes no Arquivo

Público do Piauí⁴⁴, como já mencionado anteriormente. Tal verificação possibilitou encontrar uma lista manuscrita, na qual estava discriminada a solicitação de instrumentos bélicos necessários à composição da Companhia de Infantaria da Província do Piauí. Foi importante notar que a referida lista era datada de 1821, quando já havia no Brasil certa movimentação em torno das questões pertinentes à Independência e a referida província encontrava-se desguarnecida de um corpo militar adequadamente preparado para as possíveis missões militares. A referida lista estava acompanhada de um ofício, direcionado ao Brigadeiro, encarregado do Governo das Armas da Província, Manuel de Sousa Martins, para que o mesmo deliberasse a respeito da referida lista. O ofício tratava da questão da seguinte maneira:

Ilmo. Senhor Comandante da Companhia Palácio do Governo de Oeiras, 5 de Novembro de 1821.

Tendo-me ordenado o Ilmo. Governador que foi desta Província que lhe remetesse uma relação do Armamento, Ferramenta, e mais utensílios que se fossem precisos para a Companhia do meu comando, satisfiz ao mesmo Sr. Governador em 10 do corrente, e como não me fosse deliberado a esse respeito, tenho a bondade de remeter a V.S. A cópia da dita relação, para V.S. ter a bondade de fazer chegar ao conhecimento da Exma. Junta Provisória e ordenar-me o que for a Ima. Exma. Junta julgar conveniente.

Deus Guarde. a V.S. Quartel de Oeiras, 28 de Abril de 1821.

Exmo. Sr. Brigadeiro Manuel de Sousa Martins
Encarregado do Governo das Armas desta Província.

Joaquim Themoteo de Brito

1º Tenente.

(INDEPENDÊNCIA, 1822).

O ofício acima citado apresenta na parte superior uma data que não corresponde à outra do final do ofício. Pelo teor do mesmo, uma cópia com essa solicitação já havia sido enviada anteriormente, porém, sem resposta, fato este que levou o Primeiro Tenente Themoteo de Brito a reenviar a mesma solicitação, visto que o governo, naquele momento, estava sob o comando da Junta Provisória, eleita naquele princípio de 1821, como consequência do movimento liberal do Porto, o qual havia enviado uma Constituição provisória ao Brasil determinando que as capitanias fossem transformadas em Províncias e que se realizassem eleições gerais para escolher os representantes para as Cortes. As províncias sob a responsabilidade do governador das armas ficariam atreladas diretamente a Portugal, fato este que fez o Governo Português enviar para o Piauí o Major Fidié para

⁴⁴ O Arquivo Público, ou “Casa Anísio Brito”, constitui o principal acervo histórico e documental do Estado do Piauí há mais de 100 anos, como espaço privilegiado que agrega os documentos importantes para a realização de pesquisas nas mais diferentes áreas.

assumir o Comando das Armas na Província, ficando explícita dessa forma a intenção de Portugal em manter o Piauí, assim como o Maranhão e o Pará vinculados a Portugal (NUNES, 2006, p. 35).

Quanto à lista enviada pelo Primeiro Tenente Themoteo, a mesma se tornou um importante indício, a partir da qual se realizou algumas conjecturas como identificar o tipo de armamento utilizado pelas corporações militares, na primeira década do século XIX, na Província do Piauí, e conceber ideias para a construção da narrativa da batalha e seu contexto bélico. A referida lista encontrava-se assim discriminada:

Relação de Armamentos, Ferramentas e mais utensílios que se fazem preciso para a Companhia de Artilharia desta Província.

6 Alabardas;
 2 Caixas de guerra de metal;
 4 Barguetas para as ditas;
 2 caixões para as ditas;
 158 Espingardas;
 158 Varetas de ferro;
 158 Agulhetas com escova;
 158 Baionetas;
 158 Bainhas para as ditas;
 158 Martelinhos;
 158 Sacatrapos;
 158 Pederneiras de chumbo;
 158 Pedras de fuzil;
 158 Patronas com correames;
 158 Cartucheiras de folhas;
 158 Bandoleiras;
 158 Japrapeiros;
 166 Sabres com bainha;
 166 Bornais;
 166 Raias para as ditas;
 166 Mochilas de roupas;
 166 Ditas de Viris;
 166 Caixotes com mangas;
 166 Panos de garupa para as ditas;
 166 Marmitas de folhas;
 166 Lâminas para as ditas;
 166 Cantis com correias;
 166 Raias de Armas de Barretinas;
 166 Raias de Número para Barretinas;
 10 Marmitas de cobre;
 10 Sacos para as ditas;
 2 Machados;
 2 Pás de ferro;
 24 Sacos para condução de farinha;

Quartel de Oeiras, 10 de Abril de 1821.

Assinado: Joaquim Themóteo de Brito
 Primeiro Tenente

Estou conforme,
Joaquim Themoteo de Brito (assinatura)
(INDEPENDÊNCIA, 1822).

Observando bem, nesta lista constam poucos armamentos, dos quais se poderia destacar: as alabardas, as espingardas, os sabres, as espadas e as machadinhas. Compreende-se como arma “todo objeto que possui característica de aumentar a capacidade de ataque e defesa” (CARDOSO, 2011, p. 21). As armas podem ser de dois tipos: manuais e de arremesso. As armas manuais funcionam como se fossem um prolongamento do braço, constituindo-se na grande maioria como “armas brancas” das quais fazem parte as espadas, os sabres constituídos por lâminas metálicas, utilizadas pela infantaria em combates corpo a corpo. As armas de arremesso produzem efeitos à distância de quem as utiliza, classificando-se, nessa categoria, as armas de fogo. Na referida lista, há apenas uma arma de fogo, a espingarda de pederneira com baioneta. Porém, também faz referência ao uso do fuzil, uma denominação italiana da espingarda. A espingarda é uma arma de fogo portátil de carregamento posterior, de cano longo e sem raiamento (alma lisa), em uma larga utilização, na caça, nos desportos de tiro, defesa e combate (CARDOSO, 2011, p. 21). Abaixo, na Figura 22, um demonstrativo das características dessa arma.

Dados técnicos da Espingarda de Pederneira Inglesa:

Calibre:	19 mm
Comprimento:	138-147 cm
Peso:	c. 4,4 kg
Alcance útil:	75 m
Cadência de fogo:	2-4 tiros por minuto

Figura 22 – Espingarda de pederneira inglesa, que substituiu o mosquete no século XVII



Fonte: Armas Brasil (2013).

A espingarda de pederneira é uma arma do século XVI e essa denominação diz respeito ao mecanismo de disparo chamado fecho de pederneira, sendo que a baioneta constitui-se de uma pequena lança, fixada no cano da referida espingarda, permitindo, dessa forma, que a mesma se transforme em uma arma de luta corpo a corpo. Este era um mecanismo para que o combatente tivesse como se defender, ou atacar, tendo em vista a

demora no carregamento da mesma. A baioneta foi a característica que a distinguiu da espingarda anterior, o mosquete. A sua substituição no Exército brasileiro ocorreu a partir de 1850, porém, em anos posteriores, esse tipo ainda foi distribuído a corpos de tropas.

A origem da baioneta remonta à França do século XVII e está associada a uma lança que foi adaptada na arma de fogo, uma atribuição feita a Napoleão Bonaparte. A palavra deriva de *bayonette*, associada ao nome da cidade, ao sul da França, Bayonne, onde a mesma era fabricada. Outra associação curiosa e também lendária é sua relação com as áreas rurais da França do século XVII e ao uso que os camponeses fizeram de suas longas facas de caça, adaptando-as nas bocas dos seus mosquetes, transformando-a dessa forma em uma lança improvisada, de maneira que a sua origem estaria associada a uma arma de caça que permitia ao caçador defender-se de animais selvagens em caso de falha na hora do tiro, uma vez que o ato do carregamento da referida arma era demorado. Há uma convergência dessas histórias com os costumes identificados na Espanha no intervalo do século XVII até o momento do surgimento do cartucho. Uma espingarda com baioneta condensava duas armas em uma, porém a baioneta de tampão colocada no cano da espingarda a impedia de disparar. A resolução desse problema ocorreu com a invenção da baioneta de olvado, um mecanismo circular de metal que adaptou a baioneta ao exterior da boca do cano, a qual era formada por uma lâmina triangular com dois gumes não corantes. A Inglaterra e a Alemanha, após a Guerra dos Nove Anos⁴⁵ substituíram o uso do pique⁴⁶ pela baioneta de olvado. A Infantaria francesa a adotaria no início do século XVIII, e, no século XIX, com o desenvolvimento do Sabre-baioneta, seu uso tornou-se obsoleto pelos Estados Unidos por volta de 1881.

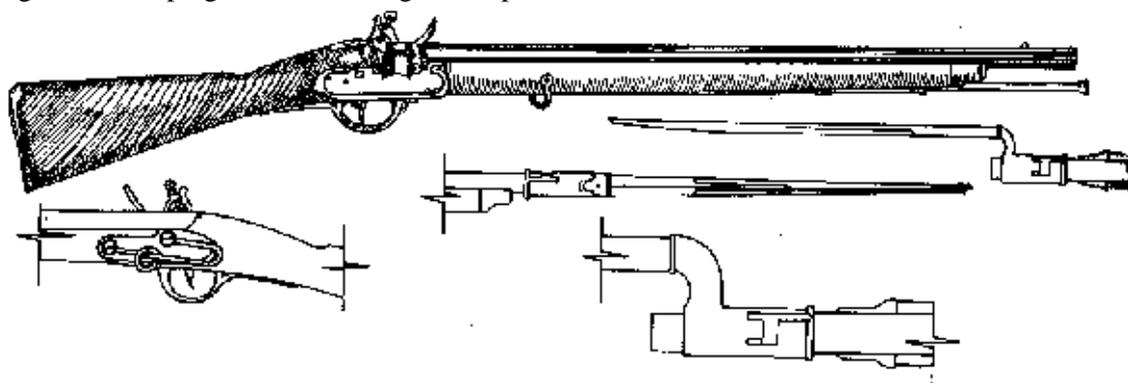
Dados técnicos da Clavina Inglesa:

Calibre:	19 mm
Comprimento:	c. 90 cm
Peso:	c. 3,2 kg
Alcance útil:	50 m
Cadência de fogo:	2 tiros por minuto

⁴⁵ A Guerra dos Nove Anos ocorreu entre os anos de 1688-1697 provocadas pela expansão do domínio francês na qual os demais impérios se reuniram contra os franceses e formaram a Liga dos Augsburgos. O conflito findou com a assinatura do Tratado de Ryswick.

⁴⁶ O pique era uma espécie de lança, ou chuço para uso a pé, de aproximadamente três a cinco metros de comprimento muito utilizado na Europa no século XVI e XVII para repelir a cavalaria. Consultar: http://www.armasbrasil.com/SecXVI/armas_de_haste.htm

Figura 23 – Espingarda Clavina inglesa, capaz de receber baioneta



Fonte: Armas Brasil (2013b).

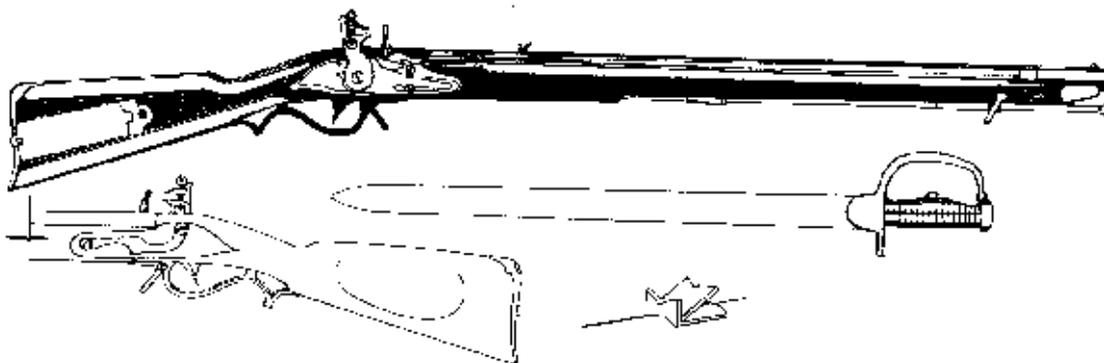
A Clavina foi um modelo utilizado pelo Regimento de Cavalaria do Império, tendo seu uso reduzido no século XIX, porém manteve suas características com poucas modificações: apenas a adoção de uma vareta de ferro e o uso de uma peça na boca da arma para impedir que a vareta se soltasse da espingarda, uma vantagem para quem carregava a arma enquanto montado a cavalo. A Clavina brasileira adotou a linha francesa a partir de 1830. A distinção entre uma Clavina francesa e uma Clavina inglesa pode ser observada na presença, no modelo francês, de uma coronha mais curta, que deixa o cano descoberto, e na adoção de guarnições de latão.

Outro modelo, como a Carabina raiada Baker, utilizada pelo Exército Português, do qual o Exército brasileiro foi herdeiro, também foi usada até a primeira metade do século XIX, e a mesma tinha a denominação de refle. A sua grande vantagem foi o aumento da precisão do tiro e a capacidade de aumentar a distância, até então desconhecida, de até trezentos metros. Foi a primeira arma do Exército a dispor de uma alça de tiro. A sua baioneta apresentou uma modificação, agora com lâmina cortante que servia ao mesmo tempo como terçado e como baioneta. Em razão do preço houve um declínio no seu uso durante a Regência, ficando restrito aos suboficiais e oficiais inferiores. Durante a Regência, houve uma redução das forças armadas com a demissão dos oficiais estrangeiros e a carência de oficiais brasileiros, fato este que desestruturou o Exército e o mesmo encontrou dificuldades para lidar com as revoltas ocorridas entre 1831 a 1848.

Dados técnicos da Carabina Baker:

Calibre:	15,42 mm
Comprimento:	c. 116 cm
Peso:	c. 4,1 kg
Alcance útil:	300 m
Cadência de fogo:	1 tiro por minuto

Figura 24 – Carabina Beker com baioneta, alcance 300 metros, cano raiado, inédito à época



Fonte: Armas Brasil (2013c).

Na Guerra do Paraguai as tropas já usaram novos armamentos, embora ainda fosse comum o uso do modelo inglês. Entretanto, a partir de 1857, o uso das armas no Brasil viria a sofrer uma grande revolução com a adoção das armas com padrão e sistema Minié, em calibre 14, 8 mm, cujo modelo ficou conhecido como “Modelo 1864”, considerada uma arma extraordinária e bem superior às espingardas de pedrneiras de curto alcance e pouca precisão, como as usadas pelos paraguaios. Esse sistema permitiu pela primeira vez a produção em série de uma arma de precisão confiável. É importante notar que até o século XVI não havia armas padronizadas.

As alabardas são uma das mais antigas dentre as armas de haste, as quais permaneceram em uso nos séculos XVIII e XIX. As alabardas mediam de 1,8 a 2,2 metros e eram chamadas de “sargentinas” por serem usadas por sargentos. Eram armas usadas por guardas dos Castelos medievais e também em embarcações, assim como as machadinhas. As machadinhas eram usadas a bordo de navios e era um equipamento de uso dos marinheiros. Ela poderia ser usada como ferramenta e também como arma. Elas saíram de serviço da armada no final do século XIX.

Figura 25 – Alabarda, uma das armas de haste mais antigas, com lâmina em forma de meia-lua



Fonte: Fantastipédia (2013d).

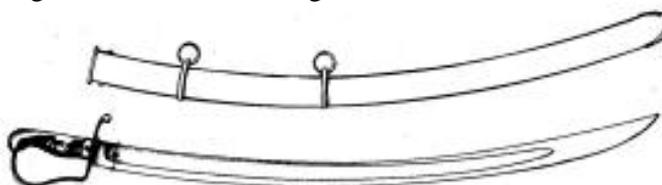
Figura 26 – Machadinha usada a bordo nos navios (saiu de serviço em 1892).



Fonte: Armas Brasil (2013e).

Os sabres são um tipo de espada com lâmina larga e pesada sem decoração. Algumas são denominadas de Sabre de Dragão ou Sabre de soldado. Outras, contendo decorações ou marcas de espadeiro, eram geralmente fabricadas individualmente e por encomenda, e ficaram conhecidas como sabres de oficial. Seu uso ocorreu no período próximo da independência e seu formato é de uma lâmina curva. Outro tipo é a espada miliciana conhecida também como “de estribo”. Com o cabo em forma de um “D”, seu uso foi comum no século XVIII. Todavia, o uso da espada remonta à antiguidade e à época medieval e essa designação abrangia uma série de “armas brancas” como: o sabre, o florete, o gládio, o espadim e a katana, dentre outros (ARMAS BRASIL, 2013f). Ela é composta por uma lâmina de metal cortante em ambos os lados ou em apenas um dos lados e uma ponta, além de um cabo de metal ou madeira no qual a lâmina é fixada. Sua origem remonta à Pérsia e, adotada pelos árabes, elas passaram a ser conhecidas pelo mundo por volta do século XIV. Dependendo do país, as espadas podem apresentar tamanhos e formas diferenciadas. Com o tempo, a grande variação ocorreu em seu tamanho no aumento do cabo, o que possibilitou o seu uso de certa distância e mesmo estando o usuário montado a cavalo.

Figura 27 – Sabres de dragão



Fonte: Armas Brasil (2013f).

Figura 28 – Sabres oficiais espadas-Rabo de galo.



Fonte: Armas Brasil (2013f).

Um aspecto de relevante importância foi a transcrição do referido manuscrito. Considerando que o mesmo apresentava uma grande legibilidade de leitura, a maior dificuldade foi compreender alguns termos do uso propriamente militar do período imperial, nem sempre fácil, mesmo para os militares de hoje. O processo de compreensão e interpretação da lista ocorreu ao longo do processo de aprofundamento e amadurecimento da pesquisa. Uma das primeiras iniciativas foi procurar a instrumentalização em paleografia para a leitura de manuscritos, de forma que um documento dessa natureza requer inúmeras leituras, nos diferentes estágios da pesquisa, para uma compreensão cada vez mais abrangente.

Os demais utensílios e ferramentas da referida lista tratavam-se de equipamentos usados para reforçar a manutenção da Companhia de Artilharia daquela Capitania. De posse desse documento, foi possível realizar comparações com outros equipamentos bélicos em museus⁴⁷, na tentativa de identificar os diferentes modelos e o período no qual os mesmos estiveram em uso. Importante também foi poder comparar os armamentos, as ferramentas e utensílios com os remanescentes no Museu do Jenipapo, na tentativa de encontrar alguma semelhança.

Algumas referências sobre armamentos utilizados na Batalha do Jenipapo foram

⁴⁷ Durante a pesquisa, foi possível visitar alguns museus com equipamentos bélicos antigos para, além de se conhecer esse tipo de material, poder estabelecer alguns parâmetros para o trabalho com o material bélico da Batalha do Jenipapo. O primeiro a ser visitado, entre outras dezenas de vezes, foi o Museu do Jenipapo, em Campo Maior. De igual modo, visitou-se o Museu Zé Didôr, estabelecimento de iniciativa particular, instalado na antiga Estação Ferroviária da mesma cidade, onde estão guardados alguns exemplares de armas utilizadas até o princípio do século XX. Visitou-se também o Museu do Piauí que guarda alguns exemplares de sabres, espadas e um canhão de ferro de origem portuguesa. Visitou-se também o Museu Paulista, Museu Julio de Castilhos e Museu Militar em Porto Alegre, além do Museu “Vuelta de Obligado” na Argentina, composto de equipamentos bélicos do campo de batalha “Vuelta de Obligado”. Essas visitas aos Museus: Paulista, Militar e notadamente “Vuelta de Obligado”, precisariam ter sido refeitas depois de maior amadurecimento da pesquisa, para análise e comparação do material bélico, entretanto, em razão do tempo e das distâncias, não foi possível se realizar.

encontradas nas próprias obras de autores como Abdias Neves (2006)⁴⁸ e Monsenhor Chaves (2005)⁴⁹, Odilon Nunes (2007)⁵⁰ e Wilson Brandão (2006), cujas obras, embora algumas escritas em épocas diferentes, foram reeditadas especificamente para compor a “Coleção Independência”, porém todas escritas no século XX. Nas referidas obras, os autores ao narrarem aquele acontecimento, mencionam os tipos e até as quantidades de armamentos utilizados pelos combatentes portugueses e brasileiros. Esses autores tiveram acesso aos ofícios⁵¹, à correspondência oficial que circulou no Piauí entre 1822 e 1823, entre os chefes da Província e os comandantes das tropas, entretanto parte desse acervo já se encontra em condições de deterioração, dificultando, ou até mesmo impossibilitando, qualquer consulta.

A superioridade da tropa do Major português aparece na narrativa de Nunes (2007), na seguinte referência:

Fidié tinha consigo os melhores soldados da Província e o melhor armamento que nela havia. Era senhor da artilharia que achou em Parnaíba, acrescida da que lhe mandou o governo do Maranhão que também deu tropas adestradas bem providas. Partiu de Parnaíba com mil e cento e tantos combatentes, a maior parte, milicianos que ele teve tempo de disciplinar e treinar para a guerra, bem municiados, apoiados em onze peças de artilharia. Já nos referimos aos agrupamentos armados dos separatistas, sem nenhum preparo, e cujos apetrechos consistiam em espadas, chuços e até foices. Poucas pistolas e clavinas de caça, mas também uma peça, calibre 3, que se converteria em trambolho, à falta de artilheiro. Mais tarde ainda autorizará o Governo Provisório a armar os índios de Ibiapaba com arcos e flechas (NUNES, 2007, p. 67-68).

Como fica bem evidente nesta referência, o Major Fidié, o qual havia sido enviado de Portugal, com o título de Governador das Armas da Província do Piauí, detinha o controle de todo o equipamento bélico e das tropas bem treinadas, não somente na capital, mas em outras vilas por onde acampou. Em Campo Maior, deixou o Ten. Cel. João Antonio da Cunha com 100 praças, 100 granadeiras e 2 peças de canhão. Em Parnaíba, para onde marcharam 660 quilômetros e acamparam na referida Vila em 18 de dezembro de 1823, logo ao chegar,

⁴⁸ Abdias Neves foi um intelectual e político piauiense, que viveu entre o final do século XIX e início do XX. Ele escreveu sobre história, política e literatura.

⁴⁹ O referido sacerdote é natural do município de Campo Maior, Piauí. Ele ainda conviveu com descendentes dos que morreram lutando na Batalha do Jenipapo.

⁵⁰ Odilon Nunes é uma das maiores referências da historiografia piauiense do século XX. Sua obra “Pesquisas para a História do Piauí”, em quatro volumes, constitui-se uma obra abrangente na qual ele aborda as temáticas desde o princípio do povoamento do território piauiense pelas diferentes populações indígenas, a conquista da colonização, o processo de independência, a Balaiada e outros temas de abrangência do século XIX.

⁵¹ Os referidos ofícios encontram-se atualmente no arquivo Público do Piauí e apenas dois volumes já em estado avançado de degradação estão disponíveis para consulta. Os textos em manuscrito requerem disposição de tempo e capacitação para tal leitura.

Antes mesmo de alojar-se, formou a tropa em frente à igreja matriz, deixou-a, ali, e dirigiu-se à Câmara, onde fez que os habitantes renovassem o juramento de fidelidade a EL-Rei. Ordenou, em seguida, um *Te Deum* na igreja de N.S. da Graça, exigindo, ao mesmo tempo, manifestações de regozijo público, em que fosse vitorioso o Rei de Portugal (NEVES, 2006, p. 79).

Na referida Vila, Fidié humilhou e submeteu todos ao seu governo, manteve o controle da artilharia bem equipada pelo Coronel Simplício Dias da Silva, ao tempo em que se apossou também das propriedades e demais bens do referido comerciante. Como medida de segurança e para impedir a ação dos seus adversários, decidiu pela construção de um reduto na barra do Caju:

Determinou, desde logo, que deviam guarnecê-lo 6 praças de artilharia, comandadas por um sargento, à disposição do qual foram postas 4 peças de calibre 9,400 tiros de bala e metralha e 40 armas novas. Era o único reduto que defenderia o Delta, pois o da Pedra do Sal fora arrasado e a artilharia encravada. Para garantir, melhor, o êxito futuro da guerra, solicitou Fidié, depois, remetido – 23 cunhetes, 200 balas, 64 pirâmides, 136 lanternetas calibre 12, e 35 libras de morrões. Com esses recursos, e outros que esperava da metrópole, ficou ele no novo quartel ruminando planos de ataque, confiante nos recursos da sua estratégia e na indolência dos brasileiros (NEVES, 2006, p. 79).

E, dessa forma, Fidié se considerava no domínio absoluto de toda a Província, pois, além de todo esse aparato militar, ainda encontrava-se protegido pelo Brigue *Infante Dom Miguel* (CHAVES, 2005, p. 44), ancorado à sua disposição, no porto Santa Rosa, povoado de amarração, onde hoje é a cidade de Luís Correia e, carregado de munição, notadamente bocas de fogo, acompanhado com um navio mercante “convertido em hospital de sangue” (NEVES, 2006, p. 77). O Porto de Carnaubeiras, a principal entrada do Delta pelo Maranhão, encontrava-se vigiado pelas tropas do Capitão Felipe José das Neves, a qual havia sido reforçada em dezembro de 1823 com 25 praças, 1 sargento e 1 tambor, e, em fevereiro, com 62 praças e 2 sargentos comandados pelo Capitão de 1ª linha João Manoel Pereira da Silva (NEVES, 2006, 70-1).

A imagem seguinte mostra o local do antigo Porto dos Jacarandás onde havia uma antiga fortificação construída na lateral direita da Igreja de Carnaubeiras, no Maranhão. Por esse porto, entravam as mercadorias que vinham das províncias vizinhas e diretamente da Europa e que eram transportadas pelas embarcações de Simplício Dias da Silva e comercializadas em Parnaíba. Por essa mesma via fluvial, entraram as tropas maranhenses contrárias ao movimento da independência e ali permaneceram até depois da partida de Fidié

para Oeiras. O povoado de Carnaubeiras surgiu impelido pela criação de gado, a qual constava como uma fazenda, circunscrita na Freguesia de Nossa Senhora dos Araiões, de propriedade do Coronel Filipe José das Neves, onde se instalou com sua família e construiu em 1811 a Igreja de São José. Ao lado esquerdo da referida igreja se constatou a existência de fragmentos de ossos sobre o terreno onde existiu um antigo cemitério, além de fragmentos de louças de uso no século XIX, e restos de alicerces de antigas construções. A região que hoje compreende a cidade de Araiões e o povoado de Carnaubeiras foi anteriormente ocupado pelos índios Araiós, os quais foram aldeados por volta de 1750 pelos padres jesuítas, sob a liderança dos principais da tribo, o índio João de Deus Magu e Silvestre da Silva. Os jesuítas possuíam uma pequena missão nessa região ligada à missão dos Tremembé, em Tutóia, onde os jesuítas possuíam grandes fazendas de gado e transformaram aquele local em ponto central da missão jesuítica no leste do Maranhão (INVENTÁRIO, 1999, p. 4-5).

Figura 29 – Povoado Carnaubeiras e Porto dos Jacarandás - entrada para o Delta do Parnaíba no Maranhão.



Fonte: Acervo próprio, 2013.

Figura 30 – Igreja de São José, que fazia parte da propriedade do Coronel Felipe José das Neves



Fonte: Acervo próprio, 2013.

Na comunidade Aldeia, se conserva o antigo “Cemitério da Aldeia” com sete estradas assim intituladas: Estrada do João Peres, Três irmãos, Estrada da Inhumá, Passagem do Magu, Baixão do Gado Bravo, Lagoa das Confusões e Estrada do Paramirim. Ainda é possível encontrar pessoas que se identificam como descendentes da tribo dos índios Araiós, a exemplo da família do senhor Bento Gonçalves, morador daquela localidade.

Para a Vila das Aldeias Altas, um dos mais importantes entrepostos comerciais do Maranhão (atual cidade de Caxias), havia sido enviado um grande contingente de soldados e ali “existia pólvora e chumbo em abundância”. Essa localidade foi o refúgio do Major Fidié depois da Batalha do Jenipapo, todavia foi o local em que ocorreu a sua prisão pelas tropas independentes. Da mesma maneira, foram reforçados todos os locais de travessias do rio Parnaíba, que davam acesso ao Piauí. Esse fato provocou mais espanto e alvoroço na Província do Piauí, fato que levou à dispersão das tropas no sentido de manter vigilância sobre as principais passagens do rio Parnaíba do lado piauiense, especialmente a partir da Vila de Jerumenha, de onde as tropas piauienses, na porção sul, eram abastecidas de pólvora. A Vila de Jerumenha havia sido um arraial militar desde o século XVII, onde os colonizadores combateram os índios Gueguês, e ali pode ter sido um local de fabricação artesanal de pólvora, assim também em Campo Maior onde Lourenço de Araújo Barbosa foi acusado de manter uma fábrica de pólvora, sendo preso em 2 de janeiro de 1822, enviado a Oeiras, depois transportado para o Maranhão e entregue ao Alferes do Ceará, Miguel Gonçalves, em 11 de junho de 1823, tendo sido este o último registro sobre o seu paradeiro (CHAVES, 2005, p. 32-

3). Esse aspecto da fabricação de pólvora no Piauí colonial ainda precisa ser mais bem elucidado.

O uso da pólvora no ocidente ocorreu desde o século XIV, entretanto a sua maior utilização e importância ocorreu no período da conquista de novas terras a partir do século XVI, quando se passou a utilizar as armas de fogo do tipo Mosqueteira e Artilharia, os principais instrumentos das batalhas. Sua fabricação é do tipo artesanal e fundamentalmente a partir de três ingredientes básicos: o salitre (nitrato de potássio), o enxofre e o carvão vegetal (PIVA, 2008, p. 3). Com esses elementos moídos separadamente e depois misturados se obtém a pólvora. Dentre esses elementos o salitre constituía-se o componente mais difícil de obter, pois o mesmo teria que ser refinado. Em Campo Maior, no Piauí, o salitre e o enxofre eram facilmente encontrados na Serra de Santo Antonio, e o carvão de melhor qualidade se obtinha da queima da semente da carnaúba. Essas informações foram bem esclarecidas por Carlos Luis Alves de Lima, tataraneto de combatente da Batalha do Jenipapo, em um documentário comemorativo do dia 13 de março em 2013. Ele assim se expressa:

Fiquei sabendo, através das histórias de família que a pólvora, como sempre, foi uma substância estratégica de controle militar. E meus antepassados tiveram acesso à fórmula através do próprio químico que manipulava a pólvora para suprir a artilharia do Fidié. E um dos relatos é que a maior parte desse produto era produzida a partir da própria carnaúba. A semente da carnaúba, ela depois de seca e levada ao fogo, ela forma um carvão de qualidade, e um dos produtos dessa pólvora é o carvão. Já o enxofre e o salitre eram retirados mesmo aqui da região, que essa região, daqui, da Serra de Santo Antonio é muito rica em enxofre e principalmente salitre, dá até um sabor diferenciado em nossa água. Esse conhecimento serviu também para suprir as necessidades da arma chamada bate-bucha, que era uma espingarda de apenas um cano e um tiro só, e para cada recarga requeria um tempo do operador para poder colocar a pólvora, comprimir, botar a bucha e colocar a chumbada. Enquanto que as tropas do Fidié estavam com armamentos bem mais sofisticados, já era com cartuchos, não se perdia tempo na operação.

A produção em grande escala da pólvora no Brasil foi obtida logo após a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, com a montagem da primeira fábrica situada na Lagoa Rodrigues de Freitas, permanecendo ali até 1826, quando foi transferida para a Raiz da Serra (PIVA, 2008, p. 5). A direção da referida fábrica ficou a cargo do Brigadeiro Carlos Antonio Alpoim, cujo objetivo era proteger a Baía de Guanabara dos possíveis ataques estrangeiros.

Em relação às condições de viagem das tropas do Fidié, os soldados marchavam a pé, os oficiais viajavam a cavalos e o trem de guerra era transportado em 47 cavalos que

havia sido requisitados em Oeiras (CHAVES, 2005, p. 40). A cavalaria constituía-se a própria vanguarda de Fidié.

Já em relação às tropas brasileiras, o corpo de combatentes foi formado por pessoas da própria circunvizinhança e das províncias adjacentes, notadamente Pernambuco e Ceará, de onde se deslocou um maior contingente. Nesse sentido, ressalta-se que, ao se abordar sobre a luta entre portugueses e brasileiros, se evidencia que as disputas estavam acirradas entre dois domínios; não necessariamente entre brasileiros e portugueses de nacionalidade, pois, tanto de um quanto de outro lado, apoiaram e lutaram brasileiros e portugueses a favor e contra a separação entre Brasil e Portugal. O que havia era o que se poderia caracterizar como forças políticas e econômicas divergentes.

A convocação foi feita em regime de urgência, em meio àquelas circunstâncias, como se pode perceber:

Os responsáveis pelo movimento separatista não se deixaram amofinar. Anunciam que “a Pátria está em perigo”, e que “cumpre salvá-la”. Mandam que se reúna gente sem excetuar os próprios vaqueiros. Determinam também que se ofereça resistência à marcha de Fidié, e se o chefe inimigo conseguir abrir caminho através das forças contrárias, em rumo da Capital, que todos procurem Oeiras para incorporar-se ao Governo, a fim de poder batê-lo. Proclamam “Sejam quais forem por agora os nossos reveses, Fidié não há de conservar muito tempo sua autoridade no Piauí: nós procuraremos meios, ainda que tardios, de dismantelar seu colosso” (NUNES, 2007, p. 64-65).

Em Campo Maior, na Vila dos Carnaubais, O Capitão Rodrigues Chaves conseguiu “mobilizar e entusiasmar para o combate a Fidié mais de mil homens de todas as camadas sociais” (CHAVES, 2005, p. 86). A concentração das tropas ocorreu no largo da Igreja Matriz de Santo Antonio, que, a partir de então, passou a ser chamada Praça de Guerra, perdurando essa denominação até o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando teve essa denominação substituída pela do Marechal Pires Ferreira, o qual havia servido àquele governo (ALVES FILHO, 2011, p. 14-15).

Em circunstâncias de guerra, era comum o governo brasileiro convocar todos os homens válidos, pois não havia um regimento ordinário, organizado e pago nas províncias brasileiras em razão dos altos custos. O que ocorria era um recrutamento forçado que perdurou por todo o regime Imperial. Esse recrutamento era da responsabilidade dos “oficiais militares das forças armadas, policiais e guardas urbanos, subordinados aos chefes da polícia e aos presidentes da província” (SILVA, 2005, p. 2). Em períodos anteriores, as forças militares de defesa, constituídas a partir do processo de colonização portuguesa, com o estabelecimento

das Capitâneas Hereditárias, ficaram a cargo de cada Capitão donatário, o qual se valia da convocação obrigatória de todos os homens válidos, os quais seriam convocados em regime de necessidade e urgência, tendo sob seu comando oficiais contratados e experientes. As tropas regulares e submetidas ao Governador Geral eram na sua maioria compostas de pequenos contingentes (DARÓZ, 2001, p. 1-24). Os oficiais regularmente eram de origem portuguesa e formados em escolas militares europeias, de tal maneira que, no período de expansão colonial, não havia distinção entre a ação militar e a ação colonizadora, assim como não havia distinção entre organização militar terrestre e marítima. Ambas faziam parte de um mesmo projeto empenhado na conquista dos mesmos objetivos, o da colonização (MANCUSO, 2007, p. 42). A partir dessa mentalidade, se justifica o fato de as primeiras vilas do Piauí, e quiçá do Brasil, terem surgido, em primeira instância, como um arraial militar. A organização militar portuguesa mantinha os mesmos aspectos em suas colônias:

Em 1570 o Rei D. Sebastião reorganizou a estrutura militar portuguesa, onde as vilas e freguesias deveriam proceder ao alistamento dos cidadãos e distribuí-los em Companhias de 250 homens. Tal reforma trouxe reflexos à colônia, sendo estabelecidas as tropas de guarnição (ou de elite) e as ordenanças, consideradas tropas auxiliares. As ordenanças possuíam efetivo maior, visto que abrangia todos os homens válidos, mas um simples exame do efetivo das tropas de linha permite vislumbrar a fraqueza militar do Brasil: no Rio de Janeiro, por exemplo, havia 28 soldados comandados por poucos oficiais, no Ceará, 20 e em Pernambuco apenas 60 soldados regulares (DARÓZ, 2001, p. 2).

Como se pode perceber, as Companhias das maiores e mais antigas Capitâneas, como a do Pernambuco, não dispunha de um efetivo tão considerável. No Piauí, o efetivo militar começou a ser formado a partir de 1759 com a instalação do Governo da Capitania, quando foi determinado ao primeiro governador, João Pereira Caldas, pela Carta Régia de 29 de junho de 1759, além da criação das primeiras vilas, a criação de um regime de cavalaria auxiliar (NUNES, 2007, p. 113). Para a organização das forças militares na Província, o governador lançou edital para a concorrência aos cargos de Tenente-coronel e furriel, e tamanha foi a sua decepção, pois ninguém se inscreveu aos cargos, causando certo constrangimento ao governador, que entendeu aquele ocorrido como uma descortesia com El-Rei. Porém, passado esse momento, apresentou uma relação de pessoas que, de acordo com a sua concepção, seriam capazes de assumir a patente de Capitão, uma vez que a única ocupação dos sertanejos era a de vaqueiro e não teriam condições para ocupar postos e patentes mais elevadas. O policiamento chegou a ser feito, no princípio por Dragões emanados do Maranhão. Contudo, não demorou muito e a Capitania já dispunha da sua própria companhia comandada pelo

militar Clemente Pereira, o qual prestou importante serviço de organização política e administrativa na fase inicial do governo. Assim, a organização militar ficou assim constituída:

A cavalaria constava de 10 companhias de 60 praças cada uma, com efetivo de 600 praças, inclusive os oficiais, enquanto as ordenanças compunham-se de 5 batalhões e duas companhias, com efetivos de 1.574, num total de 2.174, entre cavalarianos e infantas (NUNES, 2007, p. 151).

De forma surpreendente, se percebe na formação das companhias a grande quantidade de pessoas que as compunham. De onde viria todo esse efetivo? Como era o seu funcionamento? Considerando o processo de mestiçagem da população e a recíproca igualdade com que se tratavam brancos, mulatos e negros, a organização das tropas se deu sem levar em conta o critério de cor, de forma que

Para constituir as companhias com separação sob o ponto de vista étnico, norma, então, adotada, encontrou João Pereira Caldas os maiores obstáculos. Os grupos de pretos livres eram extremamente pequenos; assim também o dos brancos, embora um pouco mais volumoso. Não se refere a mamelucos, certamente incluídos entre os brancos, como geralmente se fazia no período colonial. Os mulatos formam o grosso da população, e entre eles muitos se têm na melhor reputação (NUNES, 2007, p. 151).

Observa-se que nenhuma referência direta é feita aos grupos indígenas, embora havendo a probabilidade de os mesmos estarem incluídos entre os mamelucos, os quais eram considerados brancos, pois o fato de aos índios serem impostos um nome e sobrenome de branco europeu, ao se batizarem, esse mecanismo acelerou o processo de perda da identidade indígena e mascarou a existência de tribos indígenas e de seus remanescentes no Piauí. A distinção entre brancos e mulatos na Capitania era uma forma abominável a ponto de um capitão general recomendar a tolerância na organização das tropas. E, como bem já se salientou nesta tese, o Governador João Pereira Caldas já havia manifestado à sua Majestade a necessidade de se fazer uma guerra ofensiva contra os índios, a quem chamava de bárbaros por assaltarem as fazendas e matarem muita gente (NUNES, 2007, p. 152). Deve-se compreender que a ação violenta dos indígenas nas fazendas era uma reação de defesa e de indignação contra os maus-tratos: fome, trabalhos forçados, abusos das mulheres, impostos pelos brancos e notadamente pela falta de cumprimento dos acordos e promessas firmados com os principais de cada tribo. Algumas exceções podem ser vistas dentre as tribos que resistiram à ação colonizadora, como os pimenteiras (OLIVEIRA, 2001, p. 72).

Pelas pesquisas realizadas até o presente momento, se concluíram que as primeiras

manifestações públicas das forças militares da Capitania do Piauí ocorreram no ano de 1762, notadamente na solenidade de fundação das vilas piauiense de Jerumenha, Parnaaguá, Campo Maior, Marvão, Valença e Parnaíba. Junto ao séquito governamental se incorporou a Companhia de dragões, comandada por Clemente Pereira. Naquela solenidade,

Antes do ato solene da instalação, havia mostra das tropas da freguesia. Cavalarianos e infantess, recrutados na população masculina, de 12 a 70 anos, dispersos em dezenas de milhares de quilômetros quadrados em frente da casa em que se hospedava o Governador, que passaria em revista às forças. Essa formatura militar fez-se então por todas as freguesias, com a finalidade de mais solenizar a fundação das vilas como ainda para disciplinar os bisonhos soldados da Capitania (NUNES, 2007, p. 153).

Quanto à formação das forças militares no período colonial, percebe-se que as companhias eram compostas pela totalidade da população masculina, que, em caso de necessidade, poderia ser recrutada em nome do Império. De modo geral, todos os homens válidos eram potencialmente um soldado a ser treinado em caso de necessidade de defesa. Como se pode perceber, a convocação do povo ocorrida em 1823, em Campo Maior, para conter as tropas do Major Fidié que marchavam com o destino a Oeiras, enquadra-se no contexto de defesa do território estabelecida pelas leis vigentes do Império português. Deste modo, as tropas que lutaram nas margens do Jenipapo haviam partido, em grande parte, do Exu, de Inhamuns, no Pernambuco (NEVES, 2006, p. 112), e de várias localidades do Ceará como: Crato, Sobral (IDEM, 2006, p. 109 e 117) e da Serra da Ibiapaba. Nota-se que os índios da Ibiapaba desde o período colonial eram convocados para as guerras contra as próprias tribos que haviam se rebelado contra os brancos. Antes da Batalha do Jenipapo eles haviam lutado na guerra promovida pela “Junta das Missões” contra os índios Gueguês e Timbiras em meados do século XVIII (CARVALHO, 2008, p. 69).

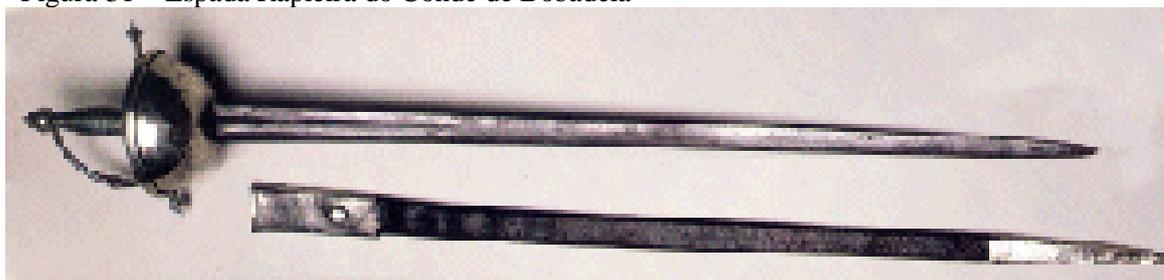
As tropas independentes se encontravam em vários pontos estratégicos. No Porto de Santo Antonio e na barra do Poti, encontravam-se concentrados cerca de 800 homens (NEVES, 2006, p. 117). João da Costa Araújo havia chegado a Valença em primeiro de março conduzindo, de Inhamuns, um corpo de 30 praças de cavalaria. Em Jerumenha, os oficiais daquela vila já se reuniam desde fevereiro para traçar estratégia de defesa daquele lugar, pois aquela vila poderia ser invadida por tropas que entrassem no Piauí atravessando o Parnaíba por Pastos bons no Maranhão (NEVES, 2006, p. 124).

Com esse exército improvisado, sem o devido preparo militar, e sem dispor de equipamentos bélicos condizentes, como a necessidade urgia, cada combatente lutou com o

que dispunha: os índios conduziram arco e flexa, outros utilizaram as velhas espingardas de caça, espadas, facões, chuço e foices (BRANDÃO, 2006, p. 183). Vale ressaltar que os índios eram exímios lutadores e aprenderam, desde os primeiros contatos com os colonizadores, a manusear armas de fogo, assim como os colonizadores aprenderam e absorveram dos nativos muitas táticas e estratégias de defesa contra os ataques de grupos estrangeiros na colônia. Essa maneira de guerrear dos povos nativos influenciou as milícias que lutaram na independência e na forma de organização do Exército brasileiro, o qual foi formado pela combinação entre nativos, brancos e africanos (MANCUSO, 2007, p. 42).

No início do século XIX, o combate corpo a corpo era comum durante a guerra, pois não havia armas de fogo em larga escala e, nessas condições, os sabres, as espadas, os facões, as foices e machados, instrumentos de uso agrícola e doméstico de grande utilidade, poderiam eventualmente transformar-se em arma. Nesse universo das armas brancas, a espada de rapieira foi usada até o século XVIII quando foi substituída por modelos mais leves.

Figura 31 – Espada Rapieira do Conde de Bobadela



Fonte: Armas Brasil (2013g).

Um fator importante a ser considerado sobre este período em estudo diz respeito à fabricação artesanal das próprias armas existentes, notadamente das armas brancas com as espadas, os sabres, os chuços, os facões, as foices, machados e demais ferramentas que no momento da defesa se transformaram em armas.

Alternativa à espada era o uso do chuço, uma espécie de lança de infantaria de uso em terra, utilizado até o final do século XIX.

Figura 32 – Modelo de Chuço antigo em forma de lança de infantaria



Fonte: Armas Brasil (2013h).

Como já foi mencionado, na Batalha do Jenipapo as tropas independentes possuíam um efetivo em maior quantidade, porém sem o devido treinamento militar. Sua defesa foi feita com instrumentos e ferramentas, armas alternativas e artesanais, arco e flecha indígena que foram utilizados pelos combatentes no confronto com o adversário. Muitos dos instrumentos de trabalho utilizados na lida diária nas fazendas de gado, tanto na labuta dos vaqueiros quanto na lida dos agricultores foram transformados em armas, tamanha era a escassez de instrumentos bélicos adequados para tal batalha.

Com esta pesquisa, pretendeu-se evidenciar o uso de alguns instrumentos alternativos, os quais são desconhecidos e estão fora de uso na atualidade. O reconhecimento desse tipo de instrumento bélico torna-se relevante para, no caso de se realizar alguma escavação no campo da batalha, já se ter maior clareza sobre determinados detalhes que, com o tempo, vão caindo no esquecimento.

Portanto, quanto maior for o aprofundamento sobre o tema, maior serão as chances de se evidenciar com maior clareza o local do campo da batalha e a possibilidade de encontrar novos vestígios.

4.3 AS REMINISCÊNCIAS BÉLICAS DO MUSEU DO JENIPAPO

Ao longo dos últimos quarenta anos, desde a fundação do Museu do Jenipapo, quando os artefatos bélicos foram expostos no referido Museu, os mesmos não receberam nenhum cuidado e tratamento especial, no sentido de promover a sua manutenção. Os mesmos têm proporcionado até divergências de opiniões entre os próprios administradores, pois alguns acreditam que os referidos equipamentos foram de fato usados na Batalha do Jenipapo, enquanto outros dizem que os mesmos são uma espécie de instrumentos obsoletos remanescentes da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Em meio a essas opiniões, um desafio se impõe: a identificação dos referidos artefatos. A exposição dos objetos despertou o desejo de alguns visitantes em adquirir uma lembrança de um objeto remanescente da batalha (fato este que poderia ser resolvido se tivesse naquela localidade algum artista que confeccionasse souvenirs com os motivos da batalha, porém não há material bélico da batalha para isso, mas bem que se poderia conservar os ex-votos e lhe oferecer um destino mais digno) e sem atentar para os devidos critérios sobre os cuidados com os bens culturais de um museu, alguns funcionários e cuidadores, sem o devido preparo contribuíram para o extravio de algumas espingardas, das indumentárias e de projéteis de canhões. De tal forma, o acervo que deveria ter sido ampliado e até mesmo submetido a estudos e análises, teve na verdade o seu acervo defraudado depois de ter sofrido quatro transferências de espaços⁵² até ser definitivamente instalado no interior do Monumento e Museu do Jenipapo, como previa a planta original. Esses motivos acusam a gravidade do contexto. Ocorrências dessa natureza provocam um descrédito da população em relação à capacidade do poder público de salvaguardar o Patrimônio Público e zelar pela conservação das peças que foram doadas, inclusive resguardando os nomes dos seus doadores. Não há uma lista dos doadores

Dessa forma, a tese que se impõe é a da identificação dos artefatos bélicos e assim se obter uma maior compreensão do acontecimento histórico por meio dos seus vestígios. As armas existentes no Museu do Jenipapo, dentre elas doze espingardas, quatro peças de canhões, um projétil, um punhal e algumas munições possuem alguma semelhança com

⁵² Sobre os artefatos bélicos, constam em documentos da época da sua inauguração, que os mesmos foram instalados no Museu do Jenipapo. Entretanto, não foi possível identificar aonde foi o local de instalação desse Museu no ato da sua inauguração. Em 1984, época da organização dos Museus no Piauí, foi fundado o Museu do Couro, no qual existia uma sala somente com acervos sobre a Batalha do Jenipapo. No final da década de 1990 o casarão que abrigava o referido Museu foi vendido e o seu acervo transferido para o Casarão da Família Bona Primo, ao lado da Igreja de Santo Antonio, e desta foi transferido para o Museu do Jenipapo, no Governo Mão Santa, por volta do ano 2000. Entretanto, o pouco espaço não comportava todo o acervo do Museu do Couro, fato este que provocou o extravio de grandes peças de madeira de engenhos antigos e maquinários de curtumes a partir das quais se tratava o couro do gado para transformá-lo em sola a ser comercializada.

aquelas utilizadas pelos combatentes do Jenipapo?

Antes, porém, de responder às questões formuladas, faz-se necessário uma compreensão sobre o processo de amadurecimento intelectual para se proceder ao exercício de identificação do referido acervo. O primeiro passo foi tentar encontrar uma pessoa que tivesse conhecimento de armas antigas para fazer a devida identificação das mesmas. Esse foi um trabalho árduo, demorado, paciente, pois precisava respeitar o tempo e o movimento de quem dizia ter interesse em colaborar nesse trabalho. Entretanto foram nessas idas e vindas, contatos, telefonemas, promessas não cumpridas, aborrecimento, tristeza, fracasso, sensação de perda de tempo, impotência, porém, ganho em aprendizagem. Pouco adiante, insistir tantas vezes em algo que se apresenta tão complicado, mudar as estratégias em certas circunstâncias, significa recuar e tomar um atalho no meio do caminho. E atalhos, quando usados com critério, são importantes para se alcançar a meta desejada. E o atalho se mostrou ser, na verdade, o caminho. O apoio necessário chegou a tempo, do 2º BEC “Heróis do Jenipapo”, em Teresina. Os Sargentos Valburg e Emerson tomaram essa causa como sua e outra batalha foi vencida. Seria esse mais um milagre das almas do batalhão? Ou o resultado de uma persistência incessante?

A identificação, especialmente das espingardas, talvez, apresente algumas lacunas, contudo foi um passo significativo, para que essas peças deixem o anonimato e recebam o tratamento devido e se imponham em sua vitrine, como memória.

O processo para se chegar a uma identificação das mesmas ocorreu em três momentos específicos: o primeiro momento foi quando se fez o contato direto com as respectivas peças, cujo objetivo era identificar nas mesmas alguma inscrição, numeração, ou símbolo de fabricante. Naquele momento e com a colaboração de Josinaldo Bitencourt e Luzia Leal, ambos mestrados da Pós-Graduação em Arqueologia da UFPI, os primeiros passos haviam sido dados, pois, pelo estado de deterioração das espingardas, tudo levava a crer que nenhuma inscrição seria identificável. Para esse procedimento, utilizou-se o critério de identificação numérica. Cada espingarda foi fotografada em diferentes posições destacando principalmente seu mecanismo de disparo, parte essencial para sua identificação. Dessa forma, cada arma passou a ser identificada pelo código numérico de 1 a 12, considerando a quantidade das mesmas.

Nesse primeiro momento de manuseio das armas, se conseguiu identificar as seguintes inscrições, números e símbolos num trabalho criterioso, metuculoso e persistente:

Espingarda: N° 01

7005

75 G B T

Espingarda: N° 02

LOEWE BERLIM 1891

Espingarda: N° 03

65307

Espingarda: N° 04

507 100

Espingarda: N° 05

MAUSER MODELO ARGENTINA 1891

MANUFATURA DOEWE BERLIN

Espingarda: N° 06

TOWER

GR

Espingarda: N° 07

A (esse A está dentro de um círculo) +

EM 8 ENACA

A LIESE ou LIEGE

1078

OBS: (A Letra acima parece ser S ou G-Letra de difícil identificação).

Espingarda: N° 08

+ 2 1 9 3 8 (Números na vertical)

2 1 9 3 8 +

75678910 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20

Na lateral 2000 1500 1000 500 300

Espingarda: N° 09

102005

Sequência de números não identificados

RIFLECO ECSHOHLASE

PATD MARO

O7

Espingarda: N° 10

Sequência de números não identificados

75799

Espingarda: N° 11

47 (1) 439

NC

4939 números não identificados

142 – números gravados no cabo de madeira

Inscrição – G. MORDANTE LIEGE.

SEQUÊNCIA DE SÍMBOLOS

S – dentro de um círculo

A – dentro de um círculo

Espingarda: N° 12

1878

5464 (Lateral direita) 5464 5464 (duas sequências de números iguais na vertical)

8838

Os canhões são quatro exemplares, de tamanhos diferentes, três de ferro e um de bronze. Dois exemplares se encontram encravados do lado de fora do Monumento, nos quais não se visualiza nenhuma inscrição, e os outros dois no interior do Museu.

O Canhão de ferro do interior do Museu apresenta na lateral direita uma inscrição com a letra F e na lateral esquerda a inscrição SOLIDE. No Canhão de bronze, somente foi possível, naquela ocasião, perceber que havia um símbolo sem mais identificações.

O segundo momento constou da conferência do material bélico no Museu do Jenipapo e suas respectivas inscrições pelos Sargentos Valburg e Emerson, os quais puderam fazer um contato direto com os mesmos, além de um levantamento mais apurado de novos

dados, acrescentando outras referências, de acordo com o seu conhecimento sobre armamentos. A partir desse levantamento foi possível aos Sargentos compararem os dados e emitirem um parecer geral e as características de cada arma em particular, concluindo assim a última etapa do trabalho de identificação das mesmas.

De acordo com os Sargentos Valburg e Emerson, as armas relacionadas se encontram em péssimo estado de conservação, apresentando avançado estado de oxidação e os canos encontram-se entupidos com argila/barro, apresentando, em algumas delas, parte de alguns mecanismos quebrados. Os calibres foram medidos levando em consideração a boca do cano (saída) das referidas armas, tendo em vista o fato de nenhuma delas apresentar condições de abrir o ferrolho para a medição da câmara.

Os mecanismos encontrados nas armas de número 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 sugerem não ser compatíveis com as armas da época da Batalha do Jenipapo, o que pode ser confirmado em documento de solicitação de suprimentos onde ainda se usava o mecanismo “pederneira”, o que não ocorre com as peças de artilharia que estão no Museu do Jenipapo e são consideradas como pertencentes àquele contexto histórico.

A partir da análise das armas, percebe-se uma descrição detalhada e específica de cada uma em particular, ao tempo em que se podem conferir as informações técnicas das armas existentes no Museu do Jenipapo em Campo Maior, no Estado do Piauí.

Figura 33 – Arma N° 01 - Fuzil calibre 7,62mm



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Nota: Características: Inscrição na culatra 2759/GBT 2401, retrocarga, alma raiada, ferrolho móvel, arma de repetição.

Figura 34 – Arma N° 02 - Fuzil calibre 7,65mm



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Nota: Características: retrocarga, alma raiada, suporte para baioneta, ferrolho móvel, arma de repetição, carregador embutido (com capacidade, suposta, para até 5 cartuchos).

Figura 35 – Arma Nº 03 - Carabina “WINCHESTER” Calibre .44”



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Nota: Características: Número de série 655072, retrocarga, alma raiada, ferrolho móvel, arma de repetição, carregador fixo tipo tubular.

Figura 36 – Arma Nº 04 - Espingarda calibre 11 mm



Fonte: Acervo próprio.

Nota: Características: retrocarga, alma lisa, suporte para baioneta, arma de repetição (mecanismo idêntico ao da arma de Nº 07 e 11).

Figura 37 – Arma Nº 05 - Fuzil Mauser calibre 7,0mm



Fonte: Acervo próprio.

Nota: Características: modelo Argentino, retrocarga, alma raiada, suporte para baioneta, ferrolho móvel, arma de repetição, com local para carregador embutido (com capacidade, suposta, para até 5 cartuchos).

Figura 38 – Arma Nº 06 - Espingarda calibre 20,0mm.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Nota: Características: antecarga, alma lisa, cão externo, sem ferrolho, arma de repetição, com porta-espoletas embutido na coronha e vareta para realizar o carregamento e limpeza do cano.

Figura 39 – Arma Nº 07 - Espingarda calibre 11,0mm



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Nota: Características: Inscrição de série “EM 8 ENACA” de retrocarga, alma lisa, suporte para baioneta, arma de repetição (mecanismo idêntico ao da arma de Nº 04 e 11).

Figura 40 – Arma Nº 08 - Espingarda calibre 11,0mm



Fonte: Acervo próprio.

Nota: Características: retrocarga, alma lisa, com ferrolho, local para carregador embutido, com suporte para baioneta, arma de repetição.

Figura 41 – Arma Nº 09 - Espingarda calibre 12,0mm



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Nota: Características: retrocarga, alma lisa, arma de repetição e cão externo.

Figura 42 – Arma Nº 10 - Espingarda calibre 11,0mm



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Nota: Características: Nº de série 75709, retrocarga, alma lisa, arma de repetição.

Figura - 43 – Arma Nº 11 - Espingarda calibre 11,0mm



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Nota: Características: retrocarga, alma lisa, com baioneta, arma de repetição (mecanismo idêntico ao da arma de Nº 04 e 07).

Figura 44 – Arma Nº 12 - Espingarda calibre 11,0mm



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Nota: Características: inscrição PW – 1684, retrocarga, alma lisa, ferrolho móvel, repetição.

Figura 45 – Arma Nº13 - Espingarda do Museu “Zé Didor”.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Nota: Essa arma tem um dispositivo de repetição, raiada, com cão (percursor) e usa cartucho manufaturado. É, de fato antiga, mas de uma época mais recente à da Batalha do Jenipapo.

Uma série de vários cartuchos encontra-se exposta em vitrine no Museu do Jenipapo, porém os cartuchos têm seu uso popularizado a partir de 1840, de forma que nenhum desses tipos é compatível com as armas usadas no período da Batalha do Jenipapo.

Figura 46 – Cartuchos de diversos calibres

Fonte: Acervo próprio, 2014.



Nota: Especificações, da esquerda para a direita:

1. 02 cartuchos 50'';
2. 10 cartuchos Cal 7,62, real;
3. 01 estojo inete de cartucho Cal 7,62;
4. 05 cartuchos Cal 7,62, festim (sem projétil);
5. 01 cartucho Cal 22 Long Rifle;
6. 01 cartucho 9 mm.

As peças de artilharia e demais munições que se encontram no Monumento Museu do Jenipapo, sendo duas na parte externa e duas na interna, são compatíveis com a época da Batalha do Jenipapo.

Figura 47 – 01 peça Cal 111,0mm, medindo 1,35m, alma lisa, antecarga, sem inscrições



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 48 – 01 peça Cal 90,0mm, medindo 1,55m, alma lisa, antecarga, sem inscrições legíveis



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 49 – 01 peça Cal 110.5mm de alma lisa, antecarga, com inscrições na parte posterior “F SOLID”



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 50 – 01 peça Cal 75.0mm de alma raiada, antecarga, com inscrições na parte posterior “2.2.17”



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 51 – Projéil⁵³ de 4cm.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Dos canhões expostos no Monumento Museu do Jenipapo, uma curiosa referência põe em destaque a peça de bronze e dois projéteis, os quais apresentam indícios mais aproximados de sua reminiscência com a Batalha do Jenipapo. As referidas peças foram exibidas em uma exposição comemorativa do centenário da Independência, quando, na ocasião, os municípios piauienses levaram para a sede do evento, na capital, a história e a produção referentes a cada localidade. No evento, o município de Campo Maior expôs, além

⁵³ Há uma referência no Museu do Jenipapo que diz ter sido este projétil encontrado no bolso da roupa do Major Fidié.

dos produtos que incluíam o couro do gado e a cera da carnaúba, os instrumentos bélicos remanescentes da Batalha do Jenipapo com a seguinte referência: “Canhão de bronze tomado pelos rebeldes às forças comandadas por Fidié, na Batalha do Genipapo, em Campo Maior” (CATÁLOGO, 1923, p. 33). Na exposição, esse município também faz referência aos projéteis: “2 balas encontradas no local onde se travou a célebre batalha do Genipapo (13 de março de 1823)” (CATÁLOGO, 1923, p. 65). O referido canhão de bronze encontra-se hoje no Museu, porém existe apenas um projétil, o qual parece não corresponder aos mesmos referenciados na exposição. Sobre o referido projétil existente no Museu do Jenipapo, que mede em torno de quadro centímetros, há uma inscrição que diz: “Uma bala encontrada na roupa de Fidié, na cidade de Caxias, do Estado do Maranhão, onde se achava localizada o antigo quartel do 5º Fuzileiros de Infantaria. Oferece Vicente Paulino da Silva. À Biblioteca, Arquivo Público e Museu Histórico do Piauí. Em 30-7-1940”. A referida inscrição, feita em máquina de datilografia, encontra-se com sua legibilidade bastante desgastada, de forma que o final da data indicando o ano exato da doação pode ter sido 1940.

As espingardas do Museu do Jenipapo apresentam uma variedade de modelos e características, como foi possível perceber na identificação acima. Para se estabelecer uma melhor compreensão, as mesmas foram agrupadas considerando suas características peculiares. As armas, de forma geral, se classificam quanto à alma do cano. De acordo com essa classificação, ficaram assim agrupadas: 1- as de cano de alma lisa, e, portanto, caracterizadas como espingardas de curto alcance e pouca precisão. São as de Nº 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 e, nessa categoria, estão as armas de cano longo; 2- as de cano de alma raiada e que apresentam maior precisão. São as de Nº 1, 2, 3, 5, e 13. O raiamento do cano diz respeito a um mecanismo de pressão helicoidal cravada ao longo do cano, a partir do qual ocorre um feito de rotação da bala, possibilitando uma maior eficácia do tiro (SANTOS, 2010, p. 21).

Quanto ao sistema de carregamento, apenas uma arma apresenta o carregamento de antecarga, ou seja, de carregamento pela boca do cano, um mecanismo que demanda tempo e outros equipamentos para a sua realização. As demais são de carregamento de retrocarga, quando são carregadas pela parte de trás ou pela culatra. Seu uso se generalizou a partir do aparecimento do cartucho por volta de 1840. Quanto ao funcionamento, todas são dotadas do mecanismo de repetição, quando as armas são capazes de ser disparadas mais de uma vez antes que seja necessário recarregá-la. A arma de Nº 2, 5 e 13 são armas com munição de cartucho, embora a grande maioria das armas se mantenha com um só tiro. As espingardas 1, 2, 3, 5, 8 e 12 são de ferrolho, um mecanismo de carregamento pela culatra. Essas espingardas surgiram na Europa em meados do século XIX. Desse modelo é famoso o Mauser Argentino,

entretanto a Carabina “WINCHESTER” calibre 44”, a de Nº 3, foi desenvolvida e usada no final da Guerra Civil Americana por volta de 1861, trazendo grande vantagem à cavalaria ao disparar doze tiros por minuto contra três da infantaria armados com espingardas de percussão. Esta carabina tornou-se lenda na conquista do Oeste Americano.

As armas de artilharia têm seu uso compatível com o período da Batalha do Jenipapo, contudo, as armas de infantaria são originárias do século XIX em um período bem próximo, porém posterior ao da Batalha do Jenipapo.

5 IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA BATALHA DO JENIPAPO

Compreender a função estética das obras (as obras em si são “arte”), como uma dimensão essencial de seu significado histórico (seu papel “cultural” e também político, jurídico, Ideológico), é seguramente uma das tarefas mais difíceis, mas das mais urgentes, reservadas atualmente aos historiadores e aos historiadores da arte.

Jean-Claude Schmitt

A construção deste capítulo surgiu a partir da percepção de que o quadro “Batalha do Jenipapo” exposto no memorial do Monumento Batalha do Jenipapo poderia possibilitar o aprofundamento de um aspecto da batalha relacionado às imagens construídas, especialmente nas últimas décadas sobre o referido acontecimento histórico. Com esse propósito, procurou-se compreender as questões teóricas metodológicas que perpassam as relações entre o campo da História e das imagens. Nesse sentido, a contribuição mais significativa se obteve na disciplina História e Imagem ministrada pela professora Maria Lucia Bastos Kern, que possibilitou um razoável alargamento da visão sobre esse campo de estudos, ao tempo em que a abordagem foi sendo amadurecida. Na parte metodológica, vislumbrou-se a realização de uma entrevista com o autor a partir da qual se procurou conhecer a sua trajetória de vida e o contexto no qual teria ocorrido a composição do referido quadro, pois, para a interpretação das imagens, é imprescindível que se tenha presente a sua historicidade, o seu estatuto e os conceitos que as demarcam, especialmente quando se trata da relação complexa entre imagem e acontecimento, de forma que “a imagem pode destruir ou colocar em questão a inteligibilidade do mundo estabelecida e construir outra a partir de elementos perturbadores, que se constituem como acontecimento” (KERN, 2007, p. 138). Dessa forma, deve-se considerar a importância fundamental do papel social das imagens no contexto da Antropologia Visual quando a mesma é colocada na sua relação com o homem, no seu contexto e no uso social que ele faz da imagem, na qual a representação intensifica a presença do acontecimento (IDEM, 2007, p. 139).

5.1 ENTRE HISTÓRIA E IMAGEM

As imagens estão associadas aos vestígios mais antigos da humanidade que se conservaram até a atualidade, como as pinturas rupestres e as relacionadas a civilizações antigas da Mesopotâmia, do Egito, Grécia e Roma. As imagens precederam a escrita e essa não as substituiu, pois a comunicação pela imagem ocorre de forma imediata e mais rápida do

que pela escrita, pois, ao longo das civilizações, os registros escritos sempre acompanharam os registros visuais (IDEM, 2006, p. 98-9). A imagem tem exercido, ao longo dos tempos, um grande poder no universo das comunicações, uma vez que “a imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais ao ultrapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido humano da visão” (IDEM, 2006, p. 99).

A partir do modelo de história do século XIX, com a valorização do documento escrito, a imagem foi sendo preterida, entretanto o interesse por esse tipo de estudo vai reaparecer no universo das humanidades e das ciências sociais no final do século XX, nos anos 1990, nos Estados Unidos, notadamente na Universidade de Rochester, onde se originou, em 1998, o programa de Estudos Culturais e Visuais no qual se integraram profissionais da área da história da arte e da literatura comparada. No mesmo ano, os programas de história da arte e de cinema da Universidade de Califórnia de Irvine (UCI) criaram o programa Estudos Visuais no qual a história da arte teve grande relevância na colaboração com outras disciplinas (IDEM, 2006, p. 103). Esses programas foram responsáveis pela realização de importantes seminários seguidos de publicações de livros que promoveram a publicidade da categoria culturas visuais. Nessa mesma perspectiva, outras iniciativas ganharam destaque como a publicação de revistas acadêmicas, fóruns, revistas eletrônicas e se transformaram em meios de discussão e aprofundamento sobre cultura visual. A publicação de antologias sobre o tema consagrou a reflexão sobre a referida temática nos Estados Unidos e na Inglaterra (IDEM, 2006, p. 104).

No universo da Cultura Visual, as definições conceituais, sempre abrangentes e híbridas, estão associadas a orientações e trabalhos específicos. Entretanto, em uma definição mais abrangente, Cultura Visual diz respeito à “diversidade do mundo das imagens, das representações visuais, dos processos de visualizações e dos modelos de visualidade” (IDEM, 2006, p. 106). Nesse universo de estudo das imagens e seus usos sociais, as quais mudam constantemente, o historiador não pode ignorá-las. Todavia, deve-se habilitar a decodificá-las em seus contextos. As imagens são abundantes. Nas suas criações, manifesta-se um tipo de saber amplo que compreende vários domínios do saber em conexão com a memória, com o imaginário. É parte da sensibilidade e das convicções pessoais, dos domínios de visualidade integrados às práticas sociais. Portanto, qualquer objeto da cultura visual deve ser apreendido no contexto cultural no qual foi produzido, considerando-se dessa forma os efeitos que o mesmo produz em seu meio. De tal forma, Kern (2007, p. 139) considera que,

A imagem como componente cultural é construída sob a ótica da memória, das releituras de outras imagens ou diálogos e da imaginação. O visível do acontecimento enquanto representação não é assim a sua cópia, visto ser resultante de múltiplas variáveis e da interpretação do acontecimento pelo autor da imagem. Com isso, não se pode considerar a representação de forma unitária. Ela é criada a partir da memória, isto é, de distintos tempos históricos, sem esquecer de que seus componentes formais também devem ser considerados, pois eles podem se configurar como acontecimento. Eles apresentam particularidades próprias da visualidade que permitem o afastamento do caráter meramente fenomenal da imagem e colaboram com a observação de outras evidências, contribuindo, assim, para o processo de interpretação. Logo, a imagem não pode ser pensada apenas sob o ângulo do momento em que ela é criada. É necessário se identificar as sobrevivências presentes na mesma, os encontros de temporalidades contraditórias que elucidam a intrincada rede de conexões com as quais ela é elaborada (KERN, 2007, p. 139).

A partir dessa relação da imagem com a memória e com o imaginário, buscou-se esta interface para compreender o contexto de construção do quadro de Artes Paz, de modo que para esse tipo de abordagem torna-se imprescindível uma interação pessoal com o autor. Esse contato somente foi possível depois de um ano de ingresso desta pesquisadora no doutorado e do retorno à cidade de Campo Maior. Antes, porém, foi feito contato por telefone e e-mail através do qual se conjecturou a possibilidade de realizar a entrevista.

A realização de uma entrevista traz sempre apreensão de ambas as partes. O entrevistador deseja captar mais do que a fala, os gestos, as expressões, os suspiros, o sorriso, a serenidade, a mágoa, o ressentimento, a lágrima, as lembranças da infância, adolescência, as alegrias e desafios que a vida lhe proporcionou. A referida entrevista foi precedida de muitas outras ocorrências. Em junho de 2010, antes do ingresso no doutorado, quando ainda principiava o levantamento de dados para a pesquisa, esta pesquisadora realizou sua primeira visita ao Cemitério e Monumento com o intuito de apreender daquele lugar algumas reminiscências da memória do referido acontecimento histórico. Com as constantes idas àquele lugar se pode observar que os visitantes podem apreciar pelo menos dois cenários naturais bem distintos do Cemitério, conforme o período do ano. A partir de dezembro até junho, com o fim das chuvas, enquanto o solo ainda conserva sua umidade, pode-se apreciar a beleza de uma vegetação peculiar que se alastra por todo o solo: um capim rasteiro verdejante, que costuma formar um tapete no chão e soltar um pendão colorido que se mistura à outra sensível vegetação, da qual brotam pequenas flores de cores variadas, lilás, amarelo, vermelho, adornando especialmente a área dos jazigos, que costumam passar os outros meses do ano com uma paisagem onde somente se avistam os montículos de pedras com uma cruz ao meio, ou seja, o cemitério propriamente dito em terreno pedregoso e árido.

Figura 52 – Cemitério do Batalhão no período chuvoso.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 53– Cemitério do Batalhão no período sem chuvas.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Na primeira visita ao Cemitério do Batalhão, o tempo favoreceu com uma brisa fresca e nostálgica, e, no silêncio profundo daquele ambiente, almejava-se apreender a

dimensão e o significado daquele lugar, mergulhado em memórias. Contudo, o contato com o cenário sagrado e consagrado da batalha parecia distante e difícil levantar as possibilidades de análise. A impressão era de solidão e de abandono da qual aquele lugar também compartilhava. Em meio a essas memórias, a imaginação viajava pelo passado histórico numa tentativa de perceber como, naquele cenário natural, muitas vidas foram ceifadas em nome da pátria. Naquele lugar, obtiveram-se essas percepções para, logo em seguida, no interior do memorial, ascender à contemplação diante do quadro “Batalha do Jenipapo”, de Artes Paz. Naquele momento, a mente estava ocupada não mais com o referido acontecimento, mas especialmente com os novos questionamentos provocados pela visão do quadro: Quem seria o autor? Como construiu aquele quadro? Teria sido uma encomenda? Quem o teria encomendado? Como poderia constatá-lo? Percebia-se como o autor detinha suficiente conhecimento das narrativas históricas recorrentes nas quais se inspirou para construir uma representação do referido acontecimento. Aquela pintura despertou bastante atenção pelo fato de o imaginário social e cultural sobre a batalha estar tão bem representado.

Naquela ocasião, ainda desprovida de qualquer aporte teórico para análise desse tipo de objeto, aquela visão retratada no quadro remetia à representação artística de acontecimentos históricos como o Grito do Ipiranga, de Pedro Américo⁵⁴, de 1888, (SCHLICHTA, 2009, p. 2) e, de igual modo, a Batalha do Riachuelo, de Victor Meireles⁵⁵, de 1882 (VENÂNCIO, 2008, p. 8), dois nomes da pintura histórica da Academia Imperial de Belas Artes do século XIX. Evidentemente, considerando as diferentes temporalidades e os contextos sociais, políticos e culturais nos quais foram elaborados, os referidos quadros foram construídos com o firme propósito de retratar o imaginário político e cultural de uma época em que no Brasil as elites dominantes procuraram forjar uma identidade nacional. A

⁵⁴ Pedro Américo de Figueiredo e Melo foi um artista brasileiro nasceu na localidade Areia, no Estado da Paraíba em 29 de abril de 1843. Formou-se na Academia de Belas Artes em Paris e é um representante da pintura neoclássica, romântica e realista. Sua carreira foi dedicada à pintura, ao romance e à poesia. Na pintura se destacou pela “pintura histórica” cuja característica principal era a recriação de fatos significativos para uma comunidade ou nação e em cuja retórica visual simbólica tinha uma função didática moralizante. No Brasil sua pintura é uma das grandes expressões do Academicismo, pois como membro efetivo do programa civilizador promovido pelo Imperador Dom Pedro II tornando-se um representante da pintura cívica e heroica. Suas principais obras são: *Batalha do Avaí*, *Fala do Trono*, *Independência ou Morte!* e *Tiradentes esquetejado*. Foi um dos nomes mais importante da história e da cultura brasileira no final do século XIX.

⁵⁵ Victor Meireles de Lima nasceu em Nossa Senhora do Desterro, hoje cidade de Florianópolis em 18 de agosto de 1832. Teve uma origem humilde, porém o seu talento o levou a ser admitido na Academia Imperial de Belas Artes. Estudou na Europa e especializou-se no gênero da “pintura histórica” e sua obra pertence à tradição acadêmica brasileira. Foi um dos pintores preferidos de Dom Pedro II. Realizou importantes obras da pintura histórica como: *A Primeira Missa no Brasil*, *Batalha dos Guararapes*, *a Moema* e *o Combate Naval do Riachuelo*. Além dessas obras pintou o *Retrato de Dom Pedro II* e no campo da paisagem fez os três *panorâmicos*, os quais foram doados à Escola nacional de Belas Artes depois da sua morte, entretanto por falta dos cuidados adequados foram extraviados. Foi um dos representantes da arte e da cultura brasileira do final do século XIX.

construção visual do passado foi representada naquela época pela Escola Imperial de Belas Artes criada em 1826 (SILVA, 2009, p. 57) e alentadas posteriormente pela política editorial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 com a incumbência de publicar os documentos indispensáveis para a História e Geografia do Brasil naquela circunstância (IDEM, 2009, p. 69). Em Pedro Américo, o imaginário simbólico construído pela imagem do Grito do Ipiranga perpetuou a ideologia simbólica da coragem e imponência de D. Pedro I ao bradar “Independência ou Morte”. Na Batalha Naval do Riachuelo, Victor Meirelles põe em relevo a superioridade bélica e a vitória da Marinha brasileira sobre o Exército Paraguai.

Essas duas obras de arte acima citadas teriam tido o alcance desejado pelos seus idealizadores? Elas são referências da pintura histórica da Academia Imperial de Belas Artes, instituição que mantinha estreito vínculo com a política da monarquia brasileira a qual:

No correr das primeiras décadas da vida independente brasileira, a legitimação de uma memória e de uma história nacional foi tarefa que ocupou as elites monárquicas preocupadas em consolidar o vasto território e plasmar uma lógica política que eliminasse os conflitos internos (SILVA, 2009, p. 70).

Essa imagem de consolidação da monarquia brasileira, perpetrada pela ação das elites letradas em acontecimentos marcantes da vida pública brasileira como a Independência e a Batalha Naval do Riachuelo, constituem exemplos de como na história das civilizações os registros escritos têm acompanhado os registros visuais (KNAUSS, 2006, p. 99), os quais sempre veiculam uma intencionalidade. No quadro o Grito do Ipiranga, dentre tantos aspectos a serem ressaltados, destaca-se o principal representante do povo, o caipira, o qual se encontra caracterizado fora do contexto dos acontecimentos, de tal modo que,

O caipira que representa todos os brasileiros pertence à massa que se movimenta em torno do herói, mas, não pertence nem ao seu séquito nem à sua guarda. [...] O artista não confere ao caipira nenhuma dignidade. E, como mero espectador é forçado a virar o rosto para ver o nascimento do Brasil, cujo destino foi decidido por D. Pedro, o primeiro imperador do Brasil (SCHLICHTA, 2009, p. 3).

Esse exemplo é característico de um momento histórico no qual se pode perceber o modelo de história que prevaleceu ao tempo em que se alijou o povo de qualquer participação mesmo depois de instaurada a República. Pois, “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 1990, p. 11). Nessa perspectiva, estão

inseridos os discursos políticos sobre a Batalha do Jenipapo a partir dos quais a opinião de Fonseca Neto é bem pertinente:

Penso que a Batalha do Jenipapo foi inclusive esquecida por certa historiografia do Brasil, inclusive porque essa batalha tem essa expressão de um movimento muito genuíno do povo brasileiro. E certos grupos interpretaram a História do Brasil e nos impuseram certas visões e interpretaram-na como sendo um país que jamais foi capaz de conduzir um processo desses de sangue, para o povo conquistar sua autoestima. E é o contrário o povo sempre quis fazer, o povo sempre foi à rua, o povo sempre lutou. Tá aí a campanha pela abolição da escravatura, a mais importante, trezentos anos de luta contra a escravidão e que ainda hoje tem problemas no Brasil com relação a isso. O significado político, o significado simbólico da construção da nação, do Piauí, do que o Piauí é hoje se jogou naquele momento, não tenho nenhuma dúvida disso (PÁGINAS, 2013).

Nessa mesma perspectiva da participação do povo, Chaves (1998) faz a seguinte verificação:

A epopeia do Jenipapo, durante muitas décadas, ficou sepultada no esquecimento. Houve contra ela a conspiração oficial dos que monopolizam a história, isto é, a classe dominadora. Compreende-se: ela foi escrita com o sangue e a bravura dos pobres, dos humildes, sem qualquer interferência do Governo Provincial. Este até se deu ao luxo de procurar minimizá-la e mesmo condená-la em alguns documentos oficiais. Teriam errado os que a travaram em prol da independência. Por quê? Porque ele, o governo, não tomou parte nela. A luta foi do povo simples, amante da liberdade, sem qualquer compromisso com o colonizador português (CHAVES, 1998, p. 638-9).

Os discursos da elite legitimam e também invalidam determinadas ocorrências históricas. As duas opiniões encontram convergência quando fazem referência a uma perspectiva historiográfica que prevaleceu por todo o século XIX, cujo objeto principal da História estava relacionado aos grandes feitos das elites letradas, desconsiderando qualquer evidência relevante aos demais membros da sociedade, especialmente ao povo iletrado. A história se fazia apenas por meio e na posse de documentos oficiais. Com o advento da nova história no século XX, os objetos de análises foram deslocados do mundo das elites para o universo mais abrangente da cultura (BURKE, 1992, p. 21) na qual os sujeitos sociais marginalizados ganham especial destaque e são bem enfatizados como na abordagem de Fonseca Neto (2013) e Chaves (1998). Uma particularidade no discurso de Chaves (1998) quanto à valorização dos marginalizados encontra respaldo na ação evangelizadora da Igreja Católica, a qual se desencadeou a partir da década de 1950 e se intensificou a partir da década de 1960, com as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II ocorrido entre 1962-1965

(CARVALHO, 2006, p. 40). Na América Latina, a Teologia da Libertação encontrou um novo caminho para o fazer teológico a partir da inserção da Igreja nos meios sociais mais pobres, caracterizando assim a opção preferencial pelos pobres (SILVA, 2006, p. 37). Essa prática no Brasil encontrou um terreno fértil e foi bem cultivada na arquidiocese de Recife onde o referido sacerdote fez a sua formação teológica. A sua escrita é perpassada por essa percepção das camadas populares como sujeitos sociais da ação da Igreja. Nesse contexto histórico, a Nova História de vertente marxista como a história vista de baixo (SHARPE, 1992, p. 39) e a Teologia da Libertação vão convergir nessa perspectiva ideológica de valorização da ação efetiva das massas marginalizadas.

Com esse pensamento em evidência, há uma revalorização dessa temática da Batalha do Jenipapo como um movimento associado à participação do povo, embora essa participação tenha sido de certa forma apoiada e induzida pelas lideranças rurais e locais, através de uma convocação obrigatória de todos os homens válidos, como ocorria em tempos de guerras (BRANDÃO, 2006, p. 178). Sobre a participação do povo no referido episódio, Brandão (2006) faz a seguinte observação:

Com a declaração de que a Pátria está em perigo, apresentam-se para salvá-la piauienses das camadas sociais mais variadas. Ricos e pobres. Os habitantes da Capital e das Vilas e os rudes filhos dos sertões. O fazendeiro, o agregado, o vaqueiro. Os que deixaram a atividade do campo, ainda não absorvidos pelas ocupações urbanas, veem nas armas o modo de fugir do ócio. As diferenças pessoais, em ajuntamento assim, se minimizam na vida em comum da caserna e dos acampamentos. E as tropas resultantes desse amálgama não têm grandes exigências a fazer. Combatem com quaisquer armas. E até inermes, desde que persuasivamente conduzidas. Sugestionáveis ao extremo inflamam-se com facilidade. Corajosa, vão além da audácia normal. Raiam pela imprudência e pela temeridade (BRANDÃO, 2006, p. 167).

Mesmo que se fale da participação na batalha dos sujeitos, indistintamente da classe social, a memória social sobre o referido acontecimento é mais enfático no sentido de que naquela batalha pereceram os que menos possuíam em termos de bens, de representatividade e de conhecimento, uma vez que nem seus nomes ficaram registrados para lhe garantir uma identidade. Nesse sentido, considerando-se a simplicidade do cemitério, tudo leva a crer que esse possa ser um argumento válido, pois os que morreram permaneceram no anonimato. Os jazigos de grupos abastados da sociedade costumam ser identificados, datados, nomeados e ornados de forma a serem rememorados pela posteridade, os quais se constituem o “lugar de reprodução simbólica do universo social” (LIMA, 1994, p. 87).

Desse modo, as abordagens sobre a batalha vão ganhando novas perspectivas de análise e novas interpretações como já ocorreu no passado. Essas diferentes interpretações sobre a Batalha do Jenipapo são provenientes das “visões e revisões” atribuídas pelos próprios historiadores ao longo do tempo que, de acordo com Queiroz (2009), foram demarcadas por períodos assim constituídos:

Os primeiros registros surgiram ainda no século XIX no embalo dos estudos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que se dedicava a criar uma identidade para o recém-fundado país – a começar pelo seu passado. [...] Na década de 1920, o olhar começa a mudar. Ganha espaço o movimento regionalista, influenciado pela Semana de Arte Moderna. Pesquisadores piauienses criticam os silêncios e os equívocos dos livros de História do Brasil sobre o tema. [...] É hora também de reavaliar o papel dos heróis e dos mártires. [...] Essa tendência revisionista, de glorificar ou contestar os protagonistas históricos, é deixada de lado pela historiografia moderna. A partir dos anos 1950, as investigações concentram-se na participação popular. A preocupação com o social realça a experiência das pessoas comuns, dos anônimos da História. Em consequência disso, os piauienses passaram a se apropriar daquele evento, transformado em tema de contos, romances, poemas, peças teatrais, filmes de cinema e artigos para a imprensa. A iniciativa de conferir dimensões épicas à luta da independência era incentivada pelo Estado, patrocinador de monumentos, memoriais e comemorações (QUEIROZ, 2009, p. 30-31).

As interpretações sobre a batalha continuam por intelectuais de diferentes áreas desde a História, a Arqueologia, a Sociologia, o Turismo, a Informática, o Jornalismo e Artes Visuais. O reconhecimento da Batalha do Jenipapo como acontecimento histórico relevante que marcou as lutas pela independência do Brasil tem merecido a atenção de políticos do Estado do Piauí de forma contínua, como se pode perceber através de parecer requerendo que o dia 13 de março, dia da batalha, seja incluído nas datas históricas, “no calendário das efemérides nacionais” (PARECER 779, 2009). A inclusão da referida data na bandeira do Piauí, além de discursos na Câmara Federal, exposições, o feriado municipal em Campo Maior, onde se realiza o evento comemorativo anual com visitas ao cemitério e honrarias fúnebres promovidas pelas autoridades do município e do Estado, discursos, entrega de medalhas “Heróis do Jenipapo” e o ponto alto da comemoração com a encenação teatral com a participação de 150 atores em 2014, um crescimento considerável se comparada com a primeira encenação em 1997, na qual participaram 30 atores (QUEIROZ, 2009, p. 31).

Foi no contexto de uma dessas comemorações que o Artes Paz se sentiu motivado e lhe ocorreu a ideia de pintar um quadro sobre a batalha. Naquela época, ele já havia

ministrado um curso pela Secretaria de Educação para o aperfeiçoamento de jovens com aptidão para a pintura. Sobre aquela experiência, ele relata:

Quando eu fui dar o cursinho a gente mexeu pela primeira vez com a tinta a óleo. Aí eu me encantei pela tinta, eu vi que tava bem melhor, as cores bem mais vivas, totalmente diferentes daquelas que eu usava à base d'água, tinta látex. Então, a gente fez alguns quadros, os próprios alunos, as pessoas que nunca tinham mexido com aquela tinta gostavam, já faziam umas obras bonitas. Aí, daí, partiu a ideia de se fazer um quadro com a tinta óleo e eu andava muito todos os anos no monumento, nas comemorações de aniversário e lá não tinha nenhum quadro. Só havia aquela comemoração, mas não havia nada de concreto que a pessoa pudesse visualizar como aconteceu a Batalha do Jenipapo. Então, eu tive essa ideia de fazer um quadro. A princípio eu tinha a ideia de fazer um quadro bem grande, um quadro talvez de uns seis metros, como na época até eu chamava assim, um paredão, mas as dificuldades eram grandes, eu não tinha material. A minha intenção, a princípio era adquirir doações de material para que eu pudesse fazer o quadro e doar para o monumento para que aquilo talvez abrisse as portas pra mim, que tivesse uma divulgação, tal. Mas as coisas não aconteciam do jeito que eu imaginei em um paredão para que os visitantes pudessem visualizar uma imagem sobre a batalha (PAZ, 2012, p. 4-5).

Como o próprio autor deixa transparecer, a iniciativa de elaborar o quadro partiu de um desejo pessoal, em um momento em que ele se sentia seguro e capaz, talvez, de realizar a sua melhor produção, pois naquele momento se conjugava a motivação e o aperfeiçoamento técnico quando ao mesmo tempo sonhava com o reconhecimento que o mesmo poderia lhe proporcionar, uma vez que estava transpondo para a tela a representação de um acontecimento de grande relevância para a história piauiense. Na sua concepção, esse fato deveria bastar para ser aceito, admirado e valorizado, entretanto não fez contato antecipadamente com a equipe organizadora do evento e, portanto, não conseguiu que o seu quadro fosse referenciado no protocolo da cerimônia. Seu desejo era mostrar a sua arte ao público da sua cidade e aos demais visitantes sobre um acontecimento importante da história piauiense. Ao transpor o imaginário da batalha para um quadro, poderiam contribuir para que aquele pintor deixasse de ser um anônimo como tantos outros naquele cenário das comemorações do dia 13 de março. Entretanto, ele se sentiu frustrado em suas expectativas ao sentir que não havia recebido o merecido reconhecimento. Sobre aquele momento, ele recorda:

Então na data certa eu levei o quadro pra lá, ficou exposto, muita gente admirada, muita gente dando os parabéns. Sempre, nessas ocasiões, o governador vem visitar o Monumento, têm todas as autoridades, pessoas do exército, da aeronáutica e tem o protocolo, né. [...] Aí eu solicitei que a visita a meu quadro fizesse parte do cerimonial, que pudesse quebrar aquele protocolo, mudar, mas não foi possível. Então as pessoas fizeram a visita ao

Monumento, mas não fizeram a visita ao quadro, não teve divulgação da maneira que eu esperava. Quer dizer, teve pelo povo, pela população, mas a visita do governador foi assim de passagem, não fez parte do cerimonial, nenhum repórter que fazia as matérias deu destaque, enfim, não repercutiu da maneira como eu gostaria, como artista. Foi bom pelo povo, pelos amigos, pelas pessoas que viram, mas em termos de divulgação não houve e nem nos anos seguintes, mas eu fiquei satisfeito. Depois de algum tempo foi solicitado por alguns colégios para que eu levasse o quadro, ficasse exposto, e assim eu levei em alguns colégios (PAZ, 2012, p. 7).

O desapontamento de Artes Paz foi evidente, pois o seu quadro não tinha recebido a deferência desejada naquele evento. O mesmo ocupou o lugar almejado pelo seu autor, que era permanecer no memorial para ser apreciado pelos visitantes. Os inúmeros pedidos de encomendas que foram feitos e que ele não pôde atender e a exposição do referido quadro, ainda que temporária, em escolas da cidade, foram expressões do reconhecimento da população pelo seu trabalho e talento. O autor trouxe para a tela a representação de aspectos que compõem a narrativa histórica. Exemplo é a participação em massa de populares: agricultores, vaqueiros, mestiços, negros, índios e até mesmo as mulheres foram retratadas na pintura de uma forma bem peculiar, de acordo com a concepção do autor que faz a seguinte observação:

Eu coloquei as mulheres ajudando. Nesse quadro, a gente percebe que têm as mulheres ajudando a recarregar as armas, mas na verdade dizem que as mulheres ajudaram muito, foi se dispendo de suas joias, de seus bens para adquirir algumas armas que eram poucas, que, na verdade, a guerra foi feita com o campomaiorense desarmado, ou seja, armado com foices, facões, pouca arma de fogo, comparada com as armas do Fidié, do comandante das tropas inimigas (PAZ, 2012, p. 10).

O autor, mesmo preocupado em abordar os personagens da batalha de forma mais condizente possível com as narrativas históricas, nesse aspecto ele deixa transparecer a sua percepção e o sentimento da mulher numa interpretação fundamentada no cotidiano da relação familiar. O autor coloca a mulher do povo, uma vez que a mulher à qual a historiografia faz referência é a mulher de elite, que era possuidora de joias. A participação das mulheres nesse acontecimento é um aspecto que ainda precisa ser mais bem elucidado a partir de uma abordagem de gênero da sociedade colonial.

O tema da batalha ganhou adeptos em Campo Maior por todo o século XX, como se pode perceber desde a celebração do seu centenário da independência, quando representantes da municipalidade idealizaram um símbolo para homenagear os mortos na batalha, o qual foi inaugurado em 7 de setembro de 1922 (SOUSA FILHO, 2010, p. 59). Outra ação política

nesse sentido do reconhecimento daquele lugar foi o seu tombamento pelo Governo Federal em 1938. Antes dessas ações governistas, o Cemitério já havia se transformado em lugar de devoção e peregrinações religiosas no qual os devotos mais fervorosamente cultuavam as almas dos soldados mortos, transformando o referido cemitério em lugar sagrado. Essa prática devocional, que foi corriqueira na primeira metade do século XX, vai aos poucos sofrendo transformações junto com as intervenções no lugar, as quais trouxeram novas ressignificações. A partir dos anos de 1960 a 1970, se desencadeou uma mobilização da população da cidade, especialmente da juventude organizada (LIMA, 1995, p. 78), no sentido de chamar a atenção das autoridades para valorizar aquele espaço do Cemitério do Batalhão no sentido de ressignificar a memória daquele acontecimento. Essas reclamações foram absorvidas pela ação política do governador Alberto Silva (1971-1975) que, naquele contexto político de valorização da cultura nacional, tornou-as parte da sua ação política, resultando na construção do Monumento e Museu Histórico do Jenipapo, o qual teve sua inauguração em duas etapas. A primeira, em 6 de novembro de 1973 (SOUSA FILHO, 2010, p. 60), quando foi inaugurado apenas o Monumento; e a segunda, no ano seguinte, em 13 de novembro de 1974, quando foi montado o Museu Histórico (O ESTADO, 1974, p. 6). A partir dessas intervenções, as comemorações do dia 13 de março se transformaram também em atos cívicos e paradas militares. Pela manhã, é celebrada uma missa para os mortos, e, à tardinha, a população e as autoridades se aglomeram no local para a solenidade, seguida do espetáculo teatral sobre a batalha.

Da época do referido governo se podem visualizar duas telas sobre a Batalha do Jenipapo, no interior do Palácio de Karnak: uma de Chico Bruno, de 1973, e outra de Almir Gadelha, de 1972.

Figura 54 – Tela de Chico Bruno. “Batalha do Jenipapo”, 1973, óleo sobre tela, 80 cm por 1,30 m, exposta no Palácio de Karnak, Teresina Piauí.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 55 – Tela de Almir Gadelha. “Batalha do Jenipapo”, 1972, óleo sobre tela, 1,50 m por 3,00 m, exposta no Palácio de Karnak, Teresina Piauí.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

No interior do referido Monumento, existem representações em forma de mural, da Batalha do Jenipapo realizada por Almir Gadelha possivelmente datada do período da inauguração, entretanto não se visualiza assinatura do autor nem o ano.

Figura 56 – Tela de Almir Gadelha. “Batalha do Jenipapo”, 1973, pintura mural, 1,10 m por 4,00 m, Exposta no Monumento do Jenipapo, Campo Maior Piauí.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

As referidas obras somente foram identificadas por essa pesquisadora no final da pesquisa, porém se faz esse registro sobre esses dois quadros, os quais merecem que se faça uma abordagem.

Naquela ocasião da inauguração do Museu do Jenipapo, o Jornal “O Estado” publicou a seguinte notícia:

Hoje, os sonhos de muitos campo-maiorenses estarão se concretizando com a inauguração do Museu do Jenipapo onde serão guardados todos os objetos e referências escritas sobre o combate contra os portugueses liderados por “Fidié”. [...] Primeiro foi a prolongada luta que os campo-maiorenses desenvolveram no sentido de edificar um monumento aos mortos da batalha do Jenipapo. Depois de concluído o monumento e inaugurado, novos esforços foram despendidos pela população: desta vez, queriam que o monumento fosse complementado com um Museu. O Museu também foi construído e sua inauguração possibilitará a junção de todos os objetos, documentos, armas, enfim tudo que se relacione com a batalha do Jenipapo e que atualmente se encontra dispersado por várias mãos. Esse deve ser um dos objetivos principais do Museu do Jenipapo (ESTADO, 1974, p. 6).

De tal forma, esse tema entrou para o calendário e para a agenda política e cultural piauiense nos governos subsequentes. Posteriormente, um projeto trouxe a público obras já publicadas sobre a batalha e que foram reeditadas pela FUNDAPI (Fundação de Apoio à

Cultura do Piauí), em 2006, como a “Coleção Independência”. Na referida coletânea, se pode apreciar a arte de Antonio do Amaral⁵⁶ na diagramação das capas das respectivas coleções, com motivos relacionados à batalha.

⁵⁶ Antonio do Amaral é artista plástico natural da cidade de Campo Maior, sua produção se caracteriza como arte contemporânea. Experiente como quadrinhista, design gráfico e tem experiência com Publicidade e propaganda, no Brasil e no exterior.

Figura 57 – Capas de livros ilustradas por Antonio do Amaral. Publicação FUNDAPI-PI, 2006.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

A obra do Antonio do Amaral sobre a batalha se constitui um objeto de estudo que merece uma abordagem nessa perspectiva da relação entre história e imagem de tal modo que o tratamento desse tema da Batalha do Jenipapo na historiografia piauiense encontra respaldo no processo de construção das narrativas da primeira década do regime republicano no século XX, como se pode perceber nesta análise sobre a historiografia piauiense:

Sintomaticamente, depois de resolvidas as questões políticas nacionais mais prementes à consolidação do regime, estruturar-se-ão narrativas históricas fundadoras da piauiensidade, cujo marco principal é *A guerra do Fidié*, de Abdias Neves, escrita nos primeiros anos do século XX e publicada originalmente no *Almanak Piauiense*, edições de 1904 e 1905, *sob o título Independência do Piauí: apuntes históricos* (SOUSA, 2010, p. 119).

O tema da Batalha do Jenipapo passou a ser rememorado como data comemorativa e aos poucos foi sendo absorvido pela população piauiense, notadamente pela população de Campo Maior, quando determinadas pessoas se incluem como coparticipantes da batalha. Em certos casos, houve até manifestação do desejo de serem enterradas no mesmo Cemitério do batalhão, como foi o caso do Professor Raimundo Nonato Santana⁵⁷ e Monsenhor Chaves⁵⁸ para quem foi construído um túmulo, porém não chegando a ser concretizado, pois não ficaria bem para esses dois intelectuais e autoridades da cidade de Campo Maior ser enterrados no referido cemitério, uma vez que são proibidos novos enterramentos, por se constituir uma área tombada pelo patrimônio histórico.

O Cemitério do Batalhão é principal representação visual da paisagem do lugar. Há também, no terreno de aproximadamente 1ha, o Obelisco (1923), o Monumento Museu do Jenipapo (1974) e mais recentemente o Pórtico (2006) de entrada para o Monumento, na BR 343 localizado no entorno do Cemitério.

⁵⁷ Raimundo Nonato Monteiro de Santana é historiador e professor, natural de Campo Maior onde foi prefeito. É membro da Academia Piauiense de Letras, foi presidente da FUNDAPI por meio da qual publicou e organizou várias obras sobre a historiografia piauiense.

⁵⁸ Monsenhor Joaquim Chaves nasceu em Campo Maior, foi sacerdote e escritor da história do Piauí e especialmente sobre a Batalha do Jenipapo. É considerado um grande intelectual piauiense do século XX.

Figura 58 – Projeto do Monumento do Jenipapo, 1972. Acervo da FUNDAC-PI.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 59 – Detalhes da lateral esquerda do Monumento Museu do Jenipapo.



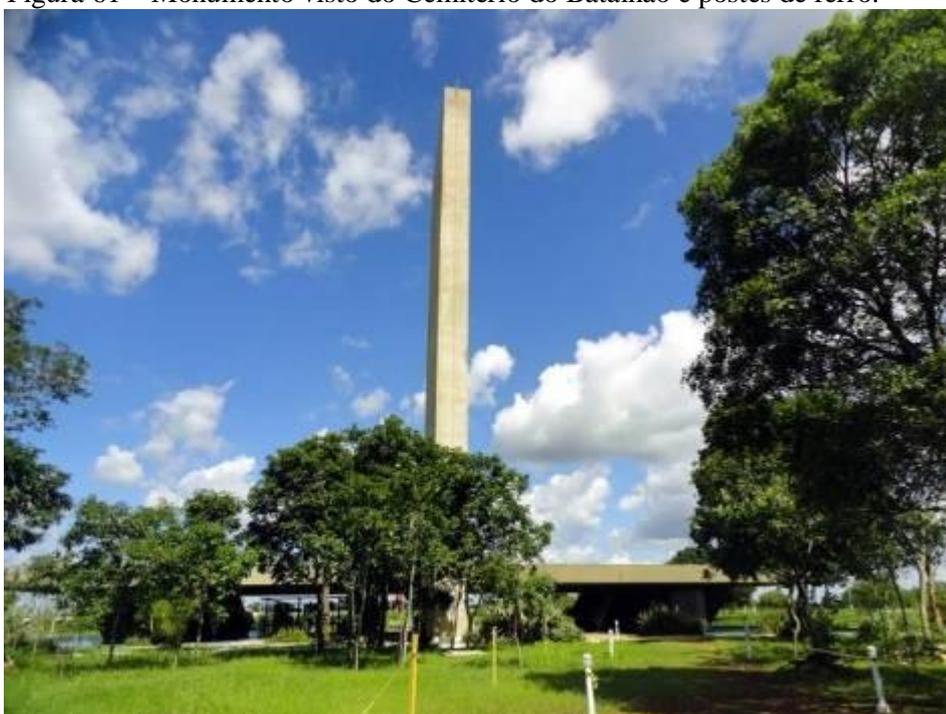
Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 60 – Visão frontal do Monumento Museu do Jenipapo.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 61 – Monumento visto do Cemitério do Batalhão e postes de ferro.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 62 – Visão de cima do Monumento com detalhes do obelisco na esquerda e do rio Jenipapo à direita.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Essas obras foram realizadas por personalidades da política piauiense. O Obelisco constitui-se um marco construído em cimento em meio aos jazigos onde foi colocada uma placa de bronze defrente indicando a direção em que chegaram as tropas para o campo de batalha. Com a construção do Monumento, a população não aceitou que o obelisco fosse demolido, e assim, o mesmo permaneceu intacto, pois ali estava a memória daqueles que o construíram.

Sobre o referido obelisco, José Omar faz algumas reflexões que merecem destaque como:

Aquele Obelisco foi feito no Centenário. Tem lá uma placa: Centenário da Batalha do Jenipapo. Se puder ir lá, fotografar, é até bom. Você vai ver que tá sujo das cinzas e das fuligens das velas, mas pode até limpa, é de bronze. Agora veja bem porque o monumento é feito ali? Porque é um lugar mais alto [...] é tanto que aquela parte mais baixa alaga no inverno. [...] então a questão do monumento ter sido feito ali foi uma questão de engenharia técnica, porque o local (onde ocorreu a batalha) é ali na região do Jenipapo, porque o rio Jenipapo está a uns 200 metros dali. Mas, pelo Obelisco dá pra gente ver onde foi o encontro [encontro das tropas no campo da batalha] [...] a placazinha está indicando pra acolá, lá são os campos, na frente da placa. Então você que tá fazendo arqueologia deve entender no meu raciocínio que esta placa está direcionada a ser uma homenagem que foi feita ali. Importante naqueles 100 anos da batalha. Ainda tinha muita história viva para se contar. Ainda estava fresco. Tinha gente viva ainda da batalha. Então, o que acontece é que o local da batalha foi pra lá, em frente para aquele obelisco. [de acordo com essa observação, o obelisco e o monumento

estão de costa um para o outro] [...] Então, o que acontece: se obelisco tá aqui, a placa de bronze está aqui direcionada para acolá, então no meu pensamento o fato ocorreu em frente à placa [ou seja, nos campos do lado da frente da placa]. [...] Se fizer uma pesquisa arqueológica, lá praticamente é aberto, vai encontrar, porque, segundo o Tenente Simplicio José da Silva, que foi o que ficou em Campo Maior, que era da polícia de Campo Maior, ele conta, você vai ver que depois que deixaram os mortos lá, que ele ajudou a enterrar porque ele era policial e lutou na batalha. Ele enterrou muitos mortos no local que morreu. Algumas pessoas foram enterradas porque não podiam mais pegar. Cinco horas da tarde, eles estavam enterrando gente porque não tinha mais como deslocar, porque não tinha mais tempo nem tinha mais uma valeta (por não ter tantas valetas muitos foram enterrados juntos na mesma valeta). Então, eles enterraram lá no campo de batalha com equipamento e tudo, armamento, se perdeu muito armamento, bala de canhão. Tem muita coisa lá, baioneta, gente que morreu, tudo, não deu para juntar tudo. Se fizer uma pesquisa arqueológica na região que estou falando, deve-se encontrar muita coisa. Agora, enterrado um metro, um metro e meio porque aquilo vai formando uma camada (BRASIL, 2012, p. 8-9).

Essas observações são bem pertinentes e se devem levar em conta todas as modificações da paisagem do local, especialmente a abertura da BR 343, a instalação da fábrica de cerâmica, o cercamento das terras que fecharam os antigos caminhos por onde as tropas marcharam e até mesmo a delimitação do terreno do Cemitério que atualmente se encontra cercado por propriedades particulares. A referida placa se encontra atualmente em uma posição contrária ao local de chegada dos visitantes. Dificilmente sem um olhar atento se chega a identificar a referida placa coberta pela fuligem das velas ali depositadas pelos devotos. A mudança ocorreu a partir da criação da nova estrada (BR 343) por onde atualmente se tem acesso ao Cemitério. Um dos antigos caminhos de quem vinha da Vila de Parnaíba passava pelo terreno onde atualmente se situa a Fazenda EMBRAPA, em uma passagem do rio Jenipapo conhecida como passagem do estreito, ou passagem das pedras⁵⁹, pois nesse local se podem observar, no período seco, as referidas pedras. O outro caminho era chamado passagem do batalhão, assim chamado por se acreditar ter sido a passagem por onde atravessou Fidié com sua tropa. No local, existe um dique feito por um morador da localidade, o senhor Otacílio, numa tentativa de desviar a água do rio no período das enchentes. De certa forma, a construção do Monumento em estilo arquitetônico brutalista⁶⁰, em cimento aparente,

⁵⁹ O referido local recebe essa denominação em razão do afloramento de uma formação rochosa existente naquela passagem do rio Jenipapo.

⁶⁰ A arquitetura brutalista foi uma tendência surgida na Inglaterra por um grupo de jovens arquitetos na década de 1950 a partir da técnica do emprego do concreto bruto e uma plástica nova, cuja estética estava na essência do material em seu estado bruto na qual explorava a plasticidade das estruturas de concreto. No Brasil, a tendência brutalista ocorreu a partir dos anos 1950 concomitantemente à construção de Brasília, sendo sua consolidação a partir da década de 1960. O brutalismo paulista está manifesto no Parque Ibirapuera com a arquitetura de Oscar Niemayer (1951-1953), no Estádio do Morumbi, no MASP, apenas para citar alguns exemplos. No Piauí, o reflexo desse tipo de arquitetura pode ser observado especialmente no governo Alberto Silva nas construções do

chega a poluir visualmente o ambiente e tira a visibilidade do Cemitério por se tratar de uma construção muito grande na qual seus espaços são pouco aproveitados, sendo considerada na arquitetura como uma obra “faraônica” ou “elefante branco” (MELO, 2013, p. 18).

Dentre os artefatos expostos no Memorial, encontra-se o quadro Batalha do Jenipapo, de Artes Paz, e todos são representações da batalha que foram incluídos como parte desse acontecimento atualmente. A representação pictural e por meio de monumentos são formas por excelência para se consagrar um acontecimento histórico. Quanto às imagens, elas contêm suas implicações de poder e de memória, pois,

na relação entre a forma e a função da imagem, encontra-se expressa a intenção do artista, do financiador e de todo o grupo social envolvido na realização da obra; nesta se inscrevem de antemão o olhar do ou dos destinatários e os usos (SCHMITT, 2007, p. 45).

Especificamente no quadro de Artes Paz, não houve um financiador direto, nem foi o resultado de uma encomenda, embora o autor tivesse conseguido o custeio dos materiais necessários junto à Fundação Cultural Monsenhor Chaves, órgão fomentador da cultura na Prefeitura de Teresina. Esse custeio foi conseguido por meio de influência política, mesmo tendo o autor total autonomia sobre a construção do seu quadro. A iniciativa para construir o referido quadro partiu do próprio autor quando desejava projetar-se na vida artística, mas não tinha as condições materiais para elaborar o quadro na proporção desejada.

Entretanto, para tal construção, ele foi coletar informações junto a professores, escritores, artistas da própria cidade sobre o referido acontecimento histórico. O autor intuitivamente é capaz de perceber a importância e o poder de uma imagem fundamentada nas informações orais e nos documentos. Ele mesmo sentiu essa necessidade de o público visualizar uma imagem da batalha, uma imagem aceita como legitimadora da verdade. A imagem transmite mais rapidamente a sua mensagem. Nesse sentido, toda imagem é legitimadora de um discurso. O quadro de Artes Paz é uma representação do imaginário que foi construído pela historiografia sobre a Batalha do Jenipapo. Dessa forma, “toda imagem visa tornar-se um lugar de memória” (SCHMITT, 2007, p. 47).

5.2 AS RECORDAÇÕES DO ARTISTA

Na ocasião em que foi marcada a entrevista com o senhor Francisco José Soares da Paz, foi-lhe solicitado que contasse como foi sua experiência artística e quando ele havia se descoberto com essa aptidão. Artes Paz, como prefere ser chamado, tomou a palavra e falou sem embaraços e de forma emocionada sobre sua vida de menino na zona rural, quando vivia na localidade conhecida como Fazenda Repuxo⁶¹, no município de Campo Maior, no Estado do Piauí. Nasceu em 04 de dezembro de 1971 e teve uma origem pobre, sua mãe era professora e seu pai agricultor. Não existia energia elétrica onde morava e à noite a família utilizava lamparinas a gás para iluminar. Seus primeiros desenhos foram rabiscados à noite, à luz de lamparinas, enquanto a fumaça que saía da combustão provocava irritação em seus olhos. Sua irmã, curiosa, se punha a olhar o que o irmão desenhava. Isso o irritava, pois não queria que ninguém o visse. Preferia a privacidade. Quando isso não ocorria, os irmãos terminavam brigando e a mãe sempre tinha que fazer alguma intervenção, às vezes com castigos para Artes, que era o mais velho. Ao contar esse exemplo e tantos outros, ele o fez para enfatizar como nunca havia recebido incentivo para desenvolver sua aptidão e assim poder ampliar seu conhecimento no campo das artes. Segundo ele, a mãe o reprimia porque desejava que o filho se dedicasse aos estudos, pois não via nenhum futuro naqueles seus desenhos, os quais o atrapalhavam na sala de aula. As professoras reclamavam de como se distraía durante as aulas, pois passava a maior parte do tempo desenhando, enquanto deveria prestar atenção à aula. Questionado sobre quais desenhos gostava de rabiscar, ele diz não lembrar-se de precisamente o que desenhava, mas afirmou que seu posterior contato com as revistas em quadrinhos, a qual gostava muito de ler (principalmente de banguê-banguê e faroeste), lhe serviu de inspiração para seus desenhos. Sua preferência era pelos desenhos do caubói com as armas na cintura. É dessa convivência com o universo das histórias em quadrinhos que nasce a inspiração para confeccionar uma revistinha. Naquela fase, alimentava o desejo e o sonho de tornar-se futuro desenhista desse tipo de revista.

O seu interesse pelos quadrinhos de banguê-banguê foi aos poucos dando lugar para novos heróis, agora influenciados pela televisão e aos poucos também são transformados em quadrinhos. Seu foco de interesse havia se transformado agora para os heróis dos desenhos animados, especialmente o He Man e o Esqueleto, aqueles de que a criançada mais gostava e

⁶¹ A Fazenda Repuxo foi instalada por volta de meados do século XX distando cerca de 9 km da cidade de Campo Maior. Na referida fazenda, foi instalado um curtume no qual era feito o beneficiamento do couro do gado, matéria-prima abundante no município.

encomendava os desenhos. Na escola, chegou a ganhar algum dinheiro com os desenhos que fazia, e isso o estimulava, pois, com o que ganhava, passou a garantir seu lanche diariamente.

Francisco conta que, desde menino, sempre teve anseio por liberdade para desenhar, e esse seu desejo, assim como a necessidade de trabalhar para se manter, levou-o a sair de casa ainda muito cedo. Deixou a convivência com a família para viver e trabalhar em fazendas próximas com pessoas amigas. Segundo ele, quando morava na Fazenda tinha liberdade para desenhar nas horas vagas. Infelizmente, o artista não guarda nenhum rascunho de desenhos dessa fase da vida. Durante sua infância e adolescência, sem referências nem incentivos para se desenvolver no campo das artes, seu único espaço de crescimento era a escola, espaço este que, mesmo na atualidade, no ensino público, ainda não oferece o devido incentivo para estimular a criatividade. Já enquanto garoto, foi descobrindo que aquela aptidão latente para o desenho e para a pintura se irrompia na prática de pintor de letreiros em paredes. Assim, ele relembra:

Eu cheguei já numa certa idade, acho que aproximadamente uns 15 e 16 anos eu via pessoas pintando letreiros e eu comecei a me interessar também. Era uma coisa que, na época, quer dizer, ainda hoje, tinha certa rentabilidade, ao contrário do desenho, da pintura em si, que se eu fosse pintar um quadro, naquele tempo, eu não tinha nem os materiais certos, não sabia, nunca tinha nem ouvido falar na tinta a óleo, nas tintas apropriadas para se pintar uma tela. A gente pintava mesmo, quando pintava algum quadro, de alguma coisa era com a tinta mesmo de parede (PAZ, 2012, p. 3).

Desde então, seu interesse por esse tipo de pintura foi crescente, já que se apresentava também como alternativa de profissionalização e melhor rentabilidade. De tal forma, foi trabalhando como pintor de letreiros que Artes Paz conseguiu desenvolver melhor sua capacidade para o desenho e para a pintura. Ele começou a perceber que o seu trabalho diferenciava dos demais colegas que exerciam a mesma profissão.

Quanto à pintura de telas, seu interesse só será despertado posteriormente, já que não tinha a convivência com essa modalidade nem manuseava os materiais adequados. Sua primeira oportunidade como pintor de letreiros surgiu no período de campanha política. Para garantir a vaga, ele treinava em casa em uma única parede rebocada que havia em sua residência e que funcionava como uma lousa, onde apagava e refazia sua pintura quantas vezes fossem necessárias para treinar e aperfeiçoar o letreiro e o desenho. Às vezes, os letreiros vinham acompanhados de um desenho.

Dessa forma, começou sua vida de pintor de letreiros. Primeiramente, trabalhou para campanhas políticas, para marcas comerciais famosas. Trabalhou vários anos na Coca-cola,

viajando por todo o Estado do Piauí, na função de pintar a marca nos muros de estabelecimentos comerciais. Para ele, ainda adolescente, viajar fazendo algo que sabia fazer e lhe proporcionava grande prazer se apresentou como uma experiência adequada à sua aptidão, como ele mesmo se expressa:

Eu acho que foi talvez com uns 17 anos por aí. Eu já saí praticamente do interior, já viajava pelo Piauí na época, mas só que aquilo pra mim era uma coisa imensa, garoto ainda, nunca tinha saído de Campo Maior. Comecei a trabalhar e me dei bem. Eu não lembro quanto tempo eu passei, foi um bom tempo trabalhando nessa empresa até que reduziram os custos, cortaram as despesas lá, e eu fui uma das despesas. [...] Eu trabalhei em várias cidades do interior do Piauí, passava às vezes uma semana, um mês. Enfim, pintava em muros, em trailers, em bares, onde se vendia o produto e o proprietário aceitava e a gente fazia aquela pintura sendo pago pela empresa Coca-Cola de Teresina (PAZ, 2012, p. 3-4).

Com o aperfeiçoamento tecnológico do mercado publicitário chegando às empresas, sua profissão de pintor de propagandas se tornou um tanto obsoleta. Em tempos de cortes de gastos, o primeiro serviço a ser dispensado era o serviço do pintor de letreiros. Entretanto, logo depois dessa dispensa, ele conseguiu colocação em outra empresa, tornando-se pintor de letreiros da marca Café Santa Clara. Foram longos cinco anos na mesma função e que também chegou ao fim. Com a demissão e o fim dessa experiência, começou uma nova fase de redefinição de seu campo de atuação.

Assim, passou a conjugar o trabalho autônomo com várias atividades artísticas, ornamentais e publicitárias. Até aquele momento, seu trabalho como pintor de letreiros e de marcas comerciais o havia levado a manusear apenas a tinta látex, à base d'água. E, em sua nova fase como autônomo, abriu-se um novo campo de atuação, porém limitado pelas condições econômicas. Com mais maturidade pessoal e criativa nessa nova fase, sua atenção e interesses se voltaram, também, para a pintura em telas. Naquele período, ele conheceu a artista plástica Oneide, natural de Capitão de Campos e, ao vê-la produzir suas telas, interessou-se profundamente, também, por produzir telas. A partir daí, nutriu com a artista certa amizade, com a qual procurou sempre conversar sobre suas ideias, tirar dúvidas, pedir esclarecimentos e esse relacionamento foi positivo para o seu aperfeiçoamento e saber artístico. O interesse e a aptidão pela pintura de telas haviam estado sempre latentes, e era chegada a hora de se manifestar. Mesmo não dispondo de material adequado, chegou a pintar e vender algumas telas que havia feito em madeira, outras em compensado com tinta látex, já que naquela época desconhecia o manuseio com as telas e as tintas a óleo próprias para a pintura artística. Embora tivesse vendido algumas telas, o retorno financeiro não era suficiente

para sua manutenção, fato esse que sempre o conduzia para a pintura de letreiros na qual adquiriria maior rentabilidade em curto espaço de tempo.

Desde cedo, percebeu que conduzir a vida apenas pintando telas naquela cidade de Campo Maior era impossível. Naquele contexto, a pintura de telas passou a ser uma atividade para as horas vagas. Seu encantamento foi notório quando teve contato pela primeira vez com os quadros em óleo sobre tela da artista Onilda⁶². As cores encantaram e pareciam estar trazendo um novo colorido à sua vida de pintor. Algo em seu interior se manifestava como se já conhecesse aquelas técnicas, como se já soubesse de tudo e estivesse precisando apenas de algumas orientações: era a sua aptidão se manifestando. Seu desejo criativo de produzir telas se ampliava, mas os limites também eram acentuados tanto pela falta de recursos como pela ausência desses materiais na sua cidade.

Em certa ocasião, Artes Paz foi convidado pela Secretaria de Educação para ministrar um curso para alunos das escolas públicas que apresentavam aptidão para as artes plásticas. Para a execução do referido curso, a Secretaria fornecia o local e todo o material necessário, incluindo assim as telas e as tintas. Ministrar aquele curso foi um marco importante na sua trajetória de aperfeiçoamento artística, pois conseguiu manusear as tintas a óleo e preparar as telas pela primeira vez. Segundo ele, o resultado, ao final do curso, foi surpreendente para todos. Os alunos e as pessoas que nunca haviam pintado conseguiram elaborar belíssimas telas através do curso. E, por sua vez, o instrutor aprimorava seu dom para experiências vindouras: agora o artista se sentia mais convicto e seguro para se aventurar no universo da pintura.

5.3 A BATALHA POR UMA IMAGEM

Certa vez, ao participar das comemorações de aniversário no Monumento aos Heróis da Batalha do Jenipapo, veio-lhe a inspiração para pintar um quadro representativo daquele acontecimento histórico. Na sua concepção, havia um vazio no monumento, e uma arte sobre a batalha seria interessante para preencher e atrair o olhar do visitante. Sua intenção inicial era pintar um quadro em tamanho grande, “uma espécie de paredão” – como ele mesmo classifica – para ser exposto permanentemente no monumento onde os visitantes pudessem visualizar uma representação sobre a batalha. Para construir um quadro que ainda não era aquele pretendido pelo artista, ele precisou vencer vários obstáculos. Primeiramente, para conseguir

⁶² Onilda Melo é professora do Ensino Médio formada em Artes Plásticas e natural do município de Capitão de Campos no Piauí.

o material necessário, uma vez que o mesmo não dispunha de recursos para tal empreendimento. Ele precisava que alguém ou algum órgão financiassem o material necessário para a construção do referido quadro. Assim, com ponderação, procurou conversar com os amigos e ouvir sugestões de como poderia fazer para conseguir o patrocínio necessário. Em meio a uma dessas conversas, lhe foi sugerido que recorresse ao prefeito da cidade. Artes Paz assim o fez, porém o prefeito na época não aceitou financiar o quadro, mas propôs comprá-lo logo que estivesse pronto. Entretanto, a sugestão do prefeito de Campo Maior não era compatível com aquela situação e tornava a composição do quadro inviável, pois o artista não tinha como custear as despesas com o material. Essa foi uma tentativa frustrante para o pintor, entretanto, mesmo não conseguindo um acordo com o prefeito, não desistiu da sua ideia de compor o quadro.

Ainda com o firme propósito de investir na construção do referido quadro, fez contato com outro político campomaiorense, o então prefeito de Capitão de Campos, cidade vizinha de Campo Maior. A partir dessa conversa, o prefeito o orientou que fosse até Teresina solicitar o material à prefeitura da capital, pois esta dispunha de um órgão público que oferecia auxílio e incentivo aos artistas, a então Fundação Cultural Monsenhor Chaves (FCMC). Assim, naquela ocasião, entregou ao artista um bilhete de recomendação ao prefeito de Teresina. Conta o pintor que esta solicitação foi bem-sucedida, pois ele adquiriu, junto à FCMC, todo o material de que necessitava para compor um quadro de 3,00m x 1,70m, ainda que não fosse exatamente o que ele pretendia. Dessa forma, foi possível compor o quadro e, no dia 13 de março de 2003, ele o expôs no Memorial por ocasião da celebração comemorativa da Batalha do Jenipapo.

Figura 63 – Tela de Francisco J. S. da Paz. “Batalha do Jenipapo”, 2003. Óleo sobre tela, 1,70 m por 3,00 m. Exposta no Museu Monumento do Jenipapo, Campo Maior – PI



Fonte: Acervo próprio, 2012.

No quadro de Artes Paz, a Batalha do Jenipapo, percebe-se uma arte figurativa em óleo sobre tela no qual o autor construiu uma representação que enfatiza o protagonismo dos camponeses, agricultores, vaqueiros, homens jovens e de meia idade, muitos deles desarmados. O artista representou-os no primeiro plano assim como os negros e as mulheres que ficavam na retaguarda, auxiliando e cuidando dos feridos. Esses protagonistas populares, armados com espingardas velhas, facões, foices, machados, o povo assim representado em seus trajes típicos do cotidiano, invadem a tela numa ação de bravura e enfrentamento das tropas bem armadas do Major Fidié. O confronto das tropas é representado no centro da tela onde se observa a explosão dos canhões identificando a superioridade das armas inimigas, embora seu contingente de participantes seja menor. Mas qual vantagem teriam homens desarmados e sem treinamento militar?

O autor construiu primeiramente a paisagem e, em seguida, foi dispendo os elementos da composição da tela nos seus mínimos detalhes e movimentos. Os membros do povo podem ser identificados pelas roupas comuns e chapéus, assim como pelo tipo de armamento, a grande maioria representada no lado esquerdo da tela, enquanto as tropas portuguesas foram representadas com trajes específicos no lado direito e no centro da tela na qual se observa a presença de carros de guerra e da cavalaria.

Mas, por que os índios não foram representados? De acordo com o artista quem lhe contou sobre a batalha não abordou esse aspecto, o qual ele disse desconhecer. Talvez porque na historiografia eles sejam vistos como desordeiros, entretanto grande parte dos mestiços

poderiam ser descendentes dos índios Alongares, Potis, Jenipapos, Gueguês, Acoroás, pois, naquela época, ainda era bem marcante a presença dessas etnias nessas paragens e vale ressaltar, como já foi citado anteriormente, que da Serra da Ibiapaba desceram grupos de centenas de índios armados para participar da batalha. Lamentavelmente um aspecto bem interessante foi omitido do quadro, assim como o foi da História do Piauí.

As cores utilizadas estão em harmonia. O tom amarelado representando o sol refletido no terreno no qual ocorreu a batalha deu um tom mais vivo à tela. O branco da água do rio transbordante e da areia revela a exuberância do quadro e da representação da natureza nos tempos chuvosos.

Ao remontar todo o percurso de elaboração do quadro, Artes Paz se recorda da decepção que teve ao solicitar à comissão organizadora do evento que fosse feita uma referência ao quadro ou mesmo um convite às autoridades e às pessoas em geral para o apreciarem. Porém, nenhuma referência foi feita dentro do protocolo do evento. Mesmo assim, para amenizar seu desapontamento, ele recorda que os amigos prestigiaram o seu trabalho. O governador também chegou a vê-lo mesmo rapidamente e, em seguida, enviou um portador com o objetivo de adquirir o quadro. Novamente, ele reforçou seu desejo de não vender o quadro, pois o mesmo destinava-se a ser uma doação sua ao Monumento. Porém, diante de tamanha insistência, Artes Paz decidiu vender o quadro para o Governador, que o deixou exposto no Memorial e onde o mantém até o presente momento. Outro episódio marcante, disse o entrevistado, foi quando o prefeito da cidade viu o quadro exposto e expressou preocupação e constrangimento por não ter oferecido apoio ao artista. Assim, enviou rapidamente seus representantes, inclusive familiares, para propor a compra do quadro. Porém, ele assegurava que não iria vendê-lo. Mostrou ter ficado indignado com a falta de interesse e de incentivo do prefeito e chegou mesmo a pensar em subir ao palanque e delatar o ocorrido, porém, atendendo ao pedido de amigos, resolveu não fazê-lo. Passado aquele evento, o então prefeito da cidade procurou-o insistindo veementemente em adquirir o quadro, mas ele já o havia vendido ao governador, que ficou sensibilizado com aquela situação e se dispôs a elaborar outro exclusivamente para atender ao pedido do prefeito.

Figura 64 – Tela de Francisco J. S. da Paz. “Batalha do Jenipapo”, 2003, óleo sobre tela, 1,40m por 3,00 m, Exposta no Palácio das Carnaúbas, Campo Maior Piauí.I



Fonte: Acervo próprio, 2013.

Artes Paz afirmou ter feito este segundo quadro às pressas, pois marcou data para a entrega e tinha como pressuposto fazê-lo de modo semelhante ao primeiro. A obra encontra-se atualmente exposta em uma antessala do Palácio das Carnaúbas, a prefeitura da cidade. O autor declarou que havia ficado com a mente cansada e, talvez, por essa razão, ele tenha omitido alguns elementos que estavam presentes no primeiro quadro, como a cena que contém a atuação das mulheres, por exemplo. Ele declara que essa foi uma cena imaginada por ele, pois os relatos históricos apresentam uma referência às mulheres, destacando que as mesmas haviam doado suas joias para contribuir na compra de armamentos para a batalha, que os brasileiros as possuíam em número reduzido. Certamente só as mulheres de maiores posses tiveram essa participação doando suas riquezas. As mulheres simples, do povo, contribuíram da forma que mais lhes convinha: auxiliando seus companheiros, filhos, parentes.

Depois que Artes Paz construiu essas duas produções, muitos outros pedidos foram feitos ao artista, porém ele se sentia muito desgastado ao elaborar dois quadros com tantos detalhes em um curto período de tempo e por isso preferiu não atender mais a pedidos. Passado algum tempo, aceitou compor mais um quadro para uma amiga, porém esse era em tamanho bem menor que os dois primeiros. Tal obra foi encomendada para um casal⁶³ conterrâneo de Artes Paz que atualmente reside em Teresina. De tal modo, existem três

⁶³ O Casal Chichico, engenheiro, e Eloísa, funcionária pública, moram em Teresina e colecionam alguns objetos de arte, especialmente da cultura de Campo Maior.

quadros do autor intitulado “Batalha do Jenipapo” e que apresentam bastantes semelhanças. E muitos outros poderiam existir se o autor não tivesse recusado os demais pedidos.

Figura 65 – Tela de Francisco J. S. da Paz. “Batalha do Jenipapo”, 2003, óleo sobre tela, 0,70 m x 1,40 m – de propriedade particular. Teresina Piauí.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Considerando todo o seu movimento e empenho para a aquisição do material necessário à composição da tela, era chegado o momento da realização de um grande anseio. Talvez aquela fosse uma das suas maiores iniciativas no campo artístico, que o tiraria de um anonimato, mesmo que seu reconhecimento fosse extensivo apenas à sua cidade. Um artista estava nascendo em um contexto específico e desafiador. Ele mostrava-se possuidor de uma sensibilidade bem específica que, naquela ocasião, manifestou um olhar particularmente direcionado para um acontecimento histórico relevante. Ao vencer esse primeiro desafio ao adquirir o material de que necessitava para a composição daquele quadro, uma nova motivação o entusiasmou: a investigação sobre a Batalha do Jenipapo. Uma parte dos seus objetivos estava em suas mãos e mente criativa. Com entusiasmo, ele conta: “[...] antes de começar a pintar eu comecei a pesquisar, eu procurei pessoas, pessoas mais idosas, historiadores, eu fiz várias vezes visitas ao local onde aconteceu [...]” (PAZ, 2011, p. 5).

Como podemos perceber, a composição desse quadro demandou ao pintor uma vasta pesquisa. Anteriormente, porém, ele precisava preparar a tela, pois ela não estava no tamanho desejado. Além disso, antes mesmo de começar a esboçar os rascunhos da pintura, outro

ofício o esperava: o que estava relacionado ao conhecimento sobre a narrativa histórica. Sua atitude simples e sábia levou-o às pessoas mais entendidas sobre o assunto – professores, pessoas idosas, convencionalmente os guardiões da memória. O fato de a história da Batalha do Jenipapo estar tão viva na memória da cidade foi surpreendente, pois se imaginava que essa história estivesse restrita aos livros escritos na região, ou ao universo acadêmico dos cursos de História. Existem muitas histórias contadas por pessoas da população que ainda não foram registradas.

O artista necessitou empenhar-se e vencer os obstáculos para atingir seu objetivo de construir a sua obra. Aquele era o momento de direcionar sua atenção para as histórias que ouviu das pessoas com quem havia conversado em busca de informações. Dessa forma, ele foi construindo o rascunho da tela, como ele mesmo declarou, “nas horas vagas”. Sua atitude foi semelhante àquela de historiadores e pesquisadores que saem ora pelas ruas da cidade à procura de informações e de pessoas estudiosas, e/ou conhecedoras de histórias do lugar, ora pelas margens, sejam elas da vida, ou mesmo dos rios, ou da própria história, especificamente nesse caso, quando ele margeia o Rio Jenipapo em períodos de cheia e de seca para observar o cenário natural e campestre onde se diz ter ocorrido o episódio. Assim o artista pôs-se a caminho, coletando informações, capturando inspiração para elaborar um contraponto entre os elementos naturais e literários com os quais pudesse compor sua narrativa pictórica.

Ao percorrer experiências singulares, Artes Paz se sentia ainda motivado pelo ensaio positivo e empolgante do curso ministrado anteriormente na Secretaria de Educação. Desse modo o pintor se sentiu seguro para se aventurar em novas composições, cuja maturação derivou da contribuição significativa de enfrentar e, sobretudo, vencer os desafios que surgiram em sua caminhada. Um fato é bem ilustrativo. Quando Artes Paz começou a desenhar a tela “Batalha do Jenipapo”, esboçou primeiramente o cenário natural: o Rio Jenipapo caudaloso expandindo suas margens, com suas águas claras e brilhantes transbordando do leito. A representação da paisagem causou grande admiração ao público que por ali passava lhe rendendo muitos elogios. O autor se sentia recompensado pelos esforços despendidos. Entretanto, a representação se encontrava ainda inacabada, pois da bela paisagem disposta na tela iriam emergir os personagens do trágico episódio histórico da batalha. Quando começaram a aparecer as primeiras ilustrações da guerra, simultaneamente afloraram algumas contestações:

Ali onde eu trabalhava ficava próximo à BR, sempre ficava gente passando e vendo e se admirava, e tal. Aí eu comecei, porque muita gente dava opinião:

ah isso não foi assim, uns achavam que era certo, outros que não, então para fugir de várias opiniões de pessoas que não tinham conhecimento da História eu botei o quadro mais pra dentro, mas quando mais, eu comecei. Não, eu vou pintar o quadro do jeito que eu ouvi falar, tal e tal, praticamente eu escondi o quadro. Poucas pessoas viam. Quando eu terminava, eu deixava ele coberto, tal, até a data que se aproximava que era o dia 13 de março que era a comemoração (PAZ, 2012, p. 6-7).

Nesse relato, o pintor manifesta tamanha empolgação com a sua produção, que nem mesmo a resguardou da opinião dos curiosos que diariamente passavam pela frente de sua oficina. Maravilhado com a sua obra sob tantos elogios, nem mesmo a preservou das críticas precoces. No entanto, uma produção dessa natureza requer concentração. Ao não dispor de um lugar reservado, acabou se expondo à pluralidade de opiniões, o que o fez mergulhar em um conflito de opiniões. Frente à diversidade de apreciações e de sugestões, ele precisava fazer escolhas para poder prosseguir e concluir o seu trabalho. A necessidade de priorizar uma determinada visão do fato histórico fê-lo adotar aquela que é mais recorrente na historiografia, e dessa forma há um contraponto entre o artista e o historiador. Dessa forma, cada quadro pintado revela um olhar, uma concepção sobre o mundo e sobre um acontecimento em particular que o fez ao inquirir historiadores, embora diferentemente do historiador, encontre uma maior liberdade para produzir uma arte sem necessariamente estar comprometido com acontecimentos do passado. Assim, inexistente o compromisso por parte do pintor, ou da arte de forma geral, com o fato histórico. O trabalho do artista nesse caso foi o de produzir sua arte inspirada em uma narrativa histórica. A empreitada do historiador em particular se caracteriza por apresentar uma visão do passado ancorado em documentos que levam em consideração o tempo histórico e sua maior aproximação com o fato verdadeiro.

O primeiro quadro seduz o olhar pela riqueza dos detalhes coloridos e pela exuberância da natureza: um rio caudaloso, arbustos verdejantes próprios dos períodos chuvosos naquelas paragens em que carnaubais imponentes, palmeiras típicas da região parecem contemplar inertes a cena trágica da batalha. Conta o autor que, para elaborar sua composição, perambulou pelo lugar observando as margens largueadas do rio Jenipapo em tempos de águas abundantes e parcas, prestando atenção em cada arbusto, cada banco de areia que possivelmente teria sido utilizado como barreira de proteção, ou como refúgio, ou como trincheira. Caminhando pelas trilhas campestres, o autor foi delineando em sua mente as trilhas do passado por onde muitos atravessaram o rio da história, enquanto outros ficaram plantados ali. Ao mesmo tempo, a brisa daquele cenário pastoril soprava além do vento as

ideias, o sol brilhava clarividente diante da história em movimento: o rio raso, águas passageiras, lutas efêmeras, memórias perenes.

Depois de apreender uma vasta gama de informações através da investigação oral e da verificação perpetrada na área onde possivelmente o fato tenha ocorrido, o artista, provido desses dados, lançou mão de tintas e pincel para começar a delinear na tela o cenário que há dezenas de anos permanecia presente apenas no imaginário popular. Agora ele saía do fantasmagórico para o visual com o horizonte bem definido, a perspectiva bem esquematizada e o sombreamento de uma manhã de sol iluminando as águas barrentas do Rio Jenipapo. Na paisagem pictórica, vão emergindo aos poucos os personagens daquele episódio com especial destaque do pintor para a presença das mulheres, dos negros e do campomaioirenses – armado com faca, facões, foices, machados e cacetes – confrontando-se com a tropa portuguesa comandada pelo Major João José da Cunha Fidié – armado com espadas, espingardas e até mesmo canhões, uma inovação para a época. A disparidade entre as forças é retratada de forma visível. Nesse aspecto, o artista encontra outro contraponto da sua obra com a produção historiográfica sobre a Batalha.

Artes Paz manifesta sua visão sobre a produção artista assinalando:

Existe um fato importante, engraçado, é triste, é cômico que o artista, os quadros dele só são valorizados depois que ele morre. A gente vê muito, isso passa a valer. Quer dizer hoje se eu fosse pintar um quadro, mesmo já tendo algum nome local, porque em termos de nacional eu não tenho, eu não tenho formatura, eu não estudei, eu não me formei como pintor. Então meus quadros não teria talvez grande valor mesmo que fossem quadros excelentes que as pessoas gostassem, talvez não repercutisse, não tivessem um valor que eles merecessem. Então, por isso, também, eu nunca... Pra tirar um tempo pra tirar uns dois ou três meses pra me dedicar a isso e fosse vender e não fosse aquilo que eu imaginava talvez fosse frustrante pra mim, ou pelo fato de pintar porque o artista ele quer pintar, ele quer expor, mas a gente não vive só de aplausos. Tem essa parte também, mas eu espero um dia poder fazer exposições (PAZ, 2012, p. 12).

Ao mesmo tempo em que manifesta sua visão sobre a produção artística, ele também revela um grande desejo:

Eu sempre colhi muitas fotos de paisagem. O meu forte é paisagem. Gostaria muito de pintar paisagens locais, tal, ou imaginárias. Então um dia eu espero fazer com certeza uma exposição. Assim como também eu espero um dia fazer um quadro da Batalha do Jenipapo do tamanho que eu imaginei desde o princípio, um quadro talvez de seis a nove metros, um quadro enorme mesmo, como eu já vi em algumas exposições que a gente vê, de artistas antigos, a gente vê na televisão, em museus tal (PAZ, 2012, p. 12).

O testemunho do artista é emblemático e deixa transparecer a nostalgia e os desejos que não se concretizaram: uma sutil desilusão pela falta de oportunidades e pelo reconhecimento limitado do seu trabalho. No entanto, seu olhar artístico amplia e atualiza o acontecimento, torna presente o ausente na medida em que se percorre cada detalhe do histórico combate entre portugueses e brasileiros travado na ocasião em que o exército português se aproximava da travessia do Rio Jenipapo. O quadro representa bem o confronto entre o exército português munido com armas de fogo e canhões, de um lado, e, do outro lado, homens sem preparo militar munidos apenas com seus instrumentos de trabalho, foices, facas, pedras, cacetes, espingardas, facões, machados, já que, até aquele episódio, só haviam conhecido a lida diária na agricultura e nas fazendas.

O artista, tomado pela dramaticidade da narrativa histórica que envolve aquele acontecimento do dia 13 de março de 1823, transporta para a tela e retrata no primeiro plano um grupo de brasileiros de diferentes etnias e categorias sociais, como o mestiço, o branco, o negro, (e o índio?), o pobre, o camponês e as mulheres. Essa representatividade da heterogeneidade étnica configurada na cena reforça as evidências de que o autor procurou representar o imaginário simbólico construído nas últimas décadas sobre uma batalha da independência na qual o povo se fez representar e, mesmo derrotado, atingiu o principal objetivo que era impedir que o Major Fidié alcançasse a capital Oeiras. Na cena, o artista procura evidenciar o tipo de armamento utilizado pelos combatentes que se assemelham aos expostos no Museu do Jenipapo e descritos na historiografia. Nos dois primeiros planos, ele evidencia os dois grupos em combate com seus respectivos equipamentos bélicos. No segundo plano, além do confronto corpo a corpo entre o exército português e os populares brasileiros, avultam também à cena alguns comandantes certamente montados a cavalo, pois assim estariam em posição de vantagem em relação aos que se deslocavam a pé. O carro de guerra e até mesmo a explosão dos canhões, inspirados pela leitura dos quadrinhos de bang-bang, contemporizam a metáfora da detonação dos sonhos de centenas de pessoas naquelas campinas. Os canhões representados na obra evidenciam o equipamento bélico mais moderno utilizado no século XIX na Capitania, embora o seu uso seja comum desde o século XVII.

A pintura de Artes Paz faz parte do estilo, ou movimento Naif no qual sobressai um tipo de arte original instintiva onde predomina a ingenuidade, ou uma arte produzida por autodidatas que não possuem formação culta no campo das artes. Observando o caráter simbólico as imagens possuem uma clara estrutura narrativa que se organiza em dois segmentos espaciais, os quais ocorrem em primeiro e segundo planos da obra. Os elementos em primeiro plano têm caráter dominante na compreensão do repertório plástico. Na primeira

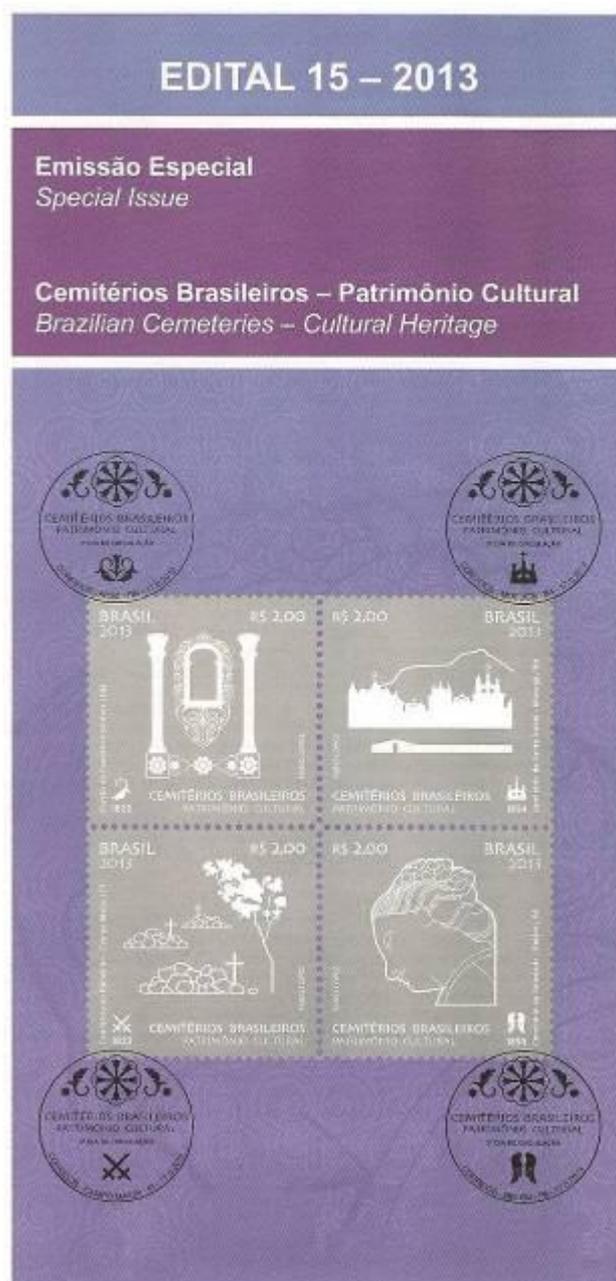
imagem, as cenas da narrativa são representadas da direita para a esquerda, a imagem é composta por elementos (homens e mulheres) armados, em defesa, e em cuidados aos feridos, enquanto que da direita para a esquerda seis pessoas partem ao ataque enquanto um casal representado no canto esquerdo, em primeiro plano parece está em despedida. O que chama a atenção é acena que reflete alguma calma diante da contradição da narrativa. O ponto máximo é centralizado na imagem com uma explosão causada pelo tiro de um canhão localizado em segundo plano no lado direito da obra observado na diagonal. Os elementos atingidos se misturam em meio à composição da cena. Na segunda imagem a narrativa se repete. O caráter simbólico da obra é representado por elementos em primeiro e segundo plano, porém a batalha se intensifica; ocorre ainda explosão, dessa vez observada na diagonal da parte esquerda da imagem. O rio aparece nitidamente nessa imagem pela clareza da composição. Na terceira imagem as cenas da batalha se intensificam e ocorrem duas explosões, dando ideias de continuidade, porém a batalha está sendo finalizada com os elementos feridos, ou ainda muito cansados, partindo para a derrocada final. Quanto aos elementos morfológicos compositivos são comuns nas três imagens: linha, plano, textura junto ao caráter policromado, luminosidade e ritmo. A dinâmica policromada possui tensão e ritmo. As cores predominantes e recorrentes nas imagens é o verde da vegetação, embora na primeira imagem esse verde se torne parte do cinza provavelmente da cerração da madrugada. A segunda e a terceira ocorrem do amanhecer ao correr do dia. Percebe-se, no entanto, com clareza os elementos em primeiro plano representados pelas cores da pele dos personagens e as etnias presentes na população campo-maiorense, bem como nas roupas usadas pelos moradores, as quais sinalizando a ideia de homens simples e do campo. Existe uma evolução de nuance de cinza e verde retratadas pela luminosidade e explosões nas cenas com o uso do amarelo. As linhas das palmeiras dão o ritmo à composição equilibrando os elementos em plano com a linha do horizonte. Por se tratar de obras com característica Naif se pode perceber a carga emocional do artista em retratar a História do seu povo demonstrando de forma imagética o desespero e a coragem de lutar por seu território.

5.4 IMAGENS E MEMÓRIAS DA BATALHA

Na cidade de Campo Maior, é cada vez mais comum se encontrar formas de rememorar a Batalha do Jenipapo. As homenagens com a denominação “Heróis do Jenipapo”, alusões ao dia “13 de março”, ou ao “Batalhão do Jenipapo”, estão refletidas no nome de uma das avenidas principais da cidade, no Campus da Universidade Estadual, no nome de escolas

públicas; na sede do poder legislativo, no Quartel da Polícia Militar da cidade, no Brasão símbolo do município e na bandeira do Estado do Piauí (MORAIS, 2011, p. 240). Da mesma forma, o Segundo Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (2º BEC) com sede em Teresina tem sua denominação de Batalhão Heróis do Jenipapo, e o 25º Batalhão de Caçadores (25º BC) fez de um dos líderes da Independência no Piauí, Leonardo de Carvalho Castelo Branco, o seu patrono. Dessa forma, os tributos à batalha agregam cada vez mais significados. Essas memórias começam a alcançar uma esfera nacional quando em 2013 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos criou um Selo Nacional sobre Cemitérios Brasileiros considerados Patrimônio Cultural (EDITAL 15, 2013).

Figura 66 – Selo alusivo aos *Cemitérios Brasileiros Patrimônio Cultural*.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Em março de 2014, a exposição sobre “Histórias não Contadas – A Batalha do Jenipapo no processo de Independência do Brasil”, realizada pelo Centro Cultural da Câmara Federal em Brasília, projeto do Deputado Federal Jesus Rodrigues, ocupou um espaço de 200m² dos corredores com painéis comentados, fotografias dos líderes do movimento e o quadro do Artes Paz representando as camadas populares que participaram da batalha⁶⁴.

⁶⁴ A reportagem sobre a inauguração da Exposição “Histórias não Contadas” encontra-se no seguinte endereço eletrônico: <http://campomaior.pi.gov.br/?p=5422>.

Embora haja uma institucionalização em torno do dia 13 de março como a data mais significativa para se rememorar a “Independência no Piauí”, é preciso considerar que, em torno desse tema, existem muitas controvérsias entre os historiadores piauienses. Há em torno desse debate uma disputa de memórias entre as três cidades piauienses em que cada uma argumenta e reivindica para si a prioridade sobre a proclamação da independência. Em Parnaíba, se rememora o dia 19 de outubro como a primeira manifestação pública de proclamação da Independência no Piauí. Em Oeiras, o 24 de janeiro foi a data na qual o governo provincial se declarou aliado a D. Pedro e em Campo Maior o 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, é considerado o momento mais importante e decisivo, no qual as tropas portuguesas desviaram seu percurso rumo à capital Oeiras, onde pretendiam reprimir o governo independente ali instalado.

O estabelecimento de datas importantes e a construção de monumentos são recursos da sociedade para rememorar o passado onde a memória já não existe mais. Para Pierre Nora (1993, p. 9), “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado”. Essa prática, cuja preocupação imediata se volta para a institucionalização de símbolos, datas e lugares de memórias, é própria das sociedades sem memória, e dessa forma surge a importância de certas datas e lugares para rememorar os feitos do passado. Por isso, nas sociedades atuais, “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p. 13). A memória instintiva não existe mais e os lugares de memórias são especialmente fragmentos de histórias passadas:

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Dessa forma, se compreende que a reivindicação da memória do movimento pela independência no Piauí seja uma causa justa, e as três datas possuem elementos dignos de serem rememorados. Deve-se levar em conta que as datas e comemorações são sempre ressignificadas a cada tempo como se pode observar com as comemorações da independência. Ainda no século XIX, depois da transferência da capital para Teresina, as comemorações da Independência eram realizadas em torno do dia 24 de janeiro como se celebrava em Oeiras

com paradas militares. Durante mais de um século, a memória da Batalha do Jenipapo se manteve viva através da religiosidade popular e devoção às almas do Cemitério do Batalhão. A partir da década de 1970, notadamente depois da construção do Monumento do Jenipapo, as comemorações tomaram um sentido mais cívico, porém a devoção continua sempre viva.

6 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO

A comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio.

Aloísio Magalhães

Ao discorrer sobre os vestígios materiais da Batalha do Jenipapo sem fazer alguma referência aos lugares de memória da batalha no contexto do patrimônio cultural piauiense, que às vésperas de completar o seu segundo centenário ainda não recebeu o devido cuidado, seria no mínimo deixar uma grande lacuna a ser preenchida. Essa referência à preservação significa especialmente que se está clamando por políticas públicas urgentes perpetradas pelos poderes públicos municipal, estadual e federal de valorização daquele sítio histórico que compreende de modo particular o Cemitério do Batalhão, suas histórias, seus objetos, equipamentos bélicos, os ex-votos, assim também como outros lugares vinculados à batalha, que estão desaparecendo da memória do povo campomaiorense. É o caso da antiga sede da Fazenda Tombador. A efetivação de tais políticas de preservação deve considerar como prioridade a existência de pessoal especializado na gerência do patrimônio cultural como garantia para a sua sobrevivência para as próximas gerações, de modo que as suas ações estejam desvinculadas das instâncias políticas partidárias em constantes mudanças eleitorais, comprometendo muitas vezes as ações preservacionistas.

A salvaguarda dos bens culturais de uma nação deve visar, à preservação da memória e da história de seu povo, independente da sua raça e do seu lugar social. Contudo, esse é um projeto que ainda precisa se concretizar no Brasil e, nesse processo, uma boa dose de educação patrimonial poderá ser um bom começo para se evitar que determinado patrimônio seja depredado ou desapareça de modo repentino sem nenhum constrangimento. As motivações pela preservação do patrimônio cultural da humanidade têm mobilizado pessoas em todo o mundo e gerado mecanismos universais de cooperação, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), fundada depois da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando o mundo havia presenciado os horrores da destruição da vida humana e de grande parte do seu patrimônio (UNESCO, 2007).

6.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL

As questões pertinentes à defesa do patrimônio cultural geraram inquietações as quais se expandiram em um contexto internacional e marcaram de certa forma o século XX, como o centenário de mobilização pela preservação do patrimônio cultural. Compreendendo a cultura como “conhecimentos, construções arquitetônicas, artes, moral, leis, costumes, hábitos e qualquer outra manifestação que expresse a vida de um povo” (GUIMARÃES, 2004, p. 2004), pode-se, de tal maneira, concluir que a preservação do patrimônio, especialmente da identidade popular, é um dever do Estado e de toda a sociedade. Entretanto, em meio a constantes atos de violação do patrimônio cultural, torna-se cada vez mais urgente que cada cidadão tenha a devida clareza de como poderá intervir junto aos órgãos competentes em favor de um patrimônio ameaçado e que, de certa forma, essa intervenção estenda-se aos bens públicos que são patrimônio de todos. A atuação em favor do patrimônio é antecedida por ações em favor do acesso à vida digna para todos. Infelizmente, sem os direitos básicos conquistados, a grande maioria da municipalidade brasileira governada por políticos sem compromissos com a qualidade na administração pública, especialmente no que diz respeito às questões sociais e educacionais, tornam o processo social ainda mais precário. As ações voltadas para uma educação de qualidade deveriam ter o reflexo no cotidiano da vida e na preservação dos valores humanitários.

Entretanto, quando se fala em patrimônio cultural, a que tipo de bens se está fazendo referências? A percepção de que o patrimônio tem seu aspecto bastante abrangente partiu das observações e definições do mestre francês Hugues de Varine Boham⁶⁵, quando assumiu a assessoria da UNESCO e, na década de 1970, proferiu palestras e cursos no Brasil. A sua aceção sobre o universo cultural foi absorvida pelos estudiosos e gestores do patrimônio, e Carlos Lemos (2010) sistematiza-o da seguinte forma:

Sugere o professor francês que o Patrimônio Cultural seja dividido em três grandes categorias de elementos. Primeiramente arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais, que tornam o sítio habitável. Nesta categoria estão, por exemplo, os rios, as águas desses rios, os seus peixes, as carnes desses peixes, as suas cachoeiras e corredeiras transformáveis em força motriz movendo rodas de moenda, acionando monjolos e fazendo girar incrivelmente rápidas as turbinas das usinas de eletricidade (LEMOS, 2010, p. 8).

⁶⁵ Hugues de Varine Boham, nascido em Metz, na França, em 1935, é museólogo e trabalhou de 1965 a 1974 como diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM). Chegou a ser consultor internacional e, nessa fase, visitou o Brasil, onde proferiu várias palestras e ministrou aulas na Universidade de São Paulo.

Nesse aspecto da natureza, leva-se em consideração como o ambiente fornece o alimento e a matéria-prima necessária para o ser humano construir sua moradia, seus instrumentos de trabalho, as estradas, as plantações e toda a sua cultura e, nesse sentido, considera-se a cultura indígena profundamente vinculada à preservação das florestas e das serras.

Quanto à segunda categoria de elementos dignos de serem preservados, ele discorre da seguinte forma:

O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos não tangíveis do Patrimônio cultural. Compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente. Vai desde a perícia no rastejamento de uma caça esquivada na floresta escura até as mais altas elucubrações matemáticas apoiadas nos computadores de última geração, que dirigem no espaço cósmico as naves interplanetárias que estão a ampliar o espaço vital do homem (LEMOS, 2010, p. 9-10).

Nessa categoria estão as mais antigas formas de fabricação de instrumentos de trabalho e de uso doméstico, seja feito em palha, madeira, algodão, couro, barro. A maneira como se preparam determinados alimentos e bebidas, os jogos, brincadeiras, festas e celebrações. Estão inclusos todos os bens de natureza imaterial.

Sobre a terceira categoria dos elementos a ser preservada, ele faz a seguinte consideração:

O terceiro grupo de elementos é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. Aliás, a palavra artefato talvez devesse ser a única a ser empregada no caso, tanto designando um machado de pedra polida como um foguete interplanetário ou uma igreja ou a própria cidade em volta dessa igreja (LEMOS, 2010, p. 10).

Assim, definidas essas categorias, entende-se como a sua percepção sobre o campo da preservação do patrimônio é extremamente vasta, pois, naquela época, já se compreendia a sua abrangência aos bens de naturezas diversas como bens materiais ou imateriais, móveis ou imóveis, públicos ou privados. E, por essa razão, cabe às instituições responsáveis pela patrimonialização em consonância com a comunidade definir quais elementos devem ser preservados e como devem ser preservados. Sobre essas questões do como preservar as Cartas

Patrimoniais de Veneza de 1964 e a Carta de Restauro de 1972, regulou o processo de conservação e restauro de obras de arte e de monumentos arquitetônicos.

A proteção do fenômeno cultural abrange três dimensões básicas: a criação, a difusão e a conservação.

Para Natália Guimarães (2004):

A criação da cultura é feita em diversos níveis e manifesta-se em diversas formas (música, pintura, esculturas, trabalhos literários, fotografias, manifestações populares, dança etc.). Cabe ao Estado favorecer a realização dessas manifestações através de incentivos diretos e indiretos. A difusão corresponde ao acesso dessa produção cultural no meio social. É de importância crucial a informação e a educação da sociedade. E a conservação, que repercute na proteção dos bens e na sua manutenção para evitar a destruição e avariações (GUIMARÃES, 2004, p. 2).

O ato de querer preservar determinados bens culturais significa “livrar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano, conservar, livrar, defender e resguardar” (LEMOS, 2010, p. 25). Entretanto, preservar está muito além do que apenas,

Guardar coisa, objeto, uma construção, ou o miolo de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamento de construções, especialmente aquelas sabiamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária (LEMOS, 2010, p. 29).

Preservar elementos da cultura é garantir que o Patrimônio Cultural do passado e do presente seja conhecido e preservado por gerações futuras como parte da memória e da história de um povo, aspectos estes reafirmados pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1998, por ocasião do cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos, quando declarou que o direito ao patrimônio cultural seria integrante aos direitos humanos. E dessa forma compreende-se que

Todo homem tem direito ao respeito aos testemunhos autênticos que expressam sua identidade cultural no conjunto da grande família humana; tem direito a conhecer seu patrimônio e o dos outros; Tem direito a uma boa utilização do patrimônio; tem direito de participar das decisões que afetam o patrimônio e os valores culturais nele representados; e tem direito de se associar para a defesa e pela valorização do patrimônio (RODRIGUES, 2003, p. 23).

Portanto, para a efetivação desses direitos, faz-se necessário que se conheçam os mecanismos de preservação em cada instância do poder público, seja ela municipal, estadual e federal. No desempenho desse papel de agente do patrimônio, o acesso à educação de qualidade torna-se de fundamental importância para que cada cidadão compreenda que a proteção do patrimônio cultural é uma responsabilidade não apenas do poder público, e, em certos casos, quando o poder público for negligente, cabe aos grupos sociais organizados ou a particulares provocar os institutos próprios destinados à preservação.

6.2 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

As questões pertinentes à preservação do patrimônio cultural no Brasil se remetem às primeiras décadas do século XX. Um dos primeiros defensores foi o engenheiro Ricardo Severo, em 1914, quando proferiu a conferência em favor da valorização das “raízes nacionais na arquitetura”, a qual foi influenciada pelo programa nacionalista denominado “Casa Portuguesa”, defensores do estilo neocolonial, embora este estilo não fosse o representante verdadeiro da arquitetura colonial brasileira. Entretanto, esse movimento influenciou os intelectuais vinculados à Semana de Arte Moderna, em 1922, da qual Mário de Andrade foi o grande incentivador (PINHEIRO, 2006, p. 5). O referido engenheiro promoveu e patrocinou viagens de especialistas por todo o Brasil, estimulando a realização de inventários da arquitetura colonial durante a década de 1920. Do mesmo modo, o engenheiro-arquiteto Alexandre de Albuquerque, da Escola Politécnica de São Paulo,

Realizou com seus alunos várias excursões a cidades mineiras entre 1920-1922, elaborando não só desenhos e aquarelas à mão livre, como também levantamentos métrico-arquitetônicos dos edifícios mais importantes. De modo análogo, a Sociedade Brasileira de Belas Artes, sediada no Rio de Janeiro, patrocinou viagens de estudiosos às cidades mineiras a jovens e promissores estudantes de arquitetura – como Nereu Sampaio, Nestor Figueiredo e Lúcio Costa – em 1924, quando era presidida por outro epígono do neocolonial, o pernambucano José Mariano Filho (PINHEIRO, 2006, p. 6).

Com o protagonismo dos arquitetos e grandes colecionadores do período, como José Mariano Filho e Ricardo Severo, estava aberto o campo para as discussões em torno da preservação do patrimônio cultural brasileiro e, diga-se particularmente, do patrimônio arquitetônico. Esse engajamento na defesa e preservação dos bens arquitetônicos coloniais justifica a grande presença dos arquitetos na gerência dos órgãos de preservação do

patrimônio cultural no Brasil ainda na atualidade. Nesse entendimento, há de se pensar que a participação de profissionais de outras áreas como História e Arqueologia, dentre outras, não traria enriquecimento para a equipe? A percepção de outros bens que também merecem ser preservados, como aqueles referentes à memória da cultura indígena e da cultura negra como as reminiscências dos quilombos é muito tardiamente reconhecida. A política do patrimônio “preservou a Casa-Grande, as Igrejas Barrocas, os Fortes, a Casa de Câmara e Cadeia como referencial de nossa identidade histórico-cultural e relegou ao esquecimento as Senzalas, os Cortiços e as Vilas Operárias” (FERNANDES, 1993, p. 275).

Há também que se assinalar que, anteriormente a esse movimento preservacionista promovido pelos engenheiros-arquitetos, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro haviam passado por transformações urbanas na quais se demoliram os vestígios que remetiam à sociedade colonial. Em nome da modernidade e da emulação das paisagens urbanas europeias, as reformas do prefeito Pereira Passos no centro da cidade do Rio, com a abertura da Avenida Central entre 1904 e 1906, arrasaram o antigo núcleo colonial. São Paulo, uma cidade enriquecida pela produção do café, não fugiu à regra da modernização e do “embelezamento do velho burgo comercial” (FERNANDES, 1993, p. 5). Ali, o velho cedeu espaço à nova paisagem importada do modelo de construção neoclássico europeu, como se pode visualizar facilmente nos centros históricos de várias metrópoles brasileiras atualmente, pois esse modelo também já foi substituído por outros mais recentes e muito dessa arquitetura neoclássica tem descaracterizado os centros históricos do século XIX.

Na década de 1920, se assiste não somente à destruição dos centros coloniais, como também à evasão das obras de arte brasileira para o exterior. Em uma tentativa de evitar essa evasão das artes, alguns projetos de leis foram esboçados com o propósito de proteger o patrimônio artístico brasileiro. Com essas iniciativas nem sempre bem sucedidas e já no final da década de 1920, surgiram os primeiros órgãos que se encarregaram de elaborar programas de proteção ao Patrimônio brasileiro, situados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em São Paulo, foi criado, no ano de 1935, o Departamento Municipal de Cultura, cujo diretor foi Mário de Andrade, concretizando o sonho de um grupo de intelectuais paulistas liderados pelo jornalista Paulo Duarte (PINHEIRO, 2006, p. 8). No Rio de Janeiro, foi criado, em 1936, ainda provisoriamente, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), naquela época vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, sendo o seu titular Gustavo Capanema, que não hesitou em solicitar a Mário de Andrade a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro. E, no seu projeto, Mário de Andrade

procura abranger a totalidade dos bens culturais, congregando-os em oito categorias assim definidas:

1. Arte arqueológica;
2. Arte ameríndia;
3. Arte popular;
4. Arte histórica;
5. Arte erudita nacional;
6. Arte erudita estrangeira;
7. Artes aplicadas nacionais;
8. Artes aplicadas estrangeiras;

Esse ligeiro apanhado do projeto de Mário de Andrade vem nos mostrar, antes de tudo, a clarividência daquele intelectual arrolando bens culturais dentro de uma sistemática somente hoje em nossos dias divulgada pelas entidades e recomendações internacionais, que tratam modernamente do assunto (LEMOS, 2010, p. 40-42).

Os projetos em torno da proteção do patrimônio no Brasil começaram a criar formas e garantias legais na Constituição Federal Brasileira de 1934, a primeira a “incluir entre os deveres do Estado a proteção dos objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país” (ANDRADE apud PINHEIRO, 2006, p. 8). Ainda nesse período, a cidade mineira de Ouro Preto foi declarada monumento nacional e sofreu as primeiras intervenções de restauro sob a responsabilidade do Museu Histórico Nacional.

Todos esses projetos sofreram uma brusca interrupção com o Golpe de 1937, e a atuação do SPHAN passou a ser regulamentado pelo Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, conduzindo a sua gestão para uma centralização excessiva das atividades preservacionistas, e, de certa forma, a cultura do patrimônio foi associada aos conteúdos ideológicos que interessavam ao Estado Novo como o estímulo ao sentimento de nacionalidade vinculado à pretensão de uma identidade cultural (PINHEIRO, 2006, p. 9). A concepção inicial foi de tal forma modificada que os projetos pensados por Mário de Andrade somente começaram a ser postos em prática a partir da lei nº 8.029, de 16 de abril de 1990, com a criação do IPHAN, sendo que somente no ano 2000 foi promulgado o Decreto nº 3.551, instituindo o registro dos bens culturais de natureza imaterial nos seguintes livros: I – Livro de Registro de Saberes; II – Livro de Registro das Celebrações; III – Livro de Registro das Formas de Expressão; IV – Livro de Registro de Lugares. Permanece a possibilidade de serem abertos novos livros, conforme a necessidade (LEMOS, 2010, p. 67-8).

A preservação do patrimônio se constitui um grande desafio, pois envolve políticas públicas de investimentos e pessoal qualificado. Grande parte do acervo, hoje considerado patrimônio e que se encontra em Museus, foi conservado por particulares e posteriormente

doado aos órgãos públicos responsáveis pela preservação. Dessa forma, muitos objetos e construções antigas resistem até os nossos dias, em várias partes do mundo, graças em parte aos proprietários que as conservaram para sua posteridade e também graças aos colecionadores e antiquaristas. Inclusive o termo patrimônio tem sua origem nessa definição “bem de herança que, seguindo as leis descende dos pais e mães para seus filhos” (CHOAY, 2011, p. 11). Esse mesmo significado foi transferido para os bens herdados de culturas do passado e que foram preservados e adquiriram um caráter de natureza pública, de modo que, a partir da década de 1960, o termo “monumento histórico” começa a ser substituído pela designação de “patrimônio”, constando nos inventários que foram feitos a partir da criação do Serviço do Inventário do Patrimônio, em 1964, após a Conferência Internacional de Veneza promovida pela UNESCO, ocasião na qual foi elaborada a Carta de Veneza, que passou a nortear internacionalmente todo o processo de conservação e restauração de monumentos e sítios (CARTA DE VENEZA, 1964). Dentre as recomendações da referida carta, destaca-se que o monumento jamais poderá ser separado do seu lugar de origem e da história da qual ele é testemunho; a conservação e a restauração devem ser compreendidas como uma atividade interdisciplinar com o fim último de salvaguardar o patrimônio nacional, de forma que o mesmo possa ser usado sem alterar os elementos da sua composição; se houver necessidade de usar técnicas modernas, que faça opção por aquelas já testadas cientificamente e pela experiência; a restauração tem caráter excepcional cujo objetivo seja revelar o valor estético e histórico do monumento, e, nesse ponto, a Carta de Veneza é enfática em determinar que “a restauração não falsifique o documento de arte e da história” (LEMOS, 2010, p. 83); que haja respeito às contribuições de todas as épocas e à unidade do estilo; absoluta intolerância à remoção seja total ou parcial de um monumento; preservar a moldura tradicional; as ruínas nunca deverão ser reconstruídas, apenas recompostas as parte existentes que estejam desmembradas, e por fim a recomendação mais importante: “os trabalhos de conservação, de restauração e de escavações serão sempre acompanhados de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografia” (LEMOS, 2010, p. 86).

Em 1978, a “Direção do Monumento histórico” tornou-se “Direção do Patrimônio” (CHOAY, 2011, p. 28). Nesse cenário, “os países europeus seguem alegremente o movimento, quando o Conselho da Europa multiplica recomendações, declarações, cartas e resoluções ao serviço do patrimônio europeu” (CHOAY, 2011, p. 28). A partir de então, a mudança semântica fica estabelecida, designando todos os bens herdados das gerações

passadas como pertencentes a todos e, na mesma ocasião, se avigora um movimento internacional de proteção ao patrimônio.

Essa mobilização em nível internacional, conjugada com interesses nacionais e locais, acendeu uma centelha, e a sociedade passou a olhar mais cuidadosamente para a sua herança dos antepassados e desejar que parte desse acervo fosse preservada. É possível se perceber, na maioria das cidades, especialmente nas mais antigas, a degradação das construções antigas ou mesmo a sua demolição para dar lugar à construção de novos espaços. Entretanto parte dessas construções arquitetônicas que se encontram preservadas é representativa de grupos sociais abastados, em muitos casos são casarões coloniais, ou neoclássicos e templos religiosos que foram construídos com materiais duradouros capazes de se perpetuarem por séculos, todavia nem sempre bem preservados como se pode perceber que

Nem mesmo as igrejas foram bem preservadas no Brasil, com importantes exceções, e isto pode ser explicado pelo anseio das elites, nos últimos cem anos, de “progresso”, não por acaso um dos dois termos na bandeira nacional surgida da Proclamação da República, em 1889, “ordem e progresso”. Desde então, o país tem buscado a modernidade e qualquer edifício moderno é considerado melhor do que um antigo. Houve muitas razões para mudar-se a capital do Rio de Janeiro para uma cidade criada *ex novo*, Brasília, em 1961, mas, quaisquer que tenham sido os motivos econômicos, sociais ou geopolíticos, apenas foi possível porque havia um estado d’alma favorável à modernidade. A melhor imagem da sociedade brasileira não deveria ser os edifícios históricos do Rio de Janeiro, mas uma cidade moderníssima e mesmo os mais humildes sertanejos deveriam preterir seu patrimônio, em benefício de uma cidade sem passado (FUNARI, 2001, p. 2).

A força das mudanças provocadas pela modernização dos centros históricos antigos rompeu em sua grande maioria com os alicerces do passado. Dessa forma, o que se pode dizer das construções dos grupos sociais de origem popular, os quais sempre dispuseram de materiais pouco duráveis ou de fácil decomposição como o barro e pouco tem despertado o interesse dos gerenciadores do patrimônio? Os grupos sociais que são alijados do poder o são também do patrimônio, como é o caso dos índios e africanos sempre mencionados na história com uma carga muito forte de negatividade. Os problemas decorrentes da preservação do patrimônio em geral, especialmente ligado aos populares, sempre esbarram na questão educacional deficiente e no distanciamento das autoridades em relação ao povo e aos seus anseios.

Um exemplo clássico foi o do Quilombo dos Palmares no século XVII, um dos maiores símbolos de resistência à escravidão no Brasil, o qual somente foi localizado na década de 1970, e os negros conseguiram:

Depois de uma campanha sem precedentes fazer com que as autoridades declarassem a área patrimônio nacional, em 1985. [...] Controlado por força conservadora ligada ao regime militar, o sítio ficou nas mãos das autoridades locais. O resultado foi o uso de tratores para nivelar uma parte importante do sítio, o que permitiu que as autoridades promovessem festas e, dessa forma, conseguissem o apoio eleitoral (FUNARI, 2001, p. 5).

As autoridades políticas ainda estão muito distantes do povo, por sua vez ainda não adquiriu a cultura de que o político seja de fato seu representante legítimo e com quem pode e deve manter contato para reclamar, sugerir e exigir. Tal situação também contribui para se perpetuarem problemas pertinentes à preservação do patrimônio como o roubo das peças, a deterioração do patrimônio e a falta de manutenção e abrigo (FUNARI, 2001, p. 3).

Um dos caminhos apontados por Funari (2001) para uma possível solução talvez seja os historiadores e os arqueólogos se envolverem mais com a preservação do patrimônio, produzindo maiores evidências da cultura indígena, da reminiscência dos quilombos e de forma geral das pessoas humildes. Tudo isso somado a um maior intercâmbio entre o mundo acadêmico e a comunidade consequentemente se terá um maior engajamento da população na preservação do seu patrimônio (FUNARI, 2001, p. 4-5).

A proteção do patrimônio brasileiro teve uma caminhada a passos lentos. A partir da década de 1970, uma reunião em Brasília com os governadores, prefeitos e representantes de instituição cultural promovida pelo Ministério da Educação e Cultura concluiu que a proteção do patrimônio se estendia à proteção da natureza e carecia de ações complementares à do órgão federal (RODRIGUES, 2003, p. 22). Em 1975, é posto em prática o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas e junto com ele muitas outras atividades as quais ultrapassaram as preocupações apenas de cuidados com as edificações. Surgiram preocupações pautadas:

Em criar linha de crédito especial para a restauração de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, a concessão de incentivos tributários e a formação de mão de obra especializada em restauro, além de outras medidas. [...] O crescimento da importância dada pelo poder público ao patrimônio fundamenta-se no reconhecimento de seu valor cultural, mas, além disso, de sua potencialidade como mercadoria de consumo cultural (RODRIGUES, 2003, p. 22).

Nessa mesma década, aumentou o número de Secretarias de Cultura e de Conselhos de Cultura nos Estados e Municípios. Após o encontro de Secretários de Cultura ocorrido em 1976, um fórum deu continuidade ao debate que contribuiu para alimentar as ideias que possibilitaram a criação do Ministério da Cultura no governo José Sarney, em 1985.

Entretanto, o referido Ministério passou a enfrentar dificuldades financeiras e administrativas, pois as mudanças não implicavam apenas a criação de novas agências culturais, mas também numa efetiva política de funcionamento (CALABRE, 2007, p. 6).

Concomitante a essas ocorrências, a política preservacionista internacional ganhou novo impulso quando a UNESCO produziu documentos orientadores aos seus Estados-membros, estabelecendo as diretrizes fundamentais para a execução de políticas culturais, e, por meio desses procedimentos, foi criado em 1972 a categoria “patrimônio da humanidade” visando a um maior aproveitamento turístico das áreas preservadas (CALABRE, 2007, 23). Na década de 1980, a UNESCO reconheceu no Brasil:

Como patrimônios da humanidade os centros históricos de Ouro Preto (1980), Olinda (1982), Salvador (1985), São Luis (1987) e Diamantina (1999); O Parque Nacional Serra da Capivara (1991); a Costa do Descobrimento (1999); o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos (1985); o Plano Piloto de Brasília (1987); as Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões (1984); a Reserva de Mata Atlântica de São Paulo e Paraná (1999); e o Parque Nacional do Iguazu (1986) (RODRIGUES, 2003, p. 23).

Essa política cultural da UNESCO de aproveitamento turístico do patrimônio como recurso econômico trouxe também novos desafios na atualidade em relação à ameaça de depredação do patrimônio pelo turismo massificado, sem controle e sem manutenção. Essas questões e tantas outras emergem no debate atual em torno das questões pertinentes ao patrimônio cultural. O referido tema tem se apresentado bastante profícuo e debatido por historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos e tanto outros no contexto de expansão das concepções dos patrimônios que cada vez mais se multiplicam em históricos, artísticos, culturais, etnográficos, paisagísticos, naturais, genéticos, imateriais, linguísticos, arqueológicos e, mais recentemente, também digitais, com os quais se vinculam as memórias virtuais (TAMASO, 2012, p. 23).

Essas novas concepções sobre o patrimônio ganharam força e respaldo após a proclamação da Constituição Federal do Brasil de 1998, que estabeleceu nos artigos 215 e 216 os parâmetros nacionais para a garantia dos direitos culturais e para o fomento e preservação do patrimônio no Brasil. No artigo 215, está estabelecido o seguinte:

O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (EC nº 48/2005).

1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II – produção, promoção e difusão de bens culturais; III – formação de pessoal qualificado para a gestão da acultura em suas múltiplas dimensões; IV – democratização do acesso aos bens de cultura; V – valorização da diversidade étnica e regional (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 124).

Em continuidade, o artigo 216 da Constituição Federal estabelece que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 124-125).

Ainda se pode perceber como a legislação federal abre a possibilidade para que a comunidade seja também promotora e encontre as alternativas para a proteção do patrimônio cultural brasileiro tombado, assim como poderá empreender novos inventários, registros, vigilância, novos tombamentos e desapropriação que tenham como fim último a preservação. Esses mecanismos de proteção federal se somam às atribuições dos municípios previstas no artigo 30 da Constituição Federal, o que lhe compete:

I- legislar sobre assuntos de interesse local; II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; VIII- promover, no que couber adequado o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; IX – promover a promoção do patrimônio histórico – cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 33-34).

De acordo com a legislação vigente, cada município que possua uma população acima de vinte mil habitantes deve dispor de um Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal, o qual deverá constar o ordenamento do plano urbano, evitando dessa forma que haja um crescimento desordenado, ou, em casos específicos, a descaracterização da paisagem urbana provocada pela especulação imobiliária, em muitos casos coniventes com os poderes locais. Os núcleos urbanos que guardam reminiscências da arquitetura colonial ou neoclássica têm assistido a um verdadeiro atentado a essa memória do passado.

De certa forma se pode dizer que a cidade de Campo Maior, no Piauí, guarda um paralelo com outras cidades brasileiras que ainda conservam algumas reminiscências do passado colonial, mas que ainda não receberam o devido cuidado por parte dos poderes constituídos e da comunidade local no sentido de preservar o patrimônio cultural da cidade.

6.3 O PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPO MAIOR, NO PIAUÍ

Embora as discussões em torno do patrimônio cultural tenha ganhado grande relevância no país, ainda não foi possível se criar uma cultura de preservação do patrimônio, pois essa demanda implicará investimentos e educação patrimonial, como mencionado anteriormente. Os investimentos públicos são imprescindíveis, e de maneira especial quando se trata do patrimônio cultural das camadas populares, dos índios, dos negros, operários, e outras minorias menos privilegiadas, as quais não possuem recursos suficientes para demandas tão importantes. Nesses casos, se pode dizer que a educação patrimonial caminha na mesma direção da garantia dos direitos sociais. Esse debate não é restrito a alguns lugares apenas, pois dificilmente se encontrará no Brasil algum lugar em que o reconhecimento do patrimônio não possua essas marcas culturais e nem tenha sido levado a cabo por meio de uma batalha constante de arquitetos, historiadores, arqueólogos e tantos outros profissionais, assim como da comunidade empenhados nesse ofício.

As discussões em torno da preservação e conservação dos bens culturais têm se desenvolvido nos últimos anos, entretanto as políticas para a sua efetivação nem sempre têm acompanhado a rapidez e a evolução do debate. No contexto atual:

A preservação compõe, junto com a investigação e a comunicação, o cenário das atividades museológicas que, por serem intercomplementares, são igualmente relevantes para a instituição. Preservar, em latim *praeservare*, significa observar previamente, ou seja, prever os riscos, as possíveis alterações e danos, que colocam em risco a integridade física de um bem cultural, os quais devem ser prontamente respondidos pelo trabalho sistemático de conservação. Por conseguinte, a preservação em um museu depende de cuidados especiais por parte daqueles que, no trabalho diário, lidam diretamente com o acervo. Não basta, portanto, apenas guardar um objeto, mas também, conservá-lo, zelando por sua inteireza (CADERNO, 2006, p. 108).

A vida útil de um bem cultural se sustenta no tripé: preservação, investigação e comunicação. Fora dessa tríade, determinado bem cultural corre o risco de se tornar obsoleto, sem história e sem referências e poderá cair em um vazio histórico e conseqüentemente

considerado sem importância e ser condenado ao esquecimento. Um mesmo objeto pode apresentar concepções diferentes em determinado momento se o mesmo for submetido a um processo investigativo e até sofra refutações constantes. Entretanto, tornar um museu apenas um antiquário não contribui de forma satisfatória com a preservação da história e conservação do seu patrimônio.

O termo conservação, de acordo com o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, compreende o “ato de conservar. Manter no estado atual. Manter no seu lugar. Guardar cuidadosamente. Preservar. Continuar a ter. Lembrar-se de. Amparar. Salvar. Fazer durar” (FERREIRA, 2013, p. 507). De tal forma, em se tratando dos bens culturais,

A preservação preventiva enfoca todas as medidas que devem ser tomadas para se aumentar a vida útil do objeto ou retardar seu envelhecimento. Para isto, deve-se em primeiro lugar conhecer a estrutura física da peça, ou seja, a matéria e a técnica empregadas na sua confecção, as quais, conjuntamente, irão definir procedimentos básicos de conservação (CADERNO, 2006, p. 108).

O papel a ser desempenhado por um museu deve ser o de preservar os bens culturais de um povo e conservá-los da sua degradação precoce. Portanto, vale lembrar que

A missão primeira de um museu é a de se colocar sempre a serviço da comunidade, o que se concretiza, por exemplo, por meio da exposição do seu acervo. Não se deve esquecer, contudo, que a exposição de peças pressupõe que o espaço reservado para esse fim seja dotado de condições que garantam a segurança e a integridade física do acervo exposto. Nesta perspectiva, vale dizer que o desafio para o conservador do museu é estabelecer procedimentos que conciliem, harmonicamente, exposição e conservação. Procurando alcançar condições próximas das ideais de preservação o profissional deve estar sempre ciente de todos os riscos aos quais os objetos frequentemente se acham sujeitos, por estarem vulneráveis à ação de agentes físicos (luz, temperatura e umidade); agentes biológicos (insetos xilófagos e bactérias; traças e baratas e roedores); agentes químicos (poluentes e poeira) e mecânicos (vandalismo) (CADERNO, 2006, p. 111).

Os desafios enfrentados pelos grandes museus no Brasil para conservar em bom estado seus acervos são constantes, tendo em vista os recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento de pesquisas. Bom exemplo no Piauí é o Parque Nacional Serra da Capivara, um dos Parques mais bem conservados do mundo, com Museu interativo, que guarda um acervo encontrado no Parque. Entretanto, as questões de manutenção e falta de recursos são sempre noticiadas na mídia como um problema que nunca encontra uma solução definitiva. Embora este seja um lugar periférico, as pesquisas ali desenvolvidas estão na

vanguarda científica da arqueologia pré-histórica, da conservação de pinturas rupestres e preservação do patrimônio cultural e natural em nível internacional (GUIDON, 2006). Nesse contexto desafiador de preservação dos bens culturais, como será a condição dos museus e da preservação do patrimônio em outras cidades periféricas do Brasil?

O município de Campo Maior, no Piauí, não é uma exceção à regra. Ali, com um olhar mais atento e ouvindo histórias das pessoas mais antigas do lugar, facilmente se pode perceber como uma boa parte dos vestígios do patrimônio cultural da cidade que resistem até a atualidade ainda carece do cuidado merecido. Mas a que tipo de patrimônio se está fazendo referência na cidade?

Na cidade podem-se observar vestígios do patrimônio histórico, arqueológico, arquitetônico, colonial, urbano e rural, do patrimônio natural, do patrimônio industrial, e até mesmo do patrimônio ferroviário. Todavia, nessa abordagem se discorrerá de forma prioritária sobre o patrimônio histórico-cultural e arqueológico relacionado à Batalha do Jenipapo, o que não impede de evidenciar a urgente necessidade de estudos e cuidado com os demais.

O Cemitério do Batalhão do Jenipapo, um dos símbolos da história piauiense, foi tombado em 1938, após a instalação do Estado Novo no governo de Getúlio Vargas, época em que o Instituto Histórico e Geográfico, em seu primeiro centenário, fomentou a pesquisa, a coleta e a publicação de novos temas com o intuito de se construir uma narrativa do Brasil a partir de fatos e acontecimentos históricos de repercussão nacional e regional (SOUZA, 2010, p. 29). De tal forma, essa foi uma decisão importante para que o mesmo fosse preservado, embora os enterramentos ainda tenham continuado até a década de 1970, quando foi construído o Monumento e Museu do Jenipapo inaugurado em 1974. Entretanto, apenas o tombamento não é suficiente para se manter um patrimônio bem preservado. Hão de se fazer determinados investimentos visando sempre à boa conservação do lugar e uma infraestrutura mínima para acolher o visitante e especialmente, nesse caso, o devoto das almas do Batalhão que deixa ali depositado dezenas de ex-votos e velas acesas. O Cemitério já sofreu com incêndio provocado pelas chamas das velas que se alastraram pela vegetação ressequida do lugar. Esse risco é iminente, especialmente nos meses mais quentes do ano de setembro a dezembro. A incineração de velas e demais objetos ali depositados de forma desordenada provocam certa poluição e degradação do local, uma vez que a destruição dos ex-votos pelo fogo, pela chuva e pelo calor traz à mostra restos de arames de cadernos depositados pelos estudantes, cacos de vidros, plásticos, madeira, argila e outros objetos, transformando o local em um amontoado de restos de materiais em decomposição junto ao cruzeiro no centro do

Cemitério. Os ex-votos se constituem como objetos que fazem parte ao mesmo tempo da cultura material (OLIVEIRA, 2013, p. 67) e da cultura imaterial (CAVALCANTE, 2001, p. 60), pois são representações palpáveis das crenças populares. Os mesmos são destruídos pela ação do fogo e da chuva, pois ainda não houve nenhuma intervenção naquele local no sentido de preservação desses objetos da memória e das crenças populares manifestadas em torno das almas milagrosas do Cemitério do Batalhão do Jenipapo. A devoção mantém viva a história.

Figura 67 – Ex-votos depositados aleatoriamente no Cemitério do Batalhão do Jenipapo.



Fonte: Arquivo próprio

Ao lado do cruzeiro se encontra o obelisco, construído no centenário da batalha. Esse “Ipiranga”, como as pessoas mais velhas costumavam identificar o obelisco, está sendo tomado pela fuligem das velas que também são encravadas e incineradas em seu entorno e até mesmo no nicho onde foi gravada uma placa indicando o campo da batalha na qual está escrito: “Homenagem aos Heroes da Batalha do Genipapo na Independência do Brasil. Primeiro Centenário” como se pode verificar na imagem seguinte:

Figura 68 - Placa em bronze, em nicho, no Obelisco do Cemitério do Batalhão do Jenipapo.



Fonte: Arquivo próprio, 2013.

Figura 69 – Obelisco manchado pela fuligem da cera das velas



Fonte: Arquivo próprio, 2013.

A placa constante no obelisco torna-se invisível ao visitante em razão da fuligem das velas e especialmente em razão da posição para a qual está direcionada, no lado contrário do

lugar de chegada do visitante. Esse é um detalhe importante a ser considerado, pois, ao manterem o obelisco no Cemitério, esse fato possibilitou essa leitura e uma percepção da época da sua construção quando ainda havia descendentes diretos dos que morreram ou tiveram alguma participação direta na batalha. Naquele momento da construção do obelisco, os testemunhos, mais próximos do tempo dos fatos, tinham a memória dos fatos e dos lugares mais conservada. A eles, o campo de batalha era mais familiar. Ainda se conservavam os campos e os caminhos. A placa gravada no Obelisco aponta para o campo da batalha e por onde chegaram as tropas, ficando a mesma em uma posição contrária à do monumento atual, que se encontra na frente do cemitério. Com o tempo, a parte da frente do cemitério se transformou na parte dos fundos. Obelisco e Monumento foram construídos um de costas para o outro como se um ignorasse o outro. Ironicamente foi isso o que ocorreu, como muitos outros monumentos e edificações construídos como projeto político que ignora o sentido histórico desses lugares. A memória de determinados acontecimentos são sempre ressignificados. Com as mudanças dos caminhos, a construção do Monumento e o cercamento dos terrenos, a história do campo de batalha ficou restringida pelo arame farpado e inerte como o cimento armado. De tal maneira se observa como os caminhos que conduziam ao Cemitério e às localidades vizinhas se modificaram totalmente neste último século. A estrada utilizada pelas pessoas que partiam de Campo Maior em direção ao norte do Estado até Parnaíba, ou apenas a uma das localidades da circunvizinhança, atravessava o rio Jenipapo no local conhecido pelos antigos moradores como passagem das pedras, ou passagem do estreito. Essa era a estrada velha, entretanto desses antigos caminhos restam apenas algumas memórias. Hoje, o referido caminho e a passagem estão interrompidos por cercados e por uma barragem construída no rio Jenipapo. Os terrenos do lado direito do rio encontram-se cercados pela Cerâmica Campo Maior e, no lado esquerdo, pela Fazenda da Embrapa, antiga Fazenda Nacional e demais propriedades particulares. Para quem chegava a Campo Maior pelo norte, o acesso era feito pelo “Beco do Paixão”, local que ainda permanece vivo na memória dos antigos moradores das vielas localizadas à direita da matriz de Santo Antonio, na lateral esquerda do Teatro dos Estudantes.

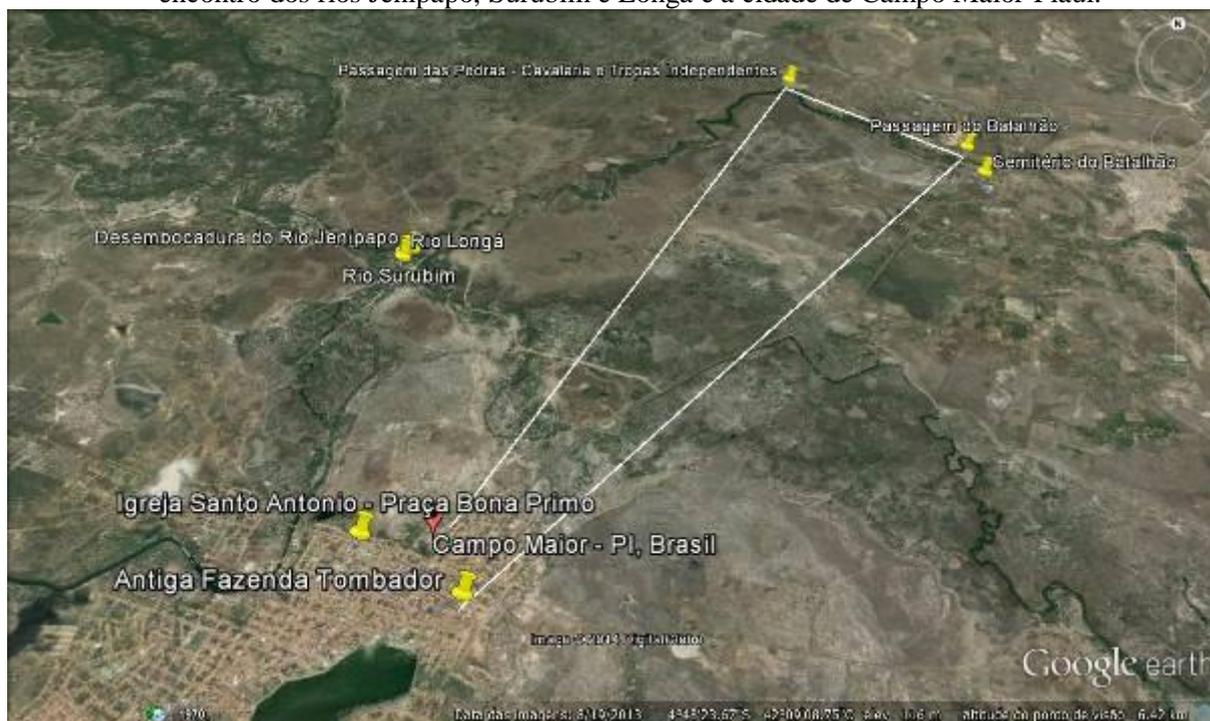
Sobre o exposto, aponta o Senhor Josias de Carvalho, cuja família morava na localidade Alto da Ponte, nas proximidades do Cemitério do Batalhão, que seu pai era tropeiro e viajava transportando mercadorias em mulas de Teresina a Parnaíba e utilizava o caminho pela passagem das pedras no rio Jenipapo. Ele recorda um momento especial no qual atravessou o referido lugar no ano de 1959 em comitiva, a cavalo, quando voltava da cerimônia do seu casamento. Aquele foi um caminho que continuou a ser utilizado pela

população mesmo depois de construída a BR 343. Entretanto, à medida que foram cercando os terrenos, novos caminhos foram sendo delineados e transformando aos poucos o espaço natural, porém algumas trilhas ainda se conservam pela margem direita do rio Jenipapo.

O Senhor Josias conserva memórias da infância quando visitava o Cemitério em companhia de sua mãe e conta que no campo santo as pessoas costumavam encontrar cápsulas de balas. Ele mesmo diz ter encontrado algumas cápsulas de balas, porém não as conservou e ainda recorda ter visto o monte de pedras bem alto onde as pessoas diziam que haviam sido enterrados em uma vala comum os que morreram na batalha (CARVALHO, 2014, p. 8-12).

Considera-se que a identificação desses caminhos constituiu-se de fundamental importância para se realizar essa interpretação dos possíveis trajetos utilizados pelas tropas do Major Fidié, que vinha de Parnaíba, assim como identificar com maior precisão o Campo da Batalha. Pelas narrativas conhecidas e já citadas nesta tese, o Major português dividiu a tropa em dois grupos: a cavalaria tomou a estrada da direita, pois era esse o caminho principal utilizado pela população que se dirigia a Campo Maior. A cavalaria sempre marchava à frente para sondar os perigos e ataques pelos caminhos e fazer a comunicação com o Major Fidié e o restante da tropa. A cavalaria deveria atravessar o rio Jenipapo pela Passagem do Estreito, conhecida também como Passagem das Pedras. Entretanto, na referida passagem onde o rio era mais profundo e a cavalaria teria mais facilidade para atravessar, encontrava-se um grupo de vigias das tropas brasileiras armadas e comandado pelo cearense Capitão João da Costa Alecrim, que se chocou com a cavalaria e a mesma recuou e desapareceu rapidamente, indo ao encontro do restante da tropa que havia tomado a estrada da esquerda. Sendo esta logo avisada do que havia ocorrido, fez a travessia do rio na altura do local onde hoje está situado o Cemitério, em uma passagem do rio que, a partir desse ocorrido, passou a ser chamada de Passagem do Batalhão, distando cerca de quatro quilômetros da passagem das pedras (NEVES, 2006, p. 146-147). Essa passagem da esquerda também estava vigiada por tropas brasileiras comandadas pelo Capitão Rodrigues Chaves. A identificação dessas passagens do rio são significativas para se fazer uma interpretação dos lugares da Batalha do Jenipapo. Entretanto, esses lugares não são identificados, e apenas os moradores mais antigos têm o conhecimento deles. Sem as devidas identificações e registros, esses lugares e suas histórias tendem a cair no esquecimento. No mapa a seguir, pode-se visualizar os dois pontos de travessia do rio Jenipapo, os caminhos por onde as tropas independentes se deslocaram do Largo da Igreja de Santo Antonio, na cidade de Campo Maior, para vigiar os respectivos locais dessas passagens, e o caminho até a Fazenda Tombador, além da desembocadura do rio Jenipapo e Surubim no rio Longá.

Figura 70 – Mapa aéreo do Campo da Batalha do Jenipapo, caminhos das tropas, desembocadura e encontro dos rios Jenipapo, Surubim e Longá e a cidade de Campo Maior Piauí.



Fonte: Google Earth TM, 2014.

O movimento das tropas em batalha ocorreu no campo entre as duas passagens do rio, chegando mesmo a ultrapassar os limites desse espaço para a margem direita do rio. Muitos dos que lutaram desertaram em fuga, o que atestam alguns vestígios da memória desse acontecimento encontrados na Fazenda Canto do Silva e no Cemitério do Boqueirão, na direção norte. Hoje essas localidades estão situadas em outros municípios que foram desmembrados do Município de Campo Maior: a Fazenda Canto do Silva situada no Município de Nossa Senhora de Nazaré e o Cemitério do Boqueirão na Cidade de Boqueirão do Piauí.

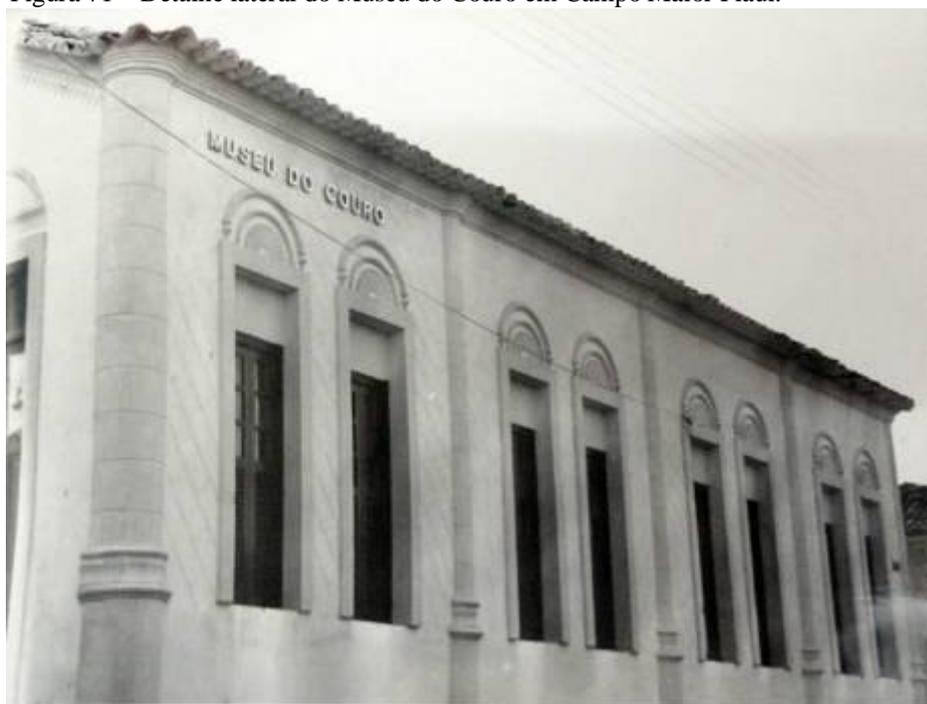
O espaço que compreende o Cemitério do Batalhão referenciando o Campo de Batalha foi sendo comprimido pelos cercados vizinhos, e mesmo esse espaço do Cemitério necessita de cuidados contínuos de limpeza e manutenção das cruzes e das pedras de forma adequada nos jazigos simbólicos.

Alguns detalhes são importantes para se compreender que a preservação do Cemitério depende muito mais do que da boa vontade dos diretores. Em uma última visita ao cemitério, no dia 15 de abril de 2014, para procedimento de análise das armas, observou-se no local um pequeno rebanho de cabras e cabritos soltos e pastando, subindo e descendo nos túmulos, favorecendo, dessa forma, a desagregação das pedras. Entretanto, em se tratando de uma área patrimonial, aqueles animais, embora lindos naqueles campos, não deveriam ser

apascentados ali. Muitas inadequações são percebidas por quem possui olhar sobre como devem ser tratadas áreas patrimoniais. Porém, se considera também nesta pesquisa que o Museu do Jenipapo não apresenta as condições adequadas de iluminação, acondicionamento, conservação e segurança das peças ali expostas. Trata-se de um local com paredes de vidro sem tratamento adequado capaz de controlar a luminosidade do interior do ambiente, a poeira e até mesmo evitar que a água da chuva respingue no interior pela parte superior ou mesmo penetre pelas frestas existentes entre o vidro e o piso. Essas frestas possibilitam a entrada de pequenos animais e insetos, além da poeira e da água das chuvas, especialmente nas ocasiões de temporais com fortes ventos, fatos esses presenciados por esta pesquisadora no Museu. Na parte final do pé direito, existe um espaço livre entre o vidro e o teto, medindo 0,72 cm, espaço suficiente por onde alguém pode facilmente passar e retirar peças do seu interior. Outras frestas em menor proporção podem ser observadas em diferentes espessuras entre o piso e o vidro, variando entre 0,60 cm a 0,90 cm.

Essas inadequações na conservação daquele acervo se somam a outras observadas na falta de identificação e referência das peças expostas no Museu do Jenipapo. De acordo com o Senhor Antonio Miranda, ex-diretor do Monumento Museu do Jenipapo, entre 2003 a 2009 havia ali mais de trezentas peças pertencentes ao antigo Museu do Couro existente em Campo Maior. Este Museu foi desativado e suas respectivas peças transferidas para o Museu do Jenipapo. Entretanto, o espaço de seis metros e oitenta centímetros de frente por 16 metros de comprimento (6,80m x 16m) é insuficiente para acolher e proteger adequadamente o acervo que mistura peças bélicas e reminiscências do Museu do Couro. Completados quarenta anos da fundação do Museu do Jenipapo, nenhum investimento foi feito no sentido de promover a sua readequação às normas atuais estabelecidas pelas diretrizes museológicas, visto que o seu simbolismo está fortemente vinculado à História do Piauí nas lutas pela independência do Brasil. O que ocorreu nesses anos foi o desaparecimento de muitas peças bélicas, indumentária militar e outras, assim como a completa descaracterização do Museu do Couro e o consequente desgaste das peças sem a adequada manutenção. O Museu, montado com recursos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, foi inaugurado no dia 13 de março de 1984, em um prédio histórico situado na Avenida José Paulino, nº 352, no centro, sendo considerado o melhor da cidade. Na imagem seguinte, se observa a sua imponência e a beleza nos detalhes da arquitetura.

Figura 71 – Detalhe lateral do Museu do Couro em Campo Maior Piauí.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

Figura 72 – Visão ampliada do Casarão que abrigou o Museu do Couro em 1984.



Fonte: Acervo próprio, 2014.

O referido prédio foi construído na década de 1920 e serviu de residência. Foi uma referência na realização de atividades sociais. O mesmo abrigou escola, hotel, repartições públicas e, por último, o Museu do Couro. Possuía um acervo eclético contendo documentos, baús, pilão, potes de cerâmica, ferros de marcar gado, caçambas, arreios, engenho,

indumentárias de couro, mobiliário e outras, num total de 230 peças. As respectivas peças estavam dispostas em seu interior em três salas as quais retratavam a memória do ciclo do gado e da vida nas fazendas (VIEIRA, 1984, p. 21).

Em relação às armas, o Senhor Miranda se recorda que eram aproximadamente setenta armas e que, aos poucos, foram desaparecendo, restando atualmente apenas doze exemplares, os quais não possuem a devida manutenção para evitar que a ferrugem danifique-os totalmente. Todas as espingardas necessitam de manutenção e limpeza e algumas já requerem restauro da parte de madeira dessas peças, que já se encontram em estado de deterioração.

Quando da inauguração do Museu do Jenipapo, em 1974, uma nota de jornal daquele ano faz referência, destacando as peças que compunham o referido acervo existente naquela ocasião, da seguinte forma:

O Monumento e Museu do Jenipapo têm o seu acervo todo relacionado com os fatos históricos da Independência do Piauí. Não faltaram ainda os retratos das figuras de Simplício Dias, Antonio de Sousa Martins, Manoel de Sousa Martins, José Francisco Miranda Osório e João José da Cunha Fidié o comandante das tropas portuguesas, pintados pelo retratista Marcos Vila. Foi encontrada uma documentação de seis volumes, que contém 150 documentos importantes sobre a independência do Piauí, que faz parte do acervo do Museu do Jenipapo. Têm ainda várias armas, entre elas o canhão usado na Batalha e quatro balas, que foram encontradas no Morro do Alecrim. Segundo informações da Secretaria da Cultura, 14 armas, ainda sem identificação, estão sendo estudadas, porque segundo se acredita, elas foram usadas na Batalha do Jenipapo. Existem ainda 22 peças bélicas e vários objetos, louçaria, bengala, binóculo, garfo e salva de pratos, todos usados na época da Batalha (O DIA, 1974, p. 2).

Na mesma ocasião da inauguração do Museu do Jenipapo, o jornal O Estado traz a seguinte matéria:

Primeiro, foi a prolongada luta que os campo-maiorenses desenvolveram no sentido de edificar um monumento aos mortos da batalha do Jenipapo. Depois de concluído o monumento e inaugurado, novos esforços foram despendidos pela população: desta vez queriam que o monumento fosse complementado, com um Museu. O Museu também foi construído e, sua inauguração, possibilitará junção de todos os objetos, documentos, armas, enfim tudo o que se relacione com a batalha do Jenipapo, e que, atualmente se encontram dispersos por várias mãos. Esse deve ser um dos objetivos principais do Museu do Jenipapo (O ESTADO, 1974, p. 6).

Passados quarenta anos da sua inauguração, percebe-se que o referido Museu não conseguiu cumprir os objetivos almejados no sentido de reunir os objetos bélicos dispersos

“por várias mãos” e nem manter preservado e em segurança a totalidade das peças ali reunidas. Na inauguração do Museu do Jenipapo, existiam quatorze espingardas das quais atualmente só existem doze, e, assim como as demais 22 peças bélicas notificadas, não foi encontrado nenhum registro. E, das espingardas que já estavam sendo estudadas na época, também não se encontrou nenhum registro. Nessas circunstâncias, se supõe que a criação do Museu trouxe uma satisfação da população com aquele objetivo alcançado e, de certa forma, a sua concretização foi principalmente graças ao empenho incessante de lideranças da cidade de Campo Maior. Contudo, aproximando-se o meio século de existência do Museu, dois séculos da batalha, quase um século de tombamento do Cemitério e dezenas de pesquisas realizadas nas últimas décadas, deve-se questionar: sobre em que nível as pesquisas têm contribuído para a preservação da memória e da história da batalha a partir das suas reminiscências? Qual a importância desempenhada pelo Museu do Jenipapo? As políticas públicas estão sendo suficientemente aplicadas para a preservação e ampliação do acervo e dos seus lugares de memória? Ou o Museu se tornou apenas um lugar de depósito de antiguidades sem condições de responder à demanda atual?

Em meio a tantos questionamentos e pouco investimento em pessoal especializado e em conservação do acervo, o Senhor Antonio Miranda ainda relata o fato de algumas peças terem sido levadas do Museu do Couro e não terem sido devolvidas. O empréstimo nem sequer ficou registrado para que alguém pudesse requerer depois:

Eu cheguei a conhecer uma faixa de cento e cinquenta armas da Batalha do Jenipapo, isso na década de 1970. Naquela época, tinha armas demais. O Museu era aqui no centro da cidade ao lado da Igreja Católica de Santo Antonio. Naquela época, eu visitava esse Museu e me admirava daquelas armas tudo empilhada, tudo muito bem conservada. Me admirava! E eu me admirava e dizia para aquelas pessoas que estavam lá comandando: isto aqui é muito bonito, muitas armas que têm aqui, da batalha. Imediatamente eu recebi uma resposta da pessoa que estava lá coordenando aquele ambiente que dizia: aqui não tem mais nada; já acabaram com tudo. Eu disse: acabaram por quê? O pessoal chega, toma emprestado dizendo que vai levar um dia para ficar na lembrança da história da batalha e depois não traz mais. E por que os senhores entregam? Eu entrego porque dizem que vêm deixar. Você sabe, aqui a gente é aquele empregadinho. Se a gente não entregar, eles acham que a gente está desconfiando. A gente não pode negar. Mas, eu digo, vocês deveriam dizer que não podia. Mas, se eu fizer isso eu perco meu emprego. Você deveria pedir para assinar um documento como ia levar aquela arma, anotar, fazer um pequeno relatório num caderno e tirar uma folha e mandava ele assinar. Se eu fizer isso eu vou está culpando ele. Mas não pode, pois faz o seguinte: para o seu controle pessoal, para alguém acreditar no que você diz você compre um caderno e quando a pessoa chegar aqui e pedir e você achar que não pode negar, você pergunta: e como é seu nome? Onde você mora? Daí ele não vai negar que vai levando a arma. Daí,

you pega com sua letra mesma e escreve para você mesmo. Serve para você prestar conta com Deus, porque, já que não tem a assinatura, alguém pode não querer acreditar, mas pelo menos sua consciência fica limpa e você saberá para quem entregou, porque realmente a gente esquece; pega qualquer objeto e, com o decorrer do tempo, a gente termina esquecendo. Só se você fizer uma só vez, mas, se fizer, muitas vezes com certeza a gente vai terminar esquecendo. Na década de setenta, existia essas conversas (SOUSA, 2012, p. 1).

Esse relato emocionado denota o cuidado e a satisfação ao contemplar as peças bélicas que rememoravam um acontecimento trágico do passado. Esta é uma das funções do Museu: manter viva a lembrança de fatos memoráveis e, em certos casos, uma única peça é suficiente para fazer o visitante se transportar para outro tempo, mesmo que determinadas peças não sejam exatamente daquele período, mas elas estão ali para evocar essas lembranças e, dessa forma, elas passam a fazer parte de uma memória construída sobre esse acontecimento. Mesmo que algumas peças não tenham sido usadas na batalha, isso não tira o mérito de serem peças que hoje integram o acervo bélico do Museu do Jenipapo e são peças centenárias. Elas cumprem uma função, e a comunidade já as consagrou como reminiscências da Batalha do Jenipapo e, assim, elas devem permanecer agora, devidamente identificadas, fato este que lhes agrega mais valor e significado. As peças bélicas que restam precisam receber o devido cuidado para que possam se conservar por longo tempo.

O relato do Senhor Miranda é também uma denúncia sobre o descaso com os bens culturais, pois a junção das peças do Museu do Couro com as do Museu do Jenipapo no mesmo espaço, no Monumento, sem a devida manutenção, apenas como um depósito de velhas peças, foi um grande equívoco e uma perda irreparável para a história da cidade. Em relação ao desaparecimento das peças do Museu do Jenipapo, algumas podem ter sido furtadas do próprio Museu, outras porém, podem ter sido levadas para lugares como o Museu do Piauí e o Arquivo Público do Estado, ambos com sede em Teresina. Entretanto, os funcionários do Museu do Piauí, assim como do Arquivo Público desconhecem esses fatos e essas peças. Dentre esses artefatos, estaria espingardas, a indumentária do Fidié, uma espada de prata, um punhal com cabo de prata, além de quadros e balas (projétil) de canhões, os quadros pintados pelo retratista Marcos Vila das personalidades que tiveram participação no processo de Independência, como Simplicio Dias da Silva, Antonio de Sousa Martins, Manuel de Sousa Martins, José Francisco Miranda Osório e do João José da Cunha Fidié. Além dos documentos escritos, que somavam seis volumes. Hoje, encontram-se expostos no Museu do Piauí alguns quadros pintados por Marcos Vila, visualizados a seguir:

Figura 73 – Tela de Marcos Vila, retratando Simplício Dias da Silva. Óleo sobre tela 88 cm x 1,10 m. 1974



Fonte: Museu do Piauí, Teresina, Piauí.

Figura 74 – Tela de Marcos Vila, retratando José Francisco Miranda Osório. Óleo sobre tela 90 cm x 1,10 m. 1974.



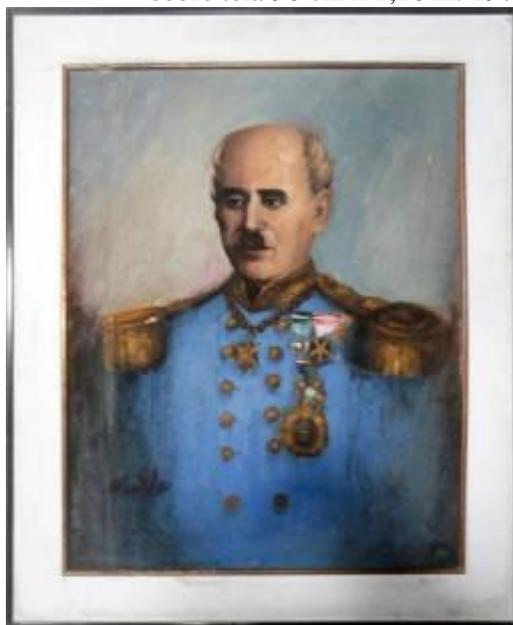
Fonte: Museu do Piauí, Teresina, Piauí.

Figura 75 – Tela de Marcos Vila, retratando Manoel de Sousa Martins. óleo sobre tela 88 cm x 1,10 m. 1974



Fonte: Museu do Piauí, Teresina, Piauí.

Figura 76 – Tela de Marcos Vila, retratando João José da Cunha Fidié, Óleo sobre tela 90 cm x 1,10 m. 1974



Fonte: Museu do Piauí, Teresina, Piauí.

No Arquivo Público do Estado, apenas dois exemplares de documentos sobre a Batalha do Jenipapo ainda estão disponíveis para pesquisa e já em precário estado de conservação. Os seis volumes de documentos sobre a Independência podem ter sido organizados pelo Odilon Nunes ou por Monsenhor Chaves, ou com o conhecimento deles, que durante anos pesquisaram essa temática. Até o presente momento, não se sabe as

circunstâncias que levaram esses documentos a serem transferidos para o Museu do Piauí e para o Arquivo Público do Estado, pois os funcionários atuais dessas instituições não têm conhecimento desses fatos. Contudo, com a transferência do antigo Museu do Couro para o Museu do Jenipapo, não seria conveniente nem segura a permanência de determinadas peças no respectivo Museu como é o caso dos documentos escritos e dos quadros.

Um catálogo com a discriminação em detalhes identificando o ano, o dia, o mês, o local, o emissor, o destinatário e a descrição do conteúdo da correspondência entre as autoridades militares e governamentais no período da Batalha do Jenipapo foi localizado no Museu do Piauí. Do referido catálogo constam menções a documentos datados a partir de 31 de janeiro de 1821 a 19 de junho de 1833 (CATÁLOGO, 1821-1833).

Quanto aos lugares de memória do movimento pela Independência no Piauí, além dos cemitérios já mencionados, outros espaços estão relacionados à Batalha do Jenipapo e foram documentados nessa pesquisa: a Fazenda Angelim (após a Batalha, passou a chamar-se Alecrim, por ter sido ocupada pelas tropas do Coronel cearense João da Costa Alecrim), a Fazenda Canto do Silva, o Capão do Fidié, o Cemitério do Boqueirão, a Fazenda Tombador, o Morro do Fidié e a Fazenda Boa Esperança, além de outros já mencionados anteriormente.

A Fazenda Angelim e a Fazenda Canto do Silva, na qual se localiza o “Capão do Fidié”, eram parte da Fazenda Angelim, um local de mato fechado onde o Major Fidié teria acampado com sua tropa para descansar e preparar sua estratégia para a travessia do rio Jenipapo e ultrapassar a cidade de Campo Maior. A tropa em marcha procurava descansar próximo a fazendas de onde pudessem subtrair dezenas de cabeças de gado para sua alimentação. Nesta pesquisa, considera-se esse local como um acampamento provisório das tropas portuguesas. Esses locais já deviam ser conhecidos do comandante português, pois já havia passados por aqueles em dezembro de 1822 quando se dirigia à Vila de Parnaíba para conter o movimento separatista. Sobre essa localidade, o Senhor Miranda faz a seguinte referência:

Aqui no município de Nossa Senhora de Nazaré tem um local Canto do Silva, um povoado que tem muita gente. Lá, naquela época saíram uns portugueses lá. Quando chegaram lá, houve um confronto. O pessoal se revoltou em cima deles e mataram sete pessoas e os portugueses acharam que venceram, mas morreu um português. E ali eles lavraram com um machado e fizeram uma cruz muito grande e colocaram Canto dos Silva. Depois de muitos anos, foi que a família Silva colocou Canto do Silva. E outros saíram em José de Freitas com medo de ser pegos. Ele subiram em cima da serra e chamaram de serra do Fidié porque lá podiam ver quem vinha de baixo. Lá eles ficaram três dias camuflados. E de lá se largaram pelo mundo e foram parar no município de União nas terras do avô do velho

Luis Galeano. O velho era criador de boi, lá passaram dois dias e mataram mais de quarenta bois do velho, mataram muito gado. Eram muitos homens (SOUSA, 2012, p. 13).

O outro local diz respeito ao antigo Cemitério do Boqueirão que, de acordo com a história daquela localidade, a cidade teve início a partir do Cemitério que atraía visitantes devotos das almas milagrosas que haviam sido enterradas naquele lugar. Em entrevista com o Senhor Miranda, ele ressalta que o cemitério teve início com o enterramento de um negro, escravo que havia sido ferido e estava fugindo do campo da Batalha do Jenipapo da qual havia participado. Ele ainda foi encontrado com vida por alguns viajantes, para quem ele havia contado todo o ocorrido. Os viajantes, sem condições de prestar o socorro necessário, partiram em busca de auxílio, porém, quando retornaram, ele já havia desfalecido e, ali, no mesmo lugar, foi enterrado atendendo ao suposto pedido do defunto quando ainda em vida, em meio ao matagal. A partir daquele ocorrido, surgiu a devoção dos populares àquela alma milagrosa, e, em razão da peregrinação, um pequeno povoado começou a despontar nas imediações do lugar, que ganhou uma capela construída pelo Padre Mateus, vigário de Campo Maior nos anos de 1950. Hoje o referido Cemitério do Boqueirão, que tem cuidadores que passam de pai para filhos a tarefa de manutenção, teve na sua emancipação a nomeação de Boqueirão do Piauí como a preferida da população ali residente.

Esses relatos, que ainda continuam vivos na memória, poderão ser ampliados com novas investigações, tendo como base a história oral sobre os demais cemitérios da circunvizinhança, os quais provavelmente tenham recebido enterramentos posteriores das pessoas que morreram em razão dos ferimentos adquiridos na batalha.

Outros lugares de memória identificados nesta pesquisa, porém quase esquecidos e desconhecidos das novas gerações, dizem respeito a duas passagens por onde a população atravessava o rio Jenipapo, especialmente nos períodos chuvosos. Nessas passagens, conhecidas como “Passagem do Estreito ou Passagem das Pedras” e “Passagem do Batalhão”, foram montados vigias pelas tropas independentes para surpreender as tropas portuguesas na travessia do rio. A Passagem do Estreito era o caminho principal da direita, e os soldados do Capitão João da Costa Alecrim aguardavam na espreita as tropas portuguesas quando apareceu a cavalaria, a qual foi atacada e imediatamente recuou, indo certamente ao encontro de Fidié que marchava pela estrada da esquerda com o contingente, a pé e conduzindo o carro de guerra. O caminho da esquerda dava acesso a uma passagem do rio na localidade Alto do Meio, para em seguida, tomar o caminho da Fazenda Tombador. Nessa passagem da esquerda, havia tropas independentes do Capitão Luis Rodrigues Chaves que, ao ouvir os tiros

do lado da direita, se dispersaram, abandonando a passagem da esquerda e partindo para socorrer os companheiros. Com essa dispersão, o Major Fidié atravessou o rio e preparou a sua artilharia com a qual atacou os independentes logo que se aproximaram do local. Entretanto, as tropas independentes partiram para a luta corpo a corpo, sempre recuando e avançando em seguidos ataques. A desproporção dos armamentos era notória, porém o Major português saiu do campo de batalha também arrasado com as perdas dos seus soldados e dos seus equipamentos de guerra e de outros objetos de valor. O caminho da direita conduzia ao centro da Vila no Largo da Igreja de Santo Antonio. Ainda na década de 1950, esse era o caminho utilizado, e a entrada na cidade se dava por um beco conhecido como o “Beco do Paixão”.

Muitos desses vestígios e histórias do passado estão desaparecendo da cultura popular e até mesmo do cenário urbano da cidade, como tem ocorrido com boa parte da arquitetura colonial e com um dos símbolos da Batalha do Jenipapo, a Fazenda Tombador, que serviu por três dias de Quartel General para o Major Fidié e, posteriormente à sua saída, tornou-se local de atendimento e tratamento dos brasileiros feridos na batalha. Nesse contexto, o Museu do Couro, no qual se conservava um rico patrimônio da história da cidade, também foi devastado contíguo à venda e demolição da sua sede, um casarão histórico no centro da cidade de Campo Maior. O antigo Museu do Couro era representativo da relação do homem com o gado, a qual está na gênese da história piauiense e da própria cidade de Campo Maior, que surgiu em volta de dezenas de fazendas de gado e ainda guarda vestígios bem conservados de fazendas centenárias, assim como a fama de possuir a melhor carne de sol do Piauí, pois a pastagem natural do capim mimoso faz essa diferença no sabor da carne, tornando-a um tanto especial. A pastagem de mimoso favoreceu o crescimento dos rebanhos e multiplicou as fazendas de gado desde os tempos coloniais quando o Piauí se tornou um dos maiores produtores de carne do Brasil.

Todavia, os investimentos para o beneficiamento da carne só chegaram ao Piauí no final da década de 1950 com a criação do Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA) e da Agroindústria do Piauí S/A (AGRINPISA), duas empresas voltadas para o desenvolvimento econômico da agricultura e da pecuária, visto que o Piauí apresenta característica agropecuária (SANTANA, 2011, p. 30). Porém, o FRIPISA, criado através da lei Estadual 1.626, de 5 de novembro de 1957, somente foi instalado em Campo Maior em 28 de novembro de 1967, para o beneficiamento da carne cujo êxito foi transitório, entrando em decadência na década de 1980 por falhas no gerenciamento administrativo (JORNAL DO COMÉRCIO, 1959, p. 4), chegando ao seu completo fechamento na década de 1990. Hoje,

resta apenas o prédio abandonado com todo o maquinário em seu interior, fato este que demanda uma investigação sobre o processo de industrialização da carne no Piauí e sobre o maquinário e as técnicas de trabalho utilizados, assim como o impacto daquela empresa na cidade.

Figura 77 - Lateral e frente do prédio da Empresa FRIPISA, em Campo Maior Piauí.



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/21168173>. Acessado em 25 de abr de 2014.

Outro empreendimento industrial que também teve um êxito temporário diz respeito ao Curtume Repuxo⁶⁶, localizado a cerca de nove quilômetros de Campo Maior, na fazenda do mesmo nome. O seu proprietário havia vendido duzentas cabeças de gado para montar o referido Curtume para o beneficiamento do couro do gado a partir do qual se fabricava uma sola de qualidade conhecida como “Sola Zizi”, um produto comercializado nas cidades de Teresina e Fortaleza. O seu fundador, Manoel de Sousa Veras, natural de Crateús, no Ceará, teria iniciado esse empreendimento em 1964. O Curtume contava em média com 35 funcionários diretos e cerca de 20 a 25 indiretos. Dentre os maquinários modernos utilizados se destacam o motor industrial colon e o gerador de energia. O proprietário faleceu em 1982, e, logo em 1983, o empreendimento industrial foi vendido e funcionou até 1997, quando foi decretada a sua falência e penhorada a sua terra e a fazenda sendo posteriormente levada a leilão. O Curtume não se adequou às normas ambientais, pois, desde a sua montagem, passou a despejar todos os dejetos com produtos químicos à base de soda cáustica e sulfatos de sódio diretamente no rio Longá. Atualmente, o que resta do antigo empreendimento são as suas ruínas e um poço tubular, além de um reservatório que havia sido construído para o tratamento dos dejetos químicos. O reservatório não se encontra isolado para evitar a

⁶⁶ As informações sobre a Fazenda Repuxo foram coletadas com o Senhor Artes Paz, pois sua família habitava nessa localidade e com o Senhor Francisco das Chagas Paz (conhecido como Chiquinho Bastião) filho do gerente do Curtume. Nenhum documento escrito foi possível investigar sobre a referida Fazenda e Curtume. Como se trata de fatos recentes, os funcionários e moradores da Fazenda estão vivos e contam as próprias experiências.

aproximação especialmente dos animais sedentos. Na água ainda era possível observar uma espécie de nata vermelha na superfície.

Figura 78 – Visão geral das ruínas do Curtume Repuxo.



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Figura 79 – Visão parcial dos tanques do Curtume Repuxo.



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Figura 80 – Visão parcial do poço tubular do Curtume Repuxo.



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Como se podem perceber, essas duas empresas, uma pública, de economia mista, e outra particular desenvolveram projetos de industrialização, porém tiveram existência breve e hoje essa história está no anonimato à espera de quem as reabilite, no sentido de compreender o papel exercido por essas empresas na vida das pessoas e na produção do município. Coletar essas informações é compreender as circunstâncias materiais e técnicas que proporcionaram o surgimento de uma fabricação; é trazer de volta parte da história da cidade e compreender as consequências desses acontecimentos no ambiente de um grupo social (THIESEN, 2006, p. 2). Nesse sentido, há de se considerar que o aspecto do patrimônio industrial está relacionado à memória do trabalho, às máquinas, aos equipamentos, instalações e imóveis com os quais se processou a produção industrial. Porém, o patrimônio industrial diz respeito também ao patrimônio técnico e de saberes de uma sociedade e de uma comunidade, processo esse que está em constante transformação. Dessa forma, o patrimônio industrial se ramifica em três campos de investigação detalhados da seguinte forma:

A primeira linha refere-se à preservação da memória do trabalho e dos trabalhadores, incluso o conhecimento de técnicas e rotinas de produção, de organização e de sociabilidade, dentro e fora do espaço da produção. [...] A segunda linha e argumento remete-se aos acervos ligados ao patrimônio industrial, sejam os documentos, sejam os que incluem maquinário industrial, peças de reposição, instrumentos de precisão, manuais e revistas técnicas especializadas, estendendo até acervos artísticos que representam a

atividade industrial a partir de fins do século XIX. [...] Por fim, a terceira linha aqui sugerida remete-nos à dimensão arquitetural, dos bens edificados como a prova mais evidente e sensória da importância da indústria em dados periódicos históricos. O desmantelamento de edifícios e galpões industriais, oficinas, matadouros, armazéns, linhas férreas e estações de trem, gasômetros, moinhos e fiações (MENEGUELLO, 2012, p. 81-82).

Como se podem perceber, especialmente pelas imagens, os dois empreendimentos industriais existentes em Campo Maior, aos quais se faz referência nesta pesquisa, estão em estágios diferentes de degradação, porém, sem uma urgência na documentação dessa memória, a mesma tende a desaparecer.

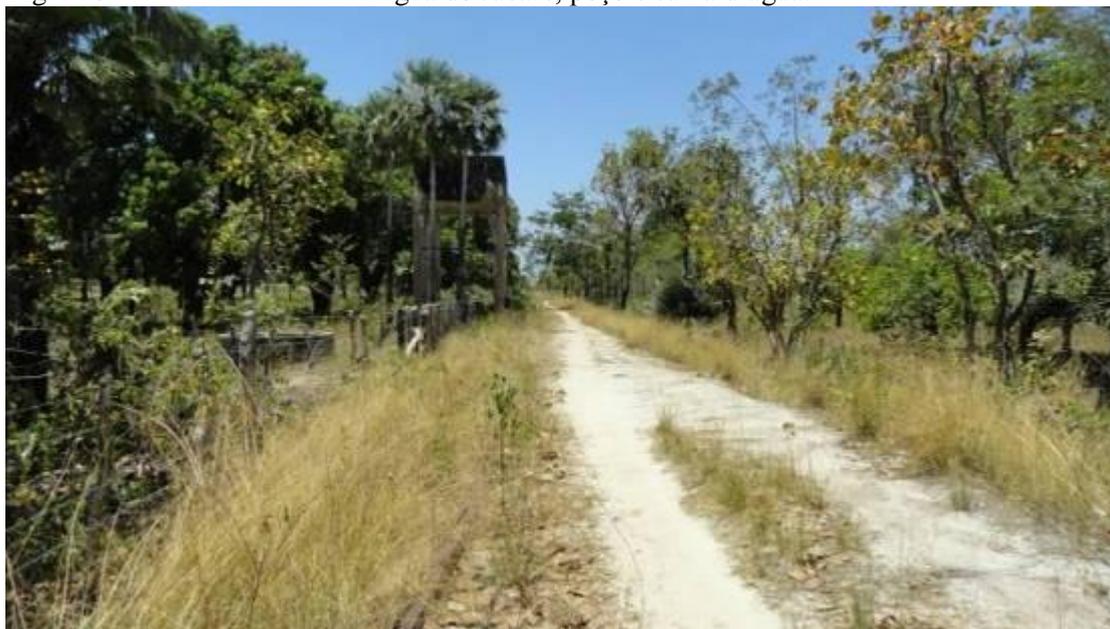
Além desses projetos de industrialização, a construção da estrada de ferro interligando a capital ao litoral compunha o cenário da modernização (VIEIRA, 2010, p. 21). A ferrovia exerceu sua influência nas cidades unidas pelos trilhos nas quais se construiu uma memória não somente através da construção arquitetônica das estações, mas especialmente das histórias e vivências do cotidiano dos trabalhadores da ferrovia. A estação ferroviária de Campo Maior necessita de manutenção e conservação para manter viva a memória de um importante entreposto comercial e da relação com o desenvolvimento ferroviário piauiense. Hoje o prédio abriga a Fundação Cardoso Neto “Museu Zé Didôr”, com um acervo de antiguidades e documentos em estado precário de conservação em razão da infestação de pombos pela má conservação do teto.

Figura 81 – Estação ferroviária de Campo Maior, de 1952.



Fonte: Arquivo próprio, 2014.

Figura 82 – Linha Férrea⁶⁷ na Lagoa do Jacaré, poço e caixa d'água.



Fonte: Arquivo próprio, 2013.

As imagens acima se referem à linha férrea em dois municípios diferentes: Campo Maior e Piracuruca, e em ambas pode-se observar como a população conserva a memória da sua construção e funcionamento.

Vinculado ao cenário das fazendas de gado, Campo Maior foi surgindo e hoje se constitui como um dos primeiros e mais antigos núcleos urbanos do Piauí no qual ainda se podem observar visivelmente vestígios arquitetônicos da colonização europeia preservados no centro histórico da cidade, notadamente os casarões que guardam sua relação com o povoamento do lugar. Entretanto, se percebe que, a partir da segunda metade do século XX, parte dessa arquitetura colonial portuguesa sofreu profundas modificações e, em alguns casos, o seu completo desaparecimento como foi o caso da demolição da antiga igreja matriz de Santo Antonio, de 250 anos (OLIVEIRA, 2011, p. 38), que foi substituída por outra mais espaçosa e de acordo com o estilo contemporâneo, conforme as novas concepções da arquitetura moderna. Nessa concepção do mundo moderno, a arquitetura antiga tornou-se sinônimo de feio e de ultrapassado e não responde às exigências do sistema econômico vigente. Depois da demolição, em 1944, da primeira igreja de Santo Antonio, pelo menos outros dois fatos ficaram marcados no imaginário popular: a demolição da sede do Museu do Couro e da antiga Fazenda Tombador, depois de ter sido vendida e o novo proprietário tê-la

⁶⁷ A linha férrea na altura da lagoa do Jacaré no município de Piracuruca pode se visualizar um poço e uma caixa d'água utilizada para o abastecimento da locomotiva. Na localidade observam-se ao longo da linha os trilhos e os cravos já se encontram soltos e espalhados pelo terreno.

demolido sem nenhuma intervenção do poder público, que, na maioria das vezes, é o grande responsável pela depredação do patrimônio (FUNARI, 2001, p. 3). O antigo espaço dessa fazenda constitui-se um dos lugares de memória e referência sobre a Batalha do Jenipapo. Nesse terreno, foi construído um prédio no qual funciona a empresa Eletrobrás, porém ainda se podem observar, em uma parte reservada ao estacionamento e depósito, restos do piso e dos alicerces, além das calçadas de pedra da antiga residência. Esta pesquisadora conseguiu autorização da referida empresa e, dessa forma, ainda foi possível capturar algumas imagens fotográficas desses vestígios da construção antiga.

Figura 83 – Piso que compõe a calçada no local da antiga Fazenda Tombador.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Figura 84 – Restos do piso no interior do terreno da antiga Fazenda Tombador.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Para a preservação simbólica desse lugar ou a sua transformação em um espaço da memória, torna-se urgente e necessário que se faça uma intervenção no terreno na tentativa de recuperar alguma referência significativa, assim como se tentar reconstituir a história daquela fazenda através do contato com os antigos proprietários ou moradores, visto que a referida

residência havia se tornado casa de aluguel. O senhor Antonio Dona, sanfoneiro, foi um dos moradores e depois vizinho do velho casarão da Fazenda Tombador entre os anos de 1980 a 1982, quando ocorreu a sua demolição. Esses dois últimos exemplos são típicos da especulação imobiliária. Por outro lado, ainda se conserva parte do casario português ao redor da Praça Bona Primo e, paralela a esta, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1892, com o patrocínio de Dona Virgilina Azevedo de Miranda, em pagamento de uma promessa (LIMA, 1995, p. 92-93).

Figura 85 – Primeira Igreja de Santo Antonio, que foi construída no século XVIII e demolida com 250 anos, em 1944.



Fonte: <http://poetaelmar.blogspot.com.br/2012/11/palestra-sobre-os-300-anos-da-igreja-de.html>. Acessado em 25 de abr de 2014.

Figura 86 – Atual Igreja de Santo Antonio, inaugurada em 1962.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Figura 87 – Igreja do Rosário, construída em 1892.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

A primeira igreja de Santo Antonio foi erguida no princípio do século XVIII, e, no dia 28 de junho de 1944º velho templo foi demolido e o novo levou dezenove anos para ser finalizado em razão de um olho-d'água que apareceu no local da construção. Somente depois de solucionado esse problema, a obra pôde ser concluída. Ao longo da construção, a parte litúrgica ocorria na Igreja do Rosário, localizada ao lado da matriz. A sua inauguração ocorreu em 11 de agosto de 1962, com a missa de inauguração presidida pelo então arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela. O Padre Mateus foi o grande idealizador desse novo templo, logo após a sua chegada à cidade, em 1941 (OLIVEIRA, 2011, p. 39-40).

Nesse município ainda se preservam na área rural algumas propriedades particulares que remetem às construções das fazendas coloniais fundadas no final do século XVII e algumas ainda se conservam como residências dos atuais proprietários. Essas fazendas remanescentes devem ser objeto tanto de estudos históricos, quanto arqueológicos do povoamento daquele território que, assim como todo o território piauiense, foi colonizado pela instalação das fazendas de gado. Em 1774, na Vila de Campo Maior, constavam 91 fazendas e 49 sítios (MOTT, 2010, p. 51).

As fazendas centenárias não são objeto desta investigação, entretanto, em se tratando dos espaços arqueológicos da colonização e do patrimônio da cidade de Campo Maior, essa referência seria imprescindível dentro do contexto da Batalha do Jenipapo que agremiou tanto as pessoas para lutarem na guerra, como também o gado foi o principal meio transporte e de subsistência das tropas.

Figura 88 – Fazenda Abelheiras.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Figura 89 – Fazenda Trabalhado.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Figura 90 – Fazenda Jatobazal.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

A Fazenda Trabalhado chamava-se Fazenda Serra e ambas possuem os nomes nos livros de registros de sesmarias do Pará. A Fazenda Abelheiras conserva até hoje a mesma denominação. Outro lugar de memória é o Morro do Fidié localizado na cidade de José de Freitas, local no qual o Major português colocou espíões para observar a aproximação de tropas brasileiras enquanto permanecesse na Fazenda Boa Esperança. A partir da referida fazenda se originou a cidade de José de Freitas no Piauí. Quando o Major português partiu em direção ao Estanhado (cidade de União) e, mesmo depois de atravessarem o Rio Parnaíba rumo a Caxias, no Maranhão, as tropas retornaram ao Piauí em busca de gado para sua alimentação, uma vez que as remessas de gado feitas periodicamente ao Maranhão haviam sido suspensas por ordem do governo da Província do Piauí enquanto durasse o cerco aos portugueses no Maranhão. Sobre essa ocorrência, assim se expressa Odilon:

Fidié, já de terras maranhenses, passa a colher gados, para manutenção de suas forças, em terras do Piauí, amparado em barcos que estavam a sua disposição no Parnaíba. Várias batidas foram feitas para surpreender o inimigo, havendo tiroteio entre as embarcações e forças da terra, bem como a surpresa de S. Pedro, em que patrulha de Simplício José da Silva desbarata escolta de Fidié que conduzia gados e que deixa em campo, entre mortos e feridos, de dez a doze homens. Foi essa a primeira vitória dos separatistas, após a batalha do Jenipapo. Com esse combate, também ficava o Piauí, completamente liberto das forças fiéis a Portugal. Nessa campanha, não se registraria, mais nenhum recontro em terras piauienses (NUNES, 2006, p. 74).

A Fazenda São Pedro encontra-se hoje em ruínas e, nas mediações da Fazenda Boa Esperança, surgiu a Cidade de José de Freitas, onde, no centro, se pode visualizar um sobrado o qual substituiu a sede da referida fazenda. Desse confronto, houve um saldo de 12 mortos, dentre eles um escravo da Fazenda Boa Esperança, de nome Ivo Cunha (FREITAS, 1923, p. 20). A família de Ivo Cunha recebeu uma vultosa indenização com a qual a família tornou-se proprietária de fazendas. A última herdeira desse patrimônio foi a sua neta Cândida Figueiredo Cunha, que faleceu por volta dos anos 1940, sem deixar herdeiros.

Figura 91 – Sobrado, no antigo lugar da Fazenda Boa Esperança, na Cidade de José de Freitas, visto do Morro do Fidié.



Fonte: Acervo próprio, 2012.

O Morro do Fidié é também conhecido na cidade como Morro do Cristo, onde foi colocada uma estátua do Cristo como protetor da cidade. O acesso é feito por uma escadaria e, no topo, se tem uma visão de 360 graus da cidade. Esse se tornou um ponto privilegiado para vigiar a aproximação das tropas.

Os lugares de memória não remetem apenas à Batalha do Jenipapo. Alguns são bem mais antigos e remetem ao período de ocupação do solo piauiense pelos antepassados. Esses vestígios da cultura indígena podem ser vistos nos sítios de pinturas rupestres espalhados em

todo o Piauí, mas especificamente, nesse caso, no Sítio Buritizinho, localizado no Município de Campo Maior (BITENCOURT, 2012, p. 2), além dos registros históricos do complexo contato entre brancos e índios (MOTT, 2010, p. 152) e dos aspectos físicos da população representativos da miscigenação racial que, em 1772, já representavam 83,3% da população mestiça contra 16,7% da população dos brancos (MOTT, 2010, p. 105). A cultura afro-brasileira também se manifesta, dentre tantos outros aspectos, através da religiosidade e especialmente das histórias transformadas em lendas ou mitos que se perpetuaram no imaginário sobre os maus-tratos sofridos pelas escravas como atitude de vingança de suas senhoras brancas, muitas vezes motivadas por ciúmes dos seus cônjuges, ou o assassinato de mulheres negras que tentavam fugir das fazendas e também da escravidão.

No município de Campo Maior existem as matas de carnaubais, um inestimável patrimônio natural irrigado pelos rios e riachos que banham as suas planícies, cujas margens acomodaram a grande maioria das fazendas coloniais de criação do gado. Nas proximidades da Serra de Santo Antonio, a natureza ali generosa possibilitou o extrativismo vegetal da cera da carnaúba, atualmente como um produto de grande utilidade no mercado industrial. A coleta do pó da carnaúba e a produção da carne de sol constituem uma técnica do saber que conserva especificidades daquela população.

A partir do que foi exposto sobre a proteção do patrimônio, verificou-se que a cidade de Campo Maior, com uma população de 45.177 habitantes, guarda o compromisso de estabelecer os principais mecanismos legais de proteção do patrimônio conforme proposto pela legislação federal, que estabelece a obrigatoriedade na elaboração do Plano Diretor da cidade, assim como a instituição do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural em municípios com população acima de 20 mil habitantes. Foi possível verificar a existência de tais mecanismos legais, porém faz-se necessário o seu cumprimento e o funcionamento efetivo e atuante deste órgão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros passos em torno desta tese começaram a ser dados no ano de 2009 e o grande desafio naquele momento era encontrar o ponto convergente entre a História e a Arqueologia. A possibilidade de pesquisar sobre a Cultura Material da Batalha do Jenipapo foi o caminho que conduziu a essa encruzilhada. Entretanto, o aprofundamento teórico histórico arqueológico iluminou o caminhar, enquanto outros grandes desafios se sobrepujavam: o que existia de materialidade da Batalha? Como construir o corpo da tese considerando essa perspectiva? Seria bem mais tranquilo se houvesse um laboratório repleto de peças para serem analisadas, sem necessariamente ter que ir a campo tantas vezes e em tantos lugares diferentes e desconhecidos para levantar possibilidades de fonte material. Havia a possibilidade de realizar sondagens arqueológicas no entrono do Cemitério do Batalhão do Jenipapo ou em outros lugares de importante significado como aqueles que serviram de acampamento das tropas. Entretanto, em que condições se faria isso sem recursos suficientes, sem materiais adequados, sem infraestrutura. Foi em meio a esses desafios que uma nova compreensão surgiu: a escavação necessária, naquele momento, talvez não fosse no campo da batalha propriamente dito, mas no campo historiográfico, no campo da oralidade sobre os lugares de passagem e acampamento das tropas e notadamente o lugar do campo de batalha.

Com essa compreensão, foram se afluando ideias e possibilidades de um mapeamento dos acampamentos provisórios das tropas do Fidié para que outras pesquisas possam explorar cada lugar individualmente. Ouvir as histórias que o povo conta possibilitou uma melhor compreensão do espaço onde possivelmente tenha ocorrido a Batalha. Essa possibilidade também acenou para um retorno no tempo, um recuo necessário para se compreender as transformações ocorridas naquele cenário histórico onde hoje se situa o Cemitério do Batalhão.

E sobre os artefatos remanescentes da Batalha do Jenipapo se constatou durante a pesquisa que não havia nenhum documento em que constasse um registro com identificação das armas existentes hoje no Museu do Jenipapo. Dessa forma compreendeu-se que esta seria uma importante empreitada a ser cumprida nessa investigação. Certamente o grande desafio foi encontrar as pessoas que se disponibilizassem com tempo e dedicação suficiente. O trabalho encerrou aqui, mas a pesquisa sobre a Batalha e sobre as tribos indígenas que habitaram aquele território continua, pois ainda há muito o que investigar sobre essas temáticas.

O viés da afinidade entre Arqueologia e História abriu a possibilidade para o estudo sobre o povoamento do lugar, onde hoje está situada a cidade de Campo Maior, um dos primeiros núcleos urbanos do Piauí, cuja ocupação ocorreu no final do século XVII, com a montagem das primeiras fazendas de gado e sua instalação como vila em meados do XVIII. Esse tipo de investigação poderá suscitar o estudo dos demais núcleos urbanos piauienses, os quais surgiram de antigos aldeamentos indígenas, ou nas suas mediações. No estudo das populações indígenas do Piauí, a Arqueologia Histórica também poderá oferecer importante viés de análise a partir de pesquisas nos lugares os quais foram instalados os aldeamentos.

De igual modo há uma necessidade de investigação que contemple as fazendas coloniais, como um embrião para se estudar o período colonial piauiense. Algumas dessas fazendas coloniais ainda estão em funcionamento em Campo Maior, conservadas pelos seus proprietários. Durante a pesquisa não foi possível fazer um levantamento dessas fazendas existentes, nem mesmo foi possível investigar mais profundamente as que foram ocupadas por tropas independentes como a Fazenda Soledade, em Campo Maior, a Fazenda São Pedro, em José de Freitas, a Fazenda do Senhor Luis Galiano, em União, e a Fazenda dos Padres, às margens da Lagoa do Bebedouro, em Parnaíba. Cada fazenda corresponde a uma pequena célula desse corpo, a partir do qual se poderá rastrear o DNA social onde se constituiu o território colonial piauiense.

Há muito mais o que dizer sobre os povos indígenas que viviam no território piauiense do que se imagina, pois os índios aldeados na Serra da Ipiapaba eram também índios que viviam temporariamente, de forma sazonal, no norte do Piauí: Alongás, Potis, Aranhis, Jenipapo. Os estudos sobre indígenas não podem ser feitos com base em divisões territoriais atuais. A história de Mandu Ladino, da tribo Aranis, de Bruenque, cacique dos Acoroás, e de João Marcelino, cacique dos Gueguês e suas tribos precisa ser conhecida. Bruenque foi o primeiro líder do Aldeamento de São Gonçalo (hoje cidade de Regeneração). Sua história é um reflexo do que ocorreu com aqueles que ousaram descumprir os mandos dos brancos. O Principal, Bruenque,

Foi quem celebrou a paz de seu povo com as autoridades piauienses. Em 1773, foi batizado com o nome cristão de Gonçalo Lourenço do Rego, e recebeu a patente de Capitão da Companhia dos Índios Acoroás, então criada. Liderou a deserção de 02 de abril de 1773, entretanto, foi preso e remetido pra Oeiras, onde ainda se encontrava em 3 de dezembro do mesmo ano. Depois da prisão teve seu nome indígena restituído. Em 1774 foi condenado à pena de degredo e, ao que se supõe, enviado para cumpri-la no Maranhão. Ainda existia em

1778, quando seus liderados pleiteiam sua restituição ao aldeamento. Infelizmente, não foram atendidos nesse pedido e, assim, o aldeamento o perde para sempre (MIRANDA, 2012, p. 144).

Como se pode perceber, as lideranças indígenas foram revestidas de novos nomes e títulos condizentes com a cultura branca, entretanto o mais importante para o índio era o respeito ao seu povo e, para tanto, deveria haver o cumprimento dos acordos firmados com os brancos, os quais não honravam sua palavra, motivo que levou à deserção do índio. O Aldeamento de São Gonçalo foi o que mais tempo durou e, por essa razão, se via refletida a situação do povo indígena no Piauí. Antes mesmo de ser um aldeamento como regia o Diretório Indígena foi um lugar de suplício e trabalhos forçados. Desse modo, o século XVIII foi marcado pela resistência indígena em território piauiense e, mesmo no princípio do século XIX, ainda era visível o pouco empenho das lideranças piauienses em resolver as questões indígenas de injustiça, abuso das mulheres e respeito às tuas terras. Esses motivos fizeram João Marcelino se deslocar do Piauí até o Rio de Janeiro para recorrer ao Imperador em nome de seu povo. João Marcelino era um líder mais adaptado ao convívio com o branco e havia se tornado o principal do aldeamento de São João de Sendé, em 1780. Com a junção das tribos dos Gueguês e Acoroás em São Gonçalo, permaneceu como principal daquele lugar. Ele havia participado de várias campanhas contra os índios rebelados como: Acoroás, Pimenteira e Gamelas. Em defesa do seu povo, fez várias tentativas de negociação com as autoridades piauienses, de forma que,

Em 1811, cansado de negociar em vão com as autoridades piauienses, empreende grande viagem, indo por via terrestre, à cidade de Ouro Preto, então Capital de Minas Gerais, queixar-se ao governador e capitão-general daquela Capitania, Francisco de Assis Mascarenhas (Conde de Palma), de que os homens do Piauí queriam tomar as terras de seu povo, além de outras injustiças que praticavam, principalmente o sacerdote que os dirigia. O Conde o recebeu muito bem, porém, por razões de competência, encaminhou-o ao Rio de Janeiro, a fim de que apresentasse sua queixa, pessoalmente, a D. João, então príncipe regente, e este depois de ouvi-lo, deferiu benignamente, enchendo-o de honras e presentes. E em face da viagem ser longa, só retornou à aldeia em maio de 1813. Porém, com essa missão ao Rio de Janeiro, João Marcelino conseguiu a demarcação de suas terras, que lhe foram devolvidas em 01.02.1814 e são novamente tomadas em 1818, quando a Câmara é autorizada a aforá-la (MIRANDA, 2012, p. 144-145).

João Marcelino permaneceu líder em São Gonçalo até mesmo depois da Batalha do Jenipapo, por volta de 1826. Em São Gonçalo o Comandante José da Costa Veloso recebeu

ordens do Comandante da Junta para colocar espiões para impedir que tropas vindas de Caxias atacassem a Fazenda Bom Jardim (atual cidade de Amarante). Isso faz pensar que os índios de São Gonçalo formavam essas tropas, pois ali o recrutamento era geral e não deveria haver exceção para os vaqueiros. Todos deveriam guardar os diferentes postos de travessias do rio Parnaíba (NEVES, 2006, p. 122).

A investigação sobre a Batalha do Jenipapo sinaliza para a necessidade de maiores estudos sobre como se processou a Independência no Piauí e Maranhão de modo a se mapear as áreas ocupadas pelas tropas portuguesas no Maranhão e pelas tropas independentes do lado Piauiense. É importante notar que, além da Batalha do Jenipapo, ocorreram outras batalhas que duraram cerca de 4 a 5 horas de luta, como a do Itapecurumirim e a do Morro das Tabocas, antes da prisão do Fidié. Outro aspecto relevante, neste contexto, diz respeito ao clima de violência, fome e penúria que se instalou na Província do Piauí, situação que piorou depois da Batalha do Jenipapo e se estendeu ao período posterior à prisão do Major Fidié. Esta ocorrência foi provocada pelas tropas que requeriam soldos exorbitantes, além do previsto e sob a ameaça de disseminarem mais violência sobre a população das Províncias do Maranhão e Piauí. Além de que a devassa para arrecadar os proventos foi realizada de forma terrivelmente violenta contra os portugueses, que detinham maiores recursos. Muitos foram os assassinatos; houve roubos e espancamentos brutais (NEVES, 2006, p. 302).

Em meio a essas atrocidades e ameaças, urgia a necessidade de evitar que a total desordem contaminasse a Província e comprometesse a capitulação de Fidié, de forma que a Junta da Delegação Expedicionária decidiu por prender os praticantes de tais crimes e decretou a retirada das tropas da vila de Caxias. Entretanto, o retorno das referidas tropas atravessando a Província do Piauí foi devastadora, praticando crimes e roubos (CHAVES, 2005, p. 225).

A partir dessa abordagem pelo viés da Arqueologia Histórica, se ampliam as análises e se abrem possibilidades para um maior conhecimento sobre o campo da Batalha do Jenipapo. Dessa forma, se podem precisar os locais mais adequados para se realizar futuras escavações, sejam no campo de batalha ou em outros locais que serviram de acampamentos provisórios das tropas. Certamente, esse acontecimento deve guardar histórias e particularidades bem interessantes em cada cidade. Falta apenas aos historiadores interessados empenho para publicar mais sobre esse acontecimento, entretanto esse debate deve-se manter em um elevado nível de discussão e nada melhor para isso do que comemorar essas datas com novas publicações fundamentadas em pesquisas que apresentem novos aspectos ainda não abordados pela historiografia.

Faz-se necessário que a comunidade campomaiorense se empenhe de fato na defesa do seu patrimônio, pois somente ela pode protegê-lo. Os moradores são os verdadeiros guardiões dos seus tesouros. O poder público é transitório, os governos mudam constantemente e com eles os projetos e as metas de governo também, porém, quanto à defesa e proteção do patrimônio cultural, nenhum governo está apto a definir e decidir sozinho o que deve ou não preservar. Esse é um papel que cabe a toda a sociedade em conjunto, inclusive em parceria e subvencionado pelo poder público, de modo que os artefatos que sejam remanescentes da História, da cidade de Campo Maior e notadamente da Batalha do Jenipapo sejam mais bem preservados.

A pesquisa oral realizada em Campo Maior fez perceber que seria interessante realizá-la em outras cidades, inclusive do Piauí, Ceará, Maranhão, Pernambuco e até mesmo em Portugal, nos locais de onde partiram muitas tropas para lutarem na Batalha do Jenipapo. Há um silêncio muito grande em torno desses combatentes. As três famílias: de Maria José Caldas, a qual teve nove irmãos mortos na batalha; a família de Ivo Cunha, e a família de Cosme Borges, identificadas nesta pesquisa como descendentes dos que lutaram e tiveram parentes mortos na Batalha é outro aspecto a ser também aprofundado por novas pesquisas, ou por outros pesquisadores que tiverem interesse pela oralidade da Batalha do Jenipapo. Como se pode perceber, uma pesquisa se propõe a preencher lacunas deixadas pela memória e especialmente pelo esquecimento, entretanto, na tentativa de preencher uma, sem perceber, já se abriram tantas outras. E, assim, o passado vai emergindo e submergindo em meio às novas visões e versões da História.

A pesquisa sobre a cultura material da Batalha do Jenipapo foi, sobretudo, um exercício em torno de caminhos teóricos e investigativos diversos, pois, a partir da cultura material, outros fios do tempo foram se cruzando para formar este tecido do qual se construiu esta tese. Os caminhos teóricos da Arqueologia Histórica e as possibilidades de análise em torno de objetos provenientes do mundo moderno que se inaugurou no Brasil, a partir do começo do século XIX, possibilitaram a elaboração desse viés investigativo da Batalha do Jenipapo percorrendo o caminho desde o povoamento do lugar onde ocorreu a batalha, perfazendo a trilha dos colonizadores e percebendo também as implicações devastadoras precipitadas pelos choques culturais e pelo novo modelo de cultura que se impõe. Nesse contexto de mudança, a Batalha do Jenipapo é a consequência de um deles.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial- 1500-1800**. 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- _____. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 4. ed. Brasília: INL, 1975.
- ALARCÃO, Jorge de. **A arqueologia como semiologia da cultura material**. Guimarães, Portugal. Revista de Guimarães, n. 105, 1995, p. 21-44.
- ALBUQUERQUE, Marcos. Holandeses em Pernambuco: resgate material da História. In: PÉREZ, José Manuel S.; SOUZA, George F.C. (Ed.). **El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 107-60.
- _____. Escavações arqueológicas realizadas na Igreja Quinhentista de Nossa Senhora da Divina Graça, em Olinda. **CLIO** - Revista de Mestrado em História da UFPE, Recife, n. 3, p. 89-90, 1980.
- _____; LUCENA, Veleda. **Forte Real do Bom Jesus: resgate arqueológico de um sítio histórico**. Recife: CEPE, 1988. 64 p.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina, COMEP, 1981.
- ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever**. São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. **A arte de descrever**. São Paulo: Edusp, 1999.
- ALVES FILHO, João. **Campo Maior e o Contraditório**. Campo Maior: Edição do autor, 2011. 36p.
- ALVES, Vicente E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. Florianópolis, **Geosul**, v. 18, n. 36, 2003.
- ALVES, Márcia Angelina. **Teorias, métodos, técnicas e avanços na arqueologia brasileira**. Canindé, Xingó, n. 2, Dezembro de 2002.
- ANAIS do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 8/9. p. 281-91 (2000-2001). Editado em 2003.
- ANDRADE LIMA, Tânia. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. In: **Estudos Ibero-americanos**. PUCRS, v. XXVIII n.2, p. 7-23, dezembro 2002.
- _____. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario em el Rio de Janeiro del siglo XIX. In: ZARANKIN, A. & SENATORE, M. X. (Org.). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**. Cultura Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, Colección científica, 2002, p.189-238.

_____. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). São Paulo. **Anais do Museu Paulista**. Nova Série N. 1. 1993.

_____. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Belém. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v.6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar – Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense. 2008. 399 p.: 21 cm. – (Coleção Antropologia e Ciência Política; 41).

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Povos Timbira, territorialização e a construção de práticas políticas no cenário colonial. **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 244-70, jan./jul. 2013.

APONTAMENTOS para a história do Cultural do Piauí, vários autores. Teresina, Fundação de Apoio Cultural do Piauí – **FUNDAPI**, 2003. 486p

ARMAS BRASIL. *Espingarda*. Disponível em: <http://www. armasbrasil.com/SecXIX/Nova_nacao/espingarda.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. *Carabina Beker*. Disponível em: <http://www. armasbrasil.com/SecXIX/Nova_nacao/carabina.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013c.

_____. *Chuçó*. Disponível em: < http://www. armasbrasil.com/SecXIX/Nova_nacao/chuco.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013h.

_____. *De Dragão*. Disponível em: <http://www. armasbrasil.com/SecXIX/Nova_nacao/espadas/sabre_de_dragao.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013f.

_____. *Espadas*. Disponível em: <[http://www. armasbrasil.com/SecXVI/ espadas.htm](http://www. armasbrasil.com/SecXVI/espadas.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2013g.

_____. *Machadinha*. Disponível em: <http://www. armasbrasil.com/SecXIX/Nova_nacao/machadinha.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013e.

ARAUJO, José Luis Lopes. SOUSA, Accyolli Rodrigues Pinto de. **O Rio Longá e o povoamento do norte do Piauí**. Teresina, Historiarevista, 2009. Disponível em: <http://132.248.9.34/hevila/Historiarevista/2009/vol14/no2/6.pdf>.

ARAUJO, Johny Santana. **Bravos do Piauí orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**. Teresina. EDUFPI, 2011. 300p.

ARIÉS, Philippe. A história das mentalidades. In: **A história nova**/ [sob a direção] Jaques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel; [tradução Eduardo Brandão]. 4. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 154-172. - (O homem e a história)

KERN, Arno Alvarez. **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. 356p. – (Série Documenta/RS)

BARCELOS, Artur H. F. **Espaço e arqueologia nas missões Jesuíticas**: o caso de São João Batista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 408p (Coleção Arqueologia).

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez./fev. 1999-2000.

BARKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BARROS, Jesualdo Cavalcante. **Sertões de Bacharéis**: o poder no Piauí entre 1759 e 1889. Teresina: Gráfica do Povo, 2011. 256 p.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BASSANEZI, Carla Pinsky (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BATISTA, Jefferson Alves. Reflexões sobre o conceito antropológico de cultura. **Revista Saber Eletrônico**. Ano 1, v. 1, Nov. /jun. 2010.

_____. **Etno-história indígena piauiense**. – 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2009. 164 p. (Coleção Grandes Textos - v. 2)

_____. **Geografia Física do Piauí**. 3. ed. (Revista e aumentada). Academia Piauiense de Letras. Teresina, 1º volume: As Terras. 1989.

_____. **Geografia Física do Piauí**. 2. edição (Revista e aumentada). Teresina, COMEPI, 1981.

_____. **Mapas Geo-históricos**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986. 180p.

BELTING, Hans. **Pour une anthropologie des images**. Paris: Gallimard, 2004.

BENS Móveis e imóveis inscritos nos livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –1938-2009. [Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope] 5. ed. ver. e atualiz. [Versão Preliminar] Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009. xxxi, 166p.

BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 181-208.

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia pré-histórica**. Reimp. (Compêndio; 4). Edições 70, LDA. Lisboa, set. 2012.

BITENCOURT, Antonio Josinaldo Silva. **Nas trilhas do curral**: memória e patrimônio da Fazenda Canto do Periquito. Teresina, UFPI, 2012.

_____. **Canto do Periquito**: uma fazenda no rastro da pecuária piauiense. Monografia (Graduação em História) – UESPI, Campo Maior, 2011. 56p

_____. CARVALHO JUNIOR, Domingos Alves de. Uma exposição de arte ameaçada: análise da degradação dos registros gráficos rupestres do Sítio do Buritizinho, Campo Maior – Piauí. In: **VI Simpósio Nacional de História Cultural**. Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar – UFPI, 2012. p. 1-8

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz; tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Geraldo Almeida. **Piauí Provincial 1855-1867: exportação e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. 127f (Relatório de Pesquisa).

_____. **Fazendas Nacionais: evolução e decadência**. Teresina: Fundação CEPRO, 1981. 200f (Relatório de Pesquisa).

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. 344p

_____. **História da Independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

_____. Formação social. SANTANA, R. N. Monteiro de. **Piauí: Formação-Desenvolvimento-perspectivas**. Teresina, Halley, 1995. p. 13-40.

BRASIL, José Omar Araújo. **Síntese Histórica da Batalha do Jenipapo**. Academia Campomaioirensense de Letras /ACALE. - Segunda Edição Revisada e melhorada - Campo Maior- PI, 1995.

BRITO, Bugyja. O Piauí e a Unidade Nacional. In: SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Cíneas (Org.). **O Piauí e a Unidade Nacional**. Teresina: FUNDAPI, 2007. p. 51-110 (Coleção Independência v. 5).

BRITO, Anísio. **Independência do Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1931.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da História: novas perspectivas**. Peter Burke (Org.); tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. – (Biblioteca básica), p. 07-39.

BONAMETTI, João Henrique. Paisagem urbana bases conceituais e histórias. **Terra e Cultura**, Ano XX – n. 38, jan./jun., 2004, p.107-123.

CADERNO de diretrizes museológicas I. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Departamento de Museus e Centros culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2. ed.

CADERNOS HISTÓRICOS. **Campo maior luta pela Independência**. (A Batalha do Jenipapo). Monsenhor Joaquim Chaves. Teresina: FCMC, 1993.

CALABRESE, Omar. **Cómo se Lee uma obra de arte**. Madri: Cátedra, 1994.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, José Carlos Loio Pinheiro. **Armas de fogo de cano de alma lisa**: contribuição para análise das características do disparo. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses), Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra - Portugal, 2011. 188p

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Gilmar; BEZERRA FILHO, Domingos. Entrevista Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves. **Cadernos de Teresina**, Ano X, n. 27, 1997, p. 26-34.

CARVALHO, Miguel de (Padre). **Descrição do sertão do Piauí**. Comentários e notas do Padre Cláudio Melo – 2. ed.- Teresina: APL: FUNDAC; DETRAN, 2009. 75 p. il. – (Coleção Grandes Textos, v. 3).

CARVALHO JUNIOR, Antonio Alves. **Batalha do Jenipapo**: uma modelagem em realidade virtual. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da computação) UFPE – Recife, 2003.

CARVALHO, João Renôr F. de. Resistência indígena no período colonial. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2008. 134 p. el.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: Fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) UFPI – Teresina, 2006. 229 p

_____. Em busca de vestígios materiais da Batalha do Jenipapo. **Anais**. Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural/Encontro Regional de História. Teresina, 2010.

_____. Experiência particular de um historiador no seu tempo. In: **Anais**: VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver, Sentir, Narrar. ISBN: 978-85-ANPUH, 2012.

_____. Campo maior e seu lugar no passado. In: **I Simpósio Nacional de Crítica Genética e Arquivologia**. Teresina, UEPI, 2012.

_____. A batalha por uma imagem. In: **Anais**: Simpósio Internacional: imagem, cultura visual e história da arte. ISBN 978-85-397-0220-6

_____. A cultura material da Batalha do Jenipapo. Natal, **ANPUH**, 2013.

CASTELO BRANCO, Anfrísio Neto Lobão. **Abelheiras**: Trezentos Anos de História. Teresina, 2008. 144 p. il.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Entre Maria Odila e Emília Viotti: a independência brasileira. **Revista Espaço e Tempo**, v. 1, n. 3, Ed. da UFPI, Teresina, maio, 1993. p. 225-30.

CASTRO, Valdemir Miranda. **Leonardo das Dores: um homem e sua história.** Barras, Academia de Letras do Vale do Longá. FUFPI. 1995. 86 p

CATÁLOGO dos Produtos Piauienses na Primeira Exposição Estadual do Piauí, realizada em 24 de Janeiro de 1923, comemorativa do Primeiro Centenário da sua adesão à Independência do Brasil. Teresina, Papelaria Piauiense, 1923.

CATÁLOGO de Documentos sobre a Batalha do Jenipapo. Teresina, Museu do Piauí. 1821 a 1933.

CAVALCANTE, Juliana Rodrigues; MORAES, Maria Dione Carvalho de. Memória Oral da Batalha do Jenipapo como patrimônio imaterial nacional, regional e local. **Revista FSA – Teresina** – n. 8, 2001, p. 47-65.

CHAVES, Celso. **A Historiografia de Cláudio Melo.** Campo Maior: Edição do autor, 2007. -106p

CHAVES, Monsenhor Joaquim. Campo Maior e a Independência. **Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina** (Edição do Centenário) III Volume, 1972. p. 23-33.

_____. **O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil.** Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005. Obra completa.

_____. **Obra completa.** Prefácio: Teresinha Queiroz – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. 639 p.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Apontamentos biográficos e outros.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 250.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (Primeira metade do século XVIII). **Revista de História**, n. 168, jan./jul., São Paulo, 2013. p. 167-200.

CHIARA, Vilma. Os Índios Kraô e sua cultura de resistência. **Cadernos de Teresina.** Teresina, Ano V, n. 11, ago. 1991. p. 78-85.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate.** Tradução João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política.** Prefácio de Bento Prado Jr. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2004. 325p

CONDE, Hermínio de Brito. Independência no Nordeste. In: SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Cineas (Org.). **O Piauí e a Unidade Nacional.** Teresina: FUNDAPI, 2007. p. 113-41 (Coleção Independência, v. 5).

_____. Independência no Nordeste. **Cadernos do Cariri.** Crato, n. 02, Série História, 1961.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4. ed: São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Nelson Nery. O começo do Piauí. In: **Rev. APL**, Teresina, n. 64, Ano LXXXIX, 2006, p. 15-24.

_____. **O começo do Piauí**: os primórdios e a segunda metade do século XVII. Teresina: Instituto Cívitas – Cidadania e Política Pública, 1926.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República. V. II. Rio de Janeiro: Editora Artenova S. A., 1974.

COSTA FILHO, Alcebíades. Piauí Provincial: uma revisão dos códigos de passaporte. **Cadernos de Teresina**. Teresina, ano VII, n. 17, ago. 1994. p. 14-9

COSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da História e Reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **A Aventura (Auto) Biográfica**: teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. Narrativa e História Oral. **Humanas**: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V. 16, no. (jan./jun. 1993) – Porto Alegre: IFCH, 1993.

_____. Narrativa e história oral. **Humanas**, Porto Alegre, v. 19/20, n. ½ p. 115-126 1996-1997.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da Guerra da Independência. In: **Revista do Instituto de Geografia e História Militar**. V. Especial, n. 87, 2001. p. 01-24.

DA SILVA, Rosângela Maria. A formação das Forças Armadas: a questão do recrutamento para a marinha do Brasil. In: **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina, 2005. p. 01-06.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. - Artes de Fazer. 6. ed. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1994.

_____. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-76.

DIAS, Cid de Castro. **Piauí, das origens a nova capital**. 1. ed. Teresina: Nova Expansão Gráfica Editora, 2008.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial. In: **Fundamentos**: Publicação da Fundação Museu do Homem Americano. n. 7, 2008. Conselho editorial Adauto J. G. de Araújo et alli. São Raimundo Nonato (PI): FMHA/Centro Cultural Sérgio Motta, 2007, p. 417-430.

_____. Entre foices e facões. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 6, n. 70 julho, 2011, p. 24-25.

_____. **Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. 2. ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002. 285 p

_____. **O outro lado da história: o processo de independência do Brasil, visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850**. 1999. Tese (Doutorado em História) – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

DIAS, Domingos. Mandu Ladino. **Cadernos de Teresina**, Ano VII, n. 13, Teresina, abr. 1993, p. 32-33

DOMINGOS NETO, Manuel. Indicações bibliográficas sobre o estado do Piauí, selecionadas e comentadas. Teresina: Fundação **CEPRO**, 1978. 50 f

DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Jurandir Malerba (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 15-31.

DUNNEL, Robert C. **Classificação em Arqueologia**. Tradução Astolfo G. M. Araujo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 264 p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Prefácio de Hamilton Costa. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luiz Leitão. 13. ed. Lisboa: Editora Presença, 2007. 238p.

FABRIS, Annaterra. Da história ao mito. In: **Tiradentes: o corpo do herói**. Maria Alice Milliet. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FALCI, Miridan Britto. O Ilustre Senhor da Parnaíba: Simplício Dias da Silva. **Cadernos de Teresina**. Teresina, ano VIII, n. 18, dez. 1994. p. 63-66.

FANTASTIPÉDIA. **Alabarda**. Disponível em: <<http://pt.fantasia.wikia.com/wiki/Alabarda>>. Acesso em: 12 ago. 2013d.

FERNANDES, José Ricardo Oria de. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26 . p. 265-276, set. 92/ago. 93.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.) História oral: um inventário das diferenças. In: **Entre-vistas: abordagens e usos da História oral** – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FIDIÉ, João José da Cunha. **Vária fortuna de um soldado português**. Teresina: FUNDAPI, 2006. 161 p. : il.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1970-1917)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 220p.

FONSECA NETO, Antonio. **Jenipapo**: riacho irrigado com o sangue da esperança. Teresina: CCOM, Governo do Estado do Piauí, 2010. 60p

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. **A pedra e o pálio**: relações sociais e cultura na Capitania do Piauí no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, Teresina, 2010. 152p.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

_____. **Arqueologia do Saber**. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. – 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Campo teórico).

FREITAS, José de Almendra. **Livramento**: contribuição para ao livro do Centenário do Piauí. Teresina: Papelaria Piauihyense, 1923.

FUMDHAMENTOS: Publicação da Fundação Museu do Homem Americano. n. 7, 2008. Conselho editorial Aduino J. G. de Araújo et alli. São Raimundo Nonato (PI): FMHA/ Centro Cultural Sérgio Motta, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Teoria Arqueológica na América do Sul**. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Coleção “Primeira versão” 76), 1998, 51 pp.

_____. A Arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. Campinas. **Revista de História Regional**. v. 6, n. 2, p. 35-41, Inverno 2001.

_____. **Arqueologia**. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma interpretação da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOMES Jr., Guilherme S. A hermenêutica cultural de Clifford Geertz. **Margem**. São Paulo: PUC, n. 1, mar. 1992, p. 37-46.

GUIDON, Niéde. Pedra Furada: uma revisão. **FUMDHAMENTOS VII**. São Raimundo Nonato (PI): FMHA/ Centro Cultural Sérgio Motta, 2006.

GUIMARÃES, Nathália Arruda. A proteção do patrimônio cultural: uma obrigação de todos. **Jus Navigandi**, Teresina, ano B, n. 354, 26, jun. 2004.

GUIMARÃES, Sílvio Araújo. **Pressão e resistência na migração indígena no Piauí colonial**: séculos XVII e XVIII. **Imperatriz**. Dissertações Acadêmicas. 18, Ética, 2011. 91p.

HAAG, Carlos. **Ossos que falam**: escavações na zona portuária do Rio de Janeiro revelam retrato pouco conhecido da escravidão. Rio de Janeiro: Pesquisa FAPESP, dez. 2011.

HODDER, Ian. **Interpretación em arqueologia**: corrientes actuales. Traducción castelhana de M^a José Aubert y J.A. Barceló. 2ª edición ampliada y puesta AL día. Barcelona, 1994.

INDICE das Cartas de Sesmarias concedidas ao Pará entre 1728-1819. Teresina: Arquivo Público, 1819.

INDEPENDÊNCIA. **Teresina: Arquivo Público do Piauí.** Cod. 001. 1821-1824.

_____. **Arquivo Público do Piauí.** Cod. 002. 1822.

_____. **Arquivo Público do Piauí.** Cod. 003. 1823.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010:** primeiras considerações com base no quesito cor raça. Brasília, 2010.

INVENTÁRIO Nacional de Bens Móveis e Integrados. v. 13, Módulo 2, Microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense Leste Maranhense. Igreja de São José (Carnaubeiras) Araisos. MINISTÉRIO DA CULTURA – MINC. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. 3ª Superintendência Regional. São Luis, 1999.

JESUS, Pauliana Maria de. Polifonia sobre a Batalha do Jenipapo: a construção de uma memória. **Vozes, Pretérito & Devir-Monografias:** resumos expandidos. Teresina, Ano I, v. 1, n. 2, Fapepi, (2013). p. 343-49.

KERN, Arno Alvarez. Los sitios misioneros coloniales del Rio de la Plata: reflexiones sobre las transformaciones culturales. In: Teoría e Práctica de la Arqueología Histórica Latinoamericana. **Separata.** Año I, v. I. Rosario: Universidade Nacional de Rosario. Invierno de 2012. p. 35-47.

_____. Les origines du peuplement préhistorique dans le Rio de la Plata: l'origine des Gauchos. Peuplements et préhistoire em Amériques. Sous La Direction Denis Vialou. Paris: **Separata.** 2011. p. 371-76.

_____. O Futuro do passado: os arqueólogos do novo milênio. IN: Trabalhos de antropologia e Etnologia. Porto: **Separata.** V. 42 (I-II), 2002. p.105-136.

_____. Arqueologia em sítios missioneiros coloniais platinos: as missões jesuíticas no Brasil. **Problemática de la arqueología contemporánea/** compilado por Antonio Austral y Marcela Tamagnini . 1. ed. Rio Cuarto: Universidad Nacional de Rio Cuarto, 2006. p. 31-42.

_____. Arqueologia Histórica da cidade colonial portuguesa: as primeiras cidades e sua formação histórica. In: **Arqueologia de ciudades americanas Del siglo XVI/** Horacio Chiavazza y Carlos Ceruti; edición literária a cargo de Horacio Chiavazza. 1. ed. Mendoza: Facultad de Filosofia y Letras – Universidad Nacional de Cuyo, 2009. p. 17-28.

_____. As cidades e seus territórios. In: Continuidad y cambio cultural em Arqueología Histórica. **Actas** Del Tercer Congreso Nacional de Arqueología Histórica, Argentina: Separata, 2008.

_____. O papel das teorias como instrumental heurístico para a reconstituição do passado. **História.** Porto Alegre, v. 1. 1996. p. 7-22.

KERN, Daniela et. ali. Pierre Daunou. In: **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Jurandir Malerba (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 63-89.

KERN, Maria Lucia Bastos. Imagem e Acontecimento: o Mediterrâneo de Joaquin Torres-García. **Domínios da Imagem**, Londrina, Ano I, n. 1, p. 137-148, nov. 2007.

_____. Imagem, historiografia, memória e tempo. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 9-21, jul.-dez. 2010.

LE MOS, Carlos A, C. **O que é Patrimônio Histórico?** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: São Paulo, 2010. – (Coleção primeiros Passos; 51)

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. [sob direção] Jaques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel; [tradução Eduardo Brandão]. – 4ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (O homem e a história).

_____. Memória. **História e Memória**. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

_____. Documento/monumento. In: **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. P. 525-539.

LIMA, Reginaldo Gonçalves de. **Geração Campo Maior: anotações para uma enciclopédia**. Teresina, 1995.

LIMA, Francisco de Assis de. **Campo Maior em Recortes**. Campo Maior, 2008.

_____. **A Batalha - O Reconhecimento**. Edição do autor, Campo Maior, 2009. 156 p

LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: o nascimento da imprensa no Brasil. In: **A independência brasileira: novas dimensões**. (Org.) Jurandir Malerba – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 241-302.

MACHADO, Paulo. Entrevista Niéde Guidon. **Revista Pulsar**, Ano I, n. 01, março/junho, Teresina, 1998. p. 24-33

MACUSO, Amanda Pinheiro. **Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas brasileiras – os casos do Exército e da Marinha**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos – São Paulo, 2007. 381p.

MALERBA, Jurandir. **Ensaio: teoria, história & ciências sociais**. Londrina: Eduel, 2011. 240 p

_____. **A corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A independência brasileira: novas dimensões**. Organizador Jurandir Malerba – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 432p.

_____. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. In: **História**, São Paulo, v.24, n. 1, p.99-126, 2005.

MARQUES, Renato Neves. **19 de Outubro “O Dia do Piauí”**. Parnaíba, Edição própria, 1999.

_____. **As Charqueadas na Parnaíba**. Cadernos de Teresina. Teresina, Ano XII, n. 31, 1999. p. 22-9.

MARANHÃO, Secretaria de Estado da Cultura. **Arquivo Público**. Retratos do Maranhão Colonial: correspondência de Joaquim de Mello e povoaos, governador e capitão-general do Maranhão, 1771-1778. – São Luis: Edições SECMA, 2009.

MARIN, Louis. Ler um quadro. Uma carta de Poussin em 1639. IN: CHARTIER, Roger ET alii. (Org.) **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. P.117-40.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 4ª ed. Recife: 2005.

MAVIGNIER, Diderot dos Santos. **No Piauí, na terra dos Tremembés**. Parnaíba, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. “Projeto de História Oral”: In: **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Cláudio. **Piauí, Diocese e Província Eclesiástica**. Teresina, 1993.

_____. **Os Primórdios de Nossa História**. Teresina, 1983.

_____. **Bernardo de Carvalho**. Teresina, 1988.

_____. **O Mártir dos Tacarijus**. São Miguel do Tapuia, 1988.

_____. **As Sesmarias da Casa da Torre no Piauí**. Teresina, 1995.

_____. **O povoamento do Piauí**. Teresina. s/d.

_____. **Os construtores de nossa história**. Teresina. s/d.

_____. Duas capitais. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). **Piauí: Formação-Desenvolvimento-perspectivas**. Teresina, Halley, 1995. p. 113-31.

MELLO, Sebastião Joseph de Carvalho. **Diretório dos Índios**. Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão, a fol. 120. Belém a 18 de Agosto de 1758.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Sousa. As Juntas das Missões Ultramarinas na América Portuguesa (1681-1757). **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba, 2003. p. 395-420.

MENDES, Felipe. Formação Econômica. SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). **Piauí: Formação-Desenvolvimento-perspectivas**. Teresina, Halley, 1995. p. 55-81.

MENDES, Felipe Veijara Guimarães. **Produto de um lugar: a Independências do Maranhão em Luis Antonio Vieira da Silva e Mário Meireles.** Monografia (Graduação em História) - UEMA, São Luis, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e Cultura material: documentos pessoais no espaço público.** Estudos históricos: São Paulo, 1998, p. 89-103.

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MIRANDA, Reginaldo. **São Gonçalo da Regeneração: marchas e contramarchas de uma comunidade sertaneja: da aldeia indígena aos tempos atuais.** 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2012.

_____. **Aldeamento dos Acoroás.** 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2012. 84p (Coleção Centenário. 7)

_____. **Autos da devassa da morte dos índios Gueguês.** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2011. 200p

_____. A conquista do Sertão de dentro: um genocídio na Américas. Teresina. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, n. 66, Ano XC. 2008. p. 15-28.

_____. **A ferro e fogo: vida e morte de uma nação indígena no sertão do Piauí.** Teresina: 2005. 278 p

_____. Governos da Capitania. Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (03.08.1769 - 01.01.1775). **Revista da APL**, Teresina, n. 63. Ano LXXXVIII, 2005. p. 22-38.

MONTEIRO, Charles. Entre história urbana e história da cidade: questões e debates. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n. 1, jan./jun. 2012. P. 101-12.

MONTEIRO, Apolinário. In: **O PIAUHY no Centenário de sua Independência – 1823-1923.** III Vume, Teresina: Papelaria Piauhyense, 1923.

MORAIS, Roque. **Análise textual discursiva.** Ijuí: Ed: Unijuí, 2007. – 224 p.

MORAIS, Maria Dione Carvalho de; CAVALCANTE, Juliana Rodrigues. Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 3, p. 232-248, set./dez. 2011.

MOTT, Luiz R. B. **Fazendas de gado do Piauí (1697-1762).** São Paulo, 1976.

MUSEU PAULISTA. Disponível em: <www.mp.usp.br/>. Acesso em: 12 jan. 2014.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Disponível em: <www.museuhistoriconacional.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2014.

MUNIZ, Maristela Rodrigues. **Batalha do Jenipapo: Memória, Identidade e Estado.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob fogo: modernização e violência política (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NETO, Adrião. **Raízes do Piauí**. Ed. ver. melh. Ampl. – Teresina, 2010.

NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié**. 4. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

_____. **Aspectos do Piauhy: formação territorial – composição étnica – valores econômicos – organização política**. Teresina: Typographya D’ “O PIAUHY”, 1926.

NEVES, Lucília. Os desafios da história oral – ensaios metodológicos. In: PINHEIRO, Áurea da Paz; NASCIMENTO, Francisco de Alcides do (Org.). **Cidade: história e memória**. Teresina: EDUIFPI, 2004.

NOELI, Francisco Silva. Educação Patrimonial: relatos de experiências. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1413-1414, set./dez., 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História – História e Cultura**. PUC/SP, n. 17, p. 9, 1998.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história**. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros.../ Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007. 216p (Coleção Grandes Textos, v. I).

_____. **Pesquisa para a história do Piauí: a Independência do Brasil, especialmente no Piauí**. Manifestações republicanas. A ordem. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007. 189p (Coleção Grandes Textos, v. II).

_____. Independência do Piauí. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, n. 64, ano LXXXIX. Teresina, 2006. p. 25-37.

_____. Súmula de História do Piauí. 2. ed. **Academia Piauiense de Letras – convênio com o Banco do Nordeste**: Teresina, 2001. 100p

_____. Economia e finanças (Período Colonial). **Monografias do Piauí**. Série Histórica. Teresina, 1972.

_____. Devassamento e Conquista do Piauí. Série Histórica. **COMEPI**, 1972.

_____. Depoimentos Históricos. **COMEPI**, 1981.

_____. Estudo de História do Piauí. v. 1. **COMEPI**, 1983.

_____. O Piauí na História. 4. ed. rev. e ampl. **COMEPI**, Teresina, 1975.

NUNES, Maria Célis Portella; ABREU, Irlane Gonçalves. Vilas e Cidades do Piauí: In: SANTANA, R. N. Monteiro (Org.). **Piauí: Formação-Desenvolvimento-perspectivas**. Teresina, Halley, 1995, p. 83-111.

O FEUDO da Casa da Torre no Piauí- povoamento-luta pela propriedade. Publicação do **Centro de Estudos Piauiense**, Teresina, 1953.

OLIVEIRA, Luiza Leal de. **Entre a morte, a glória e a devoção**: marcas materiais da Batalha do Jenipapo na paisagem de Campo Maior. Monografia (Graduação em Arqueologia) - UFPI, Teresina, 2013.

OLIVEIRA, Jorge Eremites. Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. In: **Identidades, discursos e poder**: estudos da arqueologia contemporânea. Organização de Pedro Paulo Abreu Funari; Charles E. Oser Jr; Solange Nunes de Oliveira Schiavetto. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005. p. 115-132.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O Povoamento colonial do sudeste do Piauí**: indígenas e colonizadores, conflitos e resistências. Tese (Doutorado em História)- UFPE, Recife, 2007.

_____; BUCO, Cristiane; IGNÁCIO, Elaine. “No Rastro da Maniçoba” Trilha interpretativa da Fazenda Jurubeba. In: **FUMDHAMENTOS**: Publicação da Fundação Museu do Homem Americano. Número 5, 2006. Conselho editorial Aduino J. G. de Araújo et alli. - São Raimundo Nonato, (PI): FMHA/ Centro Cultural Sérgio Motta, 2005. p. 124-132.

_____; _____. Dois documentos, uma região, nossa história. **IFRAO**, 2009. p. 378-380.

OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas M. de. **A Balaiada no Piauí**. Projeto Petrônio Portela. Teresina, 1985, p. 24-34.

O PIAUÍ e a Unidade Nacional. SANTANA, R. N. Monteiro de. SANTOS, Cineas (Org.). Teresina: FUNDAPI, 2007. 204 p. (Coleção Independência v. 5)

O PIAUHY no Centenário de sua Independência – 1823-1923. IV Volume (Parte Especial), Papalaria Piauiense, Teresina, 1923.

PÁGINAS da História do Piauí: Batalha do Jenipapo. Produção: Fundação TV Antares: Programa Mais Saber. Governo do Estado do Piauí. Teresina, 2013. (Documentário 24min37’).

PAZ, Francisco J. S. da. **Batalha do Jenipapo**. Óleo sobre tela, 1,40 x 3,00, 2003.

PAULA, Zuleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis (Org.). **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012. 460 p. : il.

PIAUI Terra Querida. Piauiensidade – Liberdade. Coordenadoria de Comunicação Social. Teresina: Governo do Estado do Piauí. 2012.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Risco**: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo – programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo – EESC-USP – 3/2, 2006. p. 4-14.

PIVA, Teresa C. C.; FILGUEIRAS, Carlos A. L. O fabrico e uso da pólvora no Brasil colonial: o papel de Alpoim na primeira metade do século XVIII. **Química Nova**, v. 3, n. 4 São Paulo, 2008. 1-16.

PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e explicação da independência do Brasil. In: **A independência brasileira: novas dimensões**. (Org.) Jurandir Malerba – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 55-121.

POETAELMAR.BLOGSPOT. Disponível em: <poetaelmar.blogspot.com.br/2012/11/palestra-sobre-os-300-anos-da-Igreja-de.html>. Acesso em: 14 jan. 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10. 1992. p. 200-12.

PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da historia oral. In: **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Vaz, 2010.

PORTO, Carlos Eugênio. Realidade e Mito sobre os índios que desapareceram no Piauí. In: **Revista Atualidade Indígena**, ano I, n. 5, jul./ago. Brasília, 1977, p. 49-53.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Teresina: Arte Nova S.A., 1974.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Visões e revisões. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro. Ano 4, n. 48, set. 2009, p. 30-1.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina. Editora da UFPI. João Pessoa, 1998. 300p.

RAMOS, Mariano S.; LARA, Odley Hernández de. **Arqueología histórica de La batalla de vuelta de obligado, Provincia de Buenos Aires, Argentina**. PROARHER. Universidade Nacional de Luján. Buenos Aires, Argentina. 2011.

REIS, José Alberione dos Reis. **Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares: história do comercio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. 2010. Tese (Doutorado em História). UFF - Niterói, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na Independência do Brasil. Cad. CEDES, v. 22, n. 58, Campinas, dez. 2002.

RICCI, Magda; CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 291-96. 2000.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir o patrimônio histórico e o turismo. In: **Turismo e Patrimônio Cultural**/ organização: Pedro Paulo Funari, Jaime Pinsky. 3. ed. - Contexto, São Paulo, 2003. (Edição Turismo Contexto)

ROLIM, Leonardo Cândido. O trabalho nas oficinas de carne secas da Vila de Santa Cruz do Aracati: trabalhadores livres e escravos – 1710-1799. **MNME - Revista de Humanidades**. Natal, v, 10, n. 25. jan./jun, 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTANA, Maria do Perpétuo socorro Castelo Branco. A constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970. **Dissertação** (Mestrado) – UFPI – Teresina, 2011. 179 p.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. Participação popular questionada no processo de independência no Piauí. **Revista Espaço-Tempo**, v. 2, Teresina: UFPI, 1991. Pg. 155-70

SANTOS, Gervásio. **Leonardo de Carvalho Castelo Branco**. Zodíaco, Teresina, 2012. 160 p.

SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. **Arqueologia histórica**: discussões, temas e perspectivas. História e história. UNICAMP, 2012.

SAPIÊNCIA – Informativo científico da FAPEPI. Um olhar global no passado: cientistas de vários países discutem os rumos da Arqueologia no berço do homem americano, n. 21, Ano V, Teresina, set. 2009. p. 4-11.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v. 2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42.

SCHLICHTA, Consuelo Alcione B. D. Independência ou morte (1888), de Pedro Américo: a pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009. p. 1-09.

SEVECENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo; brasiliense, 1999. p. 25-68.

SILVA, Alberto da Costa. Um pé lá, outro cá. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 4, n. 48. Setembro, 2009. p. 28-31.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: uma contribuição à reflexão histórica sobre os processos de resistência, afirmação e emergência étnica. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional da ANPUH** – João Pessoa, 2003, p. 1-06

SILVA, Helenice Rodrigues da; Charles Seignobos. In: **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Jurandir Malerba (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 375-391.

SILVA, Luis Fernando Oliveira; PEREIRA, Bruno Tiago da Silva. PERINOTTO, André Riane Costa. A Importância do “Monumento a Batalha do Jenipapo” para o desenvolvimento do turismo cultural em Campo Maior/PI. **Revista Turismo estudos e práticas**. v. 1, n. 1, jan./jun. 2012, p. 75-101.

SILVA, Jacionira Coêlho; ROCHA, Alessandra Silva. Arqueologia, patrimônio e ambiente cultural alguns aspectos legais. **ANPUH** – Núcleo Regional de Pernambuco. UFPE - Recife, 2004. p. 1-12.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. O avesso da independência: Pernambuco (1817-24). In: **A independência brasileira: novas dimensões**. (Org.) Jurandir Malerba – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 343-84.

SILVA, Luis Carlos. **Representação em tempo de guerra: Marinha, civilização e o quadro Combate Naval do Riachuelo de Victor Meirelles (1868-1872)**. Tese (Doutorado) UFPR. Curitiba, 2009. 112p.

SILVA, Luis Carlos. Guerra, arte e nação: Victor Meirelles de Lima e a pintura histórica no Segundo Reinado. Monografias – Universidade Tuiuti do Paraná. **História** – Curitiba, 2004. 152p.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí**. – Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. 3 v. : il.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da Libertação: revolução e reação interiorizada na Igreja**. Dissertação (Mestrado) – UFF- Niterói, 2006. 142p.

SOUSA, Marcos André Torres de. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (Org.). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**. Cultura Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, Colección científica, 2002, p. 63-85.

SOUSA JUNIOR, Francisco Vieira de. **Das lutas pela memória: a investigação da Batalha do Jenipapo na década de 1970**. Monografia (Graduação em História) – UFPI, Teresina, 2010. 90p

SOUSA, Mônica Hellen Mesquita. **Missão da Ibiapaba: estratégias e táticas coloniais nos séculos XVII e XVIII**. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFC, Fortaleza, 2003. 114p

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e Identidade: as narrativas da piauiensidade**. Teresina: EDUFPI, 2010. 470p.

SHARPY, Jim. A história vista de baixo. In: **A escrita da História: novas perspectivas**. Peter Burke (Org.); tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-95.

SCHMITT, Jean-Claude. O historiador e as imagens. In: **O corpo das imagens**. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: EDUSC, 2007, p. 25-54.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: **Cenários regionais de uma arqueologia plural**. Organizadores: Walter Fagundes Morales e Flávia Prado Moi. Editora: Annablume/Acervo, 2009.

SYMANSKI, Luis Claudio Pereira. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. In: **Revista de Arqueologia**, 21, n. 2, p. 73-96, 2008.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. Louças de auto-expressão em regiões centrais e periféricas do Brasil. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (Org.). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**. Cultura Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, Colección científica, 2002, p. 31-62.

THIESEN, Beatriz Valladão. Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência. Trilha do Oeste. Dossiê: Herança Industrial. **Revista Eletrônica do IPHAN**. n. 4, mar. /abr. 2006. p. 1-5.

TIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. Tradução Ordep Trindade Serra: [revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado]. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

TOCCHETTO, Fernando Bordin. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista. São Leopoldo: Oikos, 2010. 335 p.: il. (Coleção ANPUH-RS).

UNESCO. **Constituição da UNESCO**, 2007.

VALENSI, Lucette. **Fábulas da memória**: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo; tradução Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Pintando o Brasil: artes plásticas e construção da identidade nacional (1816-1922). **Revista História e Reflexão**: v. 2, Dourados, n. 4, UFGD, jul./dez., 2008. p. 1-18.

ZARANKIN, A. ; SENATORE, M. X. (Org.). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**. Cultura Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires, Tridente, Colección científica, 2002, 127p.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam**: Arqueologia da Arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires. Tese (Doutorado em História Social) UNICAMP, Campinas São Paulo, 2001. 249 p.

ZARANKIN, A.; ACUTO, F. A. **Sed Non Satiata**: Teoria Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea. Buenos Aires. Tridente, Colección Científica, 1999, 287p.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: **A história escrita**: teoria e historia da historiografia. MALERBA, J. (Org.) São Paulo: contexto, 2006.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. EDUSPI. São Paulo, 2001.

JORNAIS

O DIA. Ano XXIII n. 4.056 – Teresina, 14 de novembro de 1974. p. 02

O ESTADO. Teresina, 13 de novembro de 1974. p. 06

JORNAL DO PIAUÍ. ANO XXIV N. 5255 – Teresina, 14 de novembro de 1974. p. 06

JORNAL MUNICIPAL. Ano II n. 27 – Teresina, 15 de março de 1976. p. 16

ENTREVISTAS

ALVES FILHO, João. Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho. Campo Maior, Fevereiro de 2011.

PAZ, Francisco José Soares da. Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho. Campo Maior, Fevereiro de 2011.

SOUSA, Antonio Miranda de. Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho. Campo Maior, Fevereiro de 2011.

BRASIL, José Omar Araujo. Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho. Campo Maior, Fevereiro de 2011.

PINTO, Maria Osório. Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho. Campo Maior, agosto de 2012.

MENEZES, José Teodoro de. Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho. Campo Maior, setembro 2012.

CARVALHO, Josias de. Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho. Campo Maior, abril de 2014.

ANEXO I – DISCURSO DO DEP. PINHEIRO MACHADO - 1973



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PINHEIRO MACHADO

Deputado Federal

**SIGNIFICAÇÃO DA BATALHA
DO JENIPAPO NA LUTA PELA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

Discurso proferido na sessão

De 13 de março de 1973

Departamento de Imprensa Nacional

Brasília – 1973

O SR. PINHEIRO MACHADO:

Sr. Presidente. Srs. Deputados, ainda dentro do Ano do Sesquicentenário da Independência, quando, com brilho e gala, tantas efemérides foram comemoradas, uma cruenta batalha permanece esquecida até hoje.

Onde foi travada? Como aconteceu? Quem comandou seus bravos e anônimos soldados? Quantos morreram nesse trágico episódio quase totalmente ignorado da grande maioria dos brasileiros?

É o que pretendemos contar a esta Casa, Sr. Presidente, no espaço de tempo que nos for concedido nesta tarde.

O ano é o de 1823. O dia é o 13 de março. São decorridos hoje, exatamente hoje, 150 anos. O local é uma pequena vila no interior do Piauí, com seu casario branco e colonial: Campo Maior.

Um corpo de tropa de 1.800 homens sob o comando de um hábil oficial do exército português, Major João José da Cunha Fidié, que se deslocara de Oeiras, a capital da Província, para sufocar um levante na vila de Parnaíba, está regressando a Oeiras, agora também sublevada. São disciplinados os seus homens e estão prontos para o combate. Leva um regimento de cavalaria, bem equipado e uma companhia de artilharia com onze canhões de vários calibres. A infantaria está armada com granadeiras e muita munição recebida em Parnaíba. O Major Fidié está confiante em sua tropa. Não há, no Piauí, nem no Ceará, nem no Maranhão, quem lhe possa oferecer resistência. Marchara de Oeiras a Parnaíba, vencendo mais de 600 quilômetros, sob um clima abrasador, sem disparar um tiro.

Verdade é que os patriotas de Parnaíba, chefiados pelo coronel Domingos Dias da Silva e que, a 19 de outubro, 45 dias após o grito do Ipiranga, saíram, no Paço da Câmara, proclamar Dom Pedro Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, não possuíam armas nem tinham condições para enfrentar as tropas lusitanas. Movia-os apenas o ideal da pátria libertada.

A notícia da aproximação de Fidié e a fama de atrocidades cometidas por seus homens forçaram-os a abandonar a cidade e a procurar recursos no Ceará de onde haviam recebido promessas de ajuda. Com Simplício Dias foram-se também os principais líderes da vila: o Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva, o Cap. Domingos Dias da Silva, o Cap. Bernardo Antônio Saraiva, o escrivão Ângelo da Costa Rosal, o Comandante de destacamento local, Tte. Joaquim Timóteo de Brito e mais José Ferreira Meireles, Bernardo de Freitas Caldas e o inflamado patriota piauiense Leonardo Castelo Branco, que a eles se juntara vindo do Ceará, via Campo Maior.

Fidié toma a cidade, sem luta, a 18 de dezembro. No porto piauiense encontra-se com a guarnição do brigue de guerra “Infante Dom Miguel”, vindo de São Luís com recursos e munição, acompanhado de um navio mercante transformado em hospital de sangue. Saqueia as igrejas e faz levar para o navio as suas alfaias, as joias, o dinheiro, o cofre dos órfãos e os livros das Graças, reafirma a lealdade da Província à Coroa Portuguesa.

Mas eis que, logo depois, a 24 de janeiro, os patriotas de Oeiras proclamam a adesão do Piauí à Independência. Agora é a nova Junta Governativa da Província quem o faz, oficialmente, sob instruções do General Pedro Labatut, da Bahia. Chefiada pelo Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba, a nova Junta está composta pelos cidadãos Manoel Pinheiro de Miranda Ozório, Miguel José Ferreira, Ignácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego. Cessam as últimas resistências portuguesas, na capital piauiense, com a prisão de alguns e a fuga de outros.

Oeiras sublevada representava a ruína de todos os planos da coroa portuguesa para reter ao menos uma parte do Brasil. É que Oeiras, uma das poucas capitais de Província não situadas no litoral -, ao contrário, plantada em pleno sertão nordestino – era ponto de convergência das estradas que, da Bahia e de Pernambuco, iam ter a São Luís do Maranhão, grande empório comercial, praça de guerra e peça importante no sistema de defesa da Província do Maranhão, flanqueando a Província do Grão Pará e toda a Amazônia. Eis, portanto, numa escala ascendente, a importância de Oeiras no contexto das posições defensivas do governo português, no Norte. Basta lançar uma rápida vista d'olhos sobre um mapa da região para se lhe compreender a posição chave que ocupava.

Flanqueado o Maranhão, como se viu com o cerco de Caxias, bloqueado o seu porto pela esquadra do Almirante Lord Cochrane, estava perdida em guerra no Norte e, com ela, a parte do Brasil que a Coroa Portuguesa ainda pretendia conservar.

Antevendo os acontecimento que culminariam com o 7 de Setembro, o Ministro de Estado da Marinha e Ultramar, em Lisboa, em fevereiro de 1822, traçara planos e expedira portarias. Era preciso assegurar a posse do Norte, ousou dizer, a partir do Piauí, a partir de Oeiras, porta por onde deveriam passar as tropas que pudessem vir da Bahia e de Pernambuco. Já em carta régia de 9 de dezembro de 1821, fora nomeado Comandante das Armas da Província o Major João José da Cunha Fidié.

A Oeiras ele chegou a 8 de agosto, um mês antes do grito do Ipiranga. Tempo não deve ter tido para tomar as providências que, sem dúvida, se faziam necessária. No Sul, os acontecimentos se desenrolavam rapidamente. Se o país todo estava em efervescência com as ideias separatistas, o Piauí não era exceção. Pernambuco e no Maranhão. E o Piauí, província que, por singular coincidência, limitava-se, como ainda hoje, com todas três, desempenhava papel de relevância na estratégia regional.

E agora em março de 1823, com a situação na Bahia ainda indecisa -, é só em julho se renderia o General Madeira – com os movimentos de tropas no Ceará e no Maranhão, com notícias de reforços que viriam de Portugal para São Luís ou talvez Parnaíba – e por isso é que Fidié para lá tinha ido também nessa esperança – com a província toda fervilhando de atividades revolucionárias, com batalhões de voluntários agitando as vilas e as cidades, com desertores das guarnições lusas aterrorizando as fazendas, ali estava, afinal, o Governador das Armas, com sua tropa, para cumprir e fazer cumprir as ordens da Coroa Portuguesa. A província do Piauí deveria permanecer fiel, solidária com a Bahia, Maranhão e o Pará.

Por isso sabiam s brasileiros do Piauí que era preciso desbaratar Fidié, antes que pudesse receber reforços. Armas não tinham, salvo algumas espingardas velhas. Mas eram muitos. Quase três mil – registraram alguns cronistas da época – os que se juntaram na vila de Campo Maior para barrar a passagem do cabo de guerra português. São brasileiros vindos do Ceará sob inspiração escaldante de Leonardo Castelo Branco, agora

encarcerado em São Luís, submetido a processo sumário e remetido a Lisboa; são voluntários do Cap. Luís Rodrigues Chaves, do Cap. João da Costa Alecrim, do Baiano Salvador Cardoso de Oliveira, do Cap. Alexandre Pereira Nereu e outros.

Todos temiam, entretanto, as tropas de Fidié, cujas atrocidades corriam de vila em vila. Eram notícias de saques, de incêndios, de terra talada. No dizer de Abdias Neves: “Ninguém lhes afrontava o ódio. Venceriam pelas armas e pelo fogo, pela morte e pela destruição”.

Estamos assim a 12 de março, véspera da Batalha. Campo Maior está em grande alvoroço, cheia de soldados e voluntários por todos os lados. De Parnaíba a Piracuruca o comandante português travou escaramuças com guerrilheiros patriotas. Em Piracuruca soube dos preparativos e da concentração em Campo Maior. Veio, pois, cauteloso pela estrada, pressentindo o combate. A sua frente devia ter “olheiros”, tanto assim que ao aproximar-se da vila dividiu as forças. Onde a estrada se bifurca, estacou: pela direita mandou a cavalaria, pela esquerda o grosso da tropa e a artilharia, sob seu próprio comando.

Mas deixemos que o emitente historiador piauiense Abdias Neves nos conte esta página da História da Independência do Brasil, vivida na então Província do Piauí.

“Só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados.

As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados e foices. De nada valia, contudo para eles a falta de armas, tão convencidos iam da certeza do triunfo. Ninguém pensava, aliás, na possibilidade de morrer. Todos sonhavam com a glória do regresso à vila, conduzindo algemado o chefe do exército à frente da turbamulta sem fim dos prisioneiros.

E nesse entusiasmo, soubera-se que Fidié pernoitara nas vizinhanças, e ninguém mais descansara. Ninguém repousa nesses momentos. Os covardes enchem-se de receios e a agitação física atraiçoa-lhes o desassossego íntimo. Os fortes vibram diante do perigo e agitam-se na ânsia de ver chegada a refrega. Ninguém repousou.

Dividida em grupos, fazia a força planos de valentia. Arvorado em Comandante Geral, concertava o Capitão Rodrigues Chaves com os outros oficiais o plano da batalha.

Amanhecia, quando a tropa formada em frente à igreja recebeu ordem de marchar e seguiu para o rio Jenipapo, que forçosamente seria vadeado pelos portugueses.

O terreno, ali, é geralmente plano; apenas de longe em longe uma colina quebra a monotonia da várzea, aberta, sem um aparato. Nas margens do rio, entretanto, tufam-se reboleiras de mofumbos e arbustos.

Os brasileiros ocultaram-se no próprio leito do rio, que estava seco em consequência da falta de chuvas. Nem todos, porém: muitos se esconderam nos mofumbais das ribanceiras”.

Era o clássico ataque de guerrilheiros desarmados contra tropas superiores e mais bem equipados.

E continua Abdias Neves:

“Foi a cavalaria que se encontrou, logo, com os brasileiros, sobre os quais tentou uma carga, impedida pela forte fuzilaria dos cearenses.

Não convindo, porém, aos portugueses um ataque mais sério, porque não podiam dirigir-se com segurança e ignoravam o número dos atacantes, retrocederam e fugiram.

Ouvidos os tiros, pensaram os brasileiros na esquerda que os da estrada estavam se batendo com todas as forças portuguesas, e abandonaram precipitadamente o seu posto, correndo em auxílio dos companheiros. Mas, ali, não havia nada a fazer, porque a cavalaria desaparecera.

Deviam persegui-la? Enquanto deliberavam, passou Fidié o Jenipapo com o seu exercito, escolheu lugar, dispôs a artilharia, distribuiu linhas de caçadores, tomou, enfim, todas as medidas aconselhadas pelas circunstâncias. E ainda se deliberava no campo brasileiro quando soube-se que o inimigo atravessara o rio.

Fidié podia ter marchado contra a vila, de que tomaria conta sem disparar um tiro. Poderia, também, sabedor da presença dos brasileiros na estrada próxima, ter ido desalojá-los. Não o fez. O encontro devia ser decisivo. Não o demorou. “E para mais certo êxito, esperou o ataque cercado de todas as vantagens de quem, nas suas condições, assume a posição defensiva.”

“Sabendo-o, ali, porém, foram os brasileiros tomados de surpresa, logo substituída pelo velho entusiasmo”. Não raciocinaram. Não atentaram à voz do comando. Partiram numa carreira precipitada, só estacando ao defrontar o belicoso e soberbo aparato dos portugueses.

Fidié quis, então, aproveitar-se das suas primeiras vacilações: deu um tiro de pólvora seca e, logo em seguida, alvejou-se com as onze peças.

Desde o início da ação viram os Capitães Rodrigues Chaves e Alecrim a desigualdade das forças. Havia apenas um recurso: atacar os portugueses, ao mesmo tempo, por todos os lados e separá-los na refrega, de modo fracioná-los.

Era plano difícil e arrojado. Como se tratava, porém, da única possibilidade de triunfo, fez-se a tentativa, conseguindo envolver parte do exercito. Mas foi repelida. Recomeçaram. Repelidas ainda recommencaram muitas vezes, sempre com grande perda de vidas.

“A fuzilaria e as peças varriam o campo. Que podiam fazer armados de chuços e foices, espadas e facões, espetos e espingardas velhas, contra a artilharia e o armamento novo do chefe lusitano? Muitos vieram morrer à boca das peças, com um desamor pela vida que pasmava os soldados, pouco afeitos a semelhantes atos de heroísmo!”

Finalmente exaustos, os brasileiros já não combatiam; arrastavam-se para a luta e para a morte. Às duas horas da tarde, depois de cinco horas de encarniçados combates corpo a corpo, retrocederam. Estavam batidos pela total impossibilidade de assaltar e tomar as posições portuguesas.

Deixaram no campo de luta centenas de mortos e feridos e, nas mãos do inimigo, 542 prisioneiros.

Entrincheirados, protegidos, na defensiva, os portugueses perderam 3 oficiais, 16 praças, e mais de 60 feridos, inclusive o Capitão Manoel Martins, que faleceu dias depois em Caxias.

Terminava assim, sem vencedores, a Batalha do Jenipapo.

Cessada a luta não teve Fidié condições de perseguir os brasileiros, nem mesmo de marchar sobre a vila de Campo Maior, agora desguarnecida.

Era sua intenção prosseguir para Oeiras, mas o Jogo verificou que os brasileiros lhe haviam tomado grande parte de sua bagagem de guerra: munições, armas, dinheiro e os despojos da vila de Parnaíba.

Assim, preferiu enterrar os seus mortos em cinco valar e abarracar-se na Fazenda “Tombador” distante um quilômetro de Campo Maior, onde permaneceram três dias para tratar dos feridos, logo se passando para a vila do Estanhado, hoje cidade de União, e daí para Caxias onde, cercado, finalmente rendeu-se em 31 de julho.

Preso e remetido para São Luís, Fidié foi transferido para a Bahia, de onde o mandaram para a Fortaleza de Villegaignon, no Rio, e daí para Portugal. Em sua pátria alcançou o posto de Brigadeiro, tendo escrito uma monografia, “Vária fortuna de um soldado português”, onde relata seus feitos militares no Brasil.

O Piauí e o Maranhão continuaram a sofrer, ainda por algum tempo, as consequências de quase um ano de guerra, mas, pelo menos voltava a reinar a paz, perturbada apenas pelas vivas recordações da sangrenta Batalha do Jenipapo.

Para o resto do Brasil, contudo, permanece ela ignorada e desconhecida. Até hoje poucos são os autores que a mencionam e nenhum livro escolar a ela faz qualquer menção.

Entretanto, visitando o pequenino e rústico cemitério situado na suave colina que domina o rio, no local do combate, disse Marechal Humberto de Alencar Castello Branco que ali estavam enterrados mais brasileiros do que no cemitério de Pistóia, na Itália. Lá como cá, haviam derramado o seu sangue pelo mesmo ideal.

Foi a maior e mais bela homenagem que lhes prestou o Exército, pela palavra de um dos mais ilustres Chefes.

Há, no local, apenas uma singela coluna que mandou erigir o Município de Campo Maior, por ocasião das festas do Centenário da Independência. Um Batalhão de Engenharia Militar recompôs o cemitério.

Felizmente o Governo do Piauí, na pessoa do Engenheiro Alberto Tavares Silva, instituiu, no ano passado, um Concurso com três valiosos prêmios de 15, 10 e 5 mil

cruzeiros, respectivamente, a serem conferidos aos três melhores trabalhos sobre “O Piauí na Campanha da Independência”. Neste momento a Comissão Julgadora faz a leitura dos trabalhos para a concessão dos prêmios. É de esperar a publicação dos mesmos traga nova luz e uma maior difusão a tão heroico episódio.

É também do Governo do Piauí a ideia de erigir no local do combate em cooperação com o Exército brasileiro, um condigno monumento. Tudo faz crer, portanto, que o sacrifício de tantos piauienses pela nossa independência não permanecerá ignorado e relegado ao esquecimento da Nação.

A História é o registro dos fatos que cercam a existência do homem e dos seus eternos conflitos. Para ser completa, é mister que faça também a análise e a interpretação desses fatos á luz de um relacionamento global aos acontecimento da época.

Falta ainda inserir, na História do Brasil, com justo relacionamento que merece essa página da campanha de nossa Independência. Nela, os piauienses deram mostras do mais soberbo heroísmo. Com um destemor quase fanático e uma coragem sem limites, depositaram no altar da Pátria, pelo ideal da Independência, o sacrifício de suas vidas.

Que a História faça, pois, esse reconhecimento, para edificação da posteridade. *(Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).*

ANEXO II – ENTREVISTA COM ANTÔNIO MIRANDA DE SOUSA

A.Miranda: Eu não nasci em Campo Maior, eu nasci em União no Estado do Piauí. Mas moro aqui há 45 anos.

M.Amparo O senhor aqui nesta cidade foi diretor do memorial?

M: Fui diretor do memorial.

A. Foi diretor do memorial, durante quanto tempo, qual foi o período?

M: De dois mil e três a dois mil e nove. Seis anos.

A: Este memorial ele tem algumas peças, tem espingardas, têm os canhões, algumas balas.

M: Tem, têm as balas, têm as armas, as poucas que ainda tem da época da batalha, e tem os canhões, e muitos, foi muito espalhado. Eu cheguei a conhecer uma faixa de cento e cinquenta armas da Batalha de Jenipapo, isto na década de mil novecentos e setenta, naquela época tinha arma demais, o museu era aqui no centro da cidade ao lado da igreja Católica de Santo Antônio. Naquela época você visitava esse Museu e eu me admirava daquelas armas tudo empilhada, tudo muito bem conservada. E eu me admirava e dizia para aquelas pessoas que estavam lá comandando: isto aqui é muito bonito, muitas armas que têm aqui da batalha. Imediatamente eu recebi uma resposta da pessoa que estavam lá coordenando aquele ambiente que dizia: “aqui não tem mais nada, já acabaram tudo”. Eu digo: acabaram por quê? O pessoal chega, toma emprestado dizendo que vai levar um dia, para ficar na lembrança da história da batalha, e depois não trás mais. E porque os senhores entregam? Eu entrego porque dizem que vem. Você sabe, aqui, o empregadinho se a gente não entregar eles acham que a gente está desconfiando. Agente não pode negar. Mas eu digo vocês deviam dizer que não podia, ou então, mas se eu fizer isso eu perco meu emprego, você deveria pedir para assinar um documento como ia levar aquela arma, anotar um pequeno relatório num caderno e tirar uma folha e mandava-o assinar. Se eu fizer isso eu vou culpar ele. Mas não pode, pois faz o seguinte para seu controle pessoal para um dia algum acreditar em você diz, você compre um caderno e quando a pessoa chegar aqui e pedir e você achar que não pode negar você pergunta “qual é s e u nome mesmo, fulano de tal, e você mora onde é”? “Daí ele não vai negar em dizer que ele ai levar a arma”. Daí você pega com sua letra mesmo e escreve para você mesmo, serve para você prestar conta com Deus, porque já que não tem a assinatura ninguém vai querer, pode não quere acreditar, mas pelo menos sua consciência fica limpa e você saberá

para quem emprestou, porque realmente agente esquece agente pega qualquer objeto e com o decorrer do tempo agente termina esquecendo, só uma coisa mais, se fizer muitas vezes com certeza a gente vai terminar esquecendo.

A: Isto foi na década de setenta que existiam estas conversas sobre as armas do Museu aqui no centro?

M: Na década de setenta existia estas conversas. Eu me admirava aquele monte de armas, eu contava da minha admiração que eu tinha por aquele armamento.

Arlon: Era o Museu do Couro?

M: Era no Museu do Couro. E as pessoas que governavam na época me revelavam isso, eu digo, pois tá errado, você pelo menos precisa saber para quem emprestou para você mesmo ter na consciência para contar para alguém. Tinha isto, eu entreguei para seu fulano e ele não me devolveu está aqui a data que ele levou. Você acha que ele não assina porque você tem medo. Faça isso para pelo menos você ter um argumento para quando alguém chegar e você falar neste assunto. Então era deste jeito assim.

A: Mas aquelas espigadas que tem lá o pessoal diz que foi da batalha?

M: É o pessoal diz que foi da batalha, a bem que uma está com má intenção, que o Museu do Couro naquela época de sessenta, setenta quando o Museu foi para a Batalha de Jenipapo, quando fizeram o monumento, logo depois em mil e novecentos e setenta, fizeram o monumento foi transferido o Museu para lá. Mas lá levaram mais armas do que daqui, naquele tempo foi sumindo. Entrou vários diretores e cada pessoa trabalha de uma maneira. Uns mais fechados outros mais abertos, uns governam com mais mão de ferro e outros de mão aberta.

A: Pode ser que essas armas estejam por aqui mesmo em Campo Maior, será, guardada?

M: Tem muita história. Existe muita história.

A: Quem sabe um dia as pessoas doam elas de volta, pode ser que um dia elas voltam.

M: Tem muita história contada por alguém que não consegue provar. Mas tem história que a gente podia provar, porque tem documento que teve gente que chegou a denunciar, porque isso tem documento só que o governo não tomou providencia. A pessoa que estava lá

denunciou o fato, a pessoa testemunhou e registrou queixa na polícia e tem documento que comprove.

A: Tem este documento lá no memorial museu?

M: Lá no memorial é para ter. Só que não se sabe se encontra. Eu quando estava lá recebi e deixei lá uma copia de um documento policial que denuncia um ex-diretor que teve lá, que tinha levado isto ou aquilo, e é assim que tinha levado isto ou aquilo. É muito difícil provar. Quando existe uma denuncia como provar se o próprio diretor não toma providência, quem sou eu para tomar. Daí fica difícil.

A: Senhor, eu até procurei em Teresina porque falaram que tinha umas vestimentas também do Fidié, ou um punhal, uma espadas. Mas existiu mesmo você chegou a conhecer?

M: Eu não cheguei a conhecer, mas a história que existia na boca de todo o mundo aqueles mais velhos contam sempre pela dita peça. Mas eu não tomei conhecimento.

A: Que seria o fardamento?

M: O fardamento. Muitas pessoas disseram que levaram para Teresina para o 2º BEC e não foi devolvido. Tinha estas histórias também.

A: Seu Miranda o senhor conheceu o Cosme Borges da Silva, ele teve parentes que participou da batalha, o senhor conheceu essa pessoa?

M: O senhor Cosme Borges da Silva conheci muitos parentes dele. O tataravô dele. O Cosme Borges contava muitas historias sobre a Batalha de Jenipapo, era um dos homens da lenda mais próximo da batalha, dos últimos anos. Era lúcido um homem com 103. Praticamente morreu contando história, antes de morrer ele era lúcido demais. Antes de morrer ele falava três meses antes de morrer. Era lúcido demais. Qualquer pessoa que chegava lá ele tinha muitas histórias a contar sobre a Batalha de Jenipapo. Era importante demais.

A: Que história o senhor se lembra de que ele contava?

M: A Batalha de Jenipapo, na época morreu muita gente, foram de muitas famílias que morreram, só de uma família morreram 9 pessoas.

A: Que família era esta você se lembra?

M: Era a família Caldas, que morreram 9 irmãos, e ficaram muitos filhos dessas pessoas. E tive a oportunidade pessoalmente de conhecer uma neta, não, uma bisneta do seu Raimundo Caldas que já era falecido, era bisneta de um homem que morreu na batalha. O nome dela era Dona Maria José Caldas, esta mulher eu tive a oportunidade de conhecer. Ela morreu dia 26 de fevereiro de 1982, esta mulher morreu com 103 anos, e tive a oportunidade de ter um documento para comprovar tudo que digo dela, mas infelizmente minha experiência era tão pouca, e torcia por essa história, mas não tive a experiência de saber que essa história iria ganhar um fundo tão forte a tempo de ter aprofundado mais e ter feito um documento com ela, assinado. Não sabia, não tinha ideia que essa história iria render o tanto que esta rendeu, o tanto que vem rendendo de um tempo para cá. Mas fiquei ciente pela história que ela contava. Eu tinha um comérciozinho, ela era minha freguesa, ela morava próximo do monumento, me comprava as mercadorias para um mês e no final do mês vinha receber o dinheiro no Banco do Brasil, recebia, pagava e tornava comprar umas coisinhas. A casinha dela era de barro e palha só tinha um buraco, abriu a porta colocava tudo dentro, era pobre demais. Dona Maria José Caldas deixava um carnezinho dela que tinha lá dizendo: “pensão vitalícia por conta de tal e tal da Batalha de Jenipapo”. Naquele tempo algumas pessoas foram beneficiadas. O velho, o pai dela, o filho do senhor Raimundo Caldas ficou com uma pensão. A mulher do velho ficou com uma pensão. Quando a mulher morreu ficou para o filho, quando o filho morreu ficou para o neto. Quando o neto morreu, se acabou. Naquele tempo ia até a geração neto, a pensão, e ela era a neta. Quando ela morreu se acabou essa pensão. Então, esse carnê eu tinha guardado, num cofrinho pequeno que eu tinha. Ela pediu pra eu guardar. Quando ela chegava pegava o carnê e ia lá no Banco tirava o dinheiro e depois voltava e me entregava para guardar, porque ela tinha medo de perder, lá. Naquele tempo não existia cópia. Se existia ninguém conhecia. E aí quando ela morreu não era para eu ter devolvido o carnê, era pra eu ter guardado o carne; era pra eu ter ido lá, como eu fui e ter comunicado e ter dito que eles riscassem todo lá, mas deixasse inteiro e me entregasse para eu no futuro mostrar pra alguém. Não tive essa ideia. Eu entreguei o papel (carnê) dela para a família.

A: Para o filho?

M: Para o povo dela. Não cheguei a aprofundar o conhecimento com a família dela. Não continue. E foram se acabando. Quando eu tive a ideia de chamar os filhos dessa criatura, os parentes já tinham se debandado pelo mundo e eu não tive mais como manter contato com ninguém. Essa história da dona Maria Caldas é uma história muito bonita, conversávamos muito sobre esta batalha.

A: Dona Maria José Caldas era neta do seu Raimundo Caldas?

M: Era neta do Raimundo Caldas, que morreu na batalha.

A: Essa família vivia de que? Eram lavradores?

M: Eram lavradores mesmos.

A: Eram lavradores ou trabalhavam em algumas fazendas?

M: Eram lavradores e trabalhavam em fazendas.

A: E da família do seu Cosme? O senhor chegou a conhecer?

M: Tinha muito parente aqui em Campo Maior.

A: A família do senhor Cosme teve alguém indenizado também?

M: Se teve eu não tomei conhecimento. Foram poucas as pessoas indenizadas, era justamente essa a razão que o pessoal mais velho dizia que eles (as autoridades do Estado) não queriam com medo que alguém com inteligência corresse atrás da indenização. E eles só foram atrás dos que tiveram a ideia de cobrar alguma coisa, aí eles (Estado) imediatamente a essa reclamação, eles arranjavam um jeito de dar essa indenização para ver se calava aquelas pessoas porque foram muitos os que morreram. O Estado não tinha como arcar com aquilo, eles alegava isso quando começaram a soltar mais a voz e começaram a reclamar depois de tanto tempo e o Estado não tinha como arcar com aquilo. Não queria que a história se expandisse com medo de haver uma revolta muito grande. E o pessoal cobrasse uma indenização.

A: Mas será que houve uma repressão a essas pessoas que falavam?

M: Houve uma repressão. Pelo que os mais velhos contam houve sim.

A: Os mais velhos diziam o que?

M: Eu fui chamado várias vezes por algumas pessoas que se diziam importantes aqui na cidade e dizia seu Miranda vem cá.

A: Político ou policial, gente importante assim?

M: O que o senhor quer saber tanto sobre essa história? O senhor pergunta demais, sai perde tempo vai para o interior, zona rural atrás de gente mais velha saber de alguma coisa. Porque tanto interesse? Eu digo vai render meu conhecimento, não é nada mais, não estou pensando em ganhar dinheiro, porque eu sei que não vai render. Até dava se tivesse lançado livro e mais livro. Em 1982 comecei a escrever meu próprio livro. Ele disse: “não, deixe isto para lá, esta guerra já passou”, não tem mais nada que mexer com isso, eu quero é só saber. Se tiver parente meu, deve ter, pois tem gente do Estado todo. Quando eu recebia uma conversa como esta eu esmoreci um pouco, eu esmoreci um pouco. Eu quero só saber, de tudo. Más depois eu voltava e corria a atrás. Eu fui muitas vezes no Aldo do meio, conversar.

A: Este Aldo do Meio onde morava?

M: Mora do lado do monumento.

A: Tem alguma família mais antiga que a gente possa procurar para conversar?

M: Morreram agora de 2005 começou a morrer muita gente. 95 anos 100 anos. Essas pessoas sabiam demais história desta Batalha de Jenipapo.

A: O senhor se lembra de nomes de pessoas que ainda estão vivas?

M: Tenho vários nomes, mas assim de cabeça eu não me lembro. Eu tenho vários anotados. Faz tempo que eu parei de pesquisar o assunto, eu tenho muita coisa anotada. Precisava reativar.

A: Reative que estas histórias são importantes.

M: No dia 7 de dezembro de 96 o Monsenhor Chaves morreu em 96 ou foi em 97?

A: Eu acho que foi em 97. Mas eu não tenho bem a certeza.

M: O Monsenhor Chaves ia ser enterrado lá num espaço. Fez um documento e foi aprovado pela Secretaria de Cultura. Foi aprovado. Quando ele ia lá eu tinha vontade de conversar em particular com ele, nunca tive a oportunidade de conversar só com ele, quando ele ia lá ele era muito assediado. Até que um dia quando eu olhei vi que era ele. Quando cheguei era ele “bom dia!” ”bom dia!”, ele disse: “rapaz como vai?” Vou bem. “Tentando mais alguma coisa. Eu vim visitar o Monumento de Jenipapo, vim me despedir em vida enquanto eu estou com a minha consciência”. Veio se despedir porque ele sabia que não ia ser enterrado, pela pressão da família ele não ia mais se enterrar lá. Eu tenho muita vontade de conversar com o senhor

um assunto que vem me batendo a cabeça, depois que trabalhei no Museu de Jenipapo eu virei um contador de história. Eu não tenho formação superior, mas eu faço uma porção de palestras, eu vou para contar uma história, mas eles (as pessoas) querem palestra, mas eu vou para contar história.

Eu queria que o senhor soubesse que é um homem que tem muito conhecimento, fez muitos livros, é uma das pessoas mais importantes da Batalha do Jenipapo do meu conhecimento; e gostaria muito que o senhor pudesse me ouvir pelo menos 30 minutos. Eu ia resolver resumir o máximo nos 30 minutos e o senhor me aconselhasse se eu continuasse a contar para alguém, ou se devo parar, se o senhor disser que não está certo quando as pessoas voltarem eu vou chamar para todos ouvirem “eu vim me retratar e pedir desculpa sobre aquilo que eu disse e mandar apagar da cabeça deles aquilo que eu disse”. Eu fui muito aplaudido, muita gente chegava me agradecia e em muito lugar por conta daquilo. Ele me disse ”Eu vou ser todo ouvido, mas traz cadeira para nós sentarmos, eu arranjei as cadeiras e nós conversamos. Conversei vinte e cinco minutos, depois que conversei vinte cinco minutos com ele quando ele tentou se levantar, não deu, o cara ajudou, ele disse rapaz você sabe tudo isso da Batalha de Jenipapo, eu não imaginava que tinha alguém que soubesse o tanto que você sabe. A História é por esse rumo, eu estou surpreso, ainda tem alguma pessoa do meu conhecimento que sabe alguma coisa da Batalha de Jenipapo; olha, você não jogue fora esta história, então eu não posso lhe ajudar, eu estou em fase final. Não tenho como lhe ajudar porque estou em fase final, mas eu vou chamar um amigo que eu não vejo a muito tempo, para localizar e pedir para um amigo que lhe procure, para documentar esta história, você não pode deixar esta história se acabar porque esta historia não pode se acabar. Lutei a minha vida toda para tentar levar esta historia e não consegui, mas gente como você tem que continuar tentar e levantar esta historia para frente. Não vou lhe garantir, mas se esta pessoa não lhe procurar é porque eu não tive tempo de lhe localizar e você tenta fazer do seu jeito que um dia sua historia vai ser reconhecida, é neste rumo a Historia do Jenipapo. Você esta certo em tudo. Uma emoção danada, eu fiquei emocionado nesta hora, de maneira que ele disse isso. Outra falha minha, que não gravei a historia dele comigo, mas ele assinou o livro de visita, eu fiz questão de assinalar. Ele me contou isso. Por isso eu acho que ele me deixou naquele dia; foi uma coisa, fiquei surpreso demais, eu fiquei muito contente e quatro mês depois ele morreu mesmo. Foi em dezembro e ele morreu em março.

A: Seu Miranda, o senhor tem mais outras histórias específicas, ou diferentes sobre as pessoas que sofreram, ou os familiares destas que o senhor ouviu durante as pesquisas que o senhor fez? Sobre as pessoas que sofreram os familiares também, algumas dessas histórias?

M: Tem muita historia que a pessoal conta do sofrimento desse povo das pessoas que lutaram na Batalha de Jenipapo. Que aquela gente que morreu, ficou descendente, ficou parente.

A: Tem a família Calda, tem a família do Cosme, tem outras que o senhor se lembra, que ouviu falar? Dessas famílias que possivelmente receberam indenizações?

M: Os Castelo Branco, os Bolas, foram muitas famílias, porque naquela época vieram lutar, veio gente do Maranhão, do Ceará, todos lutaram para ajudar. Naquela época foi uma calamidade, porque naquela época nosso povo não tinha armas, usaram pedaço de pau e os portugueses viam armado, foi um massacre que aconteceu aqui e aquele Cemitério (Cemitério do Batalhão) virou um santuário, o pessoal, vinham pessoas e fizeram casa de milagre. Vem gente de todo canto do Brasil, lá fazer promessa naquela Batalha de Jenipapo. Eu cheguei a imaginar muitas vezes que aquelas armas, antes de eu conhecer de perto eu passar e rezar pedir alguma coisa.

A. Seu Miranda, aqueles túmulos realmente tem as pessoas, foram enterrados os guerreiros da batalha ou é simbólico?

M: Ali Foram enterradas as pessoas, ali foi o seguinte, quando eles no dia da batalha que começou às oito horas, duas horas acabou. Aquela multidão, espalhada por todo o campo. Aquele pessoal foi enterrado, cavando aquele buraquinho pequeno e enterrando dentro e tamparam. E olhavam para o campo e aquele montão de corpo e acharam que não ia dar tempo de cavar para todo mundo e planejaram cavar uma vala muito grande, história contado pelas pessoas mais velhas de Santa Rita, inclusive dona Maria me contava isso de mais e me repetia. Fizeram um buraco colocaram 200 corpos dentro e aí cobriram. Mas apareceu gente que não foi enterrado, porque teve gente que saia correndo, não aguentava caia e morriam, caçaram (os corpos das pessoas mortas nos matos) até onde puderam. Fizeram aquela vala muito grande e enterraram o pessoal, enterram demais.

Arlon: Isso próximo ao cruzeiro, onde tem um obelisco e o pessoal acende velas?

M: Exatamente, foi feito perto daquele monumento, foi o primeiro monumento que fizeram perto dali que foi feito a vala. Da vala que eles cavalam. Aquele pedaço de chão ali. Foi

enterrada uma multidão de gente. Depois apareceu muita gente, fugiu muita gente. Inclusive fugiu ferido da família Caldas, foi parar num lugar em Boqueirão do Piauí. Que hoje é cidade do Boqueirão. Lá um caçador que estava caçando escutou um gemido forte na mata, foi indo e o gemido aumentando e de tardezinha encontrou o homem caído e perguntou: “meu amigo o que você tem?” Ele disse: “eu vim fugido da Batalha de Jenipapo em Campo Maio, cheguei aqui e não aguentei mais ir para frente e cá, estou quase morto”. Qual é seu nome daí ele deu o nome dele. E o homem disse to muito longe das casas e você é muito grande. Eu vou fazer o seguinte: vou-me embora agora e amanhã bem cedo eu volto e trago um chá para você, ele disse: venha cá, escute, você traz o chá para mim, e disse: se eu tiver morto o senhor me enterra aqui mesmo neste local, se eu estiver vivo eu vou tomar o chá e saio bom se eu tiver morto eu vou fazer um pedido para o senhor e encontre um jeito de avisar lá para Campo Maior, avisar que eu morri aqui, neste local. Está certo, disse o homem, e o homem foi embora quando deu de manhã ele contou a história do mesmo jeito e de madrugada eles vieram, atrás deste homem. Quando chegaram no local o homem estava morto, ele pediu para enterrar aqui e cavaram a sepultura e enterraram lá mesmo. Toda vez que morria alguém naquela região eles diziam enterrar lá onde enterraram aquele homem e terminou virando o Cemitério do Boqueirão e ficou no centro da cidade, virando povoado e hoje é a cidade do Boqueirão. E eu fui lá conhecer esta história. Quando o cemitério cresceu ficou conhecida esta história. Tinha um homem que era o responsável pelo cemitério de não deixar de ninguém ser enterrado fora. Ele quando estava bem velhinho chamou o filho dele e disse que não tinha mais condição de cuidar do cemitério, “quando eu morrer você cuida do cemitério não dixe este cemitério se acabar tem que crescer ficar cemitério para sempre tem que ficar conhecido”. “Papai pode ficar sossegado”. Continuou, continuou, continuou e ele também ficou velho e quando ficou velho chamou outra pessoa disse este cemitério vem do meu pai já estou perto de morrer você tome conta, quando eu morrer não deixa este cemitério se acabar. Está certo, pode deixar e continuou e chamou esta velhinha dona Maria, “você sabe a história do cemitério, você sempre acompanhou desde o começo e eu não tenho mais condição de continuar com isso”. Ela tinha só 27 anos, nesta época. Eu não tenho mais condição de continuar olhando este cemitério eu vou lhe entregar, no dia em que eu morrer eu vou lhe entregar ponto. O dia que eu morrer a senhora tome conta e o dia que a senhora morrer entregue para uma pessoa continuar este cemitério adiante. Uma pessoa me contou toda esta história.

A: O cemitério ainda existe?

Sim. Hoje está cercado e bem zelado, eu quero que você veja o lugar onde este homem foi enterrado.

A: Muito interessante esta história se a gente sabe se não vem conversar com as pessoas.

M: Eu, antes de conhecer bem a história eu conhecia a história dos milagres, eu achava que era uma lenda, quando eu conheci de perto passei a acreditar na história, porque o tanto de gente que vem de todos os cantos e voltam depois, se não tivesse alguma coisa que agradasse eles não voltavam mais. Eu tenho muitos exemplos que aconteceram lá que me deixaram marcado. Eu acredito num milagre da Batalha de Jenipapo. Cheguei a imaginar e pensar no meu coração o seguinte: estas almas meu Deus do céu, mas eu acredito que alma é almas, morreu se acabou.

Nós temos um verdadeiro e poderoso Deus que é quem faz e quem desmancha na hora que quiser, pelo que a gente vê na terra Deus é um superior muito forte, e ninguém deve desacreditar, eu sou fiel, acredito em Deus.

Eu sou fiel, tudo que faço é pensando em Deus. Essas pessoas morreram e Deus deve ter amparado do lado dele, quando as almas se juntam a Jesus pedindo socorro e o milagre aparece. Eu vou dar um exemplo, em Pedro Brandão hoje é cidade. Lá tinha uma mulher que era considerada um bicho ela não tinha paz. Ela fazia o seguinte amarrava um pau grosso tipo uma toca e cobria com palha e um monte de pau e entrava e morava lá, todo mundo via isso e não podia fazer nada, pobre, pobre.

Um dia um caboclo passou e viu aquele movimento e disse "ai tem gente?", ela ficou com medo e assim mesmo ela "saiu para fora, e ele disse: quero falar com você?". E saiu e o homem se espantou parecia um bicho com um cabelão. Ela disse "Diga moço". Ele disse "a senhora mora aqui?" ela disse que morava e disse que morava ali porque não tinha onde morar, e começou a fazer pergunta para ela e ela respondendo. "Como a senhora vive?" é matando uma raposa, um tatu, é correndo atrás de um bicho. Este homem se comoveu e foi ao dono da propriedade que era um homem muito rico das bandas de Dom Pedro II. E aí disse que tinha visto um fato lá no terreno dele que lhe chamou atenção. Contou e ele disse que não pode fazer nada. Voltou lá e conversou com ela, ela se abriu mais e começou a falar do drama dela. Ela pensou em fazer promessa, o pessoal fala tanto na Guerra de Jenipapo, onde tem umas almas muito milagrosas. Vamos fazer a promessa para mostrar o jeito de ela ter uma

casinha para ela. Fizeram esta promessa. O homem levou vela e levou tudo e levou uma mulher para ajudar a rezar. E fizeram uma promessa.

Aí ficou quando deu determinado dia chegou um vaqueiro. O vaqueiro encostou e sabia da história, mas não tinha visto, espantou-se e chamou “ô de casa” “diga:” “você mora aqui? Como é seu nome? E porque você mora aqui?” “Eu já tentei, mas eu não consigo”. Ele ficou com muita pena arrumou algumas coisas e deixou para ela, voltou correndo contando a história dela e começo a chover de gente para ver a história dessa mulher, quando começou a chegar gente para ver de perto, eles se reunirão e disseram vamos fazer a casa dessa mulher, e foram na cidade, contaram a história um dava 100 tijolos outro dava 20, outro dava 1000 e foram no dono da terra e pressionaram e ele foi levou arame e cercou lá um hectare de terra. E fizeram a casa para ela todinha, destocaram o terreno para ela plantar. E a mulher fez a promessa. Foi só aparecer a promessa. E como vou pagar minha promessa? O que é que eu vou fazer? Eu já sei como vou fazer. É com um tijolo da casa que vamos fazer uma espécie de uma casa. Fizeram lá, recortaram e fizeram do jeito de uma casinha e colocaram lá (no Cemitério do Batalhão). Não sei se quebraram, quando eu estava lá eu preservava, quando eu saí deixei lá, mas quando eu fui lá depois não encontrei esta peça, acho que quebraram. A pessoa me contou a história todinha dela. Quando o pessoal chegava era a peça mais visitada, quando eu contava esta história tinha gente que chorava.

A: A batalha aconteceu aqui indo pela BR 343, o Memorial fica a esquerda de quem vai, a vinda por onde o Fidié e os campo-maiorenses estavam esperando e onde houve a batalha foi do lado esquerdo. Que é o lado esquerdo do cemitério, aquele memorialzinho primeiro (Obelisco de 1922).

M: Naquele tempo a estrada era daquele lado. A estrada não era aquela, era só o caminho. Foi naquele campo mesmo, sabe que foi no mês de março, naquela época o inverno não foi muito bom, então a briga foi dentro da água só que era água rasa, porque o inverno não foi muito grande. Teve gente que morreu afogado ele levava uma pancada e ninguém tirava e ele morria, porque dentro d'água. Então morreu muita gente desta natureza. Naquela época com todas as pessoas que eu falei durante meu tempo de vida (quando foi diretor do Monumento do Jenipapo) que eu puxava nas perguntas, todos eram enfáticos em falar que aqui morreram mais de duas mil pessoas. No dia da batalha mesmo não foi todo este tanto que morreu, na verdade é que ficou gente demais ferida, não morrendo na hora e estes feridos foram morrendo ao longo de dois anos. Quem morreu até dois anos foram considerados feridos da

Batalha do Jenipapo. Aquele que passou de dois anos não foram considerado da guerra. Em uma guerra ficam mais feridos do que mortos. Veja naquela guerra do Iraque, morreu mais de 30 mil. Mas ficou muito mais ferido.

A: Senhor Miranda. Sobre as pessoas que morreram, todas as pessoas que morrem tem um atestado de óbito, será que existe algum tipo de registro, em consequência de ferimentos que adquiriram na batalha?

M: Naquele tempo alguma coisa que faziam era deixar enterrar onde tinha morrido e deixar enterra junto com os outros. Este pessoal todo que morriam eram enterrado onde eram enterrados os outros. Este cemitério era grande e está resumido porque cada diretor tem um pensamento, mas daquele lado até o monumento até a cerca era todinho cemitério, as cruzeiras vão se acabando eles não colocam outras e vão encolhendo e se você andar onde é considerado o fim do cemitério, está cheio de cruz, que vão ficando velha e se quebram.

A: O senhor viu falar sobre outros soldados do Fidié, que morreram que foi enterrado em algum outro lugar fora aquele lugar aqui?

M: Na época que aconteceu os que morreram no dia deixaram lá, mas foram alguns feridos eles foram morrendo, mas não tivemos notícia do que aconteceu com eles. Os que podiam caminhar foram junto com os outros, deixou lá no meio dos outros é que morreu um deles. Inclusive um português, em setembro de 2007, chegou um português lá (no Cemitério e Monumento) com 63 anos, chegou e se identificou, deu o nome dele que tinha vindo de Portugal ver o local da Batalha do Jenipapo e que queria receber notícia de parente dele parece que era um parente dele parece que era um tataravô dele. Quando nasceu ele soube que um parente dele tinha morrido na guerra de Campo Maior, porque lá (em Portugal) tem um Campo Maior de Portugal. Era a mesma cidade dele lá, ele tinha vindo conhecer. Eu disse que era um prazer muito grande em mostrar o cemitério para o senhor. Passou um dia todo aqui e rezaram e sentamos lá no museu e ele contou toda a história dele. Ele disse que durante estes anos garantiu para a mãe e para o pai dele que ele iria vir na sepultura do padrinho dele neste local. Até que com 63 anos ele veio. Achava que aqui ia achar mesmo que não fosse uma catacumba bonita, um negócio assim, mas que fosse mesmo um ladeiro com o nome. Mas, não foi o que ele tinha imaginado primeiro, só a região que aconteceu que fosse, mas não identificaram ninguém no cemitério, ele chorou.

A: Essa é uma questão a dos nomes, ninguém fala do nome das pessoas, eles não têm uma lista das pessoas que participaram da batalha e nem uma listra de nome das pessoas que morreram?

M: Naquela época eram analfabetos, faziam tudo mesmo sem saber ler. Aquele chefe quando iam fazer qualquer movimento, os mais sabidos chegavam e escreviam o que tinham que fazer para ensinar para aquelas pessoas, subia aquela pessoa em cima do pé de pau ou numa cadeira que ficava mais alto e aquela multidão tinha que decorar, pois não sabiam de nada.

Eu hoje considero, embora não posso provar isso, a Batalha de Jenipapo, na minha concepção foi a Independência do Brasil. Porque o grito de sete de setembro lá em São Paulo, no Ipiranga foi só uma farsa, ele fez aquilo forçado, foi um grito que ele deu. Mas porque a verdadeira guerra sanguenta pela Independência foi aqui em Campo Maior. Havia pessoas como dona Maria que eu disse que o doze de julho lá da Bahia, os portugueses vieram daqui, e depois eu analisando eu pensei muito, eu acho que realmente é. Ela contestou, mas não descartou que realmente tenha acontecido. Os portugueses quando saíram aqui de Campo Maior, quando o Fidié resolveu fugir ele gritou: cada um por si e Deus por todos, nos temos que sair no Maranhão, não importa do lado que cheguem. Eu vou por um caminho e vocês vão por outro, com tanto que nós nos encontremos no Maranhão, não podemos chegar todo o comboio. Saiu pelo mundo, e aqui no município de Nazaré, de Nossa Senhora de Nazaré, tem um local Canto do Silva, tem povoado que tem muita gente. Lá naquela época uns portugueses saíram lá, quando chegou lá ouve um confronto, o pessoal se revoltou em cima deles e lá mataram sete pessoas, e os portugueses acharam que venceram, mas morreu um português. E o que eles fizeram: lavraram com o machado, e fez uma cruz muito grande e colocaram “Canto dos Silvas” depois de muito anos foi que a família Silva colocou Canto do Silva, tirou dos. E outros saíram em José de Freitas, com medo de ser pegos, eles subiram em cima da serra, e chama de Serra do Fidié, porque de lá podiam ver quem vinha perseguindo eles. Estavam em cima e podiam perceber quem vinha de baixo, lá eles ficaram três dias camuflados. E de lá se largaram pelo mundo e chegou até a terra que era do avô do velho Galeano, Luiz Galeano era um velho que eu cheguei a conhecer no interior de União.

A: Isso é município de União?

M: Sim é Município de União. O velho era criador de boi, lá passaram dois dias e mataram mais de quarenta bois do velho, mataram muito gado.

A: Eram muitos homens?

M: Sim era muitos homens. Em União e outros fugiram para cá e foram os que saíram lá na Bahia, e lá num povoado muito grande, e lá houve um tiroteio, eles mataram dois portugueses, quando mataram dois portugueses eles se apavoraram e se rederam e um caboclo subiu encima de uma árvore e decretou independia ou morte. E ficou o grito da Bahia. Eu falei para um grupo da Bahia, quando eu tive oportunidade eu contei. Ela é diretora coordenadora do monumento de dois de julho, lá na Bahia eu contei esta história para ela, eu digo então, há quem diga história contada por pessoas mais velhas dessa terra, daí eu contei a história da Dona Maria, que ela me dizia. Eu chego hoje a imaginar que o dois de julho, foi gritado pelos portugueses e ela me disse: eu discordo, mas no mesmo momento eu devo levar a sério, pode realmente ter acontecido isso, porque estes portugueses chegarem lá do nada, realmente, e começou um confronto e mataram dois. Foi no dia dois de julho dia que decretaram a Independência da Bahia, eu não concordo, mas eu não discordo tanto assim, pode realmente você está certo, naquele tempo fica difícil de falar com segurança, porque a gente não tem como falar com segurança porque não tem como provar isso, mas a historia existe, isso é alguma coisa para pesquisar lá.

A: Muitas histórias, podemos continuar estas histórias que o senhor gostaria de lembrar?

M: Vou dar outro exemplo, dos milagres das almas. Tem um homem lá Teresina, dono de uma Empresa de Ônibus na zona rural. Tinha 16 ônibus, nesta época, não sei se tem mais hoje. Nesse homem deu um problema de saúde e o médico condenou que estava morto, não tinha jeito e deu a data que poderia ficar vivo, ficou naquela loucura a família dele, a mulher, os filhos a mãe dele, rapaz vamos apelar para os milagres, tem as almas da Batalha de Jenipapo, todo mundo faz promessa lá e é atingido. Vamos fazer esta promessa e fez a promessa, por que você sabe de vez em quando você ouve que raiz de pau é bom para isso e daí cada um contava uma história que era bem para isso, para aquilo. Este homem tinha 13 tipos de raízes, que diziam que era boa para isso e para aquilo, mas rapaz eu vou fazer uma promessa, vou tomar estas raízes juntar e cozinhar todas estas juntas, para segurar com a história da batalha, rapaz você vai se envenenar e morrer. Não eu já estou praticamente morto se eu morrer eu já ia morrer mesmo. Então eu vou tomar todinho. Fizeram terço e mais terço e fizeram a promessa, fizeram a gororoba doida e começou a tomar. Fez a promessa para tomar por um ano em um ano ele ia refazer os exames, para saber. Quando ele estava com seis meses ele disse que não sentia praticamente mais nada e continuou tomando os remédios.

Quando ele estava com nove meses ele disse que não sentia mais nada e foi fazer os exames e o cara disse “você está bom”, você está bom mesmo, é um milagre se Deus, praticamente bom, mas continue seu milagre e continuo tomando. Quando terminou um ano completo foi fazer os exames, o médico disse que estava bom você pode morrer de outra coisa, mas dessa aqui você está bom. Foi em Fortaleza, vendeu dois ônibus da empresa, nesta loucura para lá e para cá. Foi lá em Fortaleza chegou lá, numa clínica, fez todos os exames, e disse que não tinha nada e estava tudo normal. Você está bem, sua saúde está dez, fez o exame e voltou, passou um tempão, esperando vendo se voltava. Passou seis meses levando sua vida normal. Melhorou as coisas, comprou um ônibus, quando estava completando um ano, comprou outro ônibus e completou a frota que tinha antes. E aí foi fazer exame novamente e fez os exames em Teresina e deu tudo normal. E disse agora eu vou pagar minha promessa. Ai eu estava lá no monumento quando entraram aqueles carros e gente de toda a natureza, gente grande gente pequena, feia, bonita, menino, velho. Com uma alegria sem tamanho, passou com umas caixas grandes e ninguém falou comigo, e o rapaz e aquela gente toda pulavam, ria, gritava, e eu ansioso, mas eu disse que não poderia ir lá perguntar. De repente passa uma velhinha baixinha, chegou, entrou e disse “bom dia, eu disse “bom dia” não dei muita atenção. Ela foi lá colocou no pescoço da escultura e eu disse agora eu vou saber. Ela lá olhava e rezava. Ela pensava que a escultura era um santo.

A: A escultura na frente do museu?

M: Na frente do museu. Quando ela veio ia voltando, quando ela vinha voltando eu disse venha cá, ela achou que eu ia falar por ela ter colocado na escultura. Não senhora eu queria só perguntar o que foi que aconteceu porque está todo mundo aqui, me conte, por favor, eu quero saber esta história, venha vamos sentar, ela contou a história para mim. Foram 60 caixas de foguete, treze tiro doze grandes e um pequeno. Este homem da história era um homem bem grande dava pulo bem grande, esta história eu nunca vou esquecer na minha vida. Tem muita história da Batalha de Jenipapo.

M: A História do Monsenhor Chaves, antes do Monsenhor Chaves morrer deu um vendaval e tinha um pé de pau muito grande e caiu em cima da tampa da sepultura e não quebrou. E eu pensei: antes do homem morrer já quebrou a sepultura, como eu vou dizer para ele? Mandeí o rapaz ir ao Alto do Meio a traz do Machado, e o pessoal cortou e nem se quer quebrou, isto foi um milagre. Se a senhora visse a grossura daquele pau não ia acreditar, para não quebrar aquela peça.

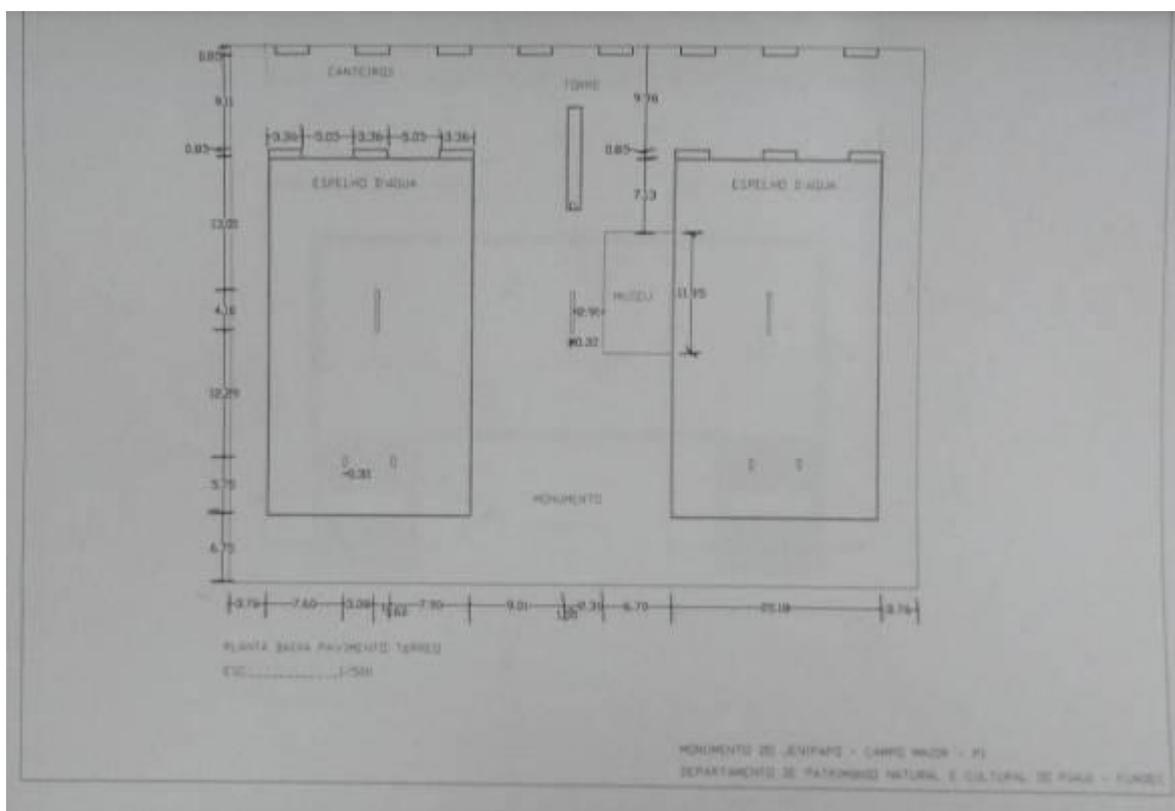
A. O túmulo ficou vazio por que ele não foi enterrado lá.

Continuou vazio. Não, ele não foi enterrado ali, fiz um ofício comunicando o fato e a imprensa veio varias vezes e foi divulgado pela imprensa, eu achava que era um milagre. Eu disse o seguinte: o Monsenhor Chaves não tinha morrido, mas era um milagre. Depois um padre lá da igreja, da mesma igreja dele disse depois nós vamos pensar sobre a história do milagre, quem sabe ele no futuro vai ser cotado para virar santo, tem que mostrar o milagre, esta história pode ser considerada.

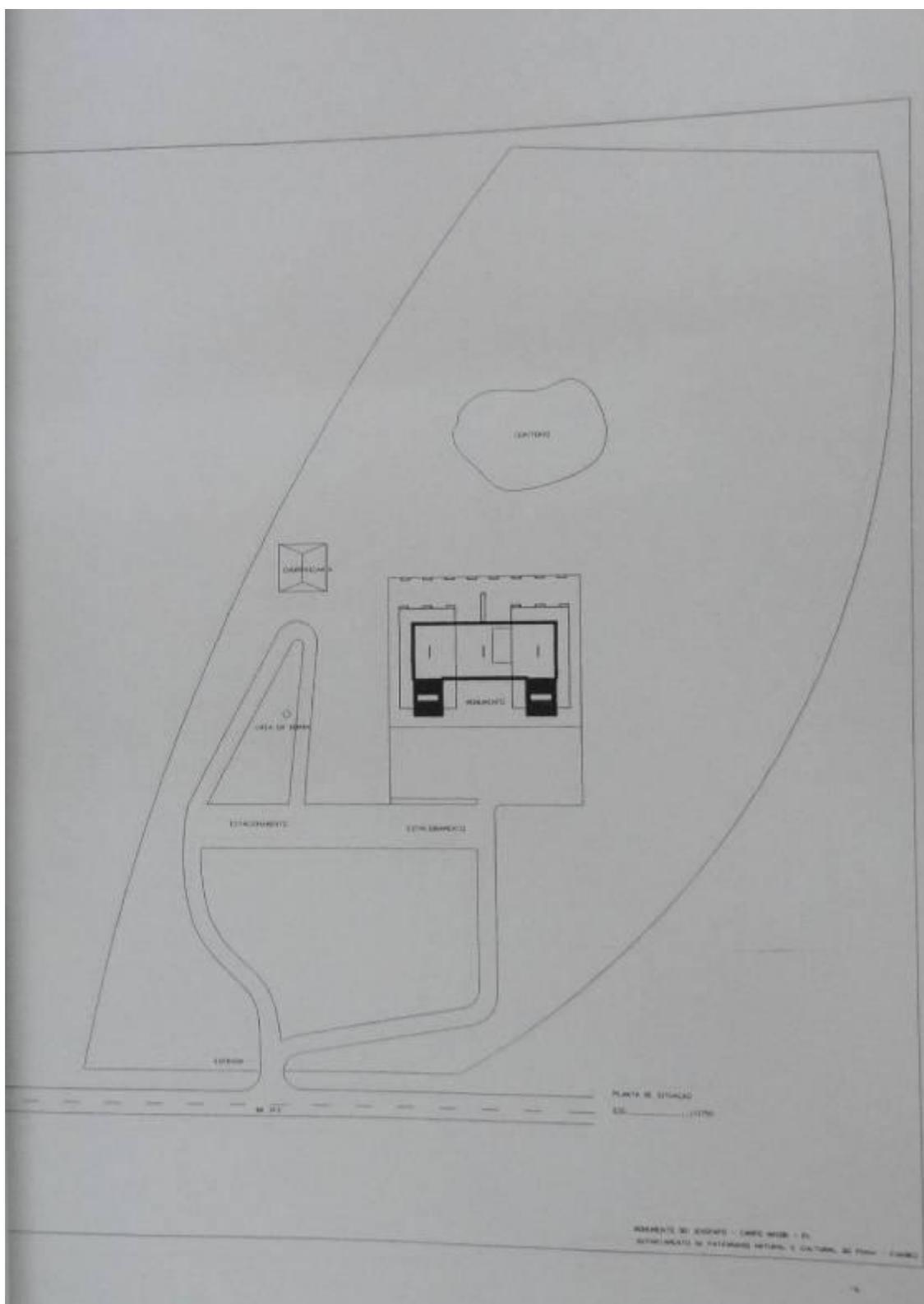
A história do primeiro milagre contada pelo senhor, só que ninguém me procurou até hoje. Se existir o depoimento de milagre este foi um milagre mesmo, foi demais. Lá ainda tem o pau de angico branco, era daquela grossura (faz sinal com as mãos para mostrar tamanho grande) o pau em cima do túmulo e não quebrou este foi um milagre muito grande.

A: Pois muito bem seu Miranda, agradecemos ao senhor essas histórias, são muitas histórias.

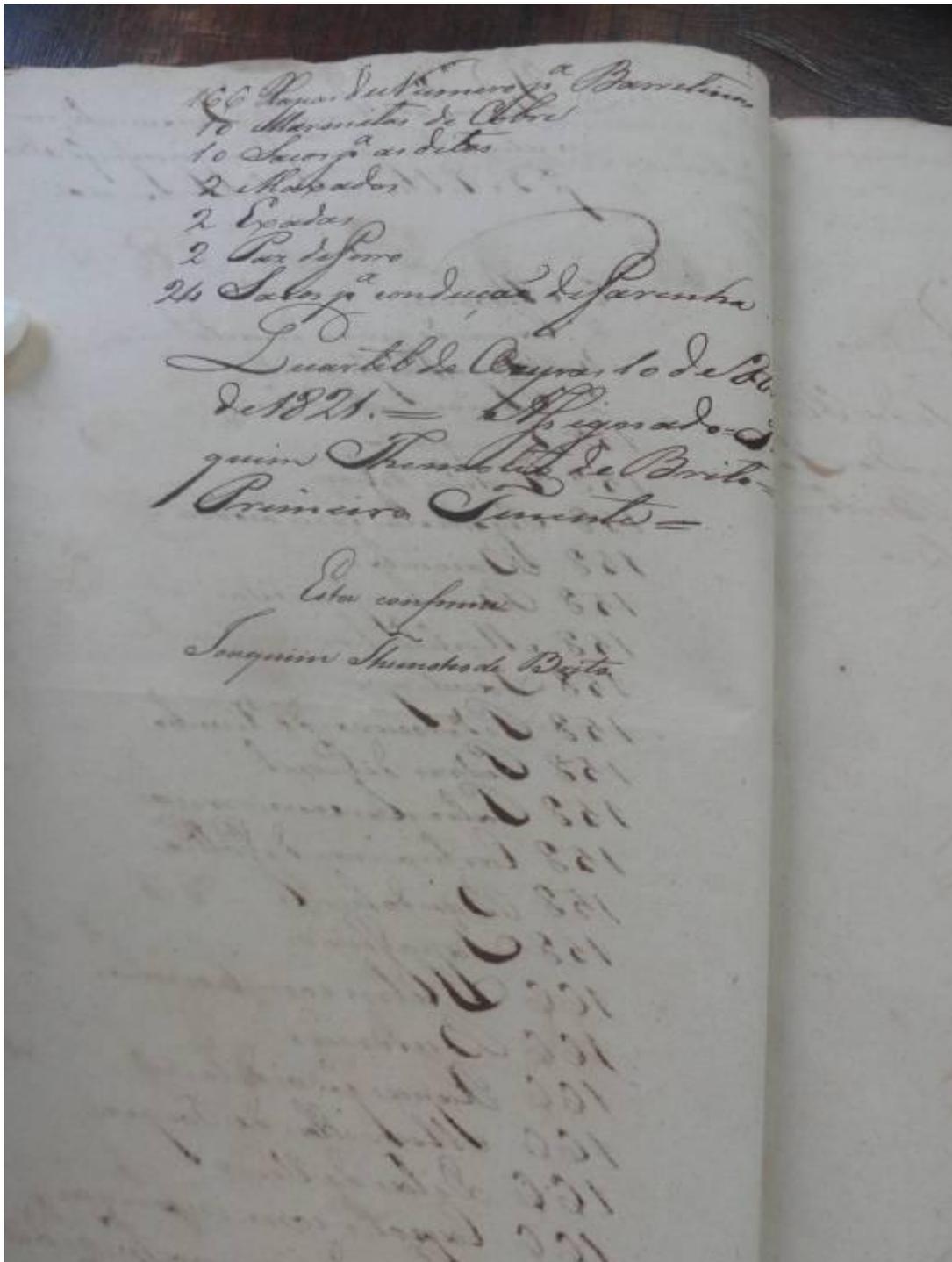
ANEXO III – PLANTA DO MONUMENTO MUSEU DO JENIPAPO



ANEXO IV – PLANTA DO SÍTIO HISTÓRICO



ANEXO V-C – MANUSCRITOS – FINAL DA LISTA



ANEXO VII- IMAGEM DO INTERIOR DO MUSEU